



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA PARA HISTÓRIA
AMBIENTAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: O ECOMUSEU DE
MIRANTE DE PARANAPANEMA, SP, BRASIL**

GRAZIELLA PLAÇA OROSCO DE SOUZA

**Presidente Prudente/SP
Junho/2021**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA PARA HISTÓRIA
AMBIENTAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: O ECOMUSEU DE
MIRANTE DE PARANAPANEMA, SP, BRASIL**

GRAZIELLA PLAÇA OROSCO DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. Antônio Cezar Leal

Coorientadora: Profa. Livre Docente Neide Barrocá
Faccio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, SP, como requisito para o título de Doutora em Geografia.

**Presidente Prudente/SP
Junho/2021**

S729c

Souza, Graziella Plaça Orosco de

Contribuições da instituição museológica para História Ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial : o Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP, Brasil / Graziella Plaça Orosco de Souza. -- Presidente Prudente, 2021

385 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientador: Antonio Cezar Leal

Coorientadora: Neide Barrocá Faccio

1. História Ambiental. 2. Educação Ambiental. 3. Patrimônio Cultural. 4. Museus e Comunidade. 5. Abordagem Interdisciplinar do Conhecimento. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: ESTUDO DAS CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA PARA HISTÓRIA AMBIENTAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL.

AUTORA: GRAZIELLA PLAÇA OROSCO DE SOUZA

ORIENTADOR: ANTONIO CEZAR LEAL

COORIENTADORA: NEIDE BARROCÁ FACCI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO CEZAR LEAL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE (Participação Virtual)
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. DAVID LUGLI TURTERA PEREIRA (Participação Virtual)
FFLCH/ USP

Prof. Dr. HENRIQUE ANTÔNIO VALADARES COSTA (Participação Virtual)
Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) e Programa de Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND / Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 18 de junho de 2021

A todos que ainda acreditam no poder do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de um esforço coletivo da equipe de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS), do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG) e do Museu de Arqueologia Regional (MAR) em prol da ciência social brasileira, e cujos desdobramentos me oportunizaram conhecer pessoas maravilhosas, com elas aprender e as quais venho aqui agradecer.

Agradeço, primeiramente, a meu companheiro Fernando Lopes da Silva pelo incentivo e carinho em todas as etapas deste trabalho. À minha família Maria, Renata e Jorge Miguel Orosco, Cleuza Câmara, Aparecido Calixto e Leonardo Câmara, que estiveram sempre ao meu lado.

Agradeço aos queridos professores Dr. Antonio Cezar Leal e à Dra. Neide Barrocá Faccio, pela orientação, liberdade de trabalho e apoio em momentos de dificuldades na construção desta pesquisa e nos percalços da carreira acadêmica. Seus exemplos de profissionalismo, dedicação e paixão pelo que fazem levarei por toda a vida.

Agradeço ao Dr. Luis Antonio Barone pela contribuição às revisões no texto, aos trabalhos de campo e às sugestões que oportunizaram conhecer novas metodologias. Agradeço ao Dr. Maurício Waldman pela amizade, incentivo e contribuição ao texto com suas ideias inovadoras e extremamente pertinentes. Gratidão por suas contribuições no exame de qualificação e na defesa da tese.

Agradeço ao Dr. David Lugli Turtera Pereira, ao Dr. Henrique Antônio Valadares Costa e ao Dr. Carlos Alberto Feliciano por suas contribuições na defesa da tese.

Agradeço aos membros do LAG e do GADIS que compartilharam seus conhecimentos, dedicaram tempo aos trabalhos de campo e curadoria das peças arqueológicas, na realização de trabalhos de Educação Ambiental e Patrimonial, e monitoria em exposições temáticas. A vivência nos dois grupos me permitiu aprender com profissionais de diferentes áreas, cujas discussões contribuíram por enriquecer o trabalho desenvolvido. Agradeço em especial a Diana M. da S. Toso, Thiago de M. dos Passos, Juliana A. R. L. Zago, Larissa F. Daves, Lisandra H. Montardy, Carlos E. das Neves, Aurélio B. Amaro, Liriane G. Barbosa, Leonice S. Dias, Ricardo dos Santos e Angélica E. S. Miguel pelas discussões teóricas e por compartilharem comigo seus conhecimentos; a Gustavo de J. Andrade pelo apoio com as fotografias; a Alceu A. Queiroz Junior, Bárbara C. da Cunha, Maria A. F. Cipriano, Júlia Araújo, Karol Ribeiro, Thiago T. da Rosa, Paulo H. S. Leonardo, Brendo L. C. Rosa, Matheus Albuquerque, Vitor Rafael, Matheus Okado e Elys A. S. Couto

pelo apoio aos trabalhos de laboratório e de Educação Ambiental e Patrimonial; a Francielle G. Martins, Carlos E. de Oliveira e Aurélio B. Amaro por apresentarem alternativas à escrita da tese.

Agradeço a Andreia Cristiane Silva Wiezzel e Frederico S. S. Moreira pelos valorosos conselhos. A Renan Torri Ferreira e Victória Emi da Silva pela contribuição técnica ao texto final.

Agradeço aos docentes do curso por enriquecerem minha formação ministrando disciplinas e fomentando eventos tão significativos que me marcaram com os melhores exemplos de docência universitária.

Agradeço aos funcionários da FCT-Unesp, em particular Aline da Silva Ribeiro Muniz, Anderson Clayton Pires Diniz, Cinthia Thiemi Onishi e Lincoln Tadeu Kohara pela amizade e prestabilidade.

Agradeço ao casal Zelitro Luz e Regiane, e seus filhos Renata e Lucas por abrirem as portas de seu lar e compartilharem sua História.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, a qual presto meus agradecimentos.

Um único sonho é mais poderoso do que mil realidades.

J.R.R. Tolkien

RESUMO

Partindo de reflexão sobre a contribuição da instituição museológica para a História Ambiental, Gestão Ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial, com vistas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, esta pesquisa de doutorado objetivou investigar o papel do ecomuseu na preservação do patrimônio e na valorização da cultura camponesa. Para tanto, foi acompanhado o processo de constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, que surge da demanda da comunidade assentada em preservar a História do Assentamento São Bento e valorizar a cultura e patrimônio locais. A identidade dos assentados participantes desta pesquisa se ancora em dois grandes temas: a História do Aldeamento Guarani, descoberto a partir da instalação de um Sistema AgroFlorestal sobre um sítio arqueológico, e a História da luta pela terra e do próprio Assentamento São Bento. Estes temas foram norteadores da concepção do ecomuseu, da organização da documentação museográfica e das ações pensadas para o desenvolvimento da Educação Ambiental e Patrimonial. A partir da demanda levantada, os procedimentos metodológicos envolveram: o levantamento de aspectos históricos e culturais da região; entrevistas com atores sociais; a curadoria de peças arqueológicas encontradas pelos assentados; a musealização e expografia do acervo do ecomuseu e; ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas no âmbito da instituição museológica. Os resultados demonstraram a contribuição da instituição museológica como facilitadora da sensibilização em relação à preservação do meio ambiente, e como as discussões e ações desenvolvidas para concepção do ecomuseu podem colaborar para o trabalho em Educação Ambiental e Patrimonial, favorecendo o entendimento dos envolvidos em relação ao seu lugar e responsabilidade para com a natureza e com o patrimônio cultural nela inserido. Tornou-se evidente que, além do assentamento da reforma agrária configurar-se, no cenário social e político, como território de resistência, o ecomuseu também se configura um território de luta porque ele, em si, é a manifestação da resistência.

Palavras-Chaves: História Ambiental; Educação Ambiental; Patrimônio Cultural; Museus e Comunidade; Abordagem interdisciplinar do conhecimento.

ABSTRACT

Starting from a reflection on the contribution of the museological institution to Environmental History, Environmental Management, Environmental and Heritage Education, with a view to environmental preservation and sustainable development, this doctoral research aimed to investigate the role of the ecomuseum in the preservation of heritage and in the valorization of peasant culture. To this end, the process of setting up the Mirante do Paranapanema Ecomuseum was followed, which arises from the demand of the community based on preserving the History of the São Bento Settlement and valuing the local culture and heritage. The identity of the settlers participating in this research is anchored in two major themes: the History of the Guarani Village, discovered from the installation of an Agro-Forestry System over an archaeological site, and the History of the struggle for land and the São Bento Settlement itself. These themes guided the conception of the ecomuseum, the organization of museographic documentation and the actions designed for the development of Environmental and Heritage Education. Based on the demand raised, the methodological procedures involved: the survey of historical and cultural aspects of the region; interviews with social actors; curating archaeological pieces found by settlers; musealization and expography of the ecomuseum collection and; Environmental and Heritage Education actions developed within the scope of the museological institution. The results demonstrated the contribution of the museological institution as a facilitator of awareness in relation to the preservation of the environment, and how the discussions and actions developed for the design of the ecomuseum can collaborate for the work in Environmental and Heritage Education, favoring the understanding of those involved in relation to its place and responsibility towards nature and the cultural heritage inserted in it. It has become evident that, in addition to the establishment of agrarian reform, in the social and political scenario, it is configured as a territory of resistance, the ecomuseum is also a territory of struggle because it, in itself, is the manifestation of resistance.

Keywords: Environmental History; Environmental education; Cultural heritage; Museums and Community; Interdisciplinary approach to knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro síntese de autores e documentos estudados organizado por assunto	20
Figura 2 - Quadro das etapas metodológicas da Educação Patrimonial	55
Figura 3 - Quadro sobre histórico da Educação Patrimonial no Brasil	60
Figura 4 - Competência do Sistema de Comunicação Museológica	70
Figura 5 - Fluxograma de concepção e execução de exposição	71
Figura 6 - Objetivos principais da Museologia da Libertação	80
Figura 7 - Caracterização da pesquisa	94
Figura 8 - Procedimentos metodológicos	94
Figura 9 - Mapa histórico da região retratando a área do Morro do Diabo	103
Figura 10 - Estrada de acesso ao Assentamento São Bento	112
Figura 11 - Mapa das ocupações de terras no período de 1988-1999	113
Figura 12 - Segunda ocupação da Fazenda São Bento	115
Figura 13 - Loteamento do Assentamento São Bento	116
Figura 14 - SAF em início de implantação em um dos lotes do Assentamento São Bento	119
Figura 15 - SAF com mais de 10 anos de implementação em lote do Assentamento São Bento	120
Figura 16 - Introdução da produção de mel como alternativa para o SAF	121
Figura 17 - Produção de mudas nativas	122
Figura 18 - Área distribuída em piquetes de acordo com o Método Voisin	125
Figura 19 - Criação de gado de acordo com o Método Voisin	125
Figura 20 - Sistema de captação de energia solar para fornecimento à cerca elétrica ..	126
Figura 21 - Imagem aérea do “Pé-de-Galinha” com destaque para escola	132
Figura 22 - Sr. Roque Paulino com três lâminas de machado que encontrou em seu lote	133
Figura 23 - Mapa de localização do Sítio Arqueológico Roque Paulino	134
Figura 24 - Imagem de satélite do Sítio Arqueológico São Bento	135
Figuras 25 e 26 - Fotos do Sítio Arqueológico São Bento com início do plantio consorciado	135
Figuras 27 e 28 - Fragmentos de cerâmica Guarani encontrados na área do plantio ...	136
Figura 29 - Caminhamento pelo Sítio Arqueológico São Bento com SAF já implantado	137

Figura 30 - Fragmentos de cerâmica encontrados em superfície no Sítio Arqueológico São Bento com o SAF já implantado	137
Figuras 31 e 32 - Fragmento de lâmina de machado polida em basalto encontrado no Sítio Arqueológico São Bento	138
Figura 33 - Reconstituição da lâmina por meio de desenho	138
Figura 34 - Trabalho de curadoria realizado nos fragmentos de cerâmica (1-38)	139
Figura 35 - Trabalho de curadoria realizado nos fragmentos de cerâmica (39-61)	139
Figura 36 – Princípio de datação de materiais cerâmicos por Termoluminescência	140
Figura 37 - Classe dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento	141
Figuras 38 e 39 - Fragmento de parede angular (face externa e interna)	142
Figuras 40 e 41 - Fragmento e borda (face externa e interna)	142
Figura 42 - Antiplástico dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento	142
Figura 43 - Fragmento de cerâmica exemplificando parede com alisamento na face interna apresentando caco moído na pasta	143
Figura 44 - Variação da queima dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento	144
Figura 45 - Variação da espessura dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento	144
Figura 46 - Fragmento de cerâmica exemplificando a espessura máxima encontrada no Sítio Arqueológico São Bento	145
Figura 47 - Tratamento de superfície interna e externa	145
Figuras 48 e 49 - Fragmentos de cerâmica exemplificando os diferentes tratamentos de superfície (engobo branco e corrugado)	146
Figuras 50 e 51 - Conjuntos formados a partir de fragmentos	146
Figuras 52 e 53 - Conjuntos formados a partir de fragmentos	147
Figuras 54 e 55 -Conjuntos formados a partir de fragmentos	147
Figuras 56 e 57 - Conjuntos formados a partir de fragmentos	147
Figura 58 - Fragmento de lasca pontiagudo	148
Figura 59 - Lâmina de machado em basalto com polimento em ambas as faces	149
Figura 60 - Lâmina de machado em basalto com polimento intenso no gume	149
Figura 61 - Lâmina de machado em basalto com desgaste para amarração de cabo	150
Figuras 62 e 63 - Fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino	151
Figuras 64 e 65 - Fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino	151

Figuras 66 e 67 - Maiores fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino	151
Figuras 68 e 69 - Fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino com engobo vermelho	152
Figura 70 - Documentação museológica da exposição de longa duração	153
Figura 71 - Mesas expositoras	154
Figuras 72 e 73 - Seleção das peças para exposição de longa duração	155
Figuras 74 e 75 - Montagem experimental das vitrines	155
Figura 76 - Testes de apresentação da comunicação textual (informações e legendas) das peças do Sítio Arqueológico São Bento	156
Figura 77 - Testes de apresentação da comunicação textual (informações e legendas) das peças do Sítio Arqueológico Roque Paulino	156
Figuras 78 e 79 - Vitrines montadas para exposição	157
Figura 80 - Ângulo de alcance visual no plano vertical	157
Figura 81 - Ângulo de alcance visual no plano horizontal	158
Figura 82 - Painel sobre os Guarani	158
Figura 83 - Painel sobre o Assentamento São Bento	159
Figura 84 - Palestra ministrada a professores da rede pública do município de Iepê ...	161
Figura 85 - Palestra ministrada a acadêmicos da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)	161
Figura 86 - Vídeo “Inclusão no Museu”	162
Figuras 86 e 87 - Doação de pedra São Tomé para oficina de arte rupestre	164
Figuras 88 e 89 - Preparo da oficina de arte rupestre	164
Figuras 90 e 91 - Preparo da oficina de pintura em cerâmica	164
Figuras 92 e 93 - Preparo da oficina de lascamento	165

APRESENTAÇÃO

O campo do patrimônio cultural, nele incluso o patrimônio natural, segue avançando a passos lerdos no debate político brasileiro. Retrocessos no que diz respeito às legislações e normativas confirmam este cenário. Diante disso, no âmbito científico, diversas vozes proclamam a importância de novos olhares sobre o assunto, que possibilitem maior participação da sociedade na tomada de decisões.

Apesar deste empenho, percebe-se pouca participação de geógrafos nas instituições voltadas à preservação patrimonial, mas a produção científica sobre a relação entre Geografia e Patrimônio segue cobrindo lacunas de décadas de distanciamento entre a ciência social e o objeto de estudo.

As experiências de participação popular na gestão do patrimônio vêm se apresentando como estratégias muito eficientes de preservação do mesmo. Uma vez que as comunidades vivenciam este patrimônio, tornam-se militantes na luta pelo seu reconhecimento e sua proteção. Para tanto, a História Ambiental configura-se como instrumento fundamental para a Educação Ambiental e Patrimonial. E é por meio da educação que se promove mudanças, uma vez que o conhecimento favorece o protagonismo e o empoderamento.

Discutir sobre patrimônio e meio ambiente me é familiar desde os tempos do Ensino Médio, com o desenvolvimento de projetos extracurriculares e as visitas à biblioteca municipal para me aprofundar nestes assuntos. Cursar as Graduações em História, Geografia e Pedagogia reafirmou o gosto pela pesquisa nestes temas, dessa vez, voltados à prática educativa. Nessa época, me sentia penalizada por não haver projetos que aproximassem a instituição museológica à sociedade de forma mais ativa, e me incomodava o fato do museu universitário em que eu atuava como pesquisadora, não fosse considerado um espaço de trocas de experiência, de discussões, de aprendizado. A ideia de depósito de curiosidades permeava todas as discussões sobre a gestão.

Foi o Curso de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional e a minha atuação enquanto Coordenadora de Ações Extensivas Universitárias que me fizeram perceber o quanto tais assuntos encontram-se distantes de certos segmentos da sociedade, como os assentados do Pontal do Paranapanema. Ao participar de projetos educativos neste território é que percebi quão utópicas as legislações podem ser e quanto há para se valorizar dos saberes locais. Perceber estas questões me fez agir em prol de projetos de Educação Ambiental e

Patrimonial que pudessem aproximar esta comunidade à instituição museológica. Diversas foram as exposições itinerantes, palestras e formações ofertadas em escolas de assentamento.

Com a oportunidade apresentada pelo Curso de Doutorado em Geografia, pude vivenciar experiências que me fizeram agir, uma vez mais, em prol da Educação Ambiental e Patrimonial. Foi com o desenvolvimento deste trabalho que pude vivenciar o sonho de participar do processo de constituição de um museu comunitário, que transpusesse as distâncias espaciais e políticas, levando a informação mas, também, sendo alimentado por saberes populares em um processo de constante formação.

Porém, nos últimos anos do curso (2019/2020), fomos surpreendidos pela doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19, caracterizada por ser uma infecção respiratória aguda causada pelo vírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Como forma de contingência da pandemia instaurada no mundo todo, o isolamento social foi a estratégia apontada como a mais eficaz no controle da doença até que o processo de imunização tivesse início e apresentasse resultados positivos. Diversos foram os impactos sociais, políticos e econômicos causados pela doença. Os incentivos em pesquisas voltaram-se massivamente à área da saúde e as dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa social – como esta que se apresenta – aumentaram. Novas estratégias precisaram ser pensadas e metodologias de campo substituídas.

Assim, diante destes contratemplos, a pesquisa foi se desenhando na medida em que o processo de concepção do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema foi se desenrolando. Foram necessários estudos sobre a área para caracterizá-la e o conhecimento sobre a História de ocupação da região do Pontal do Paranapanema e da formação do Assentamento São Bento foi enriquecido com os relatos dos entrevistados, permitindo um panorama atual daquela região no que diz respeito à gestão do patrimônio por meio do manejo da produção agroecológica e da valorização dos achados arqueológicos, encontrados pela comunidade. O trabalho também permitiu vivenciar a constituição do ecomuseu, apurando, por meio entrevistas, as aspirações dos assentados em relação aos objetivos desta novíssima instituição. Os processos de curadoria das peças arqueológicas, a museografia e expografia, e as ações de Educação Ambiental e Patrimonial, pensadas junto com a comunidade, permitiram disseminar conhecimentos sobre a região e apoiar esta importante iniciativa de valorização e proteção do patrimônio que é o próprio ecomuseu.

No texto, são discutidos conceitos e temas de caráter geográfico e sua relação com as áreas da História, Gestão e Educação Ambiental, além da interface destas com a Museologia. Considerando uma lógica dialógica com a natureza do objeto em estudo, as interações

conceituais apresentadas articulam-se à temática central da pesquisa. Por isso, os capítulos teóricos-conceituais elucidam a relação da sociedade com o seu território e com o seu patrimônio, relatando a importância da afetividade na preservação do meio ambiente. Considera, assim, as políticas de gestão ambiental na conservação do patrimônio, reafirmadas por meio da Educação Ambiental e Patrimonial. A função social do museu encontra espaço nesta discussão ao passo que a instituição museológica se transforme em lugar de diálogo das questões da comunidade, constituindo-se de território de saberes e atuando em prol do desenvolvimento sustentável da comunidade.

A relação Geografia-Patrimônio repousa em “compreender como a atribuição de valor a bens materiais ou imateriais transforma diferentes territórios” (MELO FILHO, 2017, p. 15). Este trabalho traz evidências da contribuição do museu para a gestão ambiental e para ações de Educação Ambiental e Patrimonial com vistas à valorização e preservação do ambiente e do patrimônio da comunidade em que se insere.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 A RELAÇÃO SOCIEDADE E PATRIMÔNIO NA CONCEPÇÃO AFETIVA DO TERRITÓRIO	23
1.1 Território e patrimônio	23
1.2 Relação sociedade, território e patrimônio	26
1.3 Território e afetividade	28
CAPÍTULO 2 A HISTÓRIA AMBIENTAL RELACIONADA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL	38
2.1 Contribuições da História Ambiental	38
2.2 Gestão ambiental e políticas públicas	41
2.2.1 <i>Políticas de Educação Ambiental e Patrimonial</i>	47
2.3 Aplicabilidade da Educação Ambiental e Patrimonial	54
2.4 Patrimônios materiais, imateriais, culturais e naturais e sua preservação ..	56
CAPÍTULO 3 MUSEUS COMO TERRITÓRIO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL	62
3.1 Instituição museológica e o papel socioambiental	62
3.1.1 <i>A comunicação museográfica</i>	66
3.2 Patrimônio e sociedade: os diferentes públicos	73
3.3 O ecomuseu como território dos saberes	77
CAPÍTULO 4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	85
4.1 Procedimentos Metodológicos	87
4.1.1 <i>Levantamento de aspectos históricos e culturais</i>	87
4.1.2 <i>Entrevistas</i>	90
4.1.3 <i>Curadoria das peças arqueológicas</i>	91
4.1.4 <i>Musealização e Expografia</i>	92
4.1.5 <i>Educação Ambiental e Patrimonial</i>	93
CAPÍTULO 5 O ECOMUSEU DE MIRANTE DO PARANAPANEMA, SP ...	95
5.1 A relação universidade-sociedade	95
5.2 História da ocupação do Pontal do Paranapanema	99
5.2.1 <i>O Assentamento São Bento</i>	111
5.2.1.1 Itinerário de reconhecimento da paisagem cultural	118
5.3 A constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP	130

<i>5.3.1 O trabalho de Educação Ambiental e Patrimonial</i>	160
CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS	171
APÊNDICES	186
Apêndice 1 – Tombo	187
Apêndice 2 – Fichas museográficas	192
Apêndice 3 – Slides preparados para palestras de Educação Ambiental e Patrimonial	238
Apêndice 4 – Proposta para Biblioteca Comunitária do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	350
Apêndice 5 – Material didático para Educação Ambiental e Patrimonial	356

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado tem por **objetivo** refletir sobre a contribuição da instituição museológica para a História Ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial com vistas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, buscando avaliar a importância da propositura de ações que favoreçam o debate em relação à questão ambiental. Busca, ainda, refletir sobre a abordagem da instituição museológica como facilitadora da sensibilização em relação à preservação do meio ambiente, e como as ações desenvolvidas pelo museu podem colaborar para o trabalho em Educação Ambiental e Patrimonial, favorecendo o entendimento dos envolvidos (comunidade e público visitante) em relação ao seu lugar e responsabilidade para com a natureza e com o patrimônio cultural nela inserido, como é o caso dos sítios arqueológicos, bem como o seu entendimento em relação à preservação ambiental e ao necessário desenvolvimento sustentável.

As **hipóteses** levantadas por esta pesquisa são:

- ações de Educação Ambiental e Patrimonial que valorizem a História Ambiental regional podem reforçar as medidas de proteção e gestão ambiental na tentativa de maior valorização dos aspectos da natureza.

- os espaços museográficos instalados próximos às comunidades colaboram para maior consciência de preservação da história, cultura e patrimônio locais.

- o ecomuseu constitui-se de território de resistência cultural da comunidade em que se insere.

A **abordagem metodológica** da pesquisa envolve levantamento sobre a ocupação do Pontal do Paranapanema e sobre o Assentamento São Bento. Os procedimentos metodológicos envolvem: o levantamento de aspectos históricos e culturais da região; entrevistas com assentados, professores do assentamento, técnicos do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” (ITESP); a curadoria de peças arqueológicas do Sítio Arqueológico São Bento; a musealização e expografia do acervo do ecomuseu e; ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas no âmbito da instituição museológica.

Para a realização da pesquisa, o embasamento teórico e conceitual estruturou-se a partir de obras de autores e documentos estudados por assuntos abordados, organizados no quadro a seguir:

Figura 1 – Quadro síntese de autores e documentos estudados organizados por assunto

Assunto	Autores	
Território (patrimônio, afetividade)	Almeida (2014) Barretto (2010) Bachelard (1993) Baud et al (1999) Bowen (2009) Braga (2011) Burns, Lerner, Meacham (1982) Deleuze, Guatarri (1997) Devos, Rocha (2014) Geertz (1989) Guatarri (1992) Haesbaert (2010, 2011) Halbwachs (1990) Henning (2017) Hutta (2009; 2019)	Kessel ([200?]) Le Goff (2003) Lindón (2012) Mercier (1986) Moraes (2005) Raffestin (1993) Ratzel (1983) Rolnick (1989) Safatle (2016) Santos (1988, 1978, 1998, 2000) Souza, Silva, Faccio (2018) Torres (2014) Tuan (1980, 2005) Varine (2009) Waldman (2006)
Gestão ambiental e patrimonial (Políticas de Meio Ambiente)	Andrade (1977) Coghetto (2016) Franco et al (2012) Gohn (2006) Höffling (2001) Lopes, Amaral (2008) Monteiro (2016) Moraes (2005) Pádua (2012) Secchi (2012) Tolentino (2019)	Decreto 12.279/1941 Lei 6.803/1980 Lei 6.902/1981 Lei 6.938/1981 Lei 7.735/1989 Lei 7.802/1989 Lei 8.171/1991 Lei 9.433/1997 Lei 9.605/1998 Lei 12.305/2010 Lei 12.651/2012
Gestão ambiental e patrimonial (Políticas de Patrimônio)	Decreto 3.551/2000 Decreto 8.124/2013 Decreto-Lei 25/1937 Lei 3.924/1961 Lei 7.285/2011	Lei 7.542/1986 Lei 11.483/2007 Lei 11.904/2009 Portaria Iphan 127/2009 Portaria Iphan 375/2018
Políticas de Educação Ambiental e Patrimonial	Lei 9.394/1996 Lei 9.795/1999	Portaria Ibram 422/2017 Portaria Iphan 137/2016
Educação Ambiental e Patrimonial	Auricchio (2003) Declaração de Caracas (2020) Dias (1999) Horta, Grunberg, Monteiro (1999) Galhardo et al (2019) Grunberg (2007)	Oliveira (2000) Reigota (2009) Rodrigues (2016) Souza (2015) Tratado de Educação Ambiental... (1992)
Patrimônio	Corá (2014) Desvallés, Marisse (2013) Gourevitch (1975) Iphan (2014) Malinowski (1978) Meneses (1984, 2009, 2012)	Peñalba (2005) Reis (2014) Valente (2002) Varine (2000, 2009, 2012, 2014) Zanirato (2009)
Antropoceno	Asafu-Adjaye et al (2015) Crutzen (2002) Dias (2002a, 2002b) Luz, Marcal (2016)	Ter-Serpanian (1988) Toynbee (1987) Vernadsky (1945) Waldman (2006, 2015a, 2015b)

Assunto	Autores	
Museus e ecomuseus (Comunicação museológica, sociedade)	ABNT NBR9050 (2015) Aidar (2002) Benhamou (2016) Bruno (2006, 2009) Colwell (2017) Costa (2006) Cury (2005) Fleury (2009) Giddens (1991) Guedes, Soares, Antonini (2013) Harvey (2006) IBRAM (2012) IPHAN (2020) Kaseker (2014) Kiefer (2002)	Köptcke (2012) Moutinho (2007, 2014) Oosterbeeck (2019) Possas (2005) Primo (1999) Rodrigues (2016) Samain (2012 a e b) Santos (2008) Santos (2017) Soares (2006) Suano (1986) Varine (2000, 2009, 2012, 2014) Wichers (2016)
Pontal do Paranapanema	Abramovay (1992) Faccio (1992a, 1992b, 1998, 2011a, 2011b, 2015, 2017) Felício (2011) Fernandes (1994, 1997, 2008) Ferrante, Barone (2011) Gómez (2002) Hespanhol (2000) Hoffmann (2014) Ibge (2006) Lamarche (1993) Leite (1981, 1998) Itesp (2000a, 2000b)	Marques (2016) Martins (1993) Mendras (1976) Monbeing (1984) Moreno et al (2019) Oliveira (2001) Origuéla (2011) Sabourin (2009) Saraiva (2013) Silveira (1990) Thomaz Júnior (2009, 2012, 2016) Viladarga (2014)
Assentamento São Bento e Assentamento Tupanciretã	Cunha (2018) Feliciano (2009)	Itesp (2000) Souza, Bergamasco (2010)

Fonte: A autora, 2021.

Esta organização possibilitou transitar por diferentes temas e visões sobre Gestão ambiental e patrimonial, conferindo consistência às análises das entrevistas realizadas.

Descritos os objetivos da pesquisa, apresentamos os resultados da pesquisa em **5 capítulos**. No Capítulo 1, intitulado “A relação sociedade e patrimônio na concepção afetiva do território”, apresenta-se o conceito de território de Haesbaert, reflete-se sobre a relação sociedade-território-patrimônio e verifica-se como o território pode ser visto sob o olhar da afetividade.

No Capítulo 2, intitulado “A História Ambiental Relacionada à Educação Ambiental e Patrimonial” são abordadas as políticas de gestão ambiental e de Educação Ambiental e Patrimonial no contexto brasileiro, e como tais políticas voltam-se à preservação do patrimônio natural.

No Capítulo 3, denominado “Museus como territórios de valorização do patrimônio cultural e natural”, é discutido o papel socioambiental do museu, a valorização da diversidade social, a preservação patrimonial por meio da instituição museológica e a ressignificação do museu em território de saberes.

No Capítulo 4, “Abordagem Metodológica”, é apresentada a metodologia, no qual, inicialmente se faz a relação do objetivo de estudo com a metodologia escolhida para este trabalho. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

O Capítulo 5, intitulado “O Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP”, aborda a relação universidade-sociedade, a formação do território do Pontal do Paranapanema, a sua História Ambiental e a ocupação do Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema, SP e do achado do sítio arqueológico “Roque Paulino”, num outro assentamento em Presidente Venceslau, SP. Em seguida, apresenta o ecomuseu constituído à luz da teoria estudada e com a participação da comunidade do Assentamento São Bento. É exposta a proposta de plano museológico, envolvendo a constituição da biblioteca comunitária e ações de Educação Ambiental e Patrimonial.

Por fim, são apresentadas as conclusões e as referências citadas neste trabalho.

Espera-se que o desenvolvimento desta pesquisa possa fomentar o debate sobre a História, a gestão, e a Educação Ambiental e Patrimonial, novos olhares a respeito da museologia em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, buscando em ações formativas em conjunto com a comunidade o sucesso para a aprendizagem significativa sobre o meio ambiente.

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO SOCIEDADE E PATRIMÔNIO NA CONCEPÇÃO AFETIVA DO TERRITÓRIO

Este capítulo busca discutir o conceito de território. Partindo das considerações de Haesbaert, o texto traz reflexão sobre a relação sociedade-território-patrimônio, e como a afetividade em relação ao território desperta capacidades de agir no processo de patrimonialização e de desterritorialização.

1.1 Território e patrimônio

O conceito de território em Geografia passou por diferentes abordagens ao longo do pensamento geográfico. Um dos primeiros estudiosos no assunto a se debruçar sobre este conceito, Ratzel, concebe o território atrelado ao domínio exercido pelo poder estatal. Para o autor, “o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras” e “o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro” (RATZEL, 1983, p. 93).

Moraes corrobora ao entendimento do conceito de território pelo viés da Geografia Política, no qual território pode ser compreendido “como espaço de exercício de um poder”, cujo ator principal é o Estado. Portanto, território para o autor é “qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre” (MORAES, 2005, p. 139).

Em contraposição a abordagem ratzeliana, para Raffestin o conceito de território não consiste apenas em uma relação de poder mediada pelo Estado. Mas tal relação se expressa em todos os níveis sociais. Para o autor, “o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p. 7). Neste sentido, compreende-se que as disputas, reinvenção e refuncionalização de territórios podem ocorrer, uma vez que a territorialidade é formada pelas relações sociais que se estabelecem no interior dos territórios.

Partindo deste pensamento, pode-se considerar o sentido de ordenamento territorial (do francês, *Aménagement du Territoire*), cujo significado envolve a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade em uma perspectiva interdisciplinar e integrada, que se volta ao desenvolvimento equilibrado do território e à sua organização física.

De acordo com o Dicionário de Geografia (BAUD; BOUGEAT; BRAS, 1999, p. 262), o ordenamento do território

corresponde, na maior parte dos casos à vontade de corrigir os desequilíbrios de um espaço nacional ou regional e constitui um dos principais campos de intervenção da Geografia aplicada. Pressupõe por um lado, uma percepção e concepção de conjunto de um território e, por outro lado, uma análise prospectiva.

Assim, o *Aménagement du Territoire* relaciona-se a variado conjunto de temas: investigação das condições naturais, implicações histórico-geográficas, flutuações da política, identidade cultural, fisionomia social, andamento da economia, sempre em parceria com uma série de variáveis (ANDRADE, 1977).

Ao sintetizar as diferentes interpretações, Haesbaert (2010) aponta quatro concepções de território: o território etológico ou animal, o território psicológico ou subjetivo, o território sociológico e o território geográfico, no qual ocorre a relação sociedade-natureza. Partindo do pressuposto de que os conceitos “são moldados através de problemáticas sociais geohistóricamente contextualizadas”, o autor define território referindo-o “as relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2010, p. 78)

Haesbaert (2010, p. 40) agrupa as noções de território em três vertentes: a política, que se refere às relações espaço-poder institucionalizadas; a cultural ou simbólico-cultural, que se refere à visão de um determinado grupo em relação ao seu espaço vivido; a econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, considerando o território como fonte de recursos.

Ao tratar da vertente política do território e ao discutir sobre políticas de ordenamento territorial, Haesbaert (2010, p. 76) aponta que é necessário considerar duas características do território que, para ele, são basilares:

em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais e sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões.

Ao abordar a necessidade de superar a dicotomia material/ideal, o autor menciona que território pode significar “a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que também move essas relações”

(HAESBAERT, 2015, p. 46). Nesse universo dual (materialismo/idealismo), para o autor predomina a visão materialista do território.

Haesbaert (2010, p. 79) percebe o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Não é possível conceber territórios puramente funcionais (materialidade) e nem puramente simbólicos (identidade). Assim, Haesbaert (2010) sugere a expressão “territorialidade” para designar o território com ambas características. Nesse sentido, aponta:

a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço (...). (HAESBAERT, 2010, p. 79).

No entanto, o autor comenta que nem todo processo de territorialização precisa desta “carga simbólico-identitária”, como é o caso dos territórios formados dentro da lógica capitalista. Sugere que a atual flexibilidade do capitalismo e descentralização do poder provoca a permeabilidade das fronteiras, contudo, sem que se perca o controle territorial. Uma vez que o poder se concentra nos detentores da mobilidade, Haesbaert (2010) conclui que, aqueles que se encontram à margem desse controle, são incapacitados pelas tentativas de “contenção” territorial. O autor propõe este novo conceito na tentativa de compreender os processos de des-territorialização na atual sociedade de controle¹, caracterizada pelos processos de exclusão.

Em suma, para Haesbaert (2010, p. 78) “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. É pensado tendo por base as relações de poder, na qual cada grupo pode “territorializar-se” por meio de processos políticos, econômicos ou culturais.

Territorializar-se, dessa forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. O que seria fundamental “controlar” em termos espaciais para construir novos territórios no mundo contemporâneo? Além de sua enorme variação histórica, precisamos considerar sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena na Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes

¹ Haesbaert (2015, p. 106) apresenta uma síntese interessante sobre o assunto ao comparar as características das Sociedades Disciplinares e das Sociedades de Controle.

executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global. (HAESBAERT, 2010, p. 97).

Portanto, no âmbito desta pesquisa, compreende-se território assim como o conceito de Haesbaert, atrelado às relações de poder, mas também como um espaço no qual se desenvolvem os aspectos culturais que irão determinar as formas de ocupação deste território, manifestando-se no processo de territorialização e reterritorialização defendidos pelo autor.

Como aponta Bowen (2009), “mesmo antes de nos aprofundarmos nos detalhes de como os lugares são poderosos, sabemos de uma longa história antropológica que os lugares são articulados com a ancestralidade humana em toda a região”. Com base nestas considerações, pode-se pensar no conceito de território considerando-se o campo das sensibilidades, da afetividade, da memória, da história de vida, dos aspectos culturais, dos laços historicamente experimentados e vivenciados em determinadas localidades, por diferentes comunidades, em diversas épocas, com múltiplos contextos econômicos, regidos por diferentes perspectivas políticas e impulsionados por diversas motivações. Assunto tratado no próximo item.

1.2 Relação sociedade, território e patrimônio

A relação da sociedade com determinado território ocorre em diferentes níveis. O território pode ser demarcado politicamente por meio das convenções universais e limitantes como as de Estado, município e bairro ou culturalmente, fator extremamente ligado à memória e às relações culturais que a sociedade tem com diferentes territórios.

Semelhante ao pensamento de Haesbaert (2010, 2015), para Varine (2009) todo território compõe-se de dois recursos: os recursos humanos e os recursos patrimonizados. Juntos, os recursos formadores do território são caracterizados pelo patrimônio tangível (no qual incluem-se a paisagem, o ambiente construído, os monumentos, os bens físicos privados e coletivos) e pelo patrimônio intangível ou imaterial, que confere identidade ao patrimônio. O autor considera o patrimônio natural ou cultural, em suas diferentes formas, como recursos disponíveis para qualquer território quando se pensa em sua gestão e desenvolvimento. Varine (2009) aponta e descreve como componentes do patrimônio intangível:

- As crenças: incluindo as convicções, práticas e ritos religiosos, lendas, superstições, afiliações espirituais ou sectárias, ateísmo, pensamento livre, princípios morais

herdados, valores seculares. As crenças influenciam comportamentos diários e encontram-se incutidas em muitas decisões territoriais, inclusive nas questões de ordem política.

- A longa memória: memória histórica, transmitida por gerações, pelo ensino oficial e pela literatura popular. Para Varine (2009) é necessário “ancorar” o território na continuidade dos séculos, preservando sua identidade (vocação) regional e nacional.
- Memória contemporânea: relaciona-se à memória mais recente, levando em consideração fatos que ainda se refletem na sociedade atual, como a última Guerra Mundial, crimes de racismo, nacionalismo, ditaduras, desastres naturais. Varine (2009) menciona que em muitos territórios, a memória contemporânea influencia “atitudes positivas ou negativas” frente a mudanças.
- Habilidades e conhecimento de uso: conhecimentos profissionais transmitidos entre gerações, profissões exercidas por diferentes membros das comunidades, conhecimentos empíricos e acadêmicos, com ou sem influência externa. Varine (2009) comenta que tais conhecimentos são importantes nos momentos de tomada de decisão, contextos em que é necessária a mobilização da comunidade e também podem originar iniciativas locais, projetos endógenos e atividades econômicas, como a criação de cooperativas e associações em assentamentos rurais, por exemplo.
- Parentesco, bairros: refere-se à herança familiar complexa que pode ser observada nas comunidades e entre comunidades vizinhas. Varine (2009) considera que as relações cotidianas dentro dos grupos, as reações a crises e ações, decisões, todos estes fatores dependem dessa herança, que nem sempre tem fatores genéticos.
- Práticas da vida cotidiana herdadas ou novas: envolve todas as práticas herdadas da cultura viva das pessoas, como os hábitos culinários e alimentares, farmacopeia, contos, músicas, canções, danças, jogos. Para Varine (2009, p. 7, tradução nossa), “o respeito pelos ritmos da vida local é um dos principais parâmetros de qualquer estratégia de desenvolvimento”².
- Idiomas: envolve a diversidade de idiomas falado em qualquer comunidade, referindo-se a acentos particulares, linguagem modificada conforme o nível social,

² Or le respect des rythmes de la vie locale est un des paramètres principaux de toute stratégie de développement.

profissional, diferenciações por questões étnicas e de acordo com as gerações (sotaques, gírias).

- Capital social: diz respeito a todas as relações que se operam dentro da comunidade, como “associativismo, cooperação, solidariedade, autoconfiança e autoestima, individual e coletiva”³ (VARINE, 2009, p. 8, tradução nossa).

Varine (2009) expõe que cada elemento do patrimônio material tem uma dimensão imaterial, que dá sentido e significado ao patrimônio, não só para especialistas, mas também para outras pessoas que o acessam. A interpretação de todo patrimônio requer a contribuição das memórias. Sem elas, no entendimento do autor, os objetos representativos de culturas locais armazenados em coleções “não têm mais seu conteúdo intangível, ou este conteúdo é atribuído a eles por pessoas que afirmam ser especialistas e afirmam conhecer seus significados suficientemente. Agora esses objetos, porque não vivem mais da sua vida original, estão mortos”⁴ (VARINE, 2009, p. 9, tradução nossa).

Nesta perspectiva, o território constitui-se em campo político de desenvolvimento cultural, no qual as diferentes representatividades vão tomando vulto e importância para a sociedade que ocupa determinado território. Como espaço de manifestação cultural, o território abarca o patrimônio social e torna-se ele mesmo patrimônio por ser constituído dos recursos tangíveis e intangíveis mencionados por Varine.

1.3 Território e afetividade

As relações de identidade e pertencimento a um território estão ligadas a sentimentos e a emoções vividas. Sociedades vivenciam o território como lugar de moradia e de trabalho, desfrutando dos elementos que o constituem para seu sustento, segurança socioafetiva e lazer. A constituição do território também pode ser conhecida por meio da memória de quem o vivenciou em diferentes tempos e contextos culturais. Assim, o território vai transformando-se em patrimônio, e esta patrimonialidade recebe a carga de afetividade que só é possível com a vivência.

Como apontado por Almeida (2014), Haesbaert (2010) sistematiza reflexões inicialmente desenvolvidas por Deleuze e Guattari em relação às questões relativas às

³ (...) associativisme, coopération, solidarité, confiance en soi et auto-estime, individuelle et collective (...).

⁴ (...) tous ces objets n'ont plus leur contenu immatériel, ou bien ce contenu leur est attribué par des personnes qui se disent spécialistes et affirment connaître suffisamment leurs significations. Or de tels objets, parce qu'ils ne vivent plus de leur vie originelle, sont morts.

modificações dos territórios e a alguns processos de desterritorialização estudados por estes autores. Assim, o autor menciona que:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada em si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1983 apud HAESBAERT, 2010, p. 121-122).

Ao compreender a subjetivação tratada pelo autor, torna-se claro que o conceito de território apreende motivações afetivas. Para Haesbaert, os movimentos de territorialidade estão ligados aos desejos, e “muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2010, p. 127). Para o autor, a cada vez que o território se modifica, é gerada uma nova territorialidade.

O conceito de territorialidade é tratado em uma diversidade de trechos da obra “Por uma outra globalização”, de Milton Santos (2000). Ao tratar das sociedades ditas primitivas, Santos (2000) reconhece a existência de uma territorialidade genuína, em que a economia e cultura-linguagem se relacionavam intrinsecamente com o território. Tratava-se, para o autor, de uma territorialidade absoluta, uma vez que as manifestações de existência dos habitantes pertenciam ao território, conferindo um sentido de território vinculado à identidade das pessoas e à sobrevivência do grupo. Fatores como domínio e poder sobre o território remontavam a limites definidos por valores de identidade. “A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (comunidade)” (SANTOS, 2000, p. 31).

O conceito de inércia espacial de Milton Santos relaciona-se justamente a esta capacidade de reconstrução, ressignificação, transposição e manutenção de processos e dinâmicas presentes no espaço habitado e que contribuem para o surgimento de novos ordenamentos territoriais (SANTOS, 1988; 1978).

Atrelado a isso e relacionando-se ao objeto de estudo desta pesquisa, importa abordar as considerações de Clifford Geertz sobre cultura e ação social. Para Geertz (2008) o conceito de cultura refere-se às teias de significação tecidas pelo ser humano acrescidas de sua análise. A interpretação da cultura, por sua vez, ocupa-se da ação social na qual as formas culturais vão articular-se. Esta dinâmica de produção cultural ocorre independentemente da dimensão

espacial porque é inerente ao caráter social a propensão à mudanças. E isso se reflete no território.

Esta reterritorialização, portanto, é estimulada por meio da afetividade. De certa forma, os agenciamentos socioafetivos causam conflitos e acomodações uma vez que ocorrem no campo da escolha geradora de conforto e de desconforto emocional. Neste sentido, Haesbaert (2010, p. 116), aponta que “uma sociedade, antes de ser definida por suas contradições, como na linguagem marxista, é definida pelas linhas de fuga que afetam massas de todo tipo, pelos pontos ou fluxos de desterritorialização”.

Na construção e reconstrução – ou refuncionalização – dos territórios, existem forças que se combinam. Os sujeitos, mesmo que com interesses diversos, convergem na produção do território, como no caso das lutas de classes, das lutas por terra dos camponeses assentados, dos interesses dos grandes capitais globais, que em determinado momento se utilizam das mídias em interesse comum, seja pela exploração ou sentimento de pertencimento ao território, gerando afetividades diversas. Neste sentido, Haesbaert (2010, p. 123-124) afirma que:

(...) como tudo pode ser agenciado, tudo pode ser também desterritorializado e reterritorializado. A construção do território, ou seja, o processo de territorialização, diz respeito, assim, ao movimento que governa os agenciamentos e seus dois componentes: os agenciamentos coletivos de enunciação e os agenciamentos maquínicos de corpos (ou de desejo).

Os agenciamentos coletivos são os mobilizadores dos processos de desterritorialização e reterritorialização. Ao mesmo tempo em que a afetividade em relação ao território provoca a sensação de bem-estar, ela pode também gerar sentimentos negativos, tais como medo e insegurança. A sensação de bem-estar (tanto a coletiva quanto a individual) também pode transformar-se em sentimentos negativos em relação ao modo-de-vida, ou aos bens adquiridos, ou ao próprio território vivenciado, provocando a necessidade de mudança.

Tais relações identitárias e de pertencimento a um determinado território estão intimamente ligadas às emoções, à afetividade. A maneira como o ser humano em sociedade vivencia o seu território ocorre por meio das ações sociais, considerando-o de diferentes formas – lugar de moradia, de trabalho, de segurança, de lazer – constituem-se marcos socioafetivos essenciais para identidade espacial de distintos povos, grupos e nações (SANTOS, 1988; TUAN, 2005, WALDMAN, 2006).

O ser humano, historicamente, rompe com a mesmice há milhares de anos. Este fato pode ser exemplificado verificando o comportamento das primeiras civilizações de regadio,

também identificadas na literatura marxista através do conceito de Modo de Produção Asiático. Tais civilizações, mesmo com todo o aporte científico da época a favor para garantir sua sobrevivência, ainda sentiu necessidade de ocupar novos territórios (BURNS; LERNER; MEACHAM, 1982, WALDMAN, 2006; TUAN, 2005).

Dáí pode-se considerar que as fronteiras mantêm-se como símbolos dos aspectos políticos das nações e, tidas desta forma, não podem ser desvirtuadas baseando-se em critérios ou políticas distintas ao que cada Estado-nação concebe como referência para gestão do seu território (BARRETO; WASSEM, 2012). No entanto, em termos culturais, os processos de territorialização vão considerar as questões de identidade e pertencimento (como se verifica repetitivamente no drama vivenciado pelas comunidades indígenas brasileiras e os conflitos históricos decorrentes da demarcação de suas terras).

Os sentimentos provocadores de novos processos de territorialização (reterritorialização) são abordados por Haesbaert a partir do pensamento. Para o autor:

Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro. Desta forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionam como elementos constitutivos do território, ele também vai operar numa desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: “a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização” (...). Esta reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado. (HAESBAERT, 2010, p. 131).

Assim, Haesbaert afirma que a desterritorialização é um fenômeno provocador de reterritorialização, e que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas”. (HAESBAERT, 2010, p. 138).

Somado a isso, há o fenômeno provocado pela globalização, que torna as fronteiras territoriais mais tênues com o advento dos meios de comunicação e informação. Haesbaert (2010, p. 158), tomando por base os estudos de Giddens (1991), afirma que:

Um dos traços fundamentais que caracterizam a modernidade radicalizada (nos termos de Giddens) é a base tecnológica, fundada pela informatização, que teria “desencaixado” espaço e tempo de tal forma que não podemos mais delimitar grupos sociais e culturais a partir de uma base territorial bem definida. O contato multiescalar, do local ao global, complexificou muito as relações sociais e fez com que escalas tradicionalmente bem definidas e dominantes, como a do Estado-nação e

da “região”, se tornassem mais patamares de intermediação do que escalas centrais de referência.

Ao se pensar na ideia da flexibilização de fronteiras⁵ sob a ótica da modernidade e globalização, tendo em vista que a constituição de novos territórios decorre de um processo histórico social, a afetividade perde espaço por estar relacionada à identidade, que não tem o mesmo significado em um processo que tem relações acontecendo em espaços de tempo tão voláteis. No processo de aproximação decorrente da globalização, as relações sociais estão mais voltadas à aproximação dos mercados do que ao modo de vida das pessoas ou a questões de identidade.

No contexto regional, como o ambiente rural ou de pequenas cidades, bairros e comunidades, as relações são mais próximas, o que permite uma reorganização do espaço e das relações socioafetivas. Este olhar sensível sobre a reorganização espacial – e territorial – tem sido objeto de estudo da Geografia por meio das análises empreendidas com uso da cartografia afetiva ou cartografia sentimental como método. Neste sentido, Rolnik (1989, p. 46) afirma que “as cartografias vão se desenhando ao mesmo tempo (e indissociavelmente) em que os territórios vão tomando corpo: um não existe sem o outro. [...] a produção do desejo, a produção de realidade, é ao mesmo tempo (e indissociavelmente) *material, semiótica e social*”. A autora menciona ainda que, “toda cartografia foi se fazendo ao mesmo tempo que certos afetos foram sendo revisitados (ou visitados pela primeira vez) e que um território foi se compondo para eles”, ou seja, como afirma Henning “as ressignificações não se cristalizam, elas fluem e acompanham a transformação do território” (HENNING, 2017).

No que diz respeito aos agenciamentos – provocadores destas ressignificações –, Deleuze e Guatarri (1997) consideram-nos como escolhas, como estruturas sociais dinâmicas. Para os autores, os agenciamentos constituem-se de uma série de impulsos responsáveis por ativar algumas capacidades nos sujeitos. Tomando o exemplo da luta dos camponeses pela reforma agrária, tal impulso pode ser traduzido em insegurança (medo) pela falta da terra, que representa a moradia e o lugar de onde se tira o sustento.

Portanto, a formação de territórios demanda de agenciamentos produtores de mudanças. Tais agenciamentos provocam o processo de desterritorialização e reterritorialização, contribuindo para a refuncionalização dos territórios. Os agenciamentos

⁵ Embora se compreenda que as fronteiras constituem-se politicamente com relação aos critérios de cada Estado-nação, tal flexibilização é perfeitamente compreensível quando se observa, por exemplo, as alterações decorrentes da pandemia provocada pelo COVID-19, iniciada em 2020 e cujos os efeitos deverão ser sentidos por muitos anos em diversos países de forma semelhante.

estão ligados aos desejos impulsionadores de mudanças. Estas “forças” nos dizeres de Deleuze e Guatarri (1997), podem ser individuais e/ou coletivas e são responsáveis pela mobilização. Por sua vez, os agenciamentos (forças impulsionadoras de mudanças) existem em razão da afetividade.

Hutta (2020) apresenta uma abordagem afetiva para o estudo do território e da territorialidade, propondo o entendimento dos processos de des-territorialização e re-territorialização como inerentemente afetivos. Para o autor, o processo de territorialização está conectado a afetos; ele aborda o assunto tomando por base três postulados: 1) o afeto é indicativo de modificações nas capacidades de agir; 2) os afetos não são apenas expressos ou experimentados no território, eles também são constitutivos de território; 3) a topofilia⁶ não é a única ou principal relação afetiva entre sujeitos e territórios.

Propondo o conceito de cartografia do aconchego, Hutta (2020) afirma que qualquer des-re-territorialização é afetiva, e que embora os afetos possam ser sentidos individualmente, desdobram-se como parte integrante de processos mais amplos. Assim, a missão da cartografia afetiva é interrogar as formas predominantes de amplificar ou ignorar os efeitos associados de processos da des-re-territorialização, avançando em direção a outras articulações afetivas.

Neste sentido, a afetividade tem lugar central ao tratar da questão territorial. Guattari (1992, p. 157-158) aborda a afetividade na relação com a cidade. O autor menciona que:

Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação. Um bairro pobre ou uma favela fornecem-nos um outro discurso e manipulam em nós outros impulsos cognitivos e afetivos.

Assim, compreende-se que a relação da sociedade com a cidade é impulsionada pela forma como a sociedade afeta e é afetada pela cidade. No campo as relações não são muito diferentes. As paisagens afetam e são afetadas pelos sujeitos por meio da corporeidade. Lindón (2012, p. 715-716) explica que:

Por tener corporeidad es que el sujeto se apropia del espacio y el tiempo que le acontece, lo transforma, le otorga valores y significados particulares, y ahí lo carga de memoria de lo vivido. Desde el cuerpo se general a corporeidad que se manifiesta a través de la motricidad (movimiento con intención) y que sólo es posible

⁶ Conceito de Tuan (1980) para designar o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.

frente a la insoslayable espacialidad. Y en esa relación omnipresente de los cuerpos con sus espacios de vida, siempre se activan emociones.

A autora chama a atenção para questão da individualidade quando menciona a apropriação que a corporeidade do sujeito faz do espaço e do tempo, transformando-o e fornecendo-lhes valores e significados que carregam memórias e vivências. Estas impressões individuais também ficam impressas nas paisagens que compõem e afetam o território.

As relações sociais são normatizadas por regras e valores que estabelecem as formas de comportamento e as intensidades de interação em todos os setores da vida. A produção social relacionada ao afeto é normatizada de acordo com as convenções sociais, podendo ser tomada como fragilidade ou potencialidade dos sujeitos. Assim, a afetividade pode ser alvo das forças de coesão – quando em situações de luta por um ideal comum, por exemplo – ou coerção, no caso de subjugação de minorias.

A sociedade, em seu íntimo, torna-se o cenário de transposição de afetos, no qual os agenciamentos são elementos do tecido social que emanam conflitos e suas divergências que evidenciam interesses coletivos, porém, dicotômicos. Nesta abordagem, entender a afetividade remete compreender o possível do aceitável, assim como, o que é coerção para os interesses dos agenciadores das massas em relação a construção da afetividade direcionada em causa própria. Determinados agenciadores provocativos, transvestidos de carga afetiva tornam, inconscientemente, a maturidade dos afetos, e com isso rompem com as normas e regras estabelecidas na qual os códigos de comunicação podem transgredir sua própria afetividade em detrimento dos agenciamentos involuntários provocados pelo ambiente. De acordo com Safatle (2016, p. 18-19) a sociedade enquanto circuito de afetos é gerida politicamente com o advento da incerteza como agenciamento do controle. Para o autor,

(...) compreender a sociedade como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma. Pois, se, de todas as paixões, a que sustenta mais eficazmente o respeito às leis é o medo, então deveríamos começar por nos perguntar como ele é produzido, como ele é continuamente mobilizado. De forma mais precisa, como se produz a transformação do medo contínuo da morte violenta, da despossessão dos bens, da invasão da privacidade, do desrespeito à integridade de meus predicados em motor de coesão social.

Neste sentido, Hutta (2009) analisa o medo como tema central de governabilidade. O autor reflete sobre o sentimento de segurança como função e meio de subjetivação, um modo das pessoas compreenderem e produzirem elas mesmas suas relações com os espaços habitados.

Em adição, Hutta (2009, p. 252) introduz o conceito alemão de *Geborgenheit*, traduzido genericamente como segurança, contudo apreende o sentido afetivo, psicológico, sem englobar o significado de segurança política, alimentar, econômica, militar, ambiental, mas que, segundo o autor, “na verdade, evoca uma sensação imediatamente positiva de abrigo, aconchego e bem-estar” (tradução nossa)⁷. Em outras palavras, o conceito pode ser entendido como sensação de bem-estar, de aconchego, de sentir-se “em casa”. Esta materialidade que transcende o espaço físico também é notória em Bachelard (1993, p. 358) quando menciona que “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa”.

O conceito de *Geborgenheit* proposto por Hutta (2009) contribui para compreensão do aspecto afetivo e intersubjetivo, dinâmica presente na vida cotidiana. As sensações de bem-estar estão intimamente ligadas às condições de vida e à memória na relação com o território, considerando que “a memória não é a reprodução do passado, mas sua elaboração criativa a partir de razões do presente” (DEVOS; ROCHA, 2014, p. 151-152).

A memória torna-se coletiva ao considerar coletivamente os símbolos, lugares, práticas, saberes de um determinado território. As trajetórias no tempo e as marcas no território habitado fazem parte da construção cultural, que está intimamente ligada ao ambiente vivenciado no tempo e no espaço. A interpretação das narrativas vivenciadas pelos detentores da memória coletiva é que irão determinar a relevância das mesmas no tempo presente. Dito de outra forma, os agentes elegem e estabelecem o que fica para o marco da História do território, com sua significação geográfica do afeto e sua trajetória no espaço que se liga às fontes dos provocativos do patrimônio socioafetivo.

Também vale ressaltar que o natural e o artificial passaram por um processo de simbiose, decorrente da forma como a sociedade considera o natural. Assim, o que se pensa ser natural não o é, e o que é artificial torna-se natural quando incorporado à natureza. Isso ocorre em termos culturais e ambientais e relaciona-se também ao tempo. Criações consideradas diferentes e inovadoras para uma geração são consideradas banais para as gerações seguintes, pois se apresentam como naturais diante delas. Por isso, descobrir se um objeto, uma tradição, um modo de fazer ou a própria relação com o território é natural ou artificial, demandará o entendimento de sua História, de sua gênese (SANTOS, 1988). Portanto, são as afetividades que determinam o que é relevante ser preservado. Neste ponto de vista, Torres (2014, p. 169) afirma que:

⁷ “actually evokes an immediately positive sense of sheltered-ness, nested-ness, and well-being”.

Ninguém pode desconhecer a relevância do passado na compreensão do presente e na definição do que deverá ser o porvir. Mas, se existe um instrumento feito à medida das necessidades políticas urbanas atuais, esse é o patrimônio. A riqueza patrimonial – material ou imaterial, tombada ou não, preservada, protegida, defendida e até questionada – converte-se no argumento para provocar a sensação de viver num meio único, na chave para se sentir parte de algo, para conseguir chamar de “nossa” alguma coisa. Ele é o conteúdo da forma que se quer amostrar. É, numa perspectiva mais crítica, uma maquinaria de sensibilização.

Para algo ser considerado patrimônio, seja ele material ou imaterial (cultural, natural...) é preciso que ele tenha relevância para uma determinada sociedade. As comunidades consideradas tradicionais, tais como moradores de assentamentos rurais, quilombos e grupos indígenas - para citar apenas três exemplos - podem vivenciar contextos culturais cujas dinâmicas possibilitam a construção de memórias afetivas relacionadas ao território por elas ocupado. Conforme aponta Braga (2011, p. 2):

Por meio da ideia de *patrimônio cultural*, muitas delas se organizam a fim de protagonizar as discussões acerca de dificuldades em dar continuidade a uma determinada *tradição*, propondo ações e parcerias na busca de soluções. Muitas vezes, o pleito dessas comunidades não está diretamente relacionado com a *salvaguarda* de uma determinada memória social, porém se refere a necessidades de outra ordem de direito à cidadania (acesso a condições materiais como saneamento básico, posse de terras tradicionais, presença de escola pública de qualidade, etc). (grifos do autor).

Assim, as comunidades tomam como agenciamento o processo de patrimonialização para ressignificarem seus territórios. É desta forma, que uma paisagem, construção, modo de fazer torna-se alvo de interesse da própria comunidade, do Estado que age por meio de políticas de preservação ou apropriação, e do turismo.

Por isso, a Educação Patrimonial torna-se fundamental para que as comunidades permaneçam protagonistas na gestão de seus patrimônios, indicando os “rumos que as futuras políticas preservacionistas devem tomar” (BRAGA, 2011, p. 2-3).

O bem cultural contextualizado em sua comunidade de origem depende da interlocução de quem vivencia aquele bem para ter sentido. Caso contrário, corre-se o risco de tornar-se objeto musealizado de pouca significância, como os inúmeros já encontrados em museus em todo o mundo. A preservação do patrimônio histórico e cultural demanda que a sociedade (crianças, adolescentes, idosos, líderes comunitários, empresários, entre outros segmentos) passem a conhecê-lo e valorizá-lo. E isto é possível por meio da Educação

Patrimonial, que atua considerando o patrimônio como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Com o advento da Sociomuseologia⁸ e a criação de museus deslocados dos centros urbanos, a instituição museológica aproximou-se das questões sociais, transformando-se de “museus-palácio” em espaços de resistência de culturas tradicionais, cedendo lugar para conhecimentos populares e valorização da História e memória locais e regionais.

Atualmente, a constituição de ecomuseus, museus de território e espaços de memória descentralizadas nas cidades e na área rural vem contribuindo para a questão do acesso, da frequência e da noção de pertencimento ao patrimônio histórico e cultural das pessoas. (SOUZA; SILVA; FACCIO, 2018, p. 226).

É no envolvimento das comunidades com estes tipos de museus que a afetividade em relação ao território se especializa, se ramifica e se consolida. Sentimentos como pertencimento, empoderamento, orgulho, segurança, afeição emergem com o entendimento de que o patrimônio de que trata o museu é o **seu** patrimônio comunitário, que **sua gente e seu modo de ser e fazer** estão ali representados.

⁸Moutinho (2007) conceitua Sociomuseologia “como uma área disciplinar de ensino, investigação e actuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território”.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA AMBIENTAL RELACIONADA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Este capítulo busca refletir sobre a História Ambiental enquanto contribuinte da gestão ambiental e o papel do Estado e da sociedade na preservação da natureza e do patrimônio material e imaterial da nação, verificando, para isso, algumas das principais legislações e políticas públicas de gestão ambiental e patrimonial.

2.1 Contribuições da História Ambiental

Pensar em meio ambiente é pensar não apenas no funcionamento da natureza, mas também nas relações das sociedades humanas com o ambiente natural. Assim, compreender a História Ambiental é entender a trajetória do ser humano no planeta uma vez que as marcas de intervenção antrópica na natureza expressam-se não apenas nas paisagens perceptíveis ao olhar, mas também nos vestígios arqueológicos e na memória preservada por gerações por meio da História Oral.

De acordo com Franco et al (2012), a História Ambiental enquanto disciplina surgiu no cenário acadêmico na década de 1970 em decorrência das preocupações com relação aos processos de degradação decorrentes do modelo econômico adotado pelas nações. Os primeiros historiadores ambientais, norte-americanos, partiram da história de ocupação dos Estados Unidos relacionada à preservação da natureza intocada. Posteriormente, estimulados pelo discurso ambientalista, surgiram as primeiras produções científicas em História Ambiental.

A “gênese da evolução” deste novo campo de conhecimento científico pode ser estabelecida, portanto, na década de 1970. Pádua (2012) infere que em 1972 foi ministrado o primeiro curso universitário com o título “História Ambiental”, na universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Em 1977, criou-se a primeira sociedade científica de investigação em História Ambiental, a *American Society for Environmental History*, formalizando a História Ambiental no campo da pesquisa científica.

Ao se tratar do objeto de estudo, a História Ambiental partiu das análises sobre a intervenção humana no meio ambiente, recebendo reflexo das preocupações dos movimentos ambientalistas na década de 1970 e dos processos de globalização estimulados pelas

inovações tecnológicas empreendidas nas décadas seguintes. Nesta perspectiva, Pádua (2012, p. 19) afirma que nas últimas décadas, “as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas”.

É neste ponto que se pode compreender a História Ambiental como facilitadora dos processos de gestão ambiental, uma vez que ela parte do estudo e análise das modificações do pensamento humano em relação ao funcionamento da natureza e sua influência na sociedade. Sobre o assunto, Pádua (2012, p. 19) comenta que as mudanças epistemológicas consolidadas no século XX na pesquisa científica em História Ambiental podem ser sintetizadas em:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive a ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução dos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

As análises sobre os impactos antrópicos ao meio ambiente são relativamente recentes, relacionadas a marcos históricos socioeconômicos como a organização das primeiras sociedades em cidades, as expansões marítimas europeias, o início da industrialização, para citar apenas três exemplos. Mas, cumpre reafirmar que, eclodido nas décadas de 1960/1970, este debate direcionou a grande mudança de perspectiva na relação sociedade-natureza em todas as áreas do conhecimento, atingindo as esferas sociais e adentrando nas agendas políticas das nações que, na época, estavam mais preocupadas com a escassez de recursos que pudessem apresentar desequilíbrio ao desenvolvimento tecnológico e econômico vigente.

No que tange aos marcos cronológicos, Pádua (2012) refere-se à recente discussão sobre a revolução cronológica nas ciências ambientais, cujos questionamentos envolvem a origem das estruturas geológicas do planeta Terra e das espécies que nela habitam incluindo-se, obviamente, a espécie humana. Neste sentido, cabe aos historiadores ambientais a busca por metodologias que “permitam investigar a história humana em um marco temporal mais amplo” (PÁDUA, 2012, p. 25). Em outras palavras, sob esta nova ótica epistemológica, o historiador ambiental amplia o horizonte de sua pesquisa, seja em grande área de abrangência ou em um recorte mais modesto, tendo como perspectiva o dinamismo com que as transformações no meio físico ocorrem e afetam o ser humano e, de outro lado, por eles são também afetados.

Sobre a terceira mudança epistemológica citada pelo autor, tem-se que o meio ambiente vem sendo considerado sob o viés da dinamicidade de seus processos naturais e não mais como algo estático “pronto e acabado que serviria de referencial estável para a agitação

do viver humano” (PÁDUA, 2012, p. 26). Os avanços teóricos em relação aos estudos sobre natureza, estimulados pelas Teorias dos Sistemas Complexos e Teoria do Caos que colocaram em discussão a ideia de uma natureza dinâmica, caótica e em constante transformação, trouxeram para a História Ambiental o desafio de considerar a natureza como algo em constante reconstrução. Nas palavras do autor “em linhas gerais, ela passa pela transformação da ideia de história natural – de uma descrição organizada do mundo vivo, segundo a tradição clássica, para a visão da própria natureza como história” (PÁDUA, 2012, p. 27).

As modificações epistemológicas na área permitiram que a História Ambiental deixasse de ser reduzida à análise histórica das transformações da natureza pelo ser humano e passe a ser incorporada “na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica” (PÁDUA, 2012, p. 33), trazendo novos olhares para os objetos de análise da historiografia contemporânea.

Donald Worster, um dos pesquisadores pioneiros na área, afirma que:

A natureza muda, afirmamos, ainda que nem sempre as mudanças sejam aparentes para os observadores. O que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo, seja para os ambientalistas ou para os agentes do desenvolvimento. O que nós quisemos no passado teve consequências que ninguém esperava; surpresas, resultados imprevisíveis, muitas decepções, algumas delas trágicas. Os historiadores investigam todas essas questões e ajudam a criar um contexto intelectual para a sociedade em que eles vivem, desafiando o pensamento simplista ou as expectativas irreais. (WORSTER, 2012, p. 368).

Nesta linha de pensamento, Worster (2012) concebe a História Ambiental como instrumento de aprendizado dos erros e acertos do passado, servindo na tomada de decisões para o futuro da conservação do planeta. Para ele, “a história conta muitas histórias de insensatez humana, de morte e declínio. Se optarmos ou não por aprender com o passado, se escolhemos aprender ou ignorar esse passado, o passado é nosso único instrutor” (WORSTER, 2012, p. 384).

Portanto, a História Ambiental configura-se como importante instrumento aos processos de gestão ambiental por fornecer informações relevantes sobre a relação sociedade-natureza ao longo do tempo, provocando reflexão sobre o futuro da humanidade que se processa a partir das tomadas de decisões em diferentes níveis uma vez que demandas locais podem impactar a humanidade como um todo⁹.

⁹ A título de exemplo, destacam-se os crimes ambientais de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), quando as barragens da mineradora Vale se rompem em Minas Gerais ocasionando mortes e diversos impactos desastrosos ao meio ambiente, que poderão ser sentidos por mais 100 anos e a milhares de quilômetros de distância do local da ocorrência.

2.2 Gestão ambiental e políticas públicas

A gestão do território implica pensar em estratégias de conduzir a ocupação da porção terrestre e aquática e de seus elementos constituintes de maneira sustentável. O território envolve relações entre sociedade e natureza, mediadas por questões políticas, econômicas, afetivas e culturais. A gestão do território por meio de políticas públicas ocorre através do Estado, que atua como regulador e “indutor na ocupação do território”. Como afirma Moraes (2005, p. 145), “pensa-se no Estado como agente regulatório e harmonizador, e não como gerador de impactos negativos (sociais, ambientais e econômicos)”.

Secchi (2012, p. 1), define política pública como o “conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Sem grandes pormenores, as políticas públicas constituem-se de um conjunto de ações tomadas pelo governo e que afetam a sociedade como um todo, independente de nível social, grau de escolaridade, diversidades culturais ou étnicas. Höfling (2001, p. 31) as define como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Para Moraes (2005, p. 29-30),

As políticas públicas podem ser agrupadas em três grandes campos: políticas econômicas (cambial, financeira, tributária etc.), políticas sociais (educação, saúde, previdência etc.) e políticas territoriais (urbanização, regionalização, transportes etc.). É óbvio que as políticas econômicas e sociais possuem sua espacialidade, cuja materialização permite-nos falar em estruturas geoeconômicas, geoeducacionais etc. Porém existem ações estatais que modulam o espaço, qualificando-o como condição para outras espacializações. A estas políticas denominamos territoriais, isto é, as que produzem espaço.

No âmbito das políticas públicas relacionadas ao território, encontram-se as políticas de gestão e preservação ambiental e patrimonial. Dentre as políticas relacionadas ao meio ambiente, algumas merecem destaque:

- **Lei 6.803/1980:** Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. A Lei de Zoneamento Industrial estabelece os padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo-se para tanto, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Também designa o poder público em suas diferentes esferas às ações fiscalizatórias.
- **Lei 6.902/1981:** Estabelece as diretrizes para a criação das Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental (APA's). Por meio desta lei, as Estações Ecológicas

precisam ter 90% do território intocadas e apenas 10% podem sofrer alterações apenas para fins acadêmicos. No entanto, conforme art. 1º, § 3º, “as pesquisas científicas e outras atividades realizadas nas Estações Ecológicas levarão sempre em conta a necessidade de não colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes”. Áreas de Proteção Ambiental são propriedades privadas regulamentadas pelo órgão público competente para o desenvolvimento de atividades econômicas que não agridam o meio ambiente.

- **Lei 6.938/1981:** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Esta política busca assegurar condições ao desenvolvimento social e econômico, preservando a segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana. Sendo a primeira lei federal a considerar o meio ambiente em sua totalidade, a lei proíbe ações poluentes com previsão de pagamento de indenização por danos ambientais, designando ao Ministério Público as ações punitivas em forma de recuperação ou indenização. Obriga ao licenciamento ambiental, além de regulamentar o uso dos recursos ambientais. Também instituiu a PNMA e o SISNAMA.
- **Lei 7.735/1989:** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica e cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. A lei determina a competência do Ibama a realização da Política Nacional do Meio Ambiente, atuando como fiscalizador e controlador da exploração de recursos naturais em território nacional.
- **Lei 7.802/1989:** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. A Lei dos Agrotóxicos, embora pouco eficiente, surgiu resposta a manifestações da sociedade e ainda é objeto de discussão (COGHETTO, 2016).
- **Lei 8.171/1991:** Dispõe sobre a política agrícola. Esta lei prevê a obrigatoriedade de recuperação dos recursos naturais por parte das empresas que exploram

economicamente águas represadas, incluindo-se as concessionárias de energia elétrica. Por meio desta política, o poder público é responsável por fiscalizar o uso racional do solo, dos recursos hídricos, da fauna e da flora.

- **Lei 9.433/1997:** Institui a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, condiciona a intervenção em águas públicas à autorização do órgão competente. A Lei das Águas institui a cobrança pelo uso da água por ser um recurso limitado e que possui alto valor econômico. Também prevê a gestão participativa por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas.
- **Lei 9.605/1998:** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Esta política conhecida como Lei de Crimes Ambientais considera crimes ambientais os crimes contra a fauna (matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, cf. Art. 29); crimes contra a flora (receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento, cf. Art. 46); crimes de poluição ambiental e outros (causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, cf. Art. 54 e construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, cf. Art. 60). A lei também estabelece que os órgãos ambientais funcionem como mecanismos para punição dos crimes praticados por organizações.
- **Lei 12.305/2010:** Estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, e define as responsabilidades dos geradores e do poder público. A lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), define o que são resíduos sólidos e estabelece normas para disposição final ambientalmente adequada dos

rejeitos. Estabelece, ainda, sobre a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS.

- **Lei 12.651/2012:** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Trata-se no Novo Código Florestal Brasileiro, que revoga o código de 1965 e estabelece a responsabilidade de proteção do meio ambiente da Área de Preservação Permanente (APP) e da Reserva Legal (RL) ao proprietário de espaços que as possui. Com base nesta política pública, as áreas florestais do território nacional e demais reservas de vegetação nativa são reconhecidas e consideradas como bens de interesse comum a todos os habitantes da nação.

A discussão sobre a eficácia de políticas públicas voltadas à preservação ambiental é ampla. Há controvérsias, por exemplo, sobre a ineficácia da Lei sobre Agrotóxicos (Lei 7.802/89) e sobre flexibilização instituída pelo Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/12), que amplia a área produtiva nas propriedades rurais, favorecendo o agronegócio.

Pode-se pensar que, em ambos os casos supracitados há, de um lado da sociedade, os apoiadores da flexibilização das leis em prol do desenvolvimento econômico, da geração de renda e da criação de postos de trabalho. De outro lado, há a preocupação com a escassez e degradação dos elementos naturais ao passo que estes são recursos limitados e, por vezes, irrecuperáveis.

Moraes afirma que “o uso racional dos elementos da natureza, o respeito pelo patrimônio natural nacional, políticas territoriais não dilapidadoras, tudo passa pelo controle que a sociedade exerce sobre o Estado” (MORAES, 2005, p. 42). No entanto, a elaboração de políticas públicas voltadas ao meio ambiente nem sempre cumpre com a função proposta. No universo controverso de elaboração e implementação de políticas públicas atuam dois segmentos: os estatais, constituídos por membros do Governo ou do Estado e os privados, que são os membros da sociedade civil (LOPES; AMARAL, 2008).

No caso das políticas públicas de gestão e preservação ambiental, Moraes destaca a atuação duvidosa do Estado, pois “parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais

agentes de degradação” (MORAES, 2005, p. 57). Para além deste fato, a política pública pode ser generalista demais. Souza aponta que:

Um programa federal, quando chega às esferas estadual e municipal, normalmente necessita de ajustes que o aproxime da realidade a qual se pretende atingir e interferir. Neste sentido, a participação social na viabilidade desta política pública torna-se fundamental para sua aceitação e execução no cotidiano da sociedade. (SOUZA, 2015, p. 47).

A participação da sociedade civil na elaboração e implementação das políticas públicas torna-se fundamental para efetiva resolução de problemas. Afinal, como afirma Gohn (2006, p. 536), “uma sociedade democrática só é possível pela via da participação dos indivíduos e de grupos sociais organizados”. Para autora, a transformação da sociedade se faz a partir do local, pois é no âmbito do território que a comunidade se organiza, se emancipa e se transforma. Segundo ela, “o poder local de uma comunidade não existe *a priori*: tem de ser organizado e adensado, em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política” (GOHN, 2006, p. 536).

No que tange às legislações e normativas voltadas à gestão e preservação do patrimônio, merecem destaque:

- **Decreto Lei 25/1937:** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A Lei do Patrimônio Cultural dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conceituando o patrimônio histórico e artístico nacional, em seu art. 1º “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Esta norma institui o principal e mais antigo instrumento de preservação do patrimônio: o tombamento. Cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão nacional que tem por finalidade determinar, organizar, conservar, zelar e divulgar o patrimônio histórico e artístico nacional.
- **Lei 3.924/1961:** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. A norma estabelece condições para proteção do patrimônio arqueológico emerso, normatiza escavações arqueológicas, descobertas e trânsito internacional de materiais arqueológicos.

- **Lei 7.542/1986** (alterada pela Lei 10.166/00): Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.
- **Decreto 3.551/2000**: Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. O Registro do Patrimônio Imaterial constitui-se de ação fundamental em prol do reconhecimento da diversidade cultural, da valorização da identidade e da memória nacional. Este decreto também institucionaliza o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), promovendo ações do governo federal de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial.
- **Lei 11.483/2007**: Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. A Lei de Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário, criada após a extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), atribui ao Iphan a responsabilidade de “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural oriundos da extinta RFFSA e zelar pela sua guarda e manutenção”. Portaria nº 407/2010 torna pública a lista do Patrimônio Cultural Ferroviário protegido Iphan.
- **Portaria Iphan 127/2009**: Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. A normativa reconhece a importância cultural de partes específicas do território nacional que são representativas do processo de interação da sociedade com a natureza ao longo do tempo. Esta política prevê a gestão compartilhada desses locais. Apesar de haver prerrogativas, até março de 2020 nenhum elemento da paisagem havia sido tombado no território brasileiro (TOLENTINO, 2019).
- **Lei 11.904/2009**: Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Designada por Estatuto dos Museus, esta normativa regulamenta a política e a organização do setor museológico brasileiro e do Sistema Brasileiro de Museus (SBM).
- **Decreto 8.124/2013**: Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. O IBRAM, previsto como meta da Política Nacional dos Museus tem por finalidade a “interação entre

os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais”, além da “gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos”. O IBRAM é responsável pelo gerenciamento da Plataforma Museusbr, que consiste no cadastro dos museus em atuação no território nacional, com a finalidade de diagnosticar e mapear a diversidade de instituições.

- **Portaria 375/2018:** Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. A PPCM apresenta diretrizes para os processos de reconhecimento e proteção dos bens culturais de natureza material. Dispõe sobre os patrimônios oriundos das comunidades indígenas e quilombolas.

As legislações de proteção do patrimônio edificado foram as primeiras políticas públicas a serem criadas com vistas a preservação dos monumentos, casarões barrocos, palácios e demais obras da arquitetura relevantes para constituição da memória nacional elitista. Com o passar do tempo, outros grupos sociais passaram a questionar a efetividade destas políticas para a proteção de elementos específicos de sua cultura, em razão da ausência de significado dos bens até então patrimonializados para as comunidades (TOLENTINO, 2019).

Passaram então a surgir novas normativas que pudessem reconhecer e valorizar o patrimônio cultural dessas comunidades, como o Decreto 3551/2000 que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e a Portaria 375/2018 que institui a Política de Patrimônio Cultural Material.

2.2.1 Políticas de Educação Ambiental e Patrimonial

A participação popular na elaboração e implementação das políticas públicas brasileiras vem ampliando em razão da tomada de consciência provocada pelos movimentos em prol dos direitos das minorias, que cobram a questão da corresponsabilidade da gestão ambiental e patrimonial como necessária à garantia de direitos – e deveres – enquanto cidadãos conscientes e cada vez mais críticos. Assim, a atuação do poder público vai se modificando a medida em que ocorrem novos embates com a sociedade que fazem com que o modelo *top down* vá sendo aos poucos verticalizado.¹⁰

¹⁰ Como aponta Monteiro (2016, p. 26), “enquanto o processo de formulação de políticas públicas segue uma lógica eminentemente política, de interação de grupos na esfera social e política, a implementação orienta-se no âmbito da política administrativa. Portanto, a implementação não depende do processo decisório de base porque

No entanto, em termos de políticas de Educação Ambiental e Patrimonial, verifica-se que o avanço no sentido de uma participação mais efetiva da população requer maior envolvimento dos segmentos da sociedade em promover mudanças mais significativas no contexto atual¹¹.

Novas leituras e abordagens se fazem presentes no âmbito acadêmico – científico que avança na tentativa de resolver os problemas que a sociedade apresenta. Porém, tais avanços teóricos não se percebem materializados nas normativas brasileiras. Outro fato de destaque é a incapacidade de fiscalização do poder público, que envolve o complexo trabalho integrado de diferentes esferas do poder e, por vezes, terceirização que nem sempre funcionam. Neste cenário, a gestão participativa contribui para absorver e sistematizar as demandas da população, superando as lacunas entre elaboração e implementação da política pública, melhorando a comunicação entre os segmentos do governo – seja ele municipal, estadual ou federal – e a quem interessa aquela determinada política.

No caso das políticas que envolvem Educação Ambiental e Patrimonial, a participação popular deveria ser expressiva, visto que o tema interessa e envolve a sociedade como um todo. É sabido que há necessidade de ajustes em conformidade com as especificidades dos diferentes territórios que compõem a nação, o que torna sua efetivação tão complexa.

A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 é o instrumento legal que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Apesar das discussões sobre a necessidade de marcos reguladores do tema terem se iniciado entre os anos 1960 e 1970, no Brasil, é por meio desta lei que a Educação Ambiental passou a ser considerada com maior abrangência.

No âmbito deste dispositivo, a Educação Ambiental é concebida por “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. O documento considera a Educação Ambiental como “componente essencial e permanente da educação nacional”, devendo estar disponível em todos os níveis e modalidades de ensino

quem formula não controla a implementação da política. A implementação ocorre num contexto distinto, de atores e interesses diversos aos dos formuladores. Contexto este que envolve a possibilidade da incompetência técnica dos burocratas, a discricionariedade no processo de decisão, a mudança das regras, dos acordos, dos conflitos e dos atores estabelecidos previamente”.

¹¹ Durante a participação nas mesas de debates sobre o engajamento popular nas ações afirmativas com relação a elaboração e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental e Patrimonial organizados no âmbito do XIII ENANPEGE – Encontro Nacional da ANPEGE (São Paulo, USP, 2019), ficou nítida a intenção do Estado em desencorajar processos de salvaguarda, tombamentos e novas reservas ambientais em detrimento de minorias privilegiadas e a pouca pressão exercida por parte da sociedade neste cenário. O desmantelamento do IPHAN por meio da substituição de cargos especializados por administrativos também foi amplamente discutido neste evento.

formal e informal, apresentando-se como direito de todos. Cabe, assim, ao poder público a definição de políticas públicas capazes de abranger a Educação Ambiental com vistas à sensibilização da sociedade em prol da “conservação, recuperação e melhoria do Meio Ambiente”.

A legislação determina como princípios básicos da Educação Ambiental:

- I – O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III – O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

Pela redação, é possível perceber a visão sistêmica e interdisciplinar em relação à abrangência que se espera que a Educação Ambiental tenha no processo educativo como estratégia de gestão, implícitas especialmente nos incisos II, III, IV e VII, que abordam temas como sustentabilidade, ética e questões ambientais em diferentes escalas.

Como objetivos, a Educação Ambiental no âmbito da política nacional prevê:

- I – O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – A garantia de democratização das informações ambientais;
- III – O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Aqui mais uma vez cumpre ressaltar o viés atrelado à questão ambiental, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de uma compreensão integrada de meio ambiente (inciso I), ao fortalecimento (ou formação?) de uma consciência crítica (inciso III), incentivo à participação individual e coletiva (inciso IV) e a cooperação entre as diferentes regiões do país (inciso V) sugerindo soluções integradas para uma temática comum.

A Política Nacional de Educação Ambiental é prerrogativa dos órgãos e entidades vinculadas ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sendo prioritários os financiamentos a ele vinculados. Mas também há abertura para instituições educacionais públicas e privadas, demais órgãos da esfera pública e organização não governamentais que atuem em Educação Ambiental a oportunidade de desenvolvimento de programas e ações. As linhas de atuação da política abrangem participação de recursos humanos, pesquisas e estudos na área ambiental, materiais educativos, acompanhamento e avaliação de processos educacionais.

Sobre as capacitações, é mencionada a inclusão da temática ambiental nos cursos de formação de educadores e em todos os níveis e dos profissionais de todas as áreas, a capacitação de profissionais para ações de gestão ambiental e de demais segmentos da sociedade voltados à questão ambiental. No documento, são previstos estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento de metodologias, difusão de conhecimentos e informações, busca de alternativas curriculares, apoio a iniciativas locais e regionais e incentivo a elaboração de banco de dados e imagens em rede visando subsidiar as ações citadas.

O legislador descreve Educação Ambiental no ensino formal como ações curriculares das instituições de ensino públicas e privadas em todos os níveis educacionais, desde a Educação Básica até à Educação de Jovens e Adultos. Nesta modalidade, a Educação Ambiental configura-se como práticas integradas, contínuas e permanentes, não devendo ser implementada como disciplina curricular, mas como tema transversal. Já nos cursos de especialização e formação técnico-profissionais é facultada a criação da disciplina.

Por Educação Ambiental não formal, o documento compreende “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Fica prevista a responsabilidade do poder público, em suas esferas municipal, estadual e federal, na difusão de programas de Educação Ambiental nos meios de comunicação, a participação das escolas, universidades, ONGs e empresas públicas e privadas na elaboração e execução destes programas. Fica registrado que os programas devem voltar-se à sensibilização da sociedade, das populações tradicionais e dos agricultores a respeito da importância das unidades de conservação e incentivo ao ecoturismo.

A análise do documento permitiu verificar o distanciamento entre o que está previsto no documento legal e o que está sendo praticado, tanto nas instituições de ensino formal quanto nas iniciativas voltadas à Educação Ambiental não formal. Os projetos escolares

ocorrem desarticulados, unilaterais e desprovidos de efetivo significado e relevância para a clientela escolar. É preciso impactar para que se torne efetivo o aprendizado. Atualmente, com as metodologias ativas e o avanço das tecnologias digitais na educação, os projetos de Educação Ambiental tem se tornado mais atrativos, ao permitirem maior protagonismo dos estudantes que atuam na resolução de problemas reais da escola e da sua comunidade. Porém, nem todas as escolas têm os recursos necessários e os professores precisam de capacitação para o trabalho com tais metodologias. O ensino híbrido, desenvolvido durante o período da pandemia do novo Coronavírus, favoreceu o desenvolvimento de novas estratégias e metodologias educacionais¹², mas muito ainda pode ser realizado para que a Educação Ambiental seja mais efetiva e eficiente.

Em termos de conteúdos, as ações em Educação Ambiental seguem sendo realizadas sem aprofundamentos de assuntos e sem a devida articulação com o cotidiano dos estudantes. Preocupa-se com o urso panda e se esquecem dos problemas ambientais mais latentes à comunidade. Não que a proteção deste mamífero seja irrelevante, mas há preocupações mais próximas à vivência do estudante as quais ele pode envolver-se com maior engajamento.

Outro fator interessante é a banalidade com que o assunto é tratado nas instituições educacionais formais, não formais e pela mídia. Meio ambiente tornou-se jargão que atende a diversos interesses e a questão ambiental passou a preocupar menos as pessoas do que acontecia na década de 1960, quando Rachel Carson levantou a discussão sobre os riscos do uso do DDT (dicloro difenil tricloroetano) à saúde humana e dos animais, bem como dos seus impactos no meio ambiente. A trivialidade da questão ambiental faz com que o assunto torne-se corriqueiro, sem o devido peso que deveria ter.

Salvo as últimas alterações consideradas como retrocessos no cenário político nacional, a legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais complexas do mundo e, ao mesmo tempo, mais difíceis de implementar. Em especial a Educação Ambiental, que requer informações atualizadas e sistematizadas que atualmente são encontradas pulverizadas em diversos órgãos públicos e privados de pesquisa, nas universidades e em demais instituições voltadas à causa ambiental.

Com relação às políticas voltadas à preservação do patrimônio cultural e à Educação Patrimonial, algo semelhante ocorre. De acordo com Corá (2014, p. 1094), “as políticas culturais são ainda hoje pouco exploradas pelos estudos acadêmicos no Brasil. Uma possível

¹² É inegável que o período pandêmico favoreceu o aumento de plataformas *e-learning*s e com elas, novos aplicativos, estratégias e metodologias educacionais de forma a tornar possível o processo e ensino e aprendizagem de maneira mais autônoma. Iniciativas em Educação Ambiental e Patrimonial também foram beneficiadas por estes avanços.

explicação é que a cultura é incipiente como prioridade na agenda política, mesmo havendo um fortalecimento da dimensão cultural nos últimos anos”.

Assim como verificado com as políticas de Educação Ambiental, a participação popular intensificou-se nos últimos anos no que diz respeito à viabilização de projetos de identificação, reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Isso se deve, em parte, em função da criação de novos programas – como o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que viabiliza maior engajamento da sociedade na seleção e proteção dos patrimônios nacionais.

As diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas de Patrimônio é estabelecida pela Portaria nº 137 de 28 de abril de 2016. Este documento prevê a Educação Patrimonial “enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do IPHAN”.

Esta Portaria considera Educação Patrimonial “os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação”. São priorizados o diálogo entre agentes sociais e a participação da comunidade.

O documento aponta como diretrizes da Educação Patrimonial:

- I – Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II – Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III – Valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV – Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V – Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI – Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII – Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- VIII – Considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar (IPHAN, 2016).

A leitura do documento permitiu verificar a intenção de aproximação dos segmentos sociais na gestão do patrimônio cultural brasileiro. O documento cita as Casas do

Patrimônio¹³ como espaços de implementação da Política de Educação Patrimonial pelo IPHAN, além da comunidade local e demais instituições públicas e privadas que se disponham ao desenvolvimento de ações desta categoria.

A Portaria frisa a aproximação dos bens culturais ao cotidiano da população, valorizando o território como espaço educativo, e as relações afetivas como meio para preservação do patrimônio cultural. Valoriza a intersectorialidade das práticas educativas, especialmente atreladas ao turismo, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento urbano.

Em 2017, o Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) publicou a Portaria nº 422 que estabelece a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), visando “à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil”.

A PNEM é o conjunto de princípios e diretrizes norteadoras das práticas educacionais no interior e/ou promovidas por instituições museológicas que objetivam ao fortalecimento da dimensão educativa nos setores do museu, além de trazer subsídios à atuação dos educadores a estes vinculados.

A Portaria compreende Educação Museal “um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (MC/IBRAM, 2017). Por meio desta diretriz, a Educação Museal institui-se como função dos museus, devendo a instituição museológica elaborar o Programa Educativo e Cultural em conformidade ao seu Plano Museológico.

Este documento apresenta-se em eixos. No eixo I é assegurado o papel da gestão enquanto incentivadora e promotora das ações educativas do museu. O eixo II prevê a contratação e capacitação de profissionais para o desenvolvimento das ações propostas, mencionando, inclusive, plano de valorização deste profissional a médio e longo prazo (plano de carreira). No eixo III a Portaria prevê garantir a relação entre museus e sociedade por meio de seus programas e ações educativas. Especificamente no inciso IV do eixo III o documento prevê:

estimular, promover e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nos programas, projetos e ações educativas, respeitando as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária. (MC/IBRAM, 2017).

¹³ Atualmente Redes de Patrimônio.

A leitura e análise das duas Portarias promoveu reflexão acerca dos desafios e possibilidades que se apresentam ao trabalho em Educação Patrimonial. Os princípios norteadores expostos na Portaria nº 137/2016 impulsionam uma educação dialógica com ampla participação social na construção coletiva, na elaboração e implementação das políticas de proteção e nos processos de valorização do patrimônio nacional.

Para tanto, torna-se necessário o fortalecimento de ações, seja no âmbito da Rede de Patrimônio ou de outras iniciativas públicas e privadas, no sentido de considerar a Educação Patrimonial como meio para mobilização social em busca da identificação e salvaguarda dos referenciais culturais da sociedade em seus diferentes territórios.

2.3 Aplicabilidade da Educação Ambiental e Patrimonial

A Educação Ambiental e Patrimonial apresenta-se como meio de contribuição para formação de uma consciência preservacionista em relação ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Por ter característica inter e multidisciplinar e utilizar métodos dinâmicos de ensino e aprendizagem, esta modalidade educativa pode ser adaptada aos ambientes formais e não-formais de ensino.

Dias (1999, p. 26, 27) afirma que os objetivos da Educação Ambiental são:

- 1.Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.
- 2.Proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.
- 3.Induzir novas formas de conduta nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.

Para o cumprimento de tais finalidades, a Educação Ambiental exige abordagens interdisciplinares que garantam o entendimento das múltiplas questões ambientais. Oliveira (2000, p. 92) afirma que “a estratégia primeira é a de trabalhar com situações problemas, referentes às questões ambientais, buscando caracterizá-las e contextualizá-las”. Ou seja, abordar as questões mais visíveis e em situações mais concretas das pessoas favorece o entendimento e conferem importância a esta modalidade educativa.

Nesse segmento, Reigota (2009, p. 67) pondera que o trabalho em Educação Ambiental requer o uso de metodologias que permitam assimilação e intervenção. O autor destaca que “a metodologia participativa pressupõe que o processo pedagógico seja aberto,

democrático e dialógico” entre todos os envolvidos. O autor menciona que as metodologias incluem aulas expositivas, momentos e experimentação, vivências e relatos de observação, extroversão do conhecimento extensão por meio de releituras. O mesmo vale para as práticas em Educação Patrimonial.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) conceituam Educação Patrimonial como:

um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural** (grifos das autoras).

As autoras afirmam que a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” capaz de levar as pessoas à compreensão do “universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal” na qual se insere. Assim, a Educação Patrimonial é responsável por fazer despertar o conhecimento crítico e a necessidade de preservação de aspectos culturais de uma nação. Pode tomar como objeto de estudo qualquer “evidência material” (bens, objetos, monumentos) ou imaterial (manifestações culturais), inclusive paisagens, lugares, fenômenos, processos. As autoras apontam que “o patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-o a querer mais sobre eles” (HORTA; GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 8).

Como método, as autoras apresentam uma série de processos, descritos na **Figura 2**:

Figura 2 – Quadro das etapas metodológicas da Educação Patrimonial

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1) Observação	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...	<ul style="list-style-type: none"> • identificação do objeto/função/significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	<ul style="list-style-type: none"> • fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
3) Exploração	análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Adaptado de HORTA; GRUNBERG, MONTEIRO (1999, p. 11).

Como pode ser visto, para cada etapa metodológica, as autoras apresentam recursos com distintos objetivos. É claro que, em se tratando, neste estudo, das atividades de Educação Patrimonial ofertadas por um ecomuseu, só seria possível a aplicação de todas as etapas em cursos que tenham uma carga horária correspondente ao número de atividades. No entanto, para o trabalho com a comunidade, as atividades sugeridas pelas autoras surtem efeito ao provocar o envolvimento em ações práticas, lúdicas e cujos temas são atrelados a seu cotidiano.

2.4 Patrimônios materiais, imateriais, culturais e naturais e sua preservação

O significado de patrimônio veio alterando-se desde sua primeira designação no império romano onde, no âmbito do direito, relacionava-se à bens herdados. Como apontam Desvalléis e Mairesse (2013), que dirigiram a publicação “Conceitos-chave da Museologia”, a partir da Revolução Francesa – e durante todo o século XIX –, o conceito de patrimônio passou a ser considerado sob a égide do ideal de valorização e preservação de monumentos históricos e, posteriormente, foi utilizado para designar as grandes construções arquitetônicas.

Para Desvalléis e Mairesse (2013), o conceito de bem cultural vem se modificando com o passar do tempo, tendo sido incluídos diversos elementos à noção de patrimônio, tais como os folclóricos, bibliográficos, documentais, ambientais, materiais e imateriais.

Em escavações arqueológicas foram encontrados diversos objetos, que eram colecionados pelas populações pretéritas e que estavam organizados de acordo com critérios característicos. Estas descobertas traduzem o hábito do colecionismo e o apego da espécie humana aos bens materiais, fato que veio a ser solidificado e legitimado nos museus, acervos

e centros de memória criados pelas diversas sociedades do mundo antigo e moderno (DESVALLÉIS; MAIRESSE, 2013).

Fato é que a noção de patrimônio sempre esteve presente no imaginário da humanidade. Passado de geração a geração, este conhecimento do que deveria ser preservado como elemento que caracteriza identidade, figura-se também como noção de pertencimento a uma determinada sociedade ou território.

O IPHAN considera patrimônio cultural classificado em:

- Patrimônio Material: bens tombados, conjuntos urbanos, fortificações brasileiras e patrimônio ferroviário. A Portaria IPHAN nº 375 conceitua patrimônio cultural material como “o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.
- Patrimônio Arqueológico: bens de natureza material de valor arqueológico (Lei nº 3.924/1961). De acordo com o IPHAN, podem ser considerados sítios arqueológicos: “locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, ‘estações’ e ‘cerâmicos’, as grutas, lapas e abrigos sob rocha, além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana”.
- Patrimônio Imaterial: práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO). O Decreto 3.551/2000 e a Lei 7.285/2011 classificam os patrimônios imateriais (ou intangíveis) em: **saberes** (ofícios e modos de fazer), **celebrações** (manifestações, rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e demais práticas da vida social), **formas de expressão** (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e **lugares** (mercados, feiras, santuários, praças, lugares sagrados e demais espaços de concentração e reprodução de práticas culturais coletivas).

O patrimônio cultural imaterial, em específico, demanda o estudo de caráter mais verticalizado, no qual o conceito de patrimônio deve ser apreendido a partir dos relatos de uma determinada comunidade, mais relacionados à regionalidades e diz respeito à

preservação da diversidade cultural. Esta análise mais subjetiva aponta a necessidade de maior envolvimento das comunidades no que elas mesmas consideram ser patrimônio que merece ser preservado.

Neste ponto de vista, para Desvalléis e Mairesse (2013) o patrimônio é tido como “um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades” (DESVALLÉIS; MAIRESSE, 2013, p. 74). Por este motivo, esta necessidade do envolvimento do coletivo na escolha dos elementos que devem constituir o patrimônio, nos remete à Malinowski (1978), ao afirmar que:

(...) estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa estudar do estudo do homem. (MALINOWSKI, 1978, p. 34).

No entanto, sem perder de vista a cientificidade necessária ao contexto, Peñalba (2005) afirma que “o conceito de patrimônio deve ser analisado a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, tendo em conta os diversos pontos de vista que oferecem cada uma das ciências que se dedicaram a este assunto” (PEÑALBA, 2005, p. 180).

Pensar o patrimônio é pensar a sociedade e sua relação com a cultura e o meio natural. Como aponta Meneses (2012), “o patrimônio é antes de mais nada um fato social” (MENESES, 2012, p. 33). Neste sentido, Zanirato (2009) apresenta o seguinte conceito de patrimônio:

O patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade. (ZANIRATO, 2009, p. 137).

No que diz respeito ao patrimônio natural, Zanirato (2009) analisa-o sob a ótica de diferentes valores:

Os elementos naturais, por sua vez, incluem as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético. O valor científico se encontra em áreas que contenham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento da história natural do planeta. A importância ecológica se aplica ao habitat de espécies em risco de extinção ou detentoras de processos ecológicos e biológicos importantes. O valor estético é aquele que se expressa nas paisagens notáveis e de extraordinária beleza mundial ou em condição de exceção. (ZANIRATO, 2009, p. 138).

Importa ressaltar que tais valores são atribuídos ao patrimônio natural levando em consideração o olhar e as necessidades da sociedade. Desta maneira, ações que valorizem a preservação do patrimônio natural e cultural podem ser objeto de interesse no trabalho educativo dos museus.

A Educação Patrimonial, ao tratar da importância da preservação de bens materiais e imateriais da humanidade, também tem papel de abordar o relacionamento entre a sociedade e o meio ambiente. Nesta perspectiva, a Educação Patrimonial, por meio do respeito às diferentes culturas, reafirma a importância dos valores cognitivos, afetivos, e éticos em relação à questão ambiental.

A educação, em um contexto mais especificamente museológico, está ligada à mobilização de saberes relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências. (DESVALLÉIS; MAIRESSE, 2013, p. 39).

O surgimento da Educação Patrimonial no Brasil, semelhante ao da Educação Ambiental, partiu da preocupação de instituições e intelectuais envolvidos com o assunto. A necessidade de ações educativas e a importância do caráter pedagógico já eram mencionadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936, mas os rumores deste pensamento se iniciaram anteriormente (IPHAN, 2014).

Em publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014) percebe-se que a Educação Patrimonial passou a ser preocupação no país a partir das reflexões provocadas pela Semana de Arte Moderna, de 1922. Intelectuais participantes do evento passaram a motivar a criação de um órgão federal que se dedicasse à preservação patrimonial. Em razão desta demanda, Gustavo Capanema, que na época ocupava o cargo de ministro da Educação, juntamente com o romancista Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, elaborou um projeto para criação de um serviço de tombamento e preservação do patrimônio artístico e cultural nacional. Esta iniciativa se constituiu no ponto de partida para uma série ações voltadas à Educação Patrimonial, sistematizadas na **Figura 3** a seguir:

Figura 3 – Quadro sobre histórico da Educação Patrimonial no Brasil

Ano	Acontecimento
1936	Anteprojeto de criação do SPHAN redigido por Mário de Andrade e Gustavo Capanema. Perspectiva ampla da noção de patrimônio e interesse na promoção de ações educativas em museus.
1937-1967	Criação do IPHAN. As principais frentes educativas eram dadas pelo tombamento de exemplares da arquitetura civil, militar e vernacular e o incentivo a publicações.
1975	Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob o comando de Aloísio Magalhães. Atualização da discussão sobre o sentido da preservação e da ampliação e concepção de patrimônio.
1981	Criação do Projeto Interação, proposta de apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural.
1999	Publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial.
2004	Criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC). Primeira instância da área central do IPHAN voltada para a Educação Patrimonial.
2005	Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP). Reunião para discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial do Iphan nas escolas, nos museus e em outros espaços sociais.
2008	Realização da Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, quando, pela primeira vez, as diretrizes gerais das Casas do Patrimônio foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo.
2009	Realização do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE). Organização de mesas-redondas sobre Educação Patrimonial no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.
2011	II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP). Reunião para pactuar as diretrizes no campo de Educação Patrimonial e fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes na área educacional. Parceria com o MEC e IPHAN para que o tema Educação Patrimonial integrasse o macrocampo Cultura e Artes do Programa Mais Educação, de Educação Integral.
2012	Publicação da obra “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos”, como resultado de debates, pesquisas teóricas e avaliações das práticas e ações educativas.
2013	Realização do Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural – Práticas e Reflexões em Ouro Preto (MG).
2016	Publicação da Portaria 137 que fornece as diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas de Patrimônio.
2017	Publicação da Portaria 422 MC/INRAM que estabelece a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

Fonte: Adaptado de IPHAN, 2014.

Pode-se notar que o debate sobre Educação Patrimonial se consolidou com o passar dos anos, e atualmente, muitas são as iniciativas educacionais que visam à preservação do patrimônio nacional. De acordo com o IPHAN:

(...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo

permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19).

Zanirato (2009) corrobora para a questão da necessidade de uma Educação Patrimonial mais efetiva, ao dizer que:

As explicações para o escasso envolvimento da população brasileira com a conservação dos bens que configuram a memória e a história do país podem ser encontradas em dois campos. O primeiro diz respeito ao modo como foi instituída e divulgada uma compreensão sobre o patrimônio em nosso país. O segundo em uma ideologia de valorização da modernidade disseminada no social, que aquilata tudo aquilo que parece apregoar o progresso e rejeita outros signos entendidos como expressão do arcaico; entre esses as marcas do passado e da natureza. (ZANIRATO, 2009, p. 140).

A missão do museu vem se reconstituindo por meio da aproximação de seu público e da valorização das culturas tradicionais. Ao falar das tendências educacionais em museus, Valente (2002) aponta que:

Espera-se (...) que as visitas aos museus contribuam para a alfabetização científica com uma dimensão cívica ou seja constituindo elemento de relevância social e que torne o cidadão apto a participar de forma informal dos debates político-sociais. (VALENTE, 2002, p. 14).

Portanto, a participação popular mais efetiva e as novas características da instituição museológica enquanto facilitadora – e, por vezes, promotora – de ações voltadas ao desenvolvimento social e sustentável, demandam novas perspectivas em relação à função social do museu.

CAPÍTULO 3

MUSEUS COMO TERRITÓRIO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

Este capítulo apresenta reflexão sobre o museu enquanto território de valorização do patrimônio material e imaterial e sua constituição enquanto espaço de debate e resistência.

3.1 Instituição museológica e o papel socioambiental

A maneira como o modelo econômico capitalista relaciona-se com o meio natural é fruto de um processo de apropriação despreocupada do ambiente, de seus recursos – no passado, considerados inesgotáveis – e suas riquezas. Considerado como disponível e imutável, o ambiente natural foi por muito tempo expropriado pela humanidade de maneira desordenada.

Como consequências, a humanidade encontra-se no impasse crucial para a sua sobrevivência: a necessidade intensa de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. Assim, a forma como se procede o relacionamento humano com a natureza precisa mudar se o que se pretende é garantir o futuro das gerações. Como afirma Toynbee (1987, p. 36):

O homem é a primeira espécie de ser vivo em nossa biosfera que adquiriu o poder de destruí-la e, ao assim fazer, de liquidar a si mesmo. Como organismo psicossomático, o homem está sujeito, como todas as outras formas de vida, a uma lei inexorável da natureza. O homem, como os demais seres vivos de outras espécies, é parte integrante da biosfera e, se a biosfera se tornasse inabitável, o homem, bem como todas as outras espécies, seria extinto.

Recentes pesquisas, como o manifesto Ecomodernista publicado em 2015 (ASAFU-ADJAYE, 2015; DIAS, 2002a; WALDMAN, 2015b), afirmam enfaticamente esta questão ao insistir que o espaço de vida dos seres humanos é essencialmente o meio antropogênico, isto é, o espaço urbano o qual se insere conteúdos de naturalidade. O Manifesto Ecomodernista apresenta essa ideia por meio do conceito de antropoceno, considerado o período mais recente na História do planeta no qual as ações humanas passam a ter um impacto global expressivo no clima e no funcionamento dos ecossistemas.

O termo antropoceno deriva do grego na junção dos radicais antropo (*ἄνθρωπος*, antropos, que tem significado de “humano”) e ceno (de *καινός*, kainos, que tem sentido de

“novo”). Ao termo antropoceno atrelam-se outros epítetos, como tecnosfera que equivale à esfera técnica ou artificial, camada técnica e noosfera (esfera do pensamento humano). Em Geografia o termo tecnosfera relaciona-se ao meio-técnico-informacional, amplamente discutido por Santos (1978, 1988 e 1998) e que retrata a transformação do meio natural em uma paisagem técnica, cuja maior expressão seria as grandes metrópoles. Por certo que, a despeito das terminologias agregadas ao conceito de antropoceno, todas afiançam o sentido de um mundo forjado pela ação humana e que se afastou da noção de natureza intocada dos primeiros estudos em meio ambiente.

De acordo com Luz e Marcal (2016, p. 158), “o Antropoceno pode ser considerado como uma nova época geológica, que começou durante a Revolução Industrial e levou a mudanças na natureza dos depósitos, no relevo e na composição da atmosfera”. As autoras explicam que o conceito combina o prefixo *anthropo* (homem) e o sufixo *ceno* (o mais novo), e o termo sugere que o planeta Terra passou da época geológica mais recente, que se refere ao último estado interglacial denominado Holoceno e que esta passagem se deve ao impacto que as atividades humanas à natureza foram “tão generalizadas e profundas que podem se igualar às grandes forças da Natureza”.

Outro conceito importante de ser analisado para compreensão do significado de antropoceno é o de biosfera. Wladimir Vernadsky, em 1926, cunhou o conceito de biosfera em seu livro homônimo. A palavra deriva da junção dos radicais gregos *βίος* (bíos que significa “vida”) e *σφαίρα* (sfaíra que tem significado de “esfera”), resultando “esfera da vida”. Classificada como o mais alto nível de organização ecológica, a biosfera engloba todos os ecossistemas do planeta Terra, os quais o ser humano ocupa-se de maneira sistemática em modificar em ritmo acelerado, resultando no denominado antropoceno (DIAS, 2002b).

Esse conceito preconizado por pesquisadores como Ter-Sterpanian (1988) e Crutzen (2002) encontrou-se presente no século XIX e é repetidamente estudado durante o século XX. Nesta perspectiva, discute-se a fragilidade do conceito de sustentabilidade e a questão do paradigma sustentável (vide Manifesto Ecomodernista e também Waldman, *passim*, 2006).

Conceitos como sustentabilidade, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável são debatidos abertamente na mídia, em instituições educacionais, empresas, ONGs e demais segmentos da sociedade. Como afirma Waldman (2015a, p. 3a) “num mundo no qual a insustentabilidade se tornou regra geral, transitam toda sorte de itens ‘insustentáveis’”. Neste aspecto, ações socioeducativas surgem de diversas áreas como

possibilidades de conscientização e sensibilização da comunidade mundial acerca destes problemas. Dentre estas, a Educação Ambiental e patrimonial em museus.

A Educação Ambiental e Patrimonial no interior da instituição museológica, ao propor reflexão por meio de técnicas e práticas diferenciadas, promove uma ressignificação do conceito de meio ambiente, favorecendo a mudança de percepção em relação à questão ambiental e necessária conservação dos recursos naturais. Neste aspecto, as coleções e exposições temáticas organizadas pelas instituições museológicas apresentam fatores transdisciplinares e sistêmicos no aprendizado sobre o meio ambiente, e contextualização dos assuntos abordados nas exposições (GUEDES; SOARES; ANTONINI, 2013, p. 5), contribuindo diretamente com a Educação Ambiental e Patrimonial em espaços alternativos de educação.

Assim, a visita a um museu ou a uma exposição temática favorece o entendimento das questões ambientais por meio do trabalho de sensibilização. Segundo Costa (2006), “o cidadão é um ser responsável, individual e coletivamente, por seu presente e por seu futuro”. E para que esta construção de si ocorra, o ser humano “precisa reconhecer, respeitar e utilizar o patrimônio que o define em sua diferença e o inscreve numa continuidade” (COSTA, 2006, p. 73).

Neste sentido, entende-se que o desenvolvimento sustentável é reflexo da ação coletiva, resultante de um processo de desenvolvimento social e cultural. A Educação Ambiental e Patrimonial favorece o relacionamento do ser humano com a natureza, buscando a preservação do patrimônio cultural e natural.

O conceito de Sociomuseologia comentado por Moutinho (2014) apresenta esta característica:

A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos estudos do desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território. (MOUTINHO, 2014, p. 1).

Sob esta ótica, trabalhos que envolvam a Geografia e a Museologia podem alcançar importantes resultados para o desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, o próprio termo “ecomuseu” permite transparecer esta visão da nova museologia. Como um museu dentro da perspectiva teórica da Sociomuseologia, o ecomuseu está voltado para as questões territoriais e de inserção com a comunidade do entorno do museu, ou seja, se caracteriza por

ser um museu comunitário, que exerce a função de contribuir com o desenvolvimento sustentável das sociedades.

O ecomuseu, tal qual os espaços de memória, podem se tornar centros de referência cultural, que promovam o desenvolvimento sustentável a várias futuras gerações que podem, por meio de suas coleções, reconhecer sua história e cultura. Neste sentido, Santos (2008) aponta que “um dos maiores objetivos é criar um ambiente onde a população possa elaborar as próprias reflexões e ações práticas em torno do seu patrimônio cultural de vivência, reconhecendo a sua biografia” (SANTOS, 2008, p. 5).

A Declaração de Quebec, redigida em 1984, resume de forma clara esta perspectiva:

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro. (PRIMO, 1999, p. 1).

O termo “civilizações passadas” mencionado na Declaração de Quebec engloba, além dos acervos culturais mais recentes, também os achados arqueológicos. Aliás, a relação com o tempo é fator que caracteriza as diferentes culturas. Conforme Gourevitch (1975, p. 263) “as representações do tempo são componentes essenciais da consciência social, cuja estrutura reflete os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura”. O tempo está presente nos estudos arqueológicos, e a divulgação dos vestígios encontrados tem papel fundamental para Sociomuseologia, uma vez que as coleções resgatadas nem sempre ficam acessíveis às comunidades. Assim, de acordo com Wichers (2016, p. 39):

Os milhares de vestígios advindos das pesquisas arqueológicas, agora definitivamente espalhadas por todo o Brasil, ganham sentido quando explorados a partir de uma perspectiva museológica contemporânea, que visa à construção de uma nova prática social a partir de ações de preservação do patrimônio cultural.

Parafraseando Bruno (2006), a “educação da memória” se constitui em uma das funções sociais do museu, que por meio da democratização das culturas populares pode combater a “amnésia cultural” estabelecida há tempos pelas forças dominantes (BRUNO, 2006, p. 17). Neste novo modelo de museu, a comunidade insere-se mais ativamente, de público visitante a participante efetivo das ações propostas.

Mesmo que o museu cumpra a função de trazer novos sentidos e significados à memória social, estudos da memória coletiva em Antropologia, por exemplo, dão conta de

averiguar que os mitos, as práticas e modelos ancestrais permanecem no imaginário cultural dos grupos que aos poucos vão se diferenciando a partir de seu tronco original. De outro lado, as sociedades tradicionais apresentam tendência à permanência, valorizando conhecimentos culturais consolidados no passado e ressignificando modelos transmitidos por gerações (WALDMAN, 2006; HALBWACHS, 1990; MERCIER, 1986).

Kaseker (2014), em sua pesquisa, se refere ao museu de território, que se caracteriza por um museu comunitário que abrange um determinado território. Este museu envolve em sua concepção questões de Ecomuseologia, englobando o conceito de território musealizável, que inclui o patrimônio (material, imaterial, natural). Para autor Sociomuseologia e Ecomuseologia se situam:

(...) no mesmo campo de significação no que diz respeito à compreensão da função social dos museus e à concepção de patrimônio cultural e natural composto por bens materiais e imateriais. As premissas museológicas da ecomuseologia, entretanto, englobam o conceito de território musealizável, incluindo o patrimônio natural e o caráter participativo da autogestão. (KASEKER, 2014, p. 38).

Considerando o exposto, verifica-se que a missão do museu vem se reconstituindo por meio da aproximação de seu público e da valorização das culturas tradicionais. Porém, se os objetivos forem os de abordar questões ambientais em seus trabalhos educativos, torna-se necessário que o plano museológico do museu preveja essa temática.

Bruno (2009, p. 22) discute esta questão ao tratar dos desafios que novos olhares sobre os artefatos e coleções impõem aos pesquisadores da área, provocando novas interpretações e novos saberes. Para Bruno (2009), a “falta de atualização dos planos de gestão das instituições museológicas no que se refere à demanda contemporânea em relação aos museus” constitui-se em um dos problemas enfrentados (BRUNO, 2009, p. 22).

Portanto, a participação popular mais efetiva e as novas características da instituição museológica enquanto facilitadora – e, por vezes, promotora – de ações voltadas ao desenvolvimento social e sustentável, demandam novas perspectivas em relação à função social do museu.

3.1.1 A comunicação museográfica

Atualmente, a principal função da instituição museológica é a comunicação. Sobre isso, Cury (2005) trata do museu como instituição que vai além do conceito popularmente conhecido de depósito de objetos, que servem à curiosidade e ao conhecimento das pessoas

que sentirem-se impelidas a esta busca. Ao contrário, a autora compreende o museu como instituição “que pensa no sentido das coisas no mundo e na vida e (re)elabora constantemente a sua missão poética” (CURY, 2005, p. 22, grifos da autora). Dito de outro modo, o museu não apenas preserva os objetos, mas também a poesia impregnada neles, conferindo-se o sentido construído por meio da afetividade, da sensação de pertencimento.

Mergulhando mais a fundo nesta missão poética, é possível (e necessário) pensar no objeto relacionado à história de vida. A exemplo, pensar em um objeto cerâmico arqueológico exposto em uma vitrine, compondo a exposição de uma instituição museológica demanda refletir sobre a trajetória desta peça desde sua gênese até o processo de comunicação museológica. Um objeto cerâmico nasce primeiramente da necessidade de sua confecção “que inclui definições de utilidade), passando pela escolha da melhor argila, preparo da massa com antiplástico, modelagem (que inclui definições de tamanho e formato), decoração plástica, queima, finalização, uso, descarte (ou perda, ou uso secundário), enterramento durante longos períodos, achado por meio de processos aleatórios (como o preparo do solo para um novo empreendimento), pesquisa arqueológica, processo de curadoria para, enfim, ser destinado a compor uma determinada exposição. Diante disso, este objeto percorre uma trajetória que vai além da cadeia operatória da cerâmica e transpassa a simples função de um objeto musealizado.

Seguindo esta linha de pensamento, Samain (2012a, 2012b) propõe que a constituição do objeto e sua admissão enquanto imagem proporciona que estes, enquanto vetores de pensamentos, sempre revelem algo para pensar. Especialmente quando se trata do objeto musealizado.

Tendo em vista que a museologia fornece os parâmetros para concretude da missão comunicativa, é por meio da musealização dos objetos que a instituição museológica os valoriza. Cury (2005) explica que esta musealização pode ocorrer com a transferência dos objetos ao espaço do museu (outro contexto) ou com a sua valorização *in situ*, como acontece nos ecomuseus. Cury (2005, p. 25) conceitua então musealização como:

um processo que integra preservação e comunicação, isto porque (...), a documentalidade reflete-se à ensinar algo: o potencial do objeto museológico de ensinar algo a, logicamente, alguém. Como testemunho, o objeto deve ser preservado: preservar para ensinar, preservar para comunicar.

O processo de musealização inicia-se com a valorização seletiva do objeto por meio do “olhar museológico”, que pode ser definido por um olhar crítico e reflexivo sobre os

objetos. Em seguida, ocorre a transformação do bem em documento, e sua comunicação. O processo envolve “uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e exposição” (CURY, 2005, p. 26).

Quando se organiza uma exposição, que se constitui na principal forma de comunicação museológica, valoriza-se o objeto musealizado uma segunda vez: a primeira ocorre no momento de sua integralização ao museu (ou *in situ*) e o segundo momento se dá ao incorporá-lo a um outro contexto, associando-o a outros objetos. Neste momento, destaca-se a importância da expografia, que no entendimento de Cury (2005) é uma parte da museologia que “abrange os aspectos de planejamento, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento da concepção e materialização da forma”. A expografia deriva da expologia, área da museologia que estuda a teoria da exposição e “envolve os princípios museológicos, comunicacionais e educacionais de uma exposição” (CURY, 2005, p. 27). Dito em outras palavras, a expologia é a base para a expografia.

Para Cury (2005, p. 28) “o objeto museológico é o objeto institucionalizado. É o objeto integrado a um museu e sendo atenção de um contínuo processo técnico, científico e administrativo que garanta a sua preservação, documentalidade e comunicação”. Uma vez que tais objetos são selecionados e valorizados de acordo com determinados objetivos (do museu ou da exposição temática, por exemplo), eles não são neutros. Atendem, em especial, à necessidade de preservação da memória e identidade. Neste contexto, Cury (2005, p. 32-3) afirma que:

Musealizamos porque os objetos possuem a sua musealidade (qualificação histórica, antropológica, sociológica, técnica, artística, econômica, etc.). A musealidade é uma qualidade atribuída e pode ocorrer por critérios determinados por especialista e/ou pelo público por meio da sua participação nos processos de musealização.

A autora considera como passos basilares da musealização a aquisição, a pesquisa, a documentação, a conservação e a comunicação (CURY, 2005, p. 35). A exposição, então, seria o resultado do processo dinâmico da musealização, a “ponta do iceberg”. Este constitui-se no momento em que o museu reafirma a sua missão perante a sociedade, tornando-se a principal via de aproximação entre esta e o seu patrimônio.

A democratização das instituições museológicas ocorrida a partir da década de 1960, permitiu o protagonismo do trabalho de “equipes interdisciplinares formadas por pesquisadores, educadores, designers e museólogos” (CURY, 2005, p. 37). Atualmente, por meio dos processos inclusivos, as equipes também contam com profissionais especialistas em

mobilidade e Educação Especial e Inclusiva. Aidar (2002) atenta para o fato de que os museus, por meio de suas estratégias de comunicação, devem promover a inclusão social, buscando maior participação social nesses espaços.

A justificativa para este novo perfil de museu repousa na necessidade de tornar a mensagem acessível a todo o público, promovendo, entre outras ações, exposições que permitam experiências de apropriação do conhecimento. Nas palavras de Cury (2005, p. 39), “a exposição não tem importância por si só, mas sim pela interação entre o museu (o autor), a exposição propriamente e o público”. Esta relação apontada pela autora refere-se à interação entre o emissor (o museu) e o receptor (o público). A qualidade desta interação pode ser aferida por meio das pesquisas de recepção, que consiste na avaliação da exposição na busca por levantar informações sobre a compreensão dos visitantes acerca das informações comunicadas. Funciona, então, como uma forma de *feedback*, permitindo correções e/ou adequações à ideia inicial.

A pesquisa de recepção permite avaliar e repensar o trabalho desenvolvido pelo museu, que concebe as exposições visando a experiência de seus visitantes. Cury (2005, p. 42) explica que a exposição se constitui de conteúdo (informação científica e comunicação por meio da interação) e forma (maneira que é organizada a exposição, seleção e articulação dos objetos, elaboração espacial e visual). Portanto, pensar em uma exposição baseada na pesquisa de recepção “significa escolher um tema de relevância científica e social e organizá-lo material e visualmente no espaço físico”, tendo como premissa a experiência prévia do visitante.

Uma vez concebida a exposição, Cury (2005, p 44) afirma que ela deve promover uma experiência qualitativa, no sentido de provocar a consumação da exposição por parte dos visitantes.

Uma experiência em exposição que se pretenda de qualidade deve desenvolver-se em direção à consumação. Estar na exposição, caminhar por seu espaço, observar os objetos, apreender o seu conteúdo temático, apreciar os efeitos expográficos e sensoriais, observar, avaliar, julgar, criticar, comparar, relacionar, lembrar, rejeitar, concordar, discordar, emocionar-se. A conclusão do processo de visitação é a apreciação em si mesma, aquela realizada pelo próprio público que, em sua mente, recria o discurso expositivo. A consumação, por sua vez, compreende a integração dos aspectos que envolvem a visita com a apreciação: cada momento da visita tornou-se essencial, seja na relação entre todos os momentos/etapas, seja considerando a sua importância para a conquista do resultado. Certamente o público deve ter consciência de que aquela exposição foi uma experiência única. (grifo da autora).

A elaboração de uma exposição exige uma série de recursos expográficos. Sem dúvida, o objeto museológico é o principal deles, mas outros elementos são necessários, como “textos, legendas, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliários, sons, texturas, cheiros, temperatura” (CURY, 2005, p. 46). Tais elementos atuam como potencializadores da experiência interativa entre os visitantes e o patrimônio exposto. Aspectos relacionados ao design e às possibilidades de movimentação dos visitantes na exposição também são fatores a ser pensados. Assim, Cury (2005) sugere que a concepção de uma exposição seja consoante com o sistema de comunicação museológica, descrito por ela como sendo:

o conjunto teórico, procedimentos metodológicos, infra-estrutura, recursos humanos e materiais, técnicas, tecnologias, políticas, informações e experiências necessárias para o desenvolvimento de processos de comunicação de conhecimento por meio de exposições e a ações educativas. Ainda, a exposição e a ação educativa como produtos do sistema em operação e a recepção do público. (CURY, 2005, p. 53).

O sistema de comunicação museológica apontado pela autora é responsável por “coordenar e criar as condições para o desenvolvimento de processos de concepção e montagem de exposições” (CURY, 2005, p. 54). Para tanto, tal sistema deve possuir competências técnica, política e administrativa, conforme sintetiza a **Figura 4**:

Figura 4 – Competência do Sistema de Comunicação Museológica



Fonte: Adaptado de Cury, 2005, p. 116.

Cury (2005) explica que, a abordagem administrativa refere-se ao uso de metodologias apropriadas que visam à melhoria da qualidade das exposições. A abordagem política discute o planejamento e a tomada de decisões e está relacionada ao papel que cada integrante da equipe envolvida (incluindo a opinião da sociedade, especialmente no caso dos ecomuseus) exerce no processo. Já a abordagem técnica – que aqui nos interessa aprofundar – é responsável por tratar dos processos de concepção e montagem de exposições e toda a sua complexidade. Partindo do pressuposto de que “exposição é conteúdo e forma”, Cury (2005) apresenta uma sequência de atividades requeridas na concepção de uma exposição (**Figura 5**).

Figura 5 – Fluxograma de concepção e execução de exposição



Fonte: Adaptado de Cury, 2005, p. 116.

A concepção museológica relaciona-se ao universo temático e conceitual da exposição. Inseridos neste item, estão a concepção espacial (a arquitetura da exposição) e a concepção da forma (os recursos expográficos). A concepção expográfica está relacionada com o *design* da exposição na busca por proporcionar experiências sensoriais seguras aos visitantes. Por fim, a elaboração do plano museológico da exposição completa a fase de concepção, e relaciona-se à documentação produzida pela exposição (planta arquitetônica, orçamentos, cronogramas, entre outros). Uma vez concebida a exposição, Cury (2005) aborda as atividades do processo de montagem, dividindo nas quatro fases de execução: pré-montagem, plano técnico, fabricação e instalação.

O sistema de comunicação museológica prevê a avaliação como forma de acompanhamento do trabalho expográfico e repercussão dos seus resultados junto à sociedade. A implementação de processos de avaliação museológica proporciona maior entendimento sobre o trabalho desenvolvido pelo museu. Contribui por qualificar a comunicação realizada e destacar potencialidades e fragilidades das ações propostas. Neste sentido, Cury (2005, p. 138) aponta que “não avaliamos por avaliar, mas sim porque entendemos que a avaliação é um instrumento para perspectivar, orientar, justificar e realizar escolhas”.

A avaliação museológica compõe-se de diferentes categorias, sendo uma delas a pesquisa de visitante. Esta categoria, segundo Cury (2005, p. 122), permite avaliar em cinco áreas diferentes: pesquisa e desenvolvimento de público, desenho e desenvolvimento de exposições, desenho e desenvolvimento de programas, desenho de instalações, serviços oferecidos.

Sob a ótica institucional, Cury (2005) aponta que a avaliação museológica pode ser direcionada de modo a compreender cinco aspectos: justificativa do valor da instituição e /ou de seus programas específicos; conjunto de informações para ajudar o planejamento em longo prazo; avaliação da eficácia de programas; ampliação geral da compreensão de como as pessoas usam os museus por meio de processos de pesquisa e construção teórica. Cury (2005, p. 132-4) propõe então seis tipos de avaliação:

- 1 – Avaliação preliminar ou conceitual, que busca avaliar os temas e conceitos propostos pelo sistema de comunicação museológica;
- 2 – Avaliação formativa, que avalia as propostas de recursos expográficos;
- 3 – Avaliação corretiva, que contribui para correção de aspectos não satisfatórios da exposição em comparação ao seu planejamento;

4 – Avaliação somativa, que avalia a qualidade da interação entre a exposição e o público;

5 – Avaliação técnica ou apreciação crítica, que é realizada pela equipe responsável pelo design da exposição e visa melhoramentos;

6 – Avaliação do processo, realizada pela equipe responsável pelo desenvolvimento dos diferentes processos demandados e que busca refinar metodologias e técnicas.

A avaliação importa por apresentar um perfil de público “consumidor” do patrimônio. Como aponta Benhamou (2016, p. 39), “a frequência do patrimônio, certamente menos elitista do que a do teatro, é aparentada, do ponto de vista da estrutura socioprofissional dos visitantes, com a população que frequenta cinema pelo menos uma vez por ano”. Além disso, os resultados a avaliação possibilitam pensar em estratégias e ações de desenvolvimento para o alcance dos objetivos do museu.

3.2 Patrimônio e sociedade: os diferentes públicos

Ao se discutir sobre o museu e o seu papel social, torna-se inevitável o debate sobre o público frequentador da instituição museológica. Conforme menciona Benhamou (2016), o público frequentador da instituição museológica apresenta-se em sua maioria constituído por pessoas diplomadas. No caso dos grandes museus internacionais, o público, em sua maioria, é oriundo das maiores cidades do país.

Apesar do advento da gratuidade nos ingressos para visitação às coleções de grande parte dos museus no mundo, e a maioria dos museus mantidos e/ou apoiados por universidades, os bens patrimoniais não apresentam primeira opção em pesquisas sobre custos com cultura, ficando os investimentos com visitas a museus acima dos gastos com teatro e consideravelmente abaixo dos gastos com cinema (BENHAMOU, 2016, p. 43-44).

Essas pesquisas realizadas apontam para categorias diversas de públicos frequentadores de museus, tais como profissionais da área da Educação, estudantes, turistas estrangeiros e nacionais, moradores do entorno da instituição. Essas categorias englobam também o público não frequentador do museu.

O conceito de não-público foi mencionado por Fleury (2009), em sua obra “Sociologia da cultura e das práticas culturais”, que discute, entre outros assuntos, a diversidade das práticas culturais e dos públicos. Com a criação desta categoria, Fleury buscava distinguir as pessoas que não frequentavam determinadas instituições culturais, utilizando-se do termo para

designar aqueles “excluídos da cultura”, em específico da cultura culta, em razão de não acessarem estes locais por diversas razões.

Mais tarde, em 2012, a pesquisadora Luciana Köptcke recorre ao termo para identificar as pessoas que se diferenciam dos visitantes (público potencial) em “seu perfil sociocultural e demonstram pouco ou nenhum interesse ou familiaridade quando indagados a respeito destas instituições” (KÖPTCKE, 2012, p. 216).

A frequência das pessoas a lugares de concentração do que se considera alta cultura, tais como museus, teatros, galerias de arte, entre outros, esteve fundamentalmente atrelada a pessoas vinculadas às camadas mais altas da sociedade, detentoras do poder e revestidas de uma aura essencialmente culta e diferenciada. A História da formação dos museus comprova este fato, uma vez que se derivam dos Gabinetes de Curiosidades, extravagantes coleções particulares mantidas por nobres da sociedade europeia dos fins do século XVIII (KIEFER, 2002; POSSAS, 2005). Essas coleções particulares representavam o poder e prestígio social de quem as mantinham¹⁴.

Atualmente no Brasil, o acesso a estes locais de difusão cultural é gratuito, ou amplamente facilitado por meio de ações governamentais – como o Programa “Vale Cultura”¹⁵ – ou pelas próprias associações locais (como por exemplo, a troca de ingressos por alimentos não perecíveis). Ainda assim, pesquisas promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM apontam que o perfil do público visitante, em sua maioria, caracteriza-se por professores, turmas escolares, universitários e intelectuais de diversas áreas.

Outro dado recentemente publicado pelo IBRAM (2012) e que despertou o interesse para realizar este trabalho é que, do total de pessoas entrevistadas que não frequentam museus, a maioria recebe menos de um salário mínimo e é analfabeta. Estes dados lançam luz a questão: porque as pessoas não acessam o museu?

Refletindo sobre a formação da sociedade nacional e a constituição destes locais de difusão cultural, não é difícil perceber que tais pontos se relacionam diretamente. Por isso, torna-se interessante refletir porque: 1) pessoas com maior escolaridade e renda apresentam maior frequência ao museu; 2) pessoas vinculadas a camadas inferiores da sociedade, apesar de apresentarem renda compatível, não se sentem impelidos a frequentarem museus.

¹⁴ A palavra museu origina-se do grego antigo μουσεῖον (mouseion) que significa lugar ou templo dedicado às musas, divindades mitológicas relacionadas às artes. Portanto, o museu como edifício destinado ao estudo das artes.

¹⁵ Programa do Ministério da Cultura lançado em 2012 que disponibiliza um benefício de R\$ 50,00 mensais concedido pelo empregador para os trabalhadores. É cumulativo e sem prazo de validade, e só pode ser usado para comprar produtos ou serviços culturais, em todo o Brasil.

De acordo com documento publicado pelo IBRAM (2012), o impulso ao acesso à cultura e a frequência em relação às práticas culturais são instigados pelas relações sociais. A vida na cidade não determina o índice com que a apropriação dessa cultura ocorre. Porém, “variáveis como nível de renda, escolarização, condições de moradia, gênero, capital cultural, situação geracional, entre outros” se constituem em aspectos importantes para a compreensão das diferentes formas de acesso e uso dos espaços e das práticas culturais (IBRAM, 2012, p. 3).

Neste sentido, a relação sociedade-espaço e organização social podem contribuir para a reflexão sobre a categoria “não-público” relacionada ao museu. A não frequência ao museu não se limita apenas a questões geográficas ou desconhecimento, uma vez que a visita ao museu pode ser facilitada por diversos meios (conforme já mencionado) ou ser realizada, até mesmo, em ambiente virtual. O ato de não visitar o museu diz mais respeito à ausência de necessidade de distintos segmentos sociais, que não têm como demanda importante frequentar tal espaço de difusão cultural. Conforme mencionado no documento publicado pelo IBRAM (2012, p. 3):

Seriam, portanto, indivíduos despossuídos dos meios simbólicos necessários para a fruição dos bens culturais musealizados, os quais são adquiridos pela educação familiar e escolar, isto é, pela transmissão de capital cultural mediante práticas pedagógicas formais e informais.

Em pesquisa quantitativa realizada no Distrito Federal e publicada em relatório pelo IBRAM (2012), de 1.200 pessoas entrevistadas em questionários, 920 afirmaram não frequentar museus. Deste total de entrevistados, 100% das pessoas analfabetas afirmaram não frequentar museus, contra 52,6% das pessoas com pós-graduação. Do total de entrevistados na pesquisa (1.200), 587 pessoas declaradas pertencentes à classe econômica C e D¹⁶, não frequentam museus. Estes dados corroboram para a ideia de que quanto maior for a renda, melhores oportunidades de acesso à cultura.

Neste ponto, pode-se refletir sobre a organização social desigual, que ocorre por meio de limitações construídas pela sociedade em determinado espaço por ela transformado. Harvey (2006, p. 109) afirma que a sociedade se estabelece hierarquicamente em “escalas espaciais”, de modo a se organizar e compreender o mundo. Harvey ainda comenta que: “o

¹⁶Para a Fundação Getúlio Vargas, uma família é considerada de classe média (classe C) quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. A elite econômica (classes A e B) tem renda superior a R\$ 4.591, enquanto a classe D (classificada como remediados) ganha entre R\$ 768 e R\$ 1.064.

indivíduo realiza a própria personalidade por meio da cultura, razão pela qual o respeito às diferenças individuais envolve o respeito às diferenças culturais” (HARVEY, 2006, p. 123).

Questões de ordem geográfica também podem constituir fatores de formação de “não-público” uma vez que nas cidades brasileiras, a maior parte das instituições museológicas encontram-se em regiões centrais. Esta localização favorece a frequência de pessoas com maiores recursos econômicos e tempo livre para se deslocarem e se apropriarem deste espaço de difusão cultural. O que raramente acontece com moradores de periferias dos centros urbanos e de áreas rurais, como no caso em foco, os assentamentos. Por este fator, tais populações, sob esta ótica, são considerados “não-público” dos museus por não terem fácil acesso a tais instituições.

Atualmente, a constituição de ecomuseus, museus de território e espaços de memória descentralizadas nas cidades e na área rural vem contribuindo para questão do acesso, da frequência e da noção de pertencimento ao patrimônio histórico e cultural das pessoas.

Como um museu dentro da perspectiva teórica da Sociomuseologia, conforme aponta Kaseker (2014), o ecomuseu está voltado para as questões territoriais e de inserção com a comunidade do entorno do museu, ou seja, se caracteriza por ser um museu comunitário, que exerce a função de contribuir com o desenvolvimento sustentável das sociedades, visando fins educacionais e culturais. O museu de território por ser também um museu comunitário que abrange um determinado território permite maior participação das pessoas em suas ações. Por vezes, a gestão do ecomuseu e o museu de território recebem contribuição de outra instituição museológica já consolidada na cidade.

Os espaços de memória também se constituem em lugares de aproximação da sociedade aos bens culturais. Santos (2008, p. 3) considera os espaços de memória como “lugares onde se revive o passado através de testemunhos orais acompanhados por objetos e instrumentos de trabalho, produção artística e cultural, ou de documentos, contribuindo assim para a consolidação da identidade da população desta região”.

Estes três exemplos – ecomuseu, museu de território e espaços de memória – apontam as novas características que a instituição museológica pode conter para se aproximar do “não-público” e contribuir para proteção e perpetuação do patrimônio histórico e cultural nacional.

3.3 O Ecomuseu como território dos saberes

Por muito tempo, o acesso e frequência à instituição museológica esteve limitado a uma camada da sociedade considerada culta e abastada. Com o advento da Sociomuseologia, os muros do “templo das musas” se rompem e o museu passa a se aproximar das camadas menos favorecidas da sociedade, perdendo as características de gabinete de curiosidades e assumindo-se como um espaço de educação não-formal acessível a todos.

No bojo desta transição, surge o ecomuseu com o objetivo de aproximar as camadas da sociedade que até então se encontravam excluídas da alta cultura, que era disseminada pelos museus constituídos até o século XIX. Assim, será com a criação destes museus mais populares, deslocados dos grandes centros urbanos, que as comunidades consideradas tradicionais passam a ter um novo olhar sobre a instituição museológica, confiando-lhe aspectos de sua história e identidade cultural.

Discutir o papel do ecomuseu na preservação deste patrimônio cultural torna-se importante objeto de reflexão uma vez que o museu, ao se aproximar das minorias, passa a atuar como espaço propício para a afirmação e preservação de identidades culturais.

A instituição museológica, anteriormente considerada como espaço de conhecimento descritivo e armazenamento de curiosidades culturais, atualmente apresenta-se como espaço propício ao debate sobre cultura e identidade, servindo como canal de interlocução entre o público e o patrimônio. Esses diálogos são possibilitados por uma série de fatores que promoveram a democratização do acesso ao museu, que até o século XIX era restrito a pessoas de posses e consideradas adeptas da alta cultura (SUANO, 1986).

Entre esses fatores, pode-se destacar a importância da força social, que emergiu em todo o mundo no intuito de romper com a ordem socioeconômica e política estabelecida. A democracia fez-se presente em todos os continentes e as comunidades, antes afastadas umas das outras, hoje compõem o que se denomina “sociedade global” impulsionadas pela grande quantidade de informação circulante no mundo (GIDDENS, 1991, p. 156).

É na resistência que a sociedade se expressa com maior convicção, reafirmando a importância de suas tradições e raízes culturais. O museu, acompanhando essas mudanças no cenário mundial e por meio da Sociomuseologia, possibilitou a formação e o acesso de todas as minorias à cultura.

Nesta perspectiva, surgem instituições museológicas em diversos contextos, com a missão de aproximar as diferentes comunidades ao museu, tais como a criação dos ecomuseus

franceses (nos anos de 1970), as casas de memória portuguesas e os museus de território. De acordo com Soares (2006):

A terminologia “Ecomuseu” surge, segundo Varine, na Avenida de Ségur (Paris) em 1971, onde almoçavam Rivière, ex-diretor e conselheiro permanente do ICOM, Serge Antonie, Conselheiro do Ministro do meio ambiente, e o próprio Varine, então diretor do ICOM. Nascia, desta reunião, a nova terminologia como uma tentativa de mostrar ao Conselheiro do Ministro francês do meio ambiente a importância da instituição museológica para a atualidade da época, tendo em vista a crise que o modelo de museu imperante atravessava então. Tanto Varine quanto Rivière tentavam fazer combinações de letras que giravam entre as palavras chaves “ecologia” e “museu”. Em uma das tentativas nasce a palavra “Ecomuseu”, a qual agradou bastante a Antonie, que junto aos outros presentes, organizava a IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, que aconteceria no mesmo ano em Paris, Dijon e Grenoble. O então Ministro do Meio Ambiente, R. Poujale, em setembro de 1971, em Dijon, na presença de centenas de profissionais de museus de todo o mundo, anunciou oficialmente a nova proposta museológica, fazendo nascer o novo termo que designava um novo museu – de origem, a princípio, européia. (SOARES, 2006, p. 8-9).

A partir daí, Hugues de Varine colaborou com a instituição de vários ecomuseus, incluindo o precursor deles *Écomusée de la Communauté urbaine Le Creusot-Montceau-Les-Mines – musée de l’Homme et de l’Industrie*, na década de 1970 na França (SOARES, 2006), e no Brasil, o Ecomuseu de Itaipu, inaugurado em outubro de 1987, em Foz do Iguaçu¹⁷. Conforme relato da museóloga do Ecomuseu de Itaipu Binacional, a visita de Varine objetivou contribuir para a concepção museológica e expográfica daquele ecomuseu, na época, o primeiro deste segmento no país e ainda motivado pela vertente ecológica. Posteriormente, surgiu a compreensão de que o ecomuseu seria mais do que a junção de dois conceitos (ecologia e museu), abarcando, também, questões sociais muito mais profundas e complexas, sendo o meio ambiente um elemento importante a ser considerado, mas não o único.

Varine (2014) concebe o museu como instituição em processo, ligado ao território e à comunidade. Nesta perspectiva, o território deve ser percorrido e delimitado com a comunidade no intuito de desvendar o que deve ser musealizado e preservado.

Para isso, é preciso conhecer a comunidade e fazer com que ela reconheça a si mesma, em um processo contínuo de formação em museologia comunitária. Assim, o patrimônio torna-se um recurso global do território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano. Portanto, o ecomuseu torna-se um mediador, servindo de instrumento político ao desenvolvimento regional.

¹⁷ Entrevista cedida em 14 de novembro de 2018 por Tamiris Amâncio, museóloga do Ecomuseu de Itaipu Binacional, com o objetivo de conhecer os trabalhos educativos desenvolvidos pela instituição.

No ecomuseu, a aproximação da instituição museológica à comunidade não ocorre apenas no âmbito do acesso e frequência. A relação é permeada pelos ideais da Sociomuseologia, que se preocupa com a qualidade da relação sociedade-museu (MOUTINHO, 2007). Nessa propositura, a pessoa frequentadora do museu deixa de ser mera expectadora do patrimônio ali representado, passando a assumir um papel colaborativo na gestão deste patrimônio.

Desta forma, a comunidade envolvida com o ecomuseu atua como protagonista da cultura material e imaterial representada pelo museu, atuando em suas escolhas, definição de objetivos, contribuindo com decisões administrativas, seleção de bens a serem patrimoniados e expostos, enfim, colaborando com a curadoria e preservação dos bens do museu. Nesse modelo de museu, a comunidade também atua com os trabalhos de Educação Patrimonial, ressignificando o patrimônio exposto por meio de trabalho da história oral e do relato de suas vivências.

A proposta do ecomuseu baseia-se em três conceitos: o território musealizável, o patrimônio cultural e a própria população. O conceito de território musealizável considera que o espaço onde ocorrem as relações sociais é considerado patrimônio. Assim, a presença de bens culturais nesses espaços de convivência é percebida e os mesmos devem ser preservados *in situ*, e não transportados para o prédio do museu, como era realizado anteriormente. Para Rodrigues (2016, p. 17),

Território musealizável é o espaço onde a população desenvolve ações do cotidiano possível de ser musealizado, que é envolto no patrimônio cultural (bens materiais, imateriais e naturais), atribuído ao modo de vida que a comunidade expressa através dos saberes e fazeres adquiridos através das tradições.

Dessa maneira, os bens culturais permanecem onde é de direito, próximos a comunidade que com eles se identifica. Vale destacar que alguns museus já estão considerando retornar bens patrimoniais às sociedades de origens. Este é o caso do *Denver Museum of Nature & Science*, cujo curador, Chip Colwell, é responsável por projetos que envolvem Arqueologia Colaborativa e políticas de repatriação de bens. Segundo ele: “*Communities around the world don't want to see their culture in distant institutions which they have no control over*”¹⁸. Colwell afirma que os museus americanos já devolveram mais de 1 milhão de artefatos e 50 mil esqueletos de povos nativos americanos (COLWELL, 2018), em um

¹⁸“Comunidades em todo o mundo não querem ver sua cultura em instituições distantes sobre as quais elas não têm controle”.

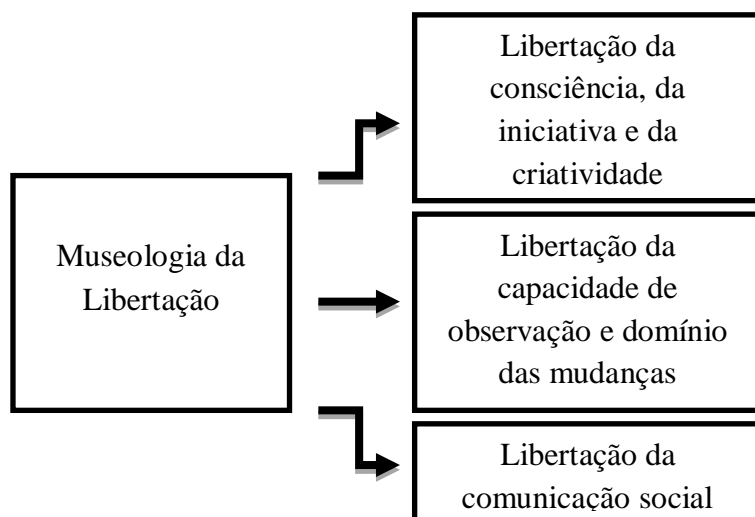
movimento que tem permitido que as sociedades tradicionais compartilhem sua cultura e sua História.

No que diz respeito ao patrimônio cultural, este é considerado pelo ecomuseu como um importante objeto de preservação. Os modos de vida, o cotidiano das pessoas, as peculiaridades do lugar, a identidade, usos e costumes, tudo isso compõe o patrimônio cultural. Para o ecomuseu, também devem ser considerados o meio ambiente, com sua fauna e flora; por isso, aspectos da paisagem natural presentes no território são incorporados no museu (VARINE, 2012).

Por fim, o ecomuseu depende fundamentalmente da população, e sem a sua presença, não haveria finalidade de existência. Assim, o ecomuseu promove à comunidade o contato direto e constante com aspectos de sua história, cultura, identidade, patrimônio natural e cultural. Todos esses atributos conferem à sociedade um sentimento de pertencimento em relação ao ecomuseu e promovem um processo de valorização do patrimônio cultural e natural.

Varine (2000) ao conceber o museu como instituição em processo, considera-o ligado ao território e à comunidade. E é por meio da museologia da libertação, baseada nos ensinamentos de Paulo Freire, que Varine (2000) desenvolve sua proposta, apresentando três objetivos principais (**Figura 6**):

Figura 6 - Objetivos principais da Museologia da Libertação



Fonte: VARINE, 2000, organizado pela autora, 2018.

Conforme apontado nos trabalhos de Varine (2000; 2014), o primeiro objetivo de que trata a museologia da libertação diz respeito ao reconhecimento cultural, que ocorre por meio

da libertação da consciência, da iniciativa e da criatividade. A valorização dos saberes tradicionais, das crenças, das receitas, dos modos de fazer, das histórias orais contadas de geração a geração, todos esses elementos contribuem para o enriquecimento deste aspecto.

O segundo objetivo trata do empoderamento da comunidade. A busca por reconhecimento e valorização vem sendo uma característica em comunidades indígenas, quilombolas e demais etnias que buscam na articulação com a instituição museológica formas de preservação cultural.

O último objetivo da museologia da libertação trata do papel do museu e sua missão de dar voz ao patrimônio que representa a comunidade. Relaciona-se à missão socioeducativa do museu, que, conforme menciona Aidar (2002, p. 60), “têm um papel a contribuir para a igualdade social, para o fortalecimento de indivíduos e grupos em desvantagem, e para o incremento de processos democráticos dentro da sociedade”.

Por estes aspectos, a ideia de museu como território dos saberes culturais também passa a se concretizar como território de resistência para as minorias. Nesse sentido, Soares (2006, p. 13) comenta que:

O Ecomuseu, para trabalhar a favor do desenvolvimento da comunidade, deve levar em conta os problemas e questões colocadas no seio dela, para tratá-los de maneira analítica fazendo apelo à consciência e à iniciativa criativa da população, para isso utilizando as informações do seu passado e presente para que ela venha a pensar o futuro.

Portanto, a constituição de um ecomuseu visa a preservação e valorização dos bens culturais, materiais e imateriais, de uma determinada região, com vistas ao desenvolvimento local. A efetiva participação da comunidade interessada é fundamental para o cumprimento de seus objetivos.

É no bojo dessa discussão que emerge a necessidade de valorização e preservação do patrimônio histórico cultural regional, e de iniciativas de proteção da paisagem cultural deste território.

O ecomuseu, por ser um museu dentro da perspectiva da Sociomuseologia, permite maior envolvimento com a comunidade, tratando das questões territoriais e socioambientais. A gestão participativa, característica central deste modelo de museu, deixa transparecer a necessidade de maior relacionamento entre a sociedade e a instituição museológica. Nesse modelo, muito além do que meras visitas, a comunidade atua ativamente nas decisões do museu, participando inclusive na elaboração do plano museológico.

Por este ângulo, cumpre ao museu zelar pelo patrimônio tangível e intangível, e o ecomuseu exerce o papel de proteger e comunicar este patrimônio representativo do território. Varine (2009, p. 19-20, tradução nossa) aponta como funções do ecomuseu:

- Assegurar o inventário, o registro e a conservação do patrimônio imaterial (digitalização), numa relação de cooperação e confiança com os portadores, os usuários e os titulares de direitos morais deste patrimônio.
- Transformar elementos imateriais em objetos, para estudá-los, preservá-los e trabalhá-los: fotos, filmes, CDs, DVDs, cópias, modelos, mapas. Esta é mais a abordagem de arquivamento funcional do que a da coleção no sentido de museu.
- Transformar esses elementos patrimoniais em discursos, seja na forma original (gestos, receitas, crenças, canções, lendas) ou na forma de documentos, isto é, através de exposições, itinerários, livros, filmes e outros eventos, dos quais o primeiro público será a própria comunidade, com direito a olhar para o design e implementação.
- Mediar, interpretar, transmitir, por todos os meios, às diferentes categorias e classes etárias da população, toda a sua herança.
- Ajudar a garantir, em boas condições culturais e econômicas, a evolução e transformação do patrimônio, inclusive sua adaptação às técnicas atuais de produção e reprodução.
- Contribuir para a renovação de certas tradições ou para a criação de novos elementos imateriais (exemplos: renascimento de jogos e desportos antigos, práticas de comunidades religiosas carismáticas, novas fórmulas culinárias baseadas no refinamento do gosto ou em contribuições externas).
- Ajudar turistas de outras esferas culturais a entender e respeitar tradições que eles não conseguem entender completamente e, assim, facilitar futuras relações entre eles e os habitantes locais.
- Acolher, ajudar e supervisionar pesquisadores e estudantes que gostariam de tomar o território e sua comunidade como objeto de estudo, impondo um compartilhamento equitativo com os portadores de conhecimento local.
- Garantir os direitos morais e patrimoniais dos legítimos detentores do patrimônio, tanto tangíveis quanto intangíveis, e mais geralmente os de toda a comunidade.
- Envolver o patrimônio e seus portadores em todos os programas de desenvolvimento local ou regional, o que exige que o museu tenha vigilância e presença constante em todos os círculos de poder e decisão de que o território depende¹⁹.

-
- ¹⁹*Assurer l'inventaire, l'enregistrement et la conservation du patrimoine immatériel (digitalisation), dans une relation de coopération et de confiance avec les détenteurs, les usagers et les ayant-droits moraux de ce patrimoine.*
 - *Transformer en objets des éléments immatériels, pour les étudier, les conserver, les travailler: photos, films, CD, DVD, copies, maquettes, cartes. Ceci ressort plus de la démarche de l'archivage fonctionnel que de celle de la collection au sens muséologique.*
 - *Transformer ensuite ces éléments de patrimoine en discours, soit sous forme originale (gestes, recettes, croyances, chants, légendes), soit sous forme de documents, c'est à dire par des expositions, des itinéraires, des ouvrages, des films et d'autres manifestations, dont le premier public sera la communauté elle-même, avec un droit de regard sur la conception et la réalisation.*
 - *Médiatiser, interpréter, transmettre, par tous moyens, auprès des différentes catégories et classes d'âge de la population, l'ensemble de son héritage.*
 - *Aider à assurer dans de bonnes conditions, culturelles et économiques, l'évolution et la transformation du patrimoine, y compris par son adaptation aux techniques de production et de reproduction actuelles.*
 - *Contribuer au renouvellement de certaines traditions ou à la création de nouveaux éléments immatériels (exemples: relance de jeux et de sports anciens, pratiques de communautés religieuses charismatiques, nouvelles formules culinaires basées sur un affinement du goût ou sur des apports extérieurs).*

Para que “viva e sobreviva” o ecomuseu deve se apoiar em três pilares: a instituição administrativa e política local (prefeituras municipais e suas respectivas secretarias), a comunidade e suas estruturas ativas (como os movimentos sociais) e uma equipe constituída por profissionais e voluntários treinados e responsáveis (comumente oriunda de universidades, institutos de pesquisas e ONGs). O importante é que se garanta a participação ativa da comunidade em sua gestão. Nesta lógica, Varine (2009) afirma o que consideramos ser a missão do ecomuseu de constituir-se “como recurso para o desenvolvimento, como fator de identidade, como dimensão da cultura viva de sua comunidade”. Esta missão é constante, como aponta Varine (2009, p. 22, tradução nossa):

Durante a vida da comunidade e no final dela, o museu comunitário deve sempre preparar a transmissão dentro da comunidade do patrimônio da comunidade e especialmente sua parte imaterial. Terá também que desenvolver e comunicar ao exterior uma imagem "correta" do território, a comunidade e seu patrimônio, isto é, uma expressão desenvolvida com as pessoas, e até mesmo formuladas por elas mesmas. O resto é uma questão de adaptação às circunstâncias, quando elas surgem²⁰.

Santos (2017) em sua pesquisa sobre ecomuseus e museus comunitários brasileiros contabilizou um total de 196 instituições museológicas que se enquadram nesta categoria. Ao analisar suas características, a autora menciona notar que, apesar de serem orientados pelas mais diversas temáticas, “existe uma grande necessidade de registrar as memórias, os saberes e fazeres, enfim, toda a dimensão imaterial das culturas locais, especialmente por meio de recursos fotográficos e audiovisuais” (SANTOS, 2017, p. 267).

A diversidade de temas centrais dos ecomuseus levantados pela autora reafirma a flexibilização do campo museológico, uma vez que o ecomuseu pode ser fruto da iniciativa de pequenos grupos como comunidades quilombolas, indígenas, imigrantes, assentados, ou de

-
- *Aider les touristes venant d'autres sphères culturelles à comprendre et à respecter des traditions qu'ils ne peuvent entièrement comprendre, et faciliter de cette façon les relations ultérieures entre ceux-ci et les habitants.*
 - *Accueillir, aider et encadrer les chercheurs et les étudiants qui souhaiteraient prendre le territoire et sa communauté comme sujet d'étude, en leur imposant un partage équitable avec les porteurs locaux de savoirs*
 - *Garantir les droits moraux et de propriété des détenteurs légitimes du patrimoine, aussi bien matériel qu'immatériel, et plus généralement ceux de la communauté toute entière.*
 - *Faire participer le patrimoine et ses détenteurs à tous les programmes de développement local ou régional, ce qui suppose de la part du musée une vigilance et une présence permanentes dans tous les cercles du pouvoir et de la décision dont dépend le territoire.*

²⁰ (...) pendant la durée de sa vie et à la fin de celle-ci, le musée communautaire devra toujours préparer la transmission, à l'intérieur de la communauté, du patrimoine de celle-ci et surtout de sa partie immatérielle. Il devra aussi mettre au point et communiquer à l'extérieur une image "correcte" du territoire, de la communauté et de son patrimoine, c'est-à-dire une expression élaborée avec les gens, et même formulée par eux-mêmes. Le reste est une question d'adaptation aux circonstances, lorsqu'elles se présenteront.

instituições vinculadas a ramos da sociedade civil, como Comitês de Bacias Hidrográficas²¹, igrejas, associações desportivas, associações de mulheres, entre outros.

Preservar o patrimônio histórico, cultural, natural, material e imaterial é objetivo das instituições museológicas. Para aquelas adeptas dos conceitos da Sociomuseologia, pensar o patrimônio sob a perspectiva das populações tradicionais demanda um novo olhar sobre o conceito de patrimônio e diferentes considerações sobre o que é representativo para sociedade. É por meio do trabalho educativo que o museu socializa conhecimentos, ressaltando a importância do resgate e da preservação do patrimônio, valorizando tais conhecimentos e contribuindo com a formação das novas gerações.

²¹ Vale ressaltar que os Comitês de Bacias Hidrográficas são colegiados ligados não só à ramos da sociedade civil, mas também a órgãos públicos e usuários de recursos hídricos.

CAPÍTULO 4

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A instituição museológica há muito deixou de ter o caráter de depósito de curiosidades e antiquário para exercer uma função mais significativa e especializada na sociedade. A contribuição da Sociomuseologia vem sendo marcante por promover a discussão sobre a necessidade de valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, e do patrimônio natural.

A aproximação da instituição museológica com a sociedade é responsável por trazer ao museu o caráter comunitário, construindo a memória socioambiental em ações de Educação Ambiental e Patrimonial promovidas por meio de seus acervos e exposições. Nesse sentido, Varine (2000, p. 28) aponta que “o museu é um instrumento de gestão da mudança social, cultural, econômica, tecnológica: ele põe essa mudança em evidência, desmistifica-a e relativiza-a, torna-a dominável, ao menos intelectualmente”. Assim, o museu atual figura-se como um espaço formativo de discussão das questões da humanidade.

Aspectos necessários à sobrevivência e preservação da biodiversidade, nela inclusa a espécie humana, podem ser abordados por processos de gestão ambiental, que visem ações em prol da mudança de atitudes e disseminação de melhores condutas de relacionamento com o meio ambiente. Atrelada à gestão ambiental, a Educação Ambiental torna-se fundamental para a formação de pessoas com uma nova perspectiva sobre o meio natural, que sejam capazes de resolver o problema da dependência econômica pelos recursos naturais e ultrapassar a crise global que vem sendo enfrentada no mundo todo.

A Educação Ambiental no interior da instituição museológica pode favorecer o entendimento dos visitantes com relação a conceitos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Por meio de um discurso expositivo, articulado através de peças e artefatos organizados em coleções, o museu pode contribuir com ações socioculturais e educativas, que favoreçam práticas de respeito e valorização do ambiente natural.

A exposição museológica é responsável por divulgar o patrimônio e os bens culturais de uma nação. O conceito de bem cultural vem se modificando com o passar do tempo, tendo sido incluídos diversos elementos à noção de patrimônio, tais como os folclóricos, bibliográficos, documentais, ambientais, materiais e imateriais (MENESES, 2009). A Educação Patrimonial, ao tratar da importância da preservação de bens materiais e imateriais da humanidade, também tem papel de ressignificar o relacionamento entre o meio ambiente e

o ser humano. Por meio do respeito às diferentes culturas, ações de Educação Patrimonial contribuem por reafirmar a importância dos valores cognitivos, afetivos e éticos em relação à questão ambiental (AURICCHIO, 2003). Assim, ações que valorizem a preservação do patrimônio natural e cultural tornam-se objeto de Educação Patrimonial nos museus.

Neste aspecto, a universidade muito tem a contribuir, pois é por meio de pesquisas, ações formativas, projetos extensionistas e estreitamento da relação universidade-comunidade que soluções podem surgir da troca de experiências e do debate constante dos problemas da sociedade. Estes problemas, no interior da universidade são teorizados, testados e, posteriormente, refletidos na comunidade em formas de resultados. Os museus universitários considerados espaços de formação, divulgação científica e preservação do patrimônio histórico e cultural, cumprem a missão de contribuir com a sociedade na proteção dos bens culturais.

O tema pesquisado surgiu de uma demanda oriunda da comunidade assentada no Município de Mirante do Paranapanema, SP. Moradora do Assentamento São Bento, a comunidade buscou apoio da universidade para juntas, pensarem em ações de preservação da História e Cultura do campo. Com isso, surgiu a proposta do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, que se compõe de um espaço de memória e preservação do patrimônio cultural, organizado pela comunidade moradora do assentamento em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. O processo de constituição deste ecomuseu tornou-se objeto de interesse por possibilitar levantar a questão da Educação Ambiental e Patrimonial no interior da instituição museológica, visto ser este um ambiente alternativo de formação em que o meio ambiente pode ser entendido sob diferentes aspectos e com a utilização de diversos recursos visuais e sensoriais.

Somado a isto e sob a égide dos conceitos propostos pela Sociomuseologia, o público dos museus se tornou múltiplo, abarcando outras faixas etárias, níveis de ensino, pessoas com necessidades educacionais especiais, grupos sociais distintos, grupos não escolares e turistas (BENHAMOU, 2016; ZANIRATO, 2009). Neste sentido, a reflexão aqui desenvolvida possibilita inserir este debate no Ensino Superior, uma vez que ocorre em um espaço social significativo e com a formação de público²² para este ecomuseu diferente do que ocorre no meio urbano.

²²Neste trabalho consideramos público do museu todas as pessoas que o acessam, sem entrar na interessante discussão proposta por Oosterbeeck (2019) no artigo “Cidadania ou criação de públicos?”, que trata das políticas criação de público espectador e consumidor dos bens patrimoniais.

A busca por conceitos para elaboração deste trabalho provocou o levantamento histórico da Educação Ambiental e Patrimonial no Brasil, e levantou reflexões sobre a gestão ambiental, que inclui o patrimônio. O desdobramento do tema da função socioeducativa do museu, com base nas ações do Museu de Arqueologia Regional (MAR) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em Presidente Prudente/SP, cuja equipe de pesquisadores, arqueólogos e acadêmicos bolsistas atuou ativamente na concepção e instituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Apesar de tratar-se de uma pesquisa qualitativa, seus desdobramentos são de natureza aplicada, ou seja, havia um interesse prático de que os resultados fossem aplicados na resolução de demandas sociais, intervindo, portanto, diretamente na realidade estudada. Para tanto, partiu-se de uma pesquisa exploratória que envolveu levantamento bibliográfico e documental sobre temas que vão além dos conceitos geográficos.

A pesquisa foi realizada utilizando-se de diferentes procedimentos metodológicos, apropriando-se de técnicas da pesquisa social, conforme se apresenta a seguir.

4.1.1 Levantamento dos aspectos históricos e culturais

Com vistas a constituir a história do Assentamento São Bento para composição dos painéis do ecomuseu, surgiu a necessidade de fazer uso da história oral como meio para apreensão da memória da comunidade moradora do lugar, no sentido de configurar uma narrativa histórica sobre o território em questão. Conforme afirma Hall (1992, p. 157), “todos entendemos a capacidade dessa técnica para permitir a investigação de questões (e camadas sociais) geralmente pouco visíveis na documentação estrita”.

A história oral apresenta-se como caminho que possibilita conhecer a memória de uma comunidade. Autores como Le Goff (2003) e Decca (1994) afirmam que foi a partir das concepções iluministas que a objetividade do racionalismo histórico cedeu lugar à memória, fato que permitiu novas reformulações e considerações no âmbito científico nos fins do século XIX, e que possibilitou a consolidação da história nacional, que viria a tomar vulto a partir de então. Decca (1994, p. 70) aponta que:

Alguns autores, ao invés de procurar na história uma razão eterna e imutável, resolveram incorporá-la à história, definindo-a, portanto, segundo seus modos de aparecimento e desenvolvimento. Não mais, portanto, uma razão imutável e cosmopolítica, mas uma razão enraizada naquilo que aquela corrente do iluminismo julgou ser o perigoso campo da memória social, isto é, no universo dos costumes, das tradições e das lendas.

Para Meihy (2002, p. 54) “memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais”. A conexão da memória com a história relaciona-se à capacidade de associação de vivências em âmbito individual com as experiências coletivas, o que ocorre, por exemplo, quando são analisadas as origens dos fatos históricos. Tais vivências são legitimadas e materializadas em filmes, canções, fotografias, pinturas, etc. Neste sentido, Amado (1995, p. 132) afirma que:

A memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo.

Esta ligação da memória com o tempo está diretamente relacionada com a significância das lembranças individuais e com a capacidade de interação social, pois “é no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças” (KESSEL, [200-?], p. 3). Tais lembranças compõem a memória dos diferentes grupos que se relacionam entre si, tornando-as únicas e conferindo-lhes validade. E esta validação da memória coletiva relaciona-se com o sentimento de pertencimento. Kessel ([200-?], p. 3), comenta que:

Esta memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas sobretudo no campo simbólico.

Outro aspecto importante do trabalho com a memória é a sua relação com o lugar. Para Hallbwacks (1990), “as imagens espaciais exercem uma função na memória coletiva”. De acordo com o autor:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como,

sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem traduzir-se em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável²³. (HALLBWACKS, 1990, p. 133, tradução nossa).

Dessa forma, a memória coletiva desempenha um importante papel ao afirmar (e reafirmar) a identidade e cultura dos indivíduos e das sociedades. E isto está intrinsecamente ligado ao território. Como afirma Le Goff (2003, p. 469), “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.

Sob esta ótica, neste trabalho, os dados produzidos no âmbito da história oral provêm de diálogos com moradores do Assentamento São Bento, além de observação em rodas de conversas que buscaram levantar a versão destas pessoas sobre a História de constituição do assentamento e sua percepção em relação ao patrimônio, nele incluso o natural.

Desde o início desta pesquisa, já havia clareza na necessidade de incorporar a narrativa dos moradores ao trabalho uma vez que deles surgiu a demanda de constituição do ecomuseu. A família responsável por levantar a demanda da elaboração e montagem do ecomuseu em Mirante do Paranapanema é composta por quatro integrantes (o casal, uma filha e um filho), e atua no assentamento como liderança política, sendo o Sr. Zelitro Luz da Silva agricultor, sua esposa Regiane professora da escola do assentamento e os dois filhos, Renata e Lucas, acadêmicos da Unesp. Demanda esta que se relaciona com as intenções do Sr. Roque Paulino, cujo lote no Assentamento Tupãciretan, em Presidente Venceslau, abriga um Sítio Arqueológico (provisoriamente denominado Sítio Roque Paulino), cujas peças foram selecionadas para compor a coleção de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema.

Ambas as famílias possuem o mesmo sonho de montar o ecomuseu com a cultura material encontrada nos sítios arqueológicos e com aspectos da história de formação do território. Por isso, neste caso as pessoas envolvidas na constituição do ecomuseu fazem

²³ Le lieu occupé par un groupe n'est pas comme un tableau noir sur lequel on écrit puis on efface des chiffres et des figures. Comment l'image du tableau rappellerait-elle ce qu'on y a trace, puisque le tableau est indifférent aux chiffres, et que, sur un même tableau, on peut reproduire toutes les figures qu'on veut? Non. Mais le lieu a reçu l'empreinte du groupe, et réciproquement. Alors, toutes les démarches du groupe peuvent se traduire em termes spatiaux, et le lieu occupé par lui n'est que la réunion de tous les termes. Chaque aspect, chaque détail de ce lieu a lui-même un sens qui n'est intelligible que pour les membres du groupe, parce que toutes les parties de l'espace qu'il a occupées correspondent à autant d'aspects différents de la structure et de l'ave de leur société, au moins à ce qu'il ya a eu en ele de plus stable.

questão de identificar nominalmente todos os sujeitos envolvidos de forma a terem seus nomes registrados no processo de formação desta instituição museológica.

Para fins de levantamento, os relatos em Mirante do Paranapanema foram originados de gravações realizadas durante os dois trabalhos de campo ao Assentamento São Bento, o primeiro realizado no dia 15 de março de 2018 e o segundo em 18 de dezembro do mesmo ano. As informações de Presidente Venceslau são produto de pesquisa anteriormente realizada por Cunha (2018), e complementadas por meio de conversa via Internet com o Sr. Roque Paulino no decorrer desta pesquisa, pouco antes de seu falecimento. As histórias contadas pelos moradores foram analisadas de acordo com os objetivos desta pesquisa e permitiram concentrar as entrevistas em três temas: pertencimento, patrimônio e meio ambiente. Uma vez que “as recordações pessoais são um patrimônio; disponibilizá-las é uma decisão individual” (KODJA, 2004, p. 34), em alguns encontros, buscou-se garantir aos narradores livre acesso às suas memórias, direcionando-os ao assunto apenas quando necessário.

4.1.2 Entrevistas

Ao propor o desenvolvimento de uma pesquisa social que provoque mudanças na realidade estudada, cabe ao pesquisador envolver-se com o público pesquisado no sentido de compreender o cotidiano deste universo de análise.

Pensando nisso, ao propor o estudo para concepção, elaboração e constituição de um ecomuseu no território do Pontal do Paranapanema, informações em relação aos moradores locais, seus modos de vida e o contexto territorial atual devem ser levados em consideração.

A entrevista, por ser considerada “um processo de interação social; uma conversa interessada, controlada pelo entrevistador com o objetivo de obter informações sobre o comportamento e consciência do entrevistado quanto a um objeto específico” (COLOGENESE; MÉLO, 1998) pareceu a melhor maneira de abordar inicialmente a questão. Foram entrevistados assentados, professores do assentamento e do município que atuam no assentamento, técnicos do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” (ITESP).

As entrevistas foram não formais, abertas e não-estruturadas, com objetivo de produzir informações atuais sobre o território. Gil (1999) afirma que esse tipo de entrevista se obtém

uma visão geral do tema pesquisado, sendo recomendada em estudos exploratórios que visem abordar realidades distintas da do pesquisador.

Colognese e Mélo (1998) destacam que a entrevista informal é uma técnica exploratória utilizada na fase preparatória e formativa da pesquisa. O objetivo, portanto, foi o de alargar horizontes e com isso formular adequadamente as problemáticas a serem enfocadas no trabalho. Assim, as entrevistas com os moradores, com os professores do assentamento e do município de Mirante do Paranapanema e com os técnicos do IPÊ ocorreram durante a visita para reconhecimento do sítio arqueológico e dos Sistemas Agroflorestais. As conversas com os técnicos do ITESP foram realizadas posteriormente por telefone e e-mail. Todas as entrevistas informais realizadas pessoalmente foram gravadas e transcritas. Todo o levantamento realizado nesta etapa muito contribuiu para a compreensão do território, da História do Assentamento São Bento e do cotidiano de seus moradores.

4.2.3 Curadoria das peças arqueológicas

Constatou-se que no Assentamento São Bento há um sítio arqueológico na propriedade de um morador do local, o que evidencia o estabelecimento de assentamentos indígenas pré-coloniais reconhecidos pela presença de fragmentos de cerâmica Guarani em superfície. Este sítio, denominado de Sítio Arqueológico São Bento, foi descoberto em razão de ter sido iniciado um plantio consorciado conhecido por Sistema Agroflorestal, que envolve o cultivo de espécies arbóreas nativas, frutíferas, café e colheitas sazonais de curta duração, como feijão-de-corda, abacaxi, batata-doce, abóbora, entre outras espécies. Nessa área, as peças arqueológicas foram encontradas em superfície e coletadas pelos moradores.

A cerâmica encontrada, em razão de localizar-se dispersa em área de sucessivos plantios, apresenta-se muito fragmentada, não sendo possível aos moradores a coleta de nenhuma vasilha inteira. Em meio aos fragmentos cerâmicos, também foi identificado um fragmento de lâmina de machado polida em basalto.

As análises do material arqueológico foram realizadas sob a luz das considerações de La Salvia e Brochado (1989), que afirmam que “a cerâmica é um elemento tecnológico determinante de um comportamento”, o que torna tais fragmentos indicadores importantes para a reconstituição da História do aldeamento indígena. Baseando-se na metodologia de Faccio (1992 e 2011), analisaram-se as seguintes categorias:

- Classe: nessa categoria foi determinado o formato do fragmento, variando em borda e parede de vasilhas.
- Antiplástico: esta categoria permitiu investigar a presença de misturas à pasta, tais como mineral, caco moído, e cariapé.
- Espessura: foram tomadas as medidas de espessura de cada fragmento com o uso de paquímetro.
- Tratamento de superfície (interno e externo): nessa categoria, foi analisada a presença de decoração plástica, pintada e/ou banhos (barbotina) nos fragmentos.
- Formação de conjuntos: a partir da junção de fragmentos de um mesmo pote, tentou-se reconstituir graficamente a forma da vasilha.

4.1.4 Musealização e Expografia

Nesta pesquisa de doutorado e com base na metodologia proposta por Cury (2005), o interesse está em abordar as etapas seguidas para a montagem da exposição. Por ser o ecomuseu uma demanda dos assentados no intuito de preservar o patrimônio local, a concepção da exposição de longa duração partiu dos achados arqueológicos e da História do Assentamento São Bento, que irá abrigar a exposição em sua sede. Então, junto com os assentados, foi definido que o ecomuseu trataria do patrimônio arqueológico, da memória da luta pela terra e da relação sociedade-natureza no território. Esta concepção museológica foi definida logo nas primeiras reuniões sobre a possibilidade de constituição de um ecomuseu, o que reafirma o empenho da comunidade neste projeto.

Tomando por base a metodologia proposta por Cury (2005), sintetizada no fluxograma anteriormente apresentado (**Figura 5**), e a experiência da equipe de pesquisadores do MAR em instalações de baixo custo, a concepção museológica partiu da acomodação das peças arqueológicas. Assim, primeiramente foram pensadas nas vitrines e painéis, que foram produzidos seguindo padrões ABNT de tamanho em relação à dimensão do espaço para exposição.

Em seguida, foi elaborada a documentação museográfica, com a composição das fichas descritivas de cada peça selecionada para a exposição. A intenção é tornar disponíveis para consulta informações com relação às peças expostas além da legenda, incitando a curiosidade e possibilitando o desenvolvimento de pesquisas escolares.

Uma vez definido o objetivo do museu, foi pensado no alcance da informação e na forma de interação do visitante com a exposição. Assim foi realizada a pré-montagem da exposição com a seleção definitiva das peças e a definição de linguagem das legendas, painéis, folhetos e demais materiais que contribuem por complementar a mensagem que a exposição quer transmitir.

A fabricação do mobiliário e painéis foi realizada com investimento da Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNEP), aproveitando a iluminação disponível no espaço. As primeiras visitas à exposição e o funcionamento do ecomuseu deverão provocar processos de reelaboração e melhoria da comunicação, refinando o diálogo com o visitante, o que deve ocorrer em um período pós-pandemia.

Face ao exposto e com base na metodologia apresentada por Cury (2005), nesta pesquisa buscou-se verificar a eficiência no processo de concepção e montagem da exposição do ecomuseu com vistas à qualificar a socialização dos conteúdos e temas abordados.

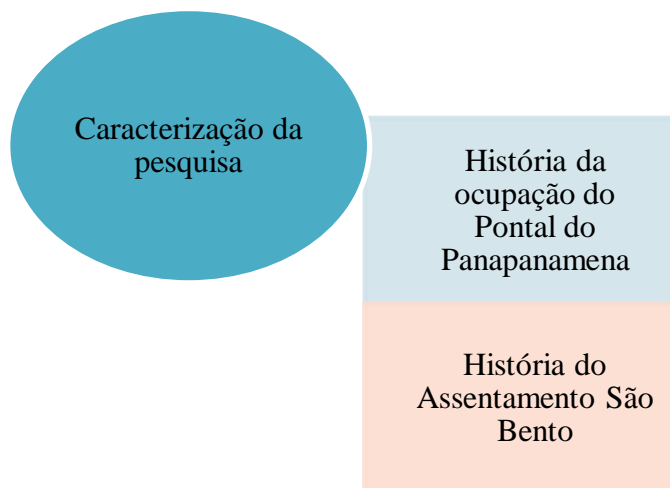
4.1.5 Educação Ambiental e Patrimonial

Pensando nesses apontamentos, trabalhar com a Educação Ambiental e Patrimonial no Ecomuseu de Mirante do Paranapanema exigirá tratar de novas questões, considerando os saberes locais e o que a comunidade entende ser importante de ser preservado e comunicado às gerações vindouras. Os meios para aplicação da Educação Ambiental e Patrimonial como método, seguiram as orientações de Reigota (2009) e Horta, Grunberg e Monteiro (1999) cujos procedimentos foram:

- Organização de palestras de modo a apoiar formações realizadas com membros da comunidade assentada, professores e estudantes da escola do assentamento, no intuito de instrumentalizar o assunto e introduzir o conhecimento ambiental e patrimonial;
- Oferecimento de oficinas de pintura em réplicas de potes cerâmicos Guarani, de modo a facilitar a compreensão sobre a complexidade da arte indígena encontrada no sítio arqueológico mencionado;
- Visitas monitoradas à exposição do ecomuseu com vistas a promover a experiência e o contato direto com os bens patrimonializados, permitindo aos assentados e demais visitantes fazer as conexões das informações comunicadas pelo ecomuseu com seus cotidianos na vida no campo.

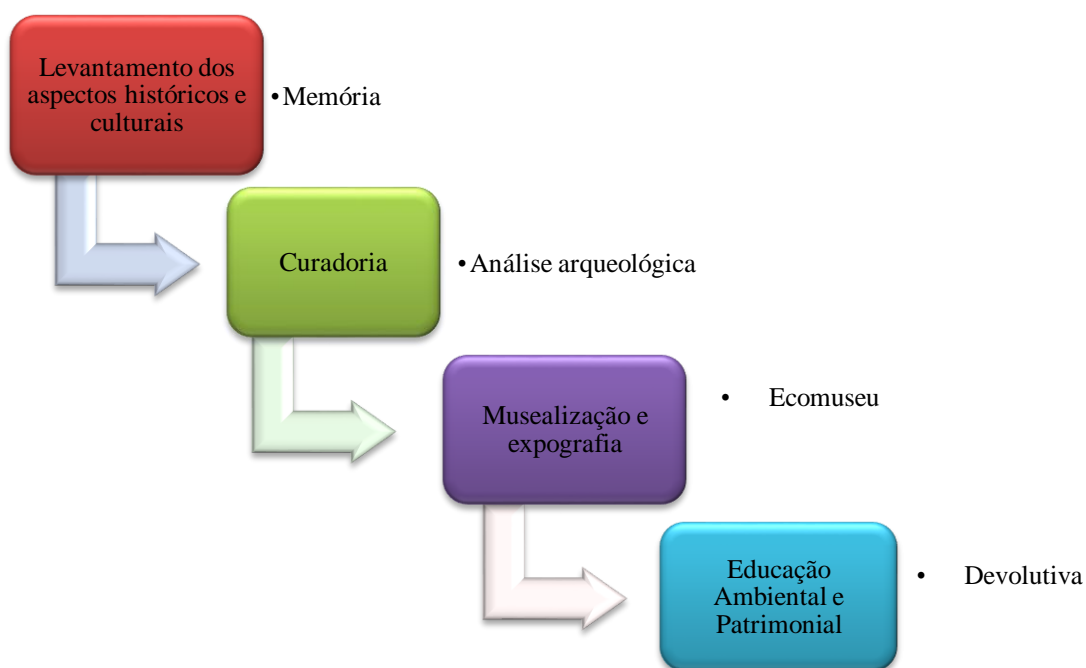
Os procedimentos metodológicos são sintetizados nas **Figuras 7 e 8**:

Figura 7 – Caracterização da pesquisa



Fonte: A autora, 2020.

Figura 8 – Procedimentos metodológicos



Fonte: A autora, 2020.

Perante o exposto neste capítulo, esclareceram-se as diretrizes teóricas e os procedimentos metodológicos adotados para realização desta tese de doutorado.

Capítulo 5

O ECOMUSEU DE MIRANTE DO PARANAPANEMA, SP

Este capítulo apresenta a trajetória de constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP, cujas discussões remontam ao início desta pesquisa. A demanda veio ao encontro à temática da pesquisa e as ações práticas contribuíram por consolidar o objeto desta, constituindo-se o debate de constituição do ecomuseu campo fértil de experimentação metodológica e comprovações teóricas que culminaram no produto apresentado neste trabalho.

5.1 A relação universidade-sociedade

A constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema é possível por meio dos trabalhos realizados pela equipe do Museu de Arqueologia Regional (MAR). A instituição situa-se no Núcleo Morumbi da Unesp, em Presidente Prudente. O MAR é dirigido pela arqueóloga e curadora Profa. Livre Docente Neide Barroca Faccio.

O complexo é formado por Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), sala de exposições, reservas técnicas, sala de informática, sala de reuniões e setor técnico administrativo. A sala de exposição “José Luiz de Moraes” oferece para a comunidade materiais arqueológicos de grupos indígenas agricultores Guarani (grupo Tupi-Guarani), Kaingang e Kaiapó (Grupo Jê) pré-históricos, representados por cerâmicas, pedras lascadas e pedras polidas, assim como de grupos caçadores-coletores, representados por pedras lascadas (notadamente pontas de flecha, raspadores e furadores). Esses materiais apresentam contextos de sítios datados de 250 a 1.668 anos A. P.²⁴. As visitas monitoradas têm como objetivos tornar conhecidas as etapas do trabalho do arqueólogo no campo e no laboratório, a origem e a história das peças em exposição e, ainda, informar sobre o modo de vida dos índios que confeccionaram os objetos. Com prévio agendamento, o museu abre espaço para os visitantes realizarem oficinas como as de argila (confeção de potes), arte rupestre, pintura em cerâmica Guarani e lascamento em pedra. O espaço também oferece oficinas e cursos de atualização para professores.

²⁴ Antes do Presente é uma forma de contagem de tempo amplamente utilizada na Arqueologia, Paleontologia e Geologia, que tem como base de referência o ano de 1950 D.C. em razão dos testes atômicos realizados durante a Segunda Guerra Mundial que foram responsáveis por desequilibrar a concentração química de isótopos, como o carbono-14, na atmosfera.

O LAG tem como foco o trabalho na evidenciação e no registro de sítios arqueológicos no Estado de São Paulo, porém, é possível fazer curadoria e estudo de materiais líticos e cerâmicos pré-históricos, e estudos do patrimônio histórico (vestígios de edificações, louças, vidros e metais). Além das curadorias e das pesquisas, o laboratório realiza restauro de vasilhas cerâmicas indígenas pré-históricas para apresentá-las à comunidade. O estudo de técnicas de restauro de vasilhas arqueológicas tem contribuído para a divulgação da cultura de grupos indígenas cuja importância para a formação da cultura brasileira é reconhecida.

O MAR em conjunto com o LAG desenvolve trabalhos nas áreas de licenciamento ambiental, gestão do patrimônio arqueológico, Educação Patrimonial, criação de museus, curadoria de acervos e restauro. Promovem pesquisas e ações de diagnóstico interventivo, prospecção, resgate e monitoramento arqueológico para empreendimentos, principalmente em áreas de plantio de cana-de-açúcar, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, loteamentos, aterros sanitários e obras de saneamento básico, pesquisas e ações de diagnóstico interventivo.

O LAG, ao longo dos anos e com apoio da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), criou diversas oficinas para atividades de Educação Patrimonial, instalou e gerencia museus e inventariou mais de 100 sítios arqueológicos históricos e pré-históricos. A extroversão do conhecimento proporcionada pelas ações do MAR favoreceu o desenvolvimento das ações relacionadas ao Ecomuseu de Mirante do Paranapanema.

O apoio dos pesquisadores da Unesp à comunidade do assentamento São Bento aconteceu por meio de ações de sensibilização a fim de identificar os objetos e artefatos arqueológicos a serem patrimoniados, e definir o que deveria ser exposto na coleção do ecomuseu. Ações de curadoria, inventário e catalogação dos achados arqueológicos foram realizadas no LAG, que conta com equipe técnica especializada.

5.2 História da ocupação do Pontal do Paranapanema

A História da formação do território denominado Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo, pode ser caracterizada como uma história de luta pela terra e resistência da cultura camponesa ali presente.

O modelo capitalista ao se apropriar desse território regional, impõe um determinado padrão de desenvolvimento, visando manter o domínio dos meios de produção, dentre os quais a terra é o mais importante, bem como, todos os recursos naturais regionais disponíveis.

Ao analisar a expansão capitalista no Pontal do Paranapanema, verifica-se que esta pode ser mais bem compreendida se não for considerada como um caso isolado e nem explicada numa única direção. Dito de outra maneira, esse fenômeno não pode ser compreendido somente pela produção agropecuária e também não deve ser entendido apenas pelos intensos conflitos fundiários sempre presentes na História dessa região.

Na medida em que é ampliada a compreensão em escala regional, exige-se ampliar simultaneamente a reflexão sobre os acontecimentos nas escalas estaduais e federais, uma vez que a totalidade propicia ampliar o entendimento, demonstrando nuances que só conseguem chamar a atenção se forem vistas como parte de algo maior, a exemplo das análises de Martins (1993, p. 71) sobre o desencontro provocado com a chegada do estranho:

Para compreender corretamente o tema, entendo que é necessário trabalhar com uma concepção de amplitude de espaço maior do que aquela envolvida em cada conflito fundiário e em cada enfrentamento tribal. Do mesmo modo, é necessário trabalhar com uma dimensão de tempo mais dilatada do que aquela que encerra um acontecimento singular. Os casos isolados não revelam a verdadeira natureza do processo histórico, que tem hoje índios e camponeses como sujeitos fundamentais. São eles as únicas forças que têm levantado barreiras e dificuldades à constituição de um modelo de capitalismo rentista no país, base de uma organização política autoritária, antidemocrática (grifos do autor).

Torna-se muito interessante e instigante tentar compreender a História da ocupação da região do Pontal do Paranapanema como a história da chegada do estranho, absorvendo os detalhes por intermédio das análises de Monbeig (1984) e Leite (1981). As zonas pioneiras estudadas por Monbeig (1984) eram compostas pelos planaltos ocidentais paulistas e pelos do norte do Paraná, os quais se tornaram de interesse para o modelo econômico capitalista, mais intensamente nas últimas décadas do século XIX.

A expansão capitalista nessas zonas pioneiras, dentre elas a região do Pontal do Paranapanema, foi impulsionada por intermédio da ação de grileiros, como destaca Monbeig (1984) ao dizer que "[...] todas as terras são de propriedade particular, tanto as de floresta como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros" (MONBEIG, 1984, p. 211). A ocupação e o fracionamento do espaço territorial paulista se dão, então, de forma desigual e fundamentada em relações de mercado com o estabelecimento dos interesses dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, como destaca o autor:

Este sistema de divisão do solo adotado na franja pioneira paulista nada tem a ver com sentimento igualitário ou com alguma forma de revivescência de qualquer

velha sociedade comunitária. O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém as suas necessidades e possibilidades. (MONBEIG, 1984, p. 222).

A presença de migrantes marca o início da ocupação territorial regional, principalmente quando famílias mineiras se apossaram de grandes extensões de terra, cuja valorização se consolidou com a chegada da estrada de ferro entre a segunda e terceira década do século XX, como explana Monbeig (1984, p. 27):

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província.

O aumento da propriedade privada sobre a terra e o ilimitado interesse em constituir fazendas levam a redução ou inexistência de áreas a serem conquistadas e, com isso, há uma considerável valorização da terra, ocasionada pela especulação e disputa pela propriedade. Como aponta Monbeig (1984, p. 212) “se a terra começa a faltar e é mais disputada, o resultado inevitável é a valorização, que leva a especulação”. Nesse processo de especulação o latifúndio, caracterizado pelo domínio sobre as áreas de florestas, desempenha um importante papel, uma vez que "o ponto de partida para a série de especulações é sempre a posse de vastas extensões de matas, [...], que compreendem milhares de alqueires" (MONBEIG, 1984, p. 212).

Essas áreas assumem uma importância estratégica, uma vez que são passíveis de futuras explorações madeireiras e, posteriormente, serviram ao estabelecimento de novas unidades produtivas ou expansão das já existentes. Monbeig (1984, p. 212) chama a atenção para o fato de que com a especulação "a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas [...]". Ao se considerar o modelo utilizado de fracionamento de terras como um negócio, caracterizado pela comercialização de fazendas (grandes propriedades) ou sítios (pequenas propriedades), Monbeig (1984) ressalta a importância que reside em o loteador conhecer as expectativas, necessidades e potencialidades dos seus clientes, para que assim possa dotar o empreendimento das características e atributos necessários à atração da clientela.

Dessa forma, os empreendimentos foram implantados conforme as condições financeiras de seus clientes, não só para aquisição da propriedade, mas também, com a finalidade de fazê-la produzir grãos e carne. As fazendas eram destinadas as pessoas mais

abastadas que encontraram ali "uma possibilidade para associar a cultura cafeeira, localizada junto ao espigão, com a criação de gado, está nas pastagens que se formam nos fundos dos vales e nas partes inferiores das encostas" (MONBEIG, 1984, p. 216).

Já os sítios são destinados aos pioneiros; em geral pessoas de menor poder aquisitivo e poucos recursos, que aplicam praticamente todo o seu recurso financeiro na aquisição da propriedade, utilizando quase que exclusivamente a força de trabalho familiar, como explica Monbeig (1984, p. 224):

Assim, desde a instalação, o sitiante é obrigado a contrair empréstimos. Desencadeia-se, dessa forma, o mecanismo de uma armadilha de que os desafortunados não sairão jamais e que, de qualquer forma, amarrará por muito tempo o pioneiro, por mais corajoso e empreendedor que ele seja. Terá de viver de empréstimos onerosos, pois o crédito agrícola não é mais favorável ao sitiante do que o crédito fundiário.

As dificuldades encontradas pelos pequenos sitiantes foram tamanhas que inviabilizaram o emprego de mão-de-obra externa, mesmo em situações nas quais o custo desta pudesse ser favorável, o que se tornou um fator limitante ao tamanho de sua propriedade e da exploração a ser realizada. As análises de Monbeig (1984) indicam que em 1944 a região do Pontal do Paranapanema apresentava um desempenho, no que se refere à contratação e remuneração da mão-de-obra, bem abaixo da média e daquilo que era encontrado em outras regiões, como descrito por ele:

Em 1944, a jornada de trabalho era, em média, de 15 a 20 cruzeiros. Era mais alta nas regiões de criação, como em Paulo de Faria (25 cruzeiros) e menos elevada nos centros de loteamentos (10 cruzeiros em Presidente Prudente), porque a procura era mais fraca e a oferta muito grande. (MONBEIG, 1984, p. 223).

O número de trabalhadores disponíveis era elevado na época e a capacidade para absorção deste contingente apresentava-se reduzida, ou seja, havia um claro desequilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra. Esse quadro se agrava quando há a presença de um grande número de pequenos proprietários rurais que, vencidas as atividades laborais em sua propriedade, passa a também vender o excedente de sua força de trabalho a outras propriedades (OLIVEIRA, 2001).

Neste cenário, os bancos oficiais deveriam atuar de forma a garantir o suporte necessário ao desenvolvimento, em especial aos empreendedores em fase inicial e mais desprovidos de recursos financeiros. No entanto, acabam por atuar exatamente no sentido oposto. Contudo, agem preferencialmente junto daqueles que não necessitam e que, muitas

vezes, acabam tendo acesso a linhas de crédito, cujos recursos são aplicados em atividades não relacionadas diretamente à propriedade (SABOURIN, 2009). Isso pode ser confirmado nas análises de Monbeig (1984, p. 224), para quem:

O Banco do Brasil trabalha de preferência com os fazendeiros que apresentam garantias mais seguras; mas quando atende aos sitiantes, os métodos utilizados são passíveis de crítica. Seu maior inconveniente é custar caro, pois o pequeno proprietário deve apresentar uma série de documentos oficiais, como título de propriedade, previsão de colheitas e outros que os aspirantes a tabelião não desembaraçarão sem uma lentidão que será inversamente proporcional às gorjetas concedidas.

A burocracia e a corrupção, nessa época, levantavam barreiras diante do acesso ao crédito pelos pequenos produtores rurais, que não gozavam do mesmo prestígio social dos grandes proprietários e, tampouco, dos mesmos recursos financeiros. Segundo Monbeig (1984) o então Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) procurou atuar de forma mais favorável ao pequeno sitiante, com menor burocracia e taxas de juros mais favoráveis. No entanto, as suas linhas de crédito não atendiam plenamente as necessidades dos sitiantes, uma vez que possuíam um prazo mais curto para amortização e estabelecia um teto para contratação atrelado a um determinado percentual possível referente à colheita. A dificuldade na obtenção do crédito e no acesso aos recursos do sistema financeiro oficial levou os pequenos proprietários a utilizar outros mecanismos para obter os recursos financeiros de que necessitam. Era necessário, por exemplo, contrair crédito junto a comerciantes com um compromisso de compra e venda da sua produção futura. Assim, "cada novo empréstimo mal permite liquidar a dívida contraída na estação anterior" (MONBEIG, 1984, p. 226). O autor ainda menciona que:

O pioneiro que ao se instalar no lote adquiriu, dispendeu seu capital e contraiu dívida, fica prisioneiro no circuito das transações comerciais. [...]. Deverá pedir empréstimo de novo e dificilmente chegará a restabelecer sua situação e mais dificilmente ele a melhorará.

A dificuldade na obtenção de recursos financeiros obrigou o pioneiro a contribuir, mesmo sem concordar, com a forte concentração fundiária. Reproduz-se, desta forma, na região do Pontal do Paranapanema a estrutura fundiária em escala nacional, historicamente, concentrada. Eis, portanto, um dos instrumentos dessa centralização fundiária. Quando o grande produtor rural, além de gozar de melhor condição financeira, possui maior facilidade

para obter o recurso financeiro necessário à aquisição de novas áreas, boa parte delas advinda dos pioneiros endividados.

As análises de Monbeig (1984) serão melhores compreendidas pelas apreciações desenvolvidas por Leite (1981) para quem a região do Pontal do Paranapanema chama a atenção por se destacar histórica e nacionalmente como lugar onde predomina o embate visando o domínio e controle do território por intermédio dos inúmeros conflitos fundiários envolvendo posseiros, grileiros, trabalhadores rurais e o Estado:

A área hoje denominada Pontal do Paranapanema, é parte integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Contudo sua história se liga a outra posse, irmã contígua ao norte, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy [...]. Como algumas propriedades eram adquiridas, porém não ocupadas, visando obviamente à valorização das terras, estas acabam sendo invadidas por intrusos, alguns até mesmo exibindo o “título de propriedade”, manchado de gordura e amarelecido na fumaça do fogão de lenha. Houve conflitos entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes grileiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes. (LEITE 1981, p. 38).

Os “títulos de propriedades” apresentados manchados de gordura e amarelecidos eram propositadamente assim preparados para dar a aparência de um documento oficial, o que ficou conhecido como grilagem, um processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação dos títulos outorgando-lhes segurança jurídica. Esse processo refinado foi muito utilizado na apropriação de terra nessa região como explana Leite (1998, p. 191):

Assim se deu a ocupação do Pontal do Paranapanema. Embora recente, como se viu, foram usados, porém os mesmos processos antigos, agora mais refinados. Na luta pelo domínio da terra ficou claro que vence sempre o poder econômico e político, pois que, em verdade, se constituem numa só entidade irresistível, insensível e brutal.

As análises de Leite (1981) demonstraram o rastro destrutivo do avanço do modelo econômico capitalista no território regional, reorganizando as relações sociais para impor a sua maneira de desenvolvimento profundamente concentradora de terras. A grilagem de terra consistia em um dos instrumentos da centralização fundiária. A outra dava-se quando o grande produtor rural, além de gozar de melhor condição financeira, possuía maior facilidade para obter o recurso financeiro necessário à aquisição de novas áreas, boa parte delas advinda, como mencionado, dos pequenos e médios produtores rurais amplamente endividados.

O modelo econômico capitalista tem-se demonstrado, também, um grande depredador dos recursos naturais por visar à produção da mercadoria e gerir lucro como fluxo vital. O

modelo vigente que se mantém do saque sobre as reservas ambientais regionais deixa incerta a sobrevivência das futuras gerações, como apontam as análises de Leite (1981) em relação aos impactos ambientais na região do Pontal do Paranapanema. O autor descreve minuciosamente esse território em uma visão histórica, geográfica, social, política, econômica e ambiental. Sua principal preocupação foi analisar como as questões de ordem política e econômica puderam interferir no meio ambiente de forma dramática e pontual.

De acordo com o autor, uma das poucas áreas preservadas no período de ocupação da região do Pontal do Paranapanema foi a Reserva Florestal do Morro do Diabo, instituída pelo Decreto nº 12.279, de 29 de outubro de 1947. Em depoimento²⁵ Waldman, pesquisador em geografia e cartografia histórica, menciona que a região é retratada pela primeira vez por Pedro Miller, em 1837, representada como região originalmente hispânica, composta por regiões jesuíticas espanholas, o que outrora era conhecida por Guairá.

De fato, José Carlos Viladarga em sua pesquisa de doutorado empreendeu vasta investigação sobre o “afluxo comercial existente entre o Brasil e o mundo platino”, especialmente durante o governo de D. Francisco de Souza, que intensificou as relações comerciais entre a América portuguesa e espanhola. Estas transações foram impulsionadas pela suspeita de minas de ouro no interior paulistano e sob o manto do bandeirismo no reinado de Felipe II (1580 – 1598)²⁶ provocaram a intensificação da exploração nestas paragens. Segundo Viladarga (2010, p. 159):

Estas bandeiras cumpriram um papel múltiplo e se irradiaram em todas as direções. Buscaram minas, índios e aplainaram caminhos. Tornaram alguns dos espaços contíguos à vila [de São Paulo de Piratininga] bastante frequentáveis e estáveis para a ocupação e trânsito. As bandeiras avançaram, no sentido oeste, para o vulgo sertão, em áreas da Província do Paraguai e Rio da Prata; no sentido noroeste, para o sertão do Parauapava; pelo vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira e também para o litoral sul, até a região dos Patos.

Pesquisas recentes em Arqueologia deram conta de confirmar a presença espanhola na região, dentre elas, a pesquisa de mestrado e trabalhos posteriores publicados por Faccio e

²⁵Informação cedida por conversa telefônica realizada no dia 20 de novembro de 2019.

²⁶ A Vila de São Paulo de Piratininga fazia parte da colônia portuguesa na América, sendo integrada ao grande império filipino durante o período da União das coroas ibéricas (1580 a 1640). “A diversidade de culturas, identidades políticas e poderes do império filipino é bastante conhecida. Com amplos domínios na Europa, que envolviam os reinos de Castela e Aragão, ainda atingia os Países Baixos, possessões na Itália e Alemanha. Além disso, incluía a América, englobando antigos impérios, cacicados, tribos variadas e grupos culturalmente bastante heterogêneos. Com a União Ibérica, passou a abarcar Portugal e suas possessões na América, África e Ásia. Tornava-se, assim, um dos maiores impérios do mundo (VILADARGA, 2010, p. 17). A título de comparação, o domínio do império filipino na época equivale a vinte vezes o que foi império Romano no seu auge.

colaboradores (1992, 2015, 2017) cujas análises empreendidas no Sítio Arqueológico Alvim, localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo revelaram três ocupações humanas: caçadores-coletores, ceramistas e histórica, sendo esta última evidenciada pela “presença de fragmentos de telha e tijolos característicos de assentamentos jesuíticos, encontrados fora da posição original e misturados aos vestígios das duas ocupações anteriores”. (FACCIO, 1992).

A serra conhecida por Morro Diabo é a primeira toponímica retratada institucionalmente relacionada à região do Oeste Paulista, com exceção dos rios. Em mapas impressos no ano de 1875 elaborados por Julis Martan é feita a primeira menção à área. O topógrafo germano-brasileiro Franz-Keller Leuzinger (1835-1890), no final do século XIX, percorreu os rios da região oeste do Estado de São Paulo, anotando a altitude dos rios em relação ao nível do mar, registrando a região devastada pelos bandeirantes durante as Guerras Guaranísticas. A **Figura 9** apresenta o mapa da região com destaque para o Morro do Diabo.

Figura 9 – Mapa histórico da região retratando a área do Morro do Diabo



Fonte: Carta da Província de São Paulo, 1887²⁷.

Neste território, o governo federal criou três reservas florestais, destinadas à preservação da biodiversidade regional. No entanto, a ocupação da região, realizada de forma desenfreada e desregulada sob o impulso da expansão capitalista culminou com a destruição

²⁷ Cópia obtida a partir da gentil colaboração de Maurício Waldman cuja consulta a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, possibilitou acesso à imagem original.

total de duas destas reservas, restando na atualidade somente a área conhecida como Parque Estadual Morro do Diabo, situado no município de Teodoro Sampaio, SP. Essa perda do patrimônio natural na região se deu pela forma de ocupação e posterior exploração das terras devolutas, que envolveram todo tipo de arbitrariedade e violência no processo. Essas ocupações irracionais e irregulares provocaram mudanças irreparáveis na paisagem que “acabaram por ferir fundo o meio ambiente; irregular também porque poucos se apoderaram de muito, enquanto muitos permaneceram sem nada”. (LEITE, 1981, p. 10). De acordo com Leite (1981, p. 71),

A multidão que chegava em busca de terras para plantar, pouco se importava se estas eram públicas, particulares, com titulação regular ou não. Uma distinção ficara patente: enquanto que as glebas ocupadas por particulares eram defendidas até a bala pelo seu ocupante maior e suposto proprietário, as do Estado foram vítimas de aventureiros grandes e pequenos que passaram a disputar, entre si, sortes de terras que não lhes pertenciam.

Em suma, a história da ocupação do Oeste Paulista é produto e processo do avanço do modelo econômico capitalista na agricultura que fomenta uma forma de desenvolvimento com base na concentração de terras, renda e riqueza. Frente a esse modelo concentrador com monocultura exportadora, há o modelo próprio do campesinato que luta por terra e por reforma agrária de matriz produtiva agroecológica. Nas diferenças desses modelos, estão explícitas as visões de mundo, as perspectivas distintas de sociedade, as formas de organizarem a produção, as relações de trabalho e o contato com o patrimônio natural regional.

Enquanto o modelo agro exportador forma o seu espaço e ocupa o território com a lógica da concentração de terras utilizando maquinários, alguns deles, guiados por satélite, obtendo um enorme complexo agroindustrial de formidável produtividade, o modelo que se encontra em construção pelos movimentos camponeses, forma o seu espaço e ocupa o território guiado por outra lógica: o seu potencial de produção de alimentos está mais na diversidade do que no produtivismo compulsório, o que favorece a organização dos produtores em cooperativas e associações e a utilização de forma sustentável os recursos naturais, cuidando do meio ambiente e de suas fontes renováveis. Trata-se das relações entre o modelo econômico capitalista e o campesinato constituindo padrões explicativos desenvolvidos com perspectivas distintas de superação ou de manutenção do capitalismo (SABOURIN, 2009).

Deste modo, o capitalismo atingiu a região do Pontal transformando completamente o contexto social e econômico preexistente. A monocultura foi instituída com a produção voltada ao mercado externo (café, algodão, tomate, pecuária). Em 1993, surgiram os primeiros assentamentos com produção de cana-de-açúcar para a implantação da Destilaria de Álcool Alcídia S/A. A partir daí, as usinas que se instalaram utilizaram-se de subsídios que o camponês consegue receber por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, programa governamental que financia projetos individuais e/ou coletivos no intuito de gerar renda a agricultores familiares, incluindo os assentados da reforma agrária. A finalidade do agronegócio na região é que o pequeno produtor consiga fornecer maior quantidade de matéria prima à indústria sucroalcooleira (FELÍCIO, 2011). A prática do “consórcio”, proposto pelas usinas, explicita esta relação:

A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os termos então anunciados, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos dezesseis hectares de terra de cada assentado, doze seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar. Nos quatro hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão. A usina acrescentava a isso uma série de benefícios, como a contratação de um membro da família assentada, ração para gado e leite de soja. (FERRANTE; BARONE, 2011, p. 280).

É sabido que dentro das políticas públicas brasileiras de desenvolvimento socioeconômico, dificilmente existirá uma que favoreça a pequena produção. Não interessa aos grandes produtores agrícolas investir em diversidade produtiva para abastecimento do mercado interno. De tal modo, o pequeno produtor acaba endividado no processo de captação de recurso, produção, dispersão e novo plantio, o que culmina por fortalecer ainda mais o avanço do modelo centralizador. O camponês, vendo-se sem saída, acabou arrendando suas terras e trabalhando como empregado nas usinas (FELÍCIO, 2011).

Nesse sentido, Hespanhol (2000, p. 320) comenta que:

(...) o aprofundamento do capitalismo no campo não provocou o desaparecimento das unidades produtivas familiares. De fato, com a intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura, houve o desencadeamento de profundas mudanças que, se por um lado, levaram parcela considerável destes agricultores à expropriação de seus meios de produção, sobretudo a terra, criando um grande contingente de excluídos do circuito produtivo, por outro, engendraram uma grande diversidade de unidades produtivas, que passaram a ser englobadas sob a denominação da agricultura familiar.

Deste modo, ocorreu a exploração do camponês, que poderia acontecer quando o pequeno produtor arrendava sua terra para a usina sucroalcooleira, quando ele se tornava

funcionário assalariado do empreendimento, ou quando ele produzia com vistas a uma determinada destilaria, entregando a ela toda a sua produção. A este tipo de subordinação também se denomina de atrelagem, pois o camponês fica literalmente dependente das imposições de preços e condições determinadas pela usina em questão (FELÍCIO, 2011). De qualquer forma, o empreendedor acaba tirando vantagem de todas as situações.

Como se pode perceber, a expansão capitalista é inerente à forma com que ela ocorre. Seja pela exploração do trabalho assalariado, pela apropriação do trabalho familiar ou pela atrelagem do camponês em condições por ela imposta; de qualquer maneira, o capitalismo na agricultura visa lucro, e este é o cerne da questão agrária. A própria política de assentamentos favorece o agronegócio, e não os pequenos produtores. Neste sentido, concretiza-se o que Gómez afirma em sua obra: “o Estado não é, em nenhum caso, neutro, mas sim um órgão ao serviço dos objetivos do capital” (GÓMEZ, 2002, p. 101).

A ocupação capitalista nas terras do Pontal prosseguiu devido ao desenvolvimento da *commoditização* da agricultura. O capital sucroalcooleiro seguiu investindo enormes recursos financeiros com apoio das estruturas públicas. Neste cenário ocorrem fatalmente diversos impactos socioambientais na região, responsáveis por modificar paisagens e estilos de vida, interferir no desenvolvimento econômico da população regional, além de provocar drásticas mudanças na biodiversidade e degradação do ecossistema existente (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Os principais impactos ambientais observados são o aniquilamento de reservas de matas nativas e ciliares para o alargamento dos plantios; a obstrução dos rios ocasionada pela erosão, em razão do cultivo da cana-de-açúcar em áreas inadequadas; a ampliação das emissões de CO₂; a compactação do solo provocada pelo alto índice de mecanização na cultura canavieira; os problemas respiratórios em seres humanos; deslocamentos e mortes de animais decorrentes das frequentes queimadas; o contágio de cursos d'água ocasionados pelo uso de fertilizantes e pesticidas; alteração drástica de paisagens naturais (THOMAZ JÚNIOR, 2009; FELÍCIO, 2011).

Não obstante a isso, esta modificação no cenário da agricultura na região também promoveu o desenvolvimento da luta de classes com a disputa de um modelo de desenvolvimento territorial. De acordo com Fernandes (2008, p. 5):

Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também; uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.

Deste modo, o Estado, por meio de políticas públicas e pressionado pelo capitalismo, contribuiu para a recriação do camponês em capitalista, alguém que não participa efetivamente do processo (por não ter a força política e os recursos financeiros necessários à sua plena modernização), mas que procura se manter nas bordas do agronegócio, ora atrelando-se a ele, ora usufruindo da zona de conforto temporário que ele lhe proporciona. A recriação do camponês é apontada por alguns teóricos (MENDRAS, 1976; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993) como a única saída para o agricultor familiar.

Contraditoriamente, na região do Pontal do Paranapanema existem camponeses resistentes ao avanço do modelo econômico capitalista, que ao mesmo tempo em que se mantém em suas propriedades, produzindo diversos gêneros alimentícios com mão-de-obra familiar, utilizavam-se do modelo como recurso para se fixarem a terra (como o PRONAF), porém baseados no modelo capitalista. Tais produtores constituíram verdadeiras resistências, mantendo suas propriedades como ilhas em um mar de cana.

Perdas no patrimônio histórico e cultural também ocorrem, como é o caso dos sítios arqueológicos que se encontram em áreas de plantio de cana-de-açúcar. Com a intensa atividade dos maquinários utilizados na produção sucroalcooleira na região e sem a devida identificação e resgate desses sítios. Faccio (1998, p. 13) aponta que “a medida que são ampliadas as áreas de plantio de cana e pastagem, os sítios arqueológicos são destruídos, diminuindo a possibilidade de serem encontrados e, se encontrados, de fornecerem respostas satisfatórias sobre os assentamentos que continham”. Dessa forma, a produção na região afeta diretamente esse patrimônio que acaba sendo deslocado, soterrado e aos poucos destruídos.

Neste contexto, vale ressaltar as tentativas de resgate cultural que as comunidades rurais têm investido, por vezes em colaboração de órgãos representantes da sociedade civil organizada favoráveis à causa (como ONGs, museus e universidades), no intuito de fixar os jovens no campo por meio da valorização da cultura camponesa, fazendo frente às investidas capitalistas de dominação total de seu modo de vida. Os jovens, impressionados com as novas tecnologias e induzidos por programas educacionais (também incentivados pelo governo, como os cursos FIC/PRONATEC²⁸), acabam por se especializar, saindo da propriedade rural familiar, indo atuar em grandes empreendimentos (como as usinas), ou mesmo nos centros

²⁸ Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) tem a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante que deseja entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente. São financiados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), programa governamental criado em 2011 com o intuito de diminuir a carência que existe de pessoas com conhecimentos técnicos e profissionalizantes para ocupar vagas no mercado de trabalho.

urbanos. Este êxodo rural juvenil, também apontado por Hespanhol em sua pesquisa (2000, p. 325), contribui para o insucesso de estratégias que visam à reprodução social dos produtores familiares.

Este fato pôde ser confirmado em visita ao Assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, SP. Ao conversar com uma moradora do local, professora da escola estadual instalada no assentamento, a mesma demonstrou preocupação ao relatar que os cursos oferecidos pela Escola Técnica Estadual – ETEC, desenvolvidos na escola, voltam-se ao Agronegócio, e que “ensinam a usar agrotóxico”. A relatora, que também é moradora do assentamento, afirmou que seria importante favorecer maior envolvimento da comunidade nas atividades escolares, e comentou que “por mais que a escola tivesse uma abertura entre aspas para que houvesse, assim... um trabalho pedagógico, de intervenção pedagógica a partir da comunidade em estar interagindo com os professores e com a escola”, o mesmo não teve continuidade. As inquietações presentes nas palavras da educadora refletem a visível proposta de atrelamento dos jovens do assentamento para que atuem como trabalhadores nos grandes empreendimentos agrícolas instalados na região, o que vem contribuindo para o esvaziamento do campo e a desvalorização da cultura camponesa.

No entanto, a resistência camponesa à total dominação capitalista vem sendo conseguida à duras penas por parte de pequena parcela das famílias camponesas. De acordo com o Censo Agropecuário 2006 (IBGE) a estrutura agrária brasileira continua concentrada, sendo que 75,7% da área encontravam-se ocupada por estabelecimentos não familiares. Os estabelecimentos familiares ocupavam uma área que compreendia a 18,35 hectares, enquanto os estabelecimentos não familiares ocupavam, na época da realização da pesquisa, 309,18 hectares. Estes dados provocam grande preocupação, principalmente quando se sabe que a agricultura familiar é responsável por fornecer ao mercado interno boa parte dos alimentos consumidos no país²⁹.

De acordo com Saraiva et al (2013, p. 927), “o orçamento do PNAE³⁰ em 2010 foi de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões e beneficiou 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Deste montante, R\$ 150.397.052,68 foram destinados para a compra da agricultura familiar”. Em virtude disso, decorre a importância de se pensar em novas estratégias de permanência sustentável destes camponeses em suas propriedades, visto que o

²⁹ Hoffmann (2014, p. 419) afirma que “os dados do Censo Agropecuário de 2006 tabulados pelo IBGE mostram que o valor anual da produção da agricultura familiar é 54,5 bilhões de reais (33,2% do total) e o da agricultura não familiar é 109,5 bilhões (66,8% do total)”.

³⁰ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

modelo capitalista não visa sanar os problemas de produtividade e contribui por fomentar, ainda mais, a conflitualidade presente na questão agrária na região do Pontal do Paranapanema.

Ao ressaltar o aumento da produtividade (e, conseqüentemente, da renda) com o auxílio de novas tecnologias de produção agropecuária, o agronegócio consegue camuflar seu aspecto excludente e concentrador. Ao se firmar no campo, o capital avança aperfeiçoando o processo produtivo, porém, sem resolver os problemas políticos e socioeconômicos oriundos da concentração de terras e exploração do pequeno produtor rural (FELÍCIO, 2011). Conforme Fernandes (2008, p. 37) “a produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital, expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidades”.

Deste modo, segundo a lógica rentista, o produtor familiar que não se moderniza, investindo principalmente em novas tecnologias, acaba sendo marginalizado do mercado. Somente quando o pequeno produtor consegue se organizar em cooperativas e associações tem mais força de barganha com o mercado e consegue participar com maior frequência de licitações, programas e políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento no campo (SILVEIRA, 1990).

O resultado do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira e todo o sucesso desse empreendimento agroindustrial / comercial / financeiro / especulativo, chamado na sua extensão de agronegócio, anteriormente demarcado com menor significado e complexidade, de complexo agroindustrial (CAI), tem nome: processo destrutivo das forças produtivas e da força de trabalho (familiar e assalariada). (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 8).

Porém, a resistência camponesa pretendeu levantar barreiras que pudessem colocar limites à expansão do modelo econômico capitalista, e os movimentos populares de luta pela terra são exemplos desta resistência. São identificados mais de 60 movimentos no Brasil, sendo que cerca de 20 deles concentraram sua atuação na região do Pontal entre os anos de 1990 e 2000. Tais movimentos populares elaboraram formas para resistir à dominação política que a lógica capitalista lhes impõe ao transpor ao mercado as probabilidades de mudança territorial.

Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. (FERNANDES, 2008, p.25).

Na região do Pontal do Paranapanema, o movimento popular de luta pela terra de maior expressão é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Por meio do trabalho de base, o MST visita, instrui e convida famílias nas periferias das cidades a participar da reforma agrária e da luta pela terra. Este processo de socialização política promove, em seguida, a interação entre as pessoas com histórias semelhantes (migrantes, desempregados, camponeses expropriados, ribeirinhos desalojados por construção de hidrelétricas), fazendo com que vislumbrem sobre novas perspectivas. Segundo Origuéla (2011, p. 65):

O MST deu início às suas ações no Pontal do Paranapanema (...) no ano de 1990, o que possibilitou o processo de enfrentamento entre latifundiários e trabalhadores rurais expropriados que, através de ocupações de terras e acampamentos questionaram a legitimidade da posse da terra na região.

O movimento, no cenário conflitante da luta pela terra, comprova que o modelo capitalista de produção, ao tornar o camponês submisso ao mercado, acaba por provocar outras formas de defesa e resistência. Contudo, a mídia consegue difundir conceitos acerca do agronegócio que nem sempre são reais na prática. Apesar de representar 34% do PIB e 42% das exportações brasileiras (FERNANDES, 2008, p. 39), o agronegócio também é responsável por expandir a conflitualidade no campo por meio da ampliação da concentração de terras e do controle das relações sociais. Deste modo, segundo Fernandes (2008 p. 39):

A mídia evita fazer relação entre o agronegócio e o conflito, entre o agronegócio e o trabalho escravo. A “invisibilidade” da conflitualidade gerada pela blindagem apologética feita para o agronegócio cria certo estranhamento quando se critica este modelo.

As notícias veiculadas pela mídia não deixam transparecer a subordinação do camponês ao sistema em curso. A necessidade de recurso financeiro para aquisição de terra, para viabilizar a atividade agrícola e a própria exploração do trabalho familiar constituem-se em formas de dominação, pois o camponês depende cada vez mais dos mecanismos estruturais do mercado para se manter na terra.

Hespanhol (2000) em sua tese menciona a insatisfação dos camponeses em relação às políticas públicas, que privilegiam os “grandes produtores de bens para exportação, as empresas que atuam no setor de insumos químicos para a agricultura e as instituições financeiras”. Tais políticas deveriam contribuir para a fixação do camponês à terra,

diminuindo os custos de produção e viabilizando a comercialização por meio do estabelecimento de preços mínimos aos produtos da agricultura familiar.

Porém, não obstante as dificuldades impostas pelo modelo econômico capitalista e falta de incentivo público em amenizar a questão, o camponês recria-se resistindo em sua propriedade, utilizando-se do recurso financeiro sem se submeter totalmente ao modelo econômico vigente. É o caso, por exemplo, de produtores que conseguem diversificar sua produção com os Sistemas Agro-Florestais (SAFs), que se organizam em associações ou que apostam em atividades não agrícolas como novas possibilidades de renda, como é o caso do turismo rural, dos artesanatos produzidos pelas mulheres e dos pesque-pagues. Neste sentido, a recriação do campesinato constitui-se em uma forma de permanecer entre a luta e a dependência, entre a resistência e a submissão.

Temos certeza de que nos assentamentos existe uma reinvenção do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reinvenção que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social (...). (FERRANTE; BARONE, 2011, p. 300-1).

É no bojo dessa discussão que emerge a necessidade de valorização e preservação do patrimônio histórico cultural regional, e de iniciativas de proteção da paisagem cultural deste território.

5.2.1 O Assentamento São Bento

A ocupação da região onde está localizado o Assentamento São Bento foi marcada pela constituição de grandes unidades de exploração de monocultura, direcionadas especialmente à pecuária que, de um lado exigia pouca tecnologia e baixa oferta de mão-de-obra, e de outro foi a “principal responsável pela profunda degradação ambiental que atingiu a região desde o início do século” (ITESP, 2002a, p. 1-2). A **Figura 10** apresenta uma das estradas de acesso ao assentamento. Pela imagem é possível perceber as condições ambientais da região:

Figura 10 – Estrada de acesso ao Assentamento São Bento



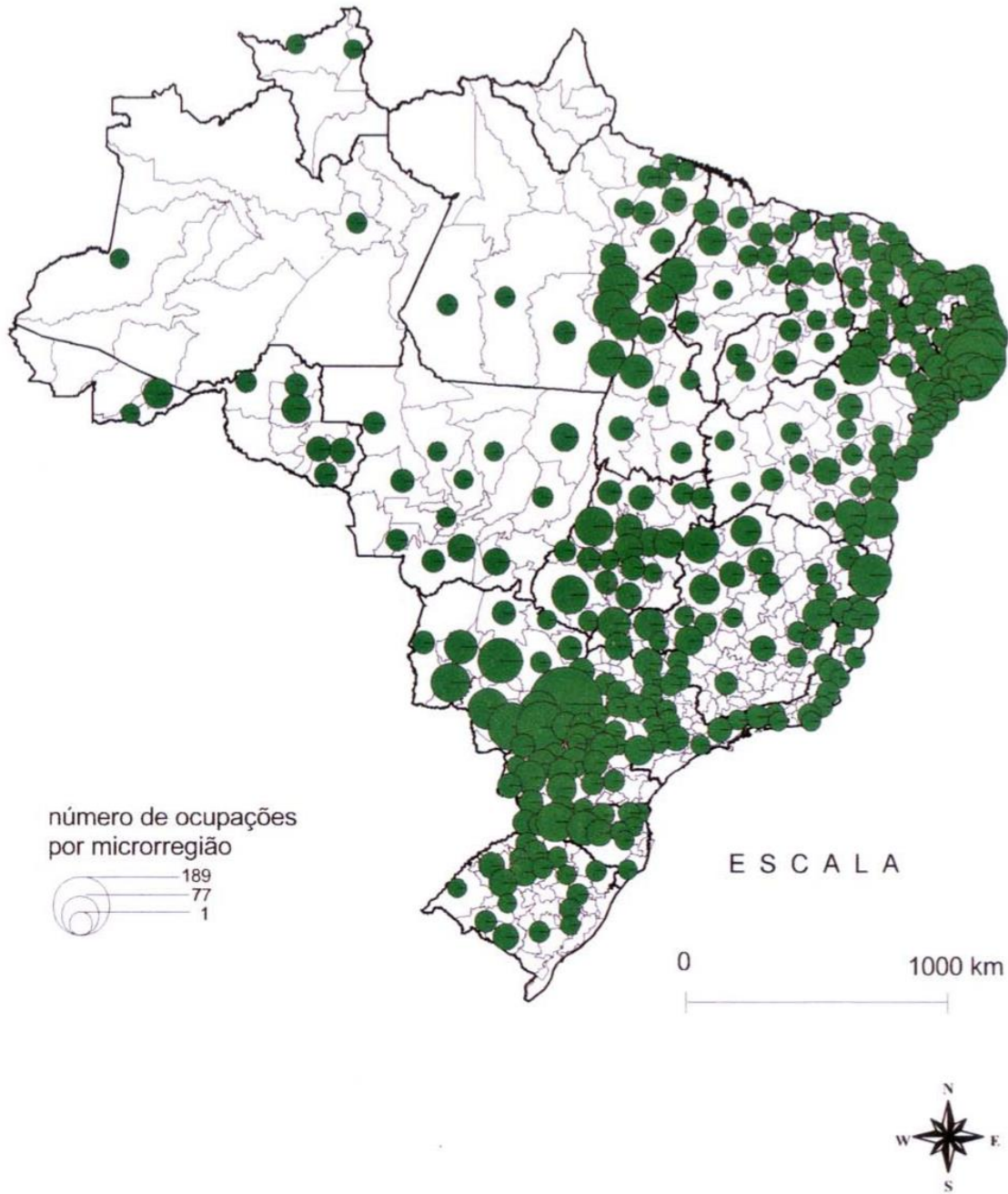
Fonte: A autora, 2018.

A “fragilidade dos solos e ausência de medidas conservacionistas” contribuiu para esgotar o potencial produtivo das terras, favorecendo ainda mais este modelo de produção e a consolidação dos grandes latifúndios, fazendo com que iniciativas da agricultura familiar ficassem encurraladas em pequenas propriedades próximas a núcleos urbanos ou em arrendamentos com intuito de renovação de pastagens.

Com o incentivo do Programa Nacional do Álcool ou Proálcool, criado em 14 de novembro de 1975 ocorreu, de um lado, o aumento da demanda por trabalho no campo, mas de outra parte foram intensificados os impactos ambientais em razão das queimadas, do uso dos agrotóxicos e da vinhaça lançada no solo, atingindo as águas pluviais pelo processo de lixiviação. Em decorrência, a saúde humana passou a ser ameaçada com o aumento de casos de intoxicação por agrotóxicos pulverizados nos canaviais, problemas respiratórios decorrentes da fuligem da queima da cana nos períodos de colheita, consumo de água e peixes contaminados, entre outros problemas amplamente documentados na região (vide THOMAZ JR.; GUIMARÃES; LEAL; LUCHIARI, 2012; THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, LHC; PIGNATI, W. A., 2016; MORENO, M. C.; GUIMARÃES, R. B., 2019).

Fernandes (1997, p. 6) afirma que “no Pontal, encontra-se a maior área de terras devolutas e griladas do estado”. O autor comenta que “são mais de 440 mil hectares de terras devolutas e 519.000 hectares de terras a serem discriminadas”.

Figura 11 – Mapa das ocupações de terras no período de 1988 a 1999



Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Colaboração: Edilson Ferreira Flores
Sistematização dos dados: Cristiane Barbosa Ramalho; Bethânia Alves de Menezes; Gleison Moreira Leal; Juliana Maria Vaz Pimentel; Priscilla Bagli; Solange Lima;
Digitalização: Cristiane Barbosa Ramalho
Apoio: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da Unesp - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP -
Presidente Prudente, novembro de 2000.
Base Cartográfica - IBGE 1994
Base de dados: CPT, 2000

Fonte: MAPAS, 2001, p. 4.

Diante de tantos impasses era nítida a necessidade de reestruturação e redistribuição das terras devolutas do Pontal, o que passou a acontecer por meio da reforma agrária. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) teve o papel de implementar a política de assentamento no Estado de São Paulo, que ocorreu de forma integrada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar por meio dos programas: “assistência técnica; capacitação técnico-agrária, conservação dos recursos naturais; apoio à diversificação da produção; implantação de obras de infraestrutura” (ITESP, 2000a, p. 19). Os assentamentos implantados no período de 1995 a 2000 foram: São Bento, em Mirante o Paranapanema, com 182 famílias; e Haroldina, no mesmo município, com 71 famílias (ITESP, 2000b, p. 114). De acordo com o ITESP (2000a, p. 10):

O Projeto de Assentamento Gleba XV de Novembro, implantado em 1984, é um marco histórico nesse sentido. Entretanto, enquanto a pressão social aumentava, até 1994 o governo federal viabilizou apenas mais dois assentamentos (Água Sumida e Areia Branca) e o governo estadual outros cinco – Tucano, Santa Rosa, Santa Rita do Pontal, São Bento e Santa Clara. Destes cinco assentamentos, apenas a Fazenda Tucano foi consolidada enquanto assentamento definitivo. As outras áreas ficaram em situação emergencial, ou seja, com número de famílias bem superior à capacidade das áreas para assentamento.

O Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema, SP, foi instituído, portanto, no ano de 1995, após anos de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Considerado a segunda conquista do MST no Pontal do Paranapanema, o assentamento consolidou-se após quatro anos de negociações e 19 ocupações (Fernandes 1994). A História de ocupação da fazenda São Bento é repleta de episódios de acordos para desapropriação da área, confronto com a polícia, com funcionários da fazenda, conflitos armados, prisão de lideranças do movimento. Fernandes (1994) documenta, inclusive, casos de tortura e violência cometidos contra integrantes do movimento e trabalhadores rurais acampados. Em diversos momentos, as famílias foram despejadas e reconduzidas às suas cidades de origem. As tensões aumentavam a cada liminar de reintegração de posse em favor do “proprietário”. As famílias organizaram-se no “maior acampamento da história da luta pela terra no Estado de São Paulo, [que] já reunia em torno de 1.800 famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros, parceiros, etc.”. (FERNANDES, 1994, p. 151).

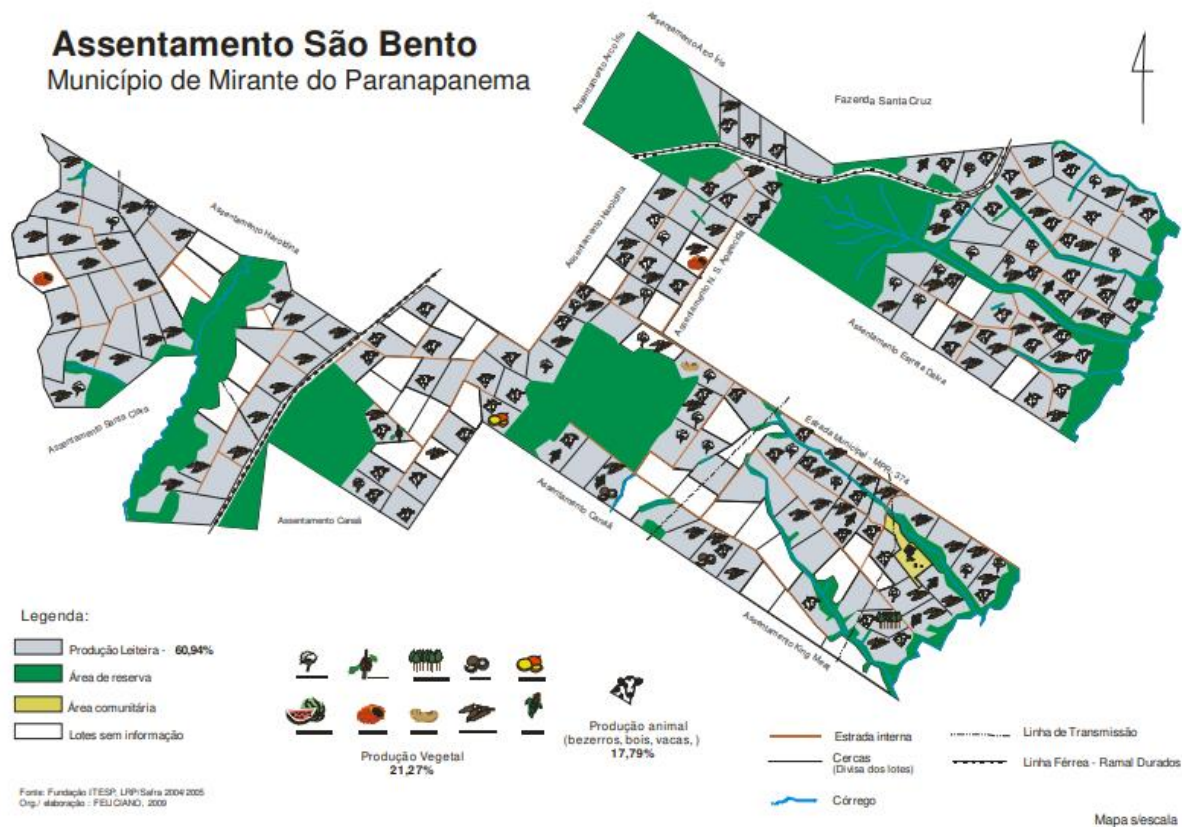
Figura 12 – Segunda ocupação da Fazenda São Bento



Fonte: Fernandes, 1994, p. 144.

Diante da pressão do movimento e depois de muita negociação, inicialmente, o governo do Estado realizou um assentamento provisório com 996 famílias na Fazenda São Bento. Em 1995, 184 famílias foram assentadas nos lotes definitivos, distribuídos em quatro setores, tendo eles áreas entre 18 e 22 hectares, formando 71 lotes, sendo que a área total do assentamento compreende a 5.190,50 ha (SOUZA; BERGAMASCO, 2010).

Figura 13 – Loteamento do Assentamento São Bento



Fonte: Feliciano, 2009, p. 550.

Importa ressaltar que o Plano de Ação e as políticas voltadas aos assentamentos do Pontal foram impulsionadas a partir de pressões de movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). De acordo com Fernandes (1997, p. 2):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo.

Fernandes (1997, p. 3) comenta que o perfil dos trabalhadores filiados ao MST nos anos iniciais do movimento (década de 1980) no Pontal era de “posseiros, atingidos por barragens, bóias-frias, desempregados das construções das barragens, etc.” Este grupo heterogêneo era apoiado por três instituições que contribuíram nas experiências de luta pela reforma agrária: a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT); os partidos políticos, representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e o

Sindicato dos Trabalhadores Rurais filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (FETAESP) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este apoio dava o tom nos debates sobre a reforma agrária, uma vez que o grupo de trabalhadores rurais do Pontal “estavam mobilizados mas não estavam organizados”. Fernandes (1997) aponta que, nas reuniões do movimento, os trabalhadores discutiam pautas prontas dos partidos que não representavam mudanças significativas na sua realidade no campo, gerando um processo de “dependência com os políticos locais e regionais”.

Todavia, o MST se estabeleceu por meio de diferentes experiências de ocupações por integrantes de seus eixos espalhados em diferentes regiões do país e, entre os anos de 1985 e 1986, os trabalhadores conquistaram sua emancipação e o MST “consolidou sua forma de organização” (FERNANDES, 1997, p. 5). A mobilização era a principal estratégia do movimento em prol da democratização e da “construção de espaços interativos no interior dos espaços de luta e resistência”.

As ocupações tornaram-se parte das estratégias do MST em garantir seu espaço de resistência, que se concretiza no acampamento. O enfrentamento dos trabalhadores com o Estado e os grandes proprietários de terras irregulares pode durar anos e, muitas vezes, demanda “enfrentar situações previsíveis e imprevisíveis”, tais como o confronto com a polícia, com os funcionários das fazendas ocupadas, as próprias condições precárias no acampamento e os despejos para reintegração de posse em favor dos “proprietários”. No entanto, como afirma Fernandes (1997, p. 7),

a resistência e a luta nesse espaço têm levado à conquista de uma fração do território. O assentamento é uma fração do território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas e, portanto, representa a possibilidade de novas conquistas, de territorialização.

A relação dos moradores com o território iniciou-se com a luta pela terra. Muitos dos moradores viveram por anos em barracos de lona até conseguirem seu lote e construírem sua moradia.

Eu queria voltar pra terra e aqui estava saindo a terra, aí eu vi aquele Movimento e eu fiquei animado, falei: eu vou entrar também, eu vou pegar um lote, eu vou voltar pra terra. Como de fato fiquei, e essa terra prometida, sai hoje, sai amanhã e com isso nós ficamos três, quatro anos, pegamos um emergencial de 2 ha, de 2 ha foi pra 4 ha, até que um dia saiu o lote definitivo e nesse definitivo eu estou até hoje, fez 10 anos, fez agora um tempo atrás, em junho. E nós estamos aí, tocando a vida, plantando roça e trabalhando. (História de Vida, Sr. J.P.L., Assentamento São Bento, 2004, Souza e Bergamasco, 2010).

De acordo com dados do ITESP (2000b), o Ministério o Desenvolvimento Agrário e o Incra tiveram papéis importantes ao viabilizarem o estabelecimento de um Plano de Ação em três fases: arrecadação de terras devolutas para assentamento, conclusão de indenizações nas áreas devolutas e acordos nas áreas não discriminadas e edição da Lei de Terras. Tais fatores contribuíram para o assentamento de 3 mil famílias.

Atualmente a principal vocação do assentamento é a pecuária leiteira. Mas segundo informações do ITESP³¹, há produtores de mandioca e famílias dedicadas à sericultura e fruticultura (especialmente a produção de limão). A maior parte dos assentados entrega a produção ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as instituições assistenciais que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade. Alguns produtores praticam a venda em feiras livres nos municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e em algumas cidades do Paraná.

5.2.1.1 Itinerário de reconhecimento da paisagem cultural

Em visita ao Assentamento São Bento e com o intuito de reconhecer elementos do patrimônio e a paisagem cultural do assentamento (VARINE, 2009), com o acompanhamento de um técnico do IPÊ (que também é assentado), foi possível verificar a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) como alternativa diversificada de produção e possibilidade de recuperação de áreas exauridas por pastagens. De acordo com relato do técnico do IPÊ durante a primeira visita realizada no dia 15 de março de 2018, atualmente na região do Pontal há 50 SAFs sob orientação do IPÊ e distribuídos entre os municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio. A fotografia a seguir apresenta um SAF com dois anos e três meses de implantação. Nele investiram-se no consórcio de espécies nativas, frutíferas, café, milho e espécies que permitem a venda mais rápida da produção, como feijão, batata-doce e quiabo. A produção utiliza insumos como uréia e calda bordalesa³², podendo ser considerada orgânica, o que agrega valor ao produto no momento de comercialização.

³¹ Entrevista cedida por telefone em dezembro de 2020 por Gilmar Goes de Oliveira, engenheiro agrônomo do ITESP que acompanha o desenvolvimento do assentamento desde sua implantação.

³² A calda bordalesa é um fungicida oriundo da região de Bourdeaux (França) como alternativa para controle de fungos em videiras. É indicado nas produções orgânicas por ser composta de sulfato de cobre, produto pouco tóxico, e por contribuir para o equilíbrio nutricional das plantas.

Figura 14 – SAF em início de implantação em um dos lotes do Assentamento São Bento



Fonte: A autora, 2018.

Um dos impasses deste tipo de produção é a manutenção. Uma vez que o plantio é realizado em corredores estreitos, demanda do controle manual das ervas daninhas até o crescimento da produção. Neste estágio apresentado na foto, os assentados utilizam-se de um tratorito. Foram adquiridas 15 unidades deste equipamento no assentamento que são utilizados por três ou quatro pessoas do grupo em sistema de rodízio, conforme as necessidades dos produtores.

Quando o SAF alcança maiores proporções, conseqüentemente demanda mais cuidados, como apresentado na foto a seguir:

Figura 15 – SAF com mais de 10 anos de implementação em lote do Assentamento São Bento



Fonte: A autora, 2018.

Neste caso, é possível perceber que as árvores frutíferas promovem o sombreamento quase total da área do SAF, o que compromete o crescimento das culturas de curto período de produção. Além disso, a manutenção torna-se mais difícil, uma vez que a poda das árvores, retirada de galhos secos e colheita demanda de pessoal jovem e disposto. No caso deste SAF, está instalado em lote de um sexagenário, cabendo aos filhos apoiar a sua manutenção. Diante destes entraves no rendimento, a família optou por duas alternativas para garantir renda extra. Uma delas foi a produção de mel, com a introdução de colméias da abelha Jataí, que não tem ferrão e contribui para a polinização do café. Os assentados se organizaram para conseguir financiamento do Banco do Brasil, sendo que um grupo de 20 assentados adquiriu 80 colméias; quatro para cada lote.

Figura 16 – Introdução da produção de mel como alternativa para o SAF



Fonte: Autora, 2018.

Outra alternativa pensada pelos assentados foi a produção de mudas para venda. As sementes são produzidas no próprio SAF e as mudas vendidas para particulares, para projetos de reflorestamento de usinas sucroalcooleiras e para o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Nesta proposta foram gastos em torno de R\$20.000 com a compra de insumos (madeira, arame, bandejas, etc.) e as mudas são vendidas a R\$1,00 cada. São produzidas 30 mil mudas ao ano de 26 espécies nativas.

Figura 17 – Produção de mudas nativas



Fonte: A autora, 2018.

Uma iniciativa interessante do Assentamento São Bento é a produção do café de forma cooperada. A expectativa é o lançamento de uma marca própria de café cuja produção seria adquirida pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Em 2018, alguns experimentos já estavam em andamento com o café produzido nos SAFs e a intenção era investir em duas linhas: o café gourmet e o café em cápsula, ambos com selo orgânico.

Com isso, o assentamento mantém uma produção diversificada durante o ano todo, que oferece alternativas de renda. Todavia, conforme relatou do técnico do IPÊ,

“... só que pra cada um a gente tá tratando uma estratégia diferente, n/é?...Tipo, de acordo com que a gente vai observando... Porque o grande problema disso daqui, que a gente observa bastante, é... a prioridade que o agricultor dá pra isso daqui e o restante da produção dele, n/é?...então, a prioridade maior é pro leite, por ora, n/é?... Mas, por exemplo, quando você está entregando produto pra Conab, então... talvez esse aqui já se torna uma outra... uma prioridade igual a do leite n/é?... então tem todo esse tipo de coisa... Então, a ideia desse modelo, desse arranjo que a gente tá criando com bastante frutífero e tal, é pra que... a prioridade da questão de produção... equipare a do leite”. (grifo nosso). (Relato do técnico do IPÊ, 2018).

Como visto, na opinião dele, se o SAF chegar à mesma proporção, com possibilidade de escoamento da produção de uma diversidade maior de produtos à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por exemplo, o assentado passe a priorizar o SAF em detrimento da produção leiteira. Mesmo porque, segundo ele, a produção leiteira também não é segura, visto que:

“leite... todo mundo tem leite. Isso é o que todo mês, é pouco ou é muito, mas vem. Então, isso cobre os gastos... n/é? O resfriador aqui é em grupo. Agora seu Nivaldo parou com o leite... agora outra pessoa tá pegando, até dia 30 e ele que é coordena. Aí não é cooperativa, aí tem uns laticínios que pegam”. (Relato do técnico do IPÊ, 2018).

Pelos relatos é possível perceber a relação de apoio entre os assentados no que diz respeito à produção, compartilhando equipamentos e fazendo controle de empréstimos de maquinários. Sr. Nivaldo comenta que no início foi difícil, mas que agora a produção passa a render e que a produção é parte vendida, parte doada além do destinado ao autoconsumo:

“E esse SAF aqui, com dois anos n/é?... de implantação e já senti diferença... É porque... se não fosse esse SAF aqui isso aqui era pasto n/é? Aqui era pasto, então não tinha nada... o que nós colhemos aqui... tá pra colher o café agora, esse ano já colheu um pouco já, n/é? Laranja, esse fruto já colhe um pouco... O que colheu aqui eu vendi sim. Vendi uma base de mil e quinhentos real... pra Conab... Então já compensou a implantação. Que nem o milho, que o milho já vai prá nós, pra família que vem...” (Relato do Sr. Nivaldo, assentado da São Bento).

A relação afetiva com o território transparece nos relatos, especialmente quando Sr. Nivaldo comenta sobre a possibilidade de acolhimento dos filhos maiores na propriedade:

“minha família vem direto aqui, todo mês tá aqui n/é? Quando entrei na terra era só pasto, a casa já tinha... Só demo... rebocamos ela, fizemos a área... E fizemos um plantio só... Aqui tá parada a horta. Agora quando daqui uns dias, a gente começa a planta de novo. Já tivemos aqui de frente a casa aqui... depois levamos mais pra cima, junto com a criação dos porco ali. Então aqui, é... a produção que tem é o leite... O leite, o SAF e a criação, n/é?... do porco, e... do gado... tudo mais pro gasto e prá vender também... mas tem mais assim pro gasto, n/é?”. (Relato do Sr. Nivaldo, assentado da São Bento).

Fica nítida pela lembrança das primeiras áreas construídas e reformadas e organização da área para a produção do auto-consumo que a relação com a terra ultrapassa a condição de subsistência. Nas falas seguintes sobre a casa e a família é reafirmada a questão da

solidariedade entre os assentados e afetividade com reação ao território, que vai se modificando na medida em que as famílias vão se instalando.

“Rebocamos por fora, rebocamos, aquela porta ali, aquela porta ali, aqueles vitrô, uma que está ali foi o Haroldo que fez doação pra nós, lembra? É aquela ali, aquela com os dois vitrô e aquela porta ali e uma que está lá em cima, lá... Agora só tá eu e a esposa, só... Tem meu moleque o Diego. O que tava dois anos e veio pra cá, ficou um ano só aqui e casou... O outro foi pra lá, vai, fica uns cinco meses aqui, três meses, vai e volta. Aí eu que toco a terra com a esposa... eu e ela que tá com energia”. (Relato do Sr. Nivaldo, assentado da São Bento).

Nesta fala do assentado transparece um dos fatos recorrentes no campo que é quando o jovem é atraído para cidade, para ganhar dinheiro e consumir, impulsionados também pela falta de lazer. No relato, quando Sr. Nivaldo diz que os filhos vão e vem, ficando períodos morando com os pais, é perceptível que o assentamento tem o alcance de garantir a seguridade social dos filhos. Coisa que em termos de Brasil, só a classe média teria condições de fornecer a seus filhos.

Importa ressaltar que foi possível verificar o papel do IPÊ em incentivar a implementação dos SAFs como forma de produção diversificada e proteção ambiental das regiões degradadas pela produção extensiva e monoculturas, como pecuária e produção canieira. O técnico do IPÊ comenta que *“o que a gente tá fazendo... agora é acompanhando, fazendo uns levantamentos sócio-econômico dessas áreas, entendeu”*. O apoio técnico da fundação envolve desde a capacitação do assentado até o monitoramento junto à Secretaria do Meio Ambiente sobre índices de melhoria das condições do solo. A expectativa é conscientizar sobre a importância do SAF para o equilíbrio entre produção agrícola e recuperação ambiental.

Os SAFs implantados no Assentamento São Bento vem servindo de espaços voltados à Educação Ambiental e Patrimonial por incentivo do próprio IPÊ, que tem levado os agricultores aos SAFs mais antigos para ensinar o manejo, instruir sobre as espécies nativas (patrimônio natural) e sobre a importância deste tipo de plantio para preservação ambiental.

Além dos SAFs, a visita ao Assentamento São Bento permitiu conhecer outra iniciativa de produção alternativa à pecuária extensiva, que é a criação de gado em pastos rotacionados. A experiência desenvolvida em um dos lotes do assentamento com 20 hectares tinha 25 cabeças de gado sendo criados em dois hectares por meio do Método Voisin. Em observação a este sistema, a área foi distribuída em piquetes de mil metros cujo objetivo é o

melhor aproveitamento de adubo natural (esterco e urina) na manutenção da pastagem. O sistema é altamente produtivo, pois permite a criação de cinco cabeças de gado por hectare, ao contrário da produção extensiva, que costumeiramente admite a criação de uma cabeça de gado por hectare.

Figura 18 – Área distribuída em piquetes de acordo com o Método Voisin



Fonte: A autora, 2018.

Figura 19 – Criação de gado de acordo com o Método Voisin



Fonte: A autora, 2018.

O cercamento elétrico foi feito com arame liso e foi instalado um sistema de captação de energia solar para eletrocutar a cerca.

Figura 20 – Sistema de captação de energia solar para fornecimento à cerca elétrica



Fonte: Autora, 2018.

O gado é transferido de piquete uma vez ao dia, o que permite a regeneração da pastagem em um período de 30 dias. Entre os piquetes foi feito um corredor de acesso à água e sombra que o gado acessa livremente. Este método permite a criação em menor espaço, com recuperação natural da pastagem, sem uso de adubação química. Também permite aos animais a pastagem de melhor qualidade e acesso à sombra e água fresca o dia todo.

Além das iniciativas apontadas, foi identificada a presença de hortas, pomares, criação de galinhas e a produção de buchas para venda e confecção artesanal de esponjas de banho e chinelos. Foi possível notar a participação de toda a família na produção. Em alguns casos, os

homens cuidam da manutenção do SAF junto com as mulheres e filhos. Nos casos dos lotes com hortas e produção de mudas, a manutenção ficava a cargo dos jovens e das mulheres.

Em alguns momentos da visita ao assentamento, alguns os moradores comentaram sobre as dificuldades enfrentadas no início com relação à moradia e as primeiras produções. Sr. Francisco ou Chiquin, como gosta de ser chamado, proprietário do lote onde está implementado o primeiro SAF do assentamento, durante o caminhar pela propriedade foi apontando o lugar em que ficou acampado com a família por seis anos, tendo adquirido a posse do lote em 1996.

“A gente chegou aqui em... foi em noventa, noventa e um n/é?... o acampamento. O lote saiu foi em junho ou dezembro de noventa e seis... Fiquei acampado bastante tempo, seis anos eu fiquei no acampamento. Já tinha as crianças. Depois consegui o lote, consegui o material, fez a casinha... Foi uma de lona, aqui, ó, bem no rumo dessa árvore grossa que tem ali (apontando o guapuruvu), não sei se cêis viram. Então, aí eu fiz um barraco de lona ali, aí do barraco de lona foi que surgiu aquele de tábua de madeirite...” (Relato do Sr. Francisco, assentado da São Bento).

Na fala do Sr. Francisco, muito emocionada, percebe-se a sua relação com a terra, tomando, por exemplo, a vegetação como marcador temporal e cultural. O relato de seu filho também carrega o mesmo sentimento:

“Esse é um guapuruvu³³... É... essa daqui... eu estudava na escola agrícola lá em Dracena, eu trouxe quatro sementinhas dela, aí germinaram três... aí plantou as três e só sobrou ela, dessas daqui... essas outras que tem aí já é regenerante dela, já. Semente que dispersou... vinte e cinco metros de altura. Fevereiro de noventa e sete...” (Relato do Sr. Haroldo, assentado da São Bento).

Quando se fala da produção, Sr. Francisco relata as dificuldades do início do plantio em terras tão exauridas, a necessidade de persistir para garantir o sustento da família e a desconfiança com relação a implementação do SAF:

*“Primeira produção foi mandioca que a gente plantou, n/é?... aí depois das mandioca, aí foi o... café, saiu o projeto do SAF. **Eu nem queria implantar o café aqui**, porque é... na verdade, na época, a terra aqui era uma areia bem branca, agora ela não tá mais branca mudou até de cor, pode ver que ela já tá outro sistema, nem grama tinha aqui, era... a terra pura assim, **parecendo um deserto** assim, aquelas mancha branca assim, e o povo tirava sarro comigo, eu me chamo Francisco mas só tratava de Chiquin, ‘você vai vender areia, arruma*

³³ O guapuruvu é uma árvore da família das fabáceas, reconhecida pela sua velocidade de crescimento e versatilidade de aproveitamento de sua madeira na indústria.

*caminhão pra vender areia, arruma basculante ,você ficou no banco de areia’. Fazer o que n/é?... (risos) a minha sorte foi aqui n/é?...que foi sorteado os lote. Aí digo, **a minha sorte foi aqui, aí nós vamos tocar esse banco de areia**, se eu conseguir arrumar o caminhão quem sabe...(risos) vou vender areia aí pra todas banda aí, n/é?... e aí criaram esse sistema aí eu, sem querer. **O capim não tá saindo, eu vou plantar árvore e café numa área dessa aí?** Não, vamos testar! Aí nós vai e **naquele sofrimento, aí planta ou não planta, aí eu falei “ah eu vou testar”** aí trouxeram as mudas das árvores, plantei e elas meia... pra lá, pra cá, assim meia sentida. Algumas morreram, depois veio replantar de novo, e aí veio o café... pra resumi no final, ó, eu tive que plantar seis vezes o café pra fica... desse jeito... umas maior outras menor por causa disso, ó... Que eu plantei em seis plantio pra ele isso aí... Plantava, morria, aí sobrava um... sobrava uns. De tanta acidez que tinha na terra mesmo n/é?... aí as arvinha foi crescendo meio assim, fininha e sem querer aquele... com cara de não queria e querendo, aí quando pensou que não ia... aí elas foram arribando e foi saindo, e o café foi acompanhando, aí hoje já modificou tudo. Mudou a cor da terra que não era assim era bem branquinha, ali pra baixo ainda cavuca acha branquinha da cor que era aqui, agora já mudou, já está outro sistema... Começamos a plantação do café e as árvores aí ó, modificou bastante. (Relato do Sr. Francisco, assentado da São Bento).*

Esta fala do Sr. Francisco transparece a questão afetiva e questão do respeito ao meio ambiente. Mesmo com as dificuldades, Sr. Francisco resolveu implementar o SAF e verificou as melhorias ambientais decorrentes deste empreendimento. No lote há um pequeno pomar formado próximo a nova casa de alvenaria. Este pomar foi plantado pelo Sr. Francisco e seus filhos. Sobre o pomar, o assentado também tem recordações que transparecem o descaso das políticas públicas em relação às especificidades da comunidade:

“Tem um pouco de limão também... e aí a gente tinha umas ponkan, as coisas mais lindas que a gente plantou quando a gente chegou. Mais aí o estado veio com aquele negócio de corte, aí cortou, aquilo lá me doeu que até hoje me dói aqui (com as mãos no peito). Aí era cada ponkan desse tamanho assim... docinho que era um... parecia um favo de mel. Eles arrancou e aí não teve jeito... eu ainda fui contra eles na hora... aí falou ‘o senhor que sabe; se não for por bem nós arrancamos por mal...’. E cortaram muito pé que não precisava, que não tinha doença nenhuma... pra mim não tinha doença nenhuma por que as folhas limpinhas que nem esse chapéu, ó... as coisa mais linda, bem cheinho, gordinho assim... doce que era um... aquilo me doeu assim na hora... É, desanima. Eu digo ‘ah eu não pranto mais não’, eu desanimei... e aí eu não plantei mais... (Relato do Sr. Francisco, assentado da São Bento).

As falas do Sr. Francisco e de seu filho Haroldo reafirmam a questão afetiva com a produção e a valorização do território e dos elementos que os constituem como seus verdadeiros patrimônios. Por este relato se percebe a relação de pertencimento com o território e como elementos do ambiente se fazem presentes na memória, como referências de

momentos da conquista da tão esperada terra para moradia, produção e constituição da família.

No lote do Sr. Zelitro, onde foi encontrado o Sítio Arqueológico, a preocupação dos moradores envolveu a preservação do patrimônio cultural. Zelitro teve a posse do lote de 20 hectares em 1995, depois de três anos acampado. Pela visita ao assentamento foi possível verificar que o lugar do acampamento de Zelitro, que se instalou ali na década de 1990, foi o mesmo escolhido pela comunidade indígena séculos antes. O morador comentou que, ao implementar o SAF, verificou a presença de material arqueológico e teve o cuidado de preservá-lo, retirando-lo do local e guardando em uma caixa para ser apresentado aos pesquisadores da Unesp. Informou que a área onde está o Sítio Arqueológico São Bento “*é muito revolvida. Aqui já passou muito trator em cima*”. A área teve sucessão de cultivos alternados à pastagem, o que tornou o contexto do sítio arqueológico perturbado. Abaixo da área destinada ao SAF há o rio Pirapozinho, de onde provavelmente o grupo ceramista extraía a argila para confecção da cerâmica. De acordo com o morador, nos lotes vizinhos, em todas as direções, foram encontrados fragmentos cerâmicos, o que indica que o assentamento Guarani pré-colonial era muito grande, transpondo as margens do rio Pirapozinho.

Durante os momentos de conversa transpareceu a intenção de preservação do patrimônio cultural. Havia preocupação em alertar os vizinhos sobre o patrimônio ali encontrado uma vez que “*ele não é muito interessado nessas conversa sabe? Tem que construir isso com eles, né?!*”. A preocupação desta família também vai na direção da preservação da memória e da História do local. A esposa de Zelitro, professora da rede municipal, comentou que a escola, por trabalhar o mesmo currículo das escolas urbanas, não contemplam a cultura camponesa, e que isso seria um grande problema para os jovens. Em sua fala e na de Zelitro, fica nítida esta preocupação:

“o currículo mesmo... é pra indústria... pra usina... Pra plantar cana, pá usa veneno. Não, o curso é... tem até uma sala descentralizada pra um curso de agronegócio”. (Relato do Sr. Zelitro, assentado da São Bento).

Para eles, a escola é o ponto de referência para as crianças e jovens e o espaço de formação e valorização da cultura e do patrimônio local. Regiane comentou que a escola vinha abrindo espaço para as manifestações culturais da juventude, até que mudou de direção. Comenta que, com a passagem do governador do Estado pela região, a escola voltou a se fechar para a comunidade e literalmente apagou as marcas culturais que os jovens imprimiram no território.

*“ Aí ontem foi apresentado ela [a nova diretora] n/é?... eu também não conhecia, então todo mundo, os pais foi apresentada... ela pra... comunidade, mas ela nem pode ficar o tempo todo na reunião, que ela teve que sair. Mas assim, é mais pra se apresentar sobre os dados dos...dos pais n/é?... pra saber das questões do... como tá a pontuação da escola... parece que tá bem, mas nós fizemos um questionamento lá enquanto comunidade... porque... Por mais que a escola teve uma abertura, n/é?... assim, entre aspas, pra que houvesse assim, um trabalho pedagógico, n/é?... também assim, de intervenção pedagógico a partir da comunidade de interagir com os professores, com a escola. E teve o ano passado, n/é?... nos anos anteriores teve, várias atividades, teve até aulão, pra preparação pro pessoal que foi pra universidade, a Renata [filha de Regiane] foi. Então, de certa forma teve uma abertura, teve uma atividade cultural, oficinas culturais, n/é?... e entre essas oficinas diversas n/é?... teve a de grafite, de desenvolver arte, por que uma escola no campo n/é?... embora alguns professores entende que aquela escola lá é uma escola que esteja no campo mas não é do campo, porque o currículo...é igual da cidade n/é?... a formação dos professores... tem tudo aí uma... algumas questões que precisavam ser trabalhadas n/é?... pra ter o reconhecimento como escola do campo...mas essa interação ela trouxe alguns elementos de como ir dialogando, n/é?... com a realidade do campo, n/é?... que é **alimentação saudável, que é tudo que a ETEC não tá trabalhando com os jovens e que a escola também não trabalha, que é a identidade camponesa n/é?... então essas intervenções foi mais nesse aspecto através da arte, n/é?... aí teve lá uns grafite, que iniciou-se mas não foi terminada, n/é?... e agora foi pintado no final do ano, foram lá e pintaram o muro... que tava o grafite. É gente fez um questionamento com cuidado, n/é?... pra não colocar assim... embora a diretoria, a diretora tem também uma certa autonomia também com a escola, se ela tiver posicionamento... Embora, venha como regra do estado, uma norma de fazer limpeza, de fazer tudo uma pintura... reforma pra receber a nova diretoria, a nova diretora... É, mas poderia ter feito uma consulta, mesmo se fizessem uma consulta os estudantes não iam aceitar, nem isso fizeram. Nem isso fizeram a consulta. É, eles quiseram apagar todo o processo, foi colocado que é antipedagógico n/é?... numa escola do campo é antipedagógico, porque foi feito um trabalho tanto com os jovens com também com os sem terrinha!”*** (Relato da Sra. Regiane, assentada da São Bento).

Pela fala de Regiane fica nítida a sua indignação diante da atitude repressora por parte da escola. Também fez transparecer a valorização da memória, da História do assentamento, a importância do meio ambiente e das manifestações artísticas e culturais da juventude como forma de pertencimento ao território.

5.3 A constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP

O Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP, surge dos anseios da comunidade moradora do Assentamento São Bento em estar (re)conhecendo e valorizando o patrimônio histórico, cultural e natural de sua região. Esta comunidade compõe-se de produtores rurais assentados da reforma agrária, muitos dos quais nunca tiveram a oportunidade de visitar um

museu. Por isso, este espaço de difusão cultural vem sendo construído com a participação de integrantes da comunidade que vêem na preservação patrimonial a preservação de sua própria História de luta pela terra.

O interesse da comunidade manifestou-se durante reunião realizada com pesquisadores da Unesp na sede do assentamento São Bento, no ano de 2017. Na época, a intenção era a de preservar a memória da luta pela terra de modo que os jovens nascidos após o processo de reforma agrária pudessem conhecer o momento histórico vivenciado pelos seus pais e avós no passado recente.

As discussões evoluíram e revelaram a riqueza do patrimônio histórico e natural, a diversidade de paisagens, a presença de sítios arqueológicos indígenas e a diversidade de materiais possíveis de serem patrimoniados e que podem descrever o sentimento de pertencimento por meio da preservação da memória dessa comunidade tradicional.

Com isso em mente, teve início o trabalho dos pesquisadores da Unesp, em conjunto com os moradores do Assentamento São Bento no sentido de organizar um ecomuseu a ter sua exposição de longa duração instalada no Centro de Referência em Agroecologia (CRAPP), localizado na sede da Fazenda São Bento. Pesquisas realizadas na Unesp propuseram a revitalização da estrutura predial do CRAPP, mas as mudanças ainda não foram realizadas. De acordo com Marques et al (2016, p. 1),

Foram propostas, pelas lideranças locais, intervenções arquitetônicas a fim de transformá-la em um Centro de Referência em Agroecologia. Um dos equipamentos solicitados foi um laboratório de caldas para uso agroecológico, projetado segundo os preceitos da agroecologia, dinâmica de produção pretendida para os agricultores assentados na região. O edifício que abrigará o laboratório de caldas se encontra em total abandono e, devido à falta de manutenção, em avançado estado de degradação. A proposta de intervenção arquitetônica busca recuperar tal espaço, dando-lhe atribuições necessárias para o funcionamento do laboratório, que será parte do Centro de Referência em Agroecologia. Este trabalho propõe a recuperação estrutural da construção, focando, principalmente, na cobertura e seus pilares, a fim de requalificá-lo para o uso pretendido.

Com 20 hectares de área comunitária, a Fazenda São Bento foi desapropriada pelo processo de reforma agrária, e constitui-se de local emblemático na luta pela terra na região por estar localizada em uma área que detém numerosos assentamentos da reforma agrária. Não muito distante da sede, há um entroncamento de estradas rurais, conhecido como “pé-de-galinha” (**Figura 18**), por onde os moradores transitam indo e vindo do município mais próximo – Mirante do Paranapanema –, local onde está instalada a escola da região, que atende basicamente filhos de assentados.

Figura 21 – Imagem aérea do “Pé-de-Galinha”, com destaque para a escola



Fonte: <https://earth.google.com>, 2019.

O interesse para constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP, é o de estar atendendo ao pedido da comunidade para resgate da História dos índios Guarani e da História do assentamento. Este trabalho teve início por meio de reuniões, e da tomada de depoimentos dos moradores do local, que relataram fatos da formação do assentamento, dos achados arqueológicos e manifestaram a preocupação em preservar essa História.

Para constituição do Ecomuseu foram considerados dois sítios arqueológicos Guarani, um no Assentamento Tupãciretã, intitulado provisoriamente de Sítio Arqueológico Roque Paulino, e o outro no Assentamento São Bento – este último no lote de Zelitro, assentado e liderança do MST.

Na área do primeiro sítio arqueológico foi realizado registro da paisagem e georreferenciamento das peças em mãos dos moradores do assentamento. Este sítio intitulado Sítio Arqueológico Roque Paulino, documentado na pesquisa de Cunha (2018) foi descoberto pelo Sr. Roque Paulino, proprietário de um lote de assentamento em Presidente Venceslau em 2000 quando da escavação de cinco peixes para criação de tanques. Desta feita, foi descoberta uma urna funerária “danificada pela ação da retroescavadeira”. A urna continha um crânio humano, que se esfarelou ao ser lavado pelo proprietário do lote. Cunha relata que, “após este acontecimento, a Prefeitura de Presidente Venceslau compareceu até a área para ver os artefatos encontrados, no entanto, nenhum encaminhamento concretizou os estudos arqueológicos no local” (CUNHA, 2018, p. 40).

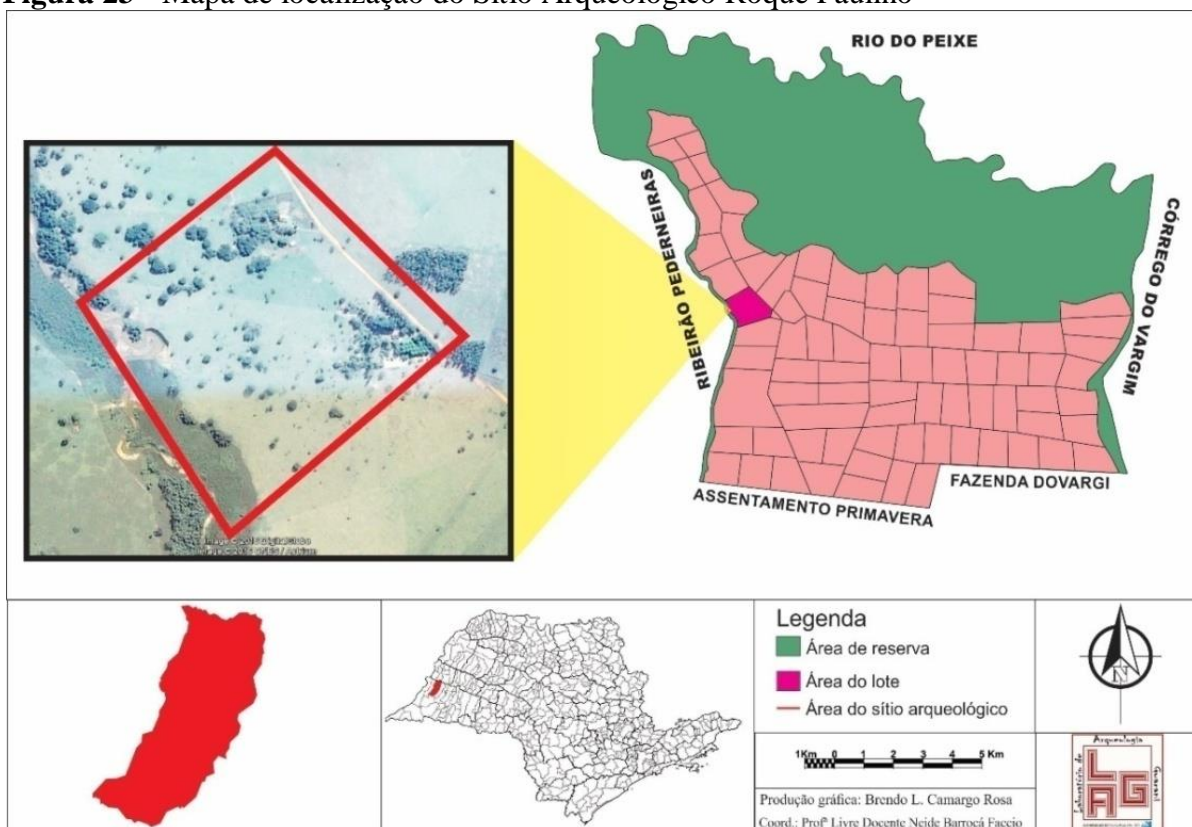
Figura 22 – Sr. Roque Paulino com três lâminas de machado que encontrou em seu lote



Fonte: Cunha, 2018.

Sr. Roque Paulino decidiu, então, doar as peças encontradas ao MAR, que após o reconhecimento da área junto ao assentado, procedeu com o processo de curadoria. O Sítio Arqueológico Roque Paulino localiza-se próximo ao Ribeirão Pederneiras, afluente do Rio do Peixe, de onde provavelmente os índios Guarani extraíam a matéria prima para a produção da cerâmica.

Figura 23 - Mapa de localização do Sítio Arqueológico Roque Paulino



Fonte: Cunha, 2018, p. 44.

Para Meneses (1984, p. 34), “a unidade empírica básica da Arqueologia é o sítio arqueológico, compreendido como um espaço de concentração de vestígios arqueológicos, mas constituindo ele próprio um ‘artefato’ e não somente o depósito de achados arqueológicos”.

A importância em preservar o sítio arqueológico repousa na pesquisa arqueológica, que “trata, também, da cultura imaterial: de ideias, concepções, saberes, significados, associados aos materiais/objetos, estruturas habitacionais ou para outros fins, tais como para conservação de alimentos e sepultamentos” (REIS, 2014, p. 41).

Na área do segundo sítio arqueológico, o São Bento, foi possível verificar que o mesmo se encontra próximo a área de preservação permanente. Este sítio descoberto em razão de ter sido iniciado um Sistema Agroflorestal, ocupa área que apresenta sucessão de cultivos alternados à pastagem, o que tornou o contexto do sítio arqueológico perturbado, fragmentando as peças. Abaixo da área destinada ao SAF há o rio Pirapozinho, de onde provavelmente o grupo ceramista extraía a argila para confecção da cerâmica. De acordo com o morador, nos lotes vizinhos, em todas as direções, foram encontrados fragmentos

cerâmicos, o que indica que o assentamento Guarani pré-colonial era muito grande, transpondo as margens do rio Pirapozinho.

Figura 24 – Imagem do Sítio Arqueológico São Bento



A – Local onde foram encontradas as peças arqueológicas. B – Sede da São Bento onde está o CRAPP. Fonte: <https://earth.google.com>, 2019.

Nesta área, as peças arqueológicas foram encontradas em superfície e coletadas (Figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26 – Fotos do Sítio Arqueológico São Bento com início do plantio consorciado



Fonte: A autora, 2018.

Figuras 27 e 28 – Fragmentos de cerâmica Guarani encontrados na área do plantio



Fonte: A autora, 2018.

Tais fragmentos constituem-se de indicadores importantes para a reconstituição da História indígena e do Assentamento São Bento. Percebe-se que os fragmentos de cerâmica de diversos tamanhos foram deslocados para cima das curvas de nível e próximos às cercas em razão do preparo da terra para o plantio; já outros se encontravam aos pés das mudas, como demonstrado nas **Figuras 27 e 28**.

O contato com a comunidade avançou no decorrer do ano de 2018 e foram feitos os estudos para montagem de uma exposição de longa duração em uma sala do Centro de Referência em Agroecologia (CRAPP), localizado na sede da Fazenda São Bento. Esta área comunitária abriga projetos de formação voltados à agroecologia, apoiados por universidades e pela Fundação Instituto Itesp. Em visita ao sítio arqueológico em dezembro de 2018, quando a área do SAF já estava completamente formada, ainda foi possível encontrar alguns fragmentos de cerâmica em superfície, conforme apresentado nas **Figuras 29 e 30**.

Figura 29 - Caminhamento pelo Sítio Arqueológico São Bento com SAF já implantado



Fonte: A autora, 2018.

Figura 30 – Fragmentos de cerâmica encontrados em superfície no Sítio Arqueológico São Bento com SAF já implantado



Fonte: A autora, 2018.

Cumprе ressaltar que a família moradora deste lote teve o cuidado de recolher e guardar 62 peças arqueológicas, sendo 61 fragmentos de cerâmica e um fragmento de lâmina de machado polida em basalto.

Figuras 31 e 32 - Fragmento de lâmina de machado polida em basalto encontrado no Sítio Arqueológico São Bento



Fonte: Andrade, 2019.

A partir do fragmento, foi feita a imagem da peça inteira, como seria encontrada caso não estivesse quebrada, como apresenta a (**Figura 33**):

Figura 33 – Reconstituição da lâmina por meio de desenho



Fonte: Daves, 2018.

As peças coletadas pelos moradores foram encaminhadas ao LAG e passaram por curadoria, sendo analisadas por equipe de arqueólogos e estagiários (**Figuras 34 e 35**).

Figura 34 - Trabalho de curadoria realizado nos fragmentos de cerâmica (1-38)



Fonte: Andrade, 2019.

Figura 35 - Trabalho de curadoria realizado nos fragmentos de cerâmica (39-61)



Fonte: Andrade, 2019.

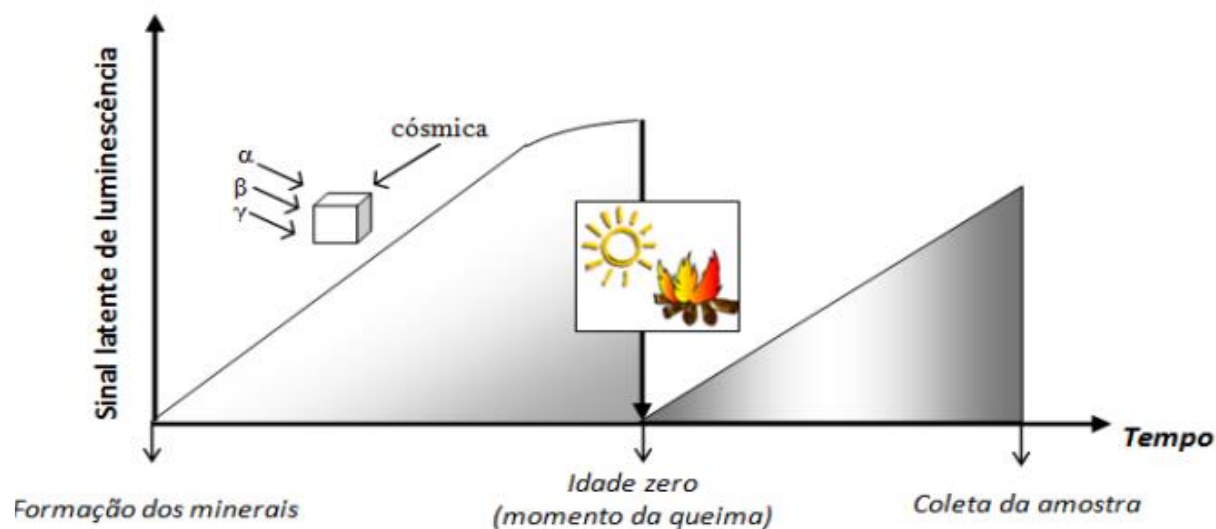
Em laboratório, as peças arqueológicas passam por minucioso processo de curadoria, onde são higienizadas, medidas, pesadas e recebem descrição em ficha de curadoria, com dados sobre a coleta em campo, tais como coordenadas geográficas, local onde foi encontrada (superfície ou em profundidade), espessura, conservação, equipe responsável, número de registro, etc.

Durante as análises em laboratório, foi possível classificar preliminarmente os fragmentos de cerâmica recolhidos pela comunidade moradora do assentamento tomando por base os seguintes indicadores: classe, antiplástico, espessura, tratamento de superfície (interno e externo) e formação de conjuntos de fragmentos de um mesmo pote. Quanto à datação, o procedimento mais utilizado em pesquisas arqueológicas é o método de datação por Termoluminescência, que é caracterizado pela emissão de luz visível a partir decorrente do aquecimento de um material. De acordo com Azevedo (2011, p. 32),

Quando a argila foi queimada para a produção dos artefatos cerâmicos, a luminescência presente nos cristais de quartzo foi apagada (zerada), eliminando, assim, a energia (dose acumulada) nestes cristais até aquele momento. Este evento é considerado a idade zero destes cristais, que posteriormente vão acumular energia devido a radiação ambiental até o momento da sua coleta.

O método de datação por Termoluminescência pode ser melhor compreendido observando-se a **Figura 36** a seguir.

Figura 36 – Princípio de datação de materiais cerâmicos por Termoluminescência



Fonte: Azevedo, 2011, p. 33.

Com base em comparativos de pesquisas arqueológicas realizadas anteriormente na região, estima-se que a cerâmica encontrada no sítio São Bento seja datada em torno de 1630, quando os bandeirantes acabaram com as missões de São Inácio, mataram muitos índios e os poucos que restaram, atravessaram o rio Paranapanema e voltaram às áreas das missões, no Estado do Paraná.

La Salvia e Brochado (1989) comentam que as tradições culturais a respeito do tipo de alimentação e da forma de consumo de certos alimentos levam a produção de determinadas formas de vasilhas, caracterizando sua função. Por isso, as formas das vasilhas são importantes indicadores culturais.

A cerâmica encontrada, em razão de localizar-se dispersa em área de sucessivos plantios, apresenta-se muito fragmentada, não sendo possível aos moradores a coleta de nenhuma vasilha inteira.

Assim, quanto a classe dos fragmentos, observa-se o predomínio de parede (53 fragmentos, 87% do total da amostra), seguido por parede angular (3 fragmentos, 5%), base e parede (2 fragmentos, 3%) e borda (1 fragmento, 2%). Apenas dois fragmentos não possibilitaram a classificação, como demonstrado na **Figura 37**. Nas **Figuras de 38 a 41** é possível identificar a forma dos fragmentos.

Figura 37 - Classe dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento

Categoria	Quantidade de peças	Frequência
base e parede	2	3%
Borda	1	2%
Parede	53	87%
parede angular	3	5%
não identificado	2	3%
Total	61	100%

Fonte: A autora, 2018.

Figuras 38 e 39 - Fragmento de parede angular (face externa e interna)



Fonte: Andrade, 2019.

Figuras 40 e 41 - Fragmento de borda (face externa e interna)



Fonte: Andrade, 2019.

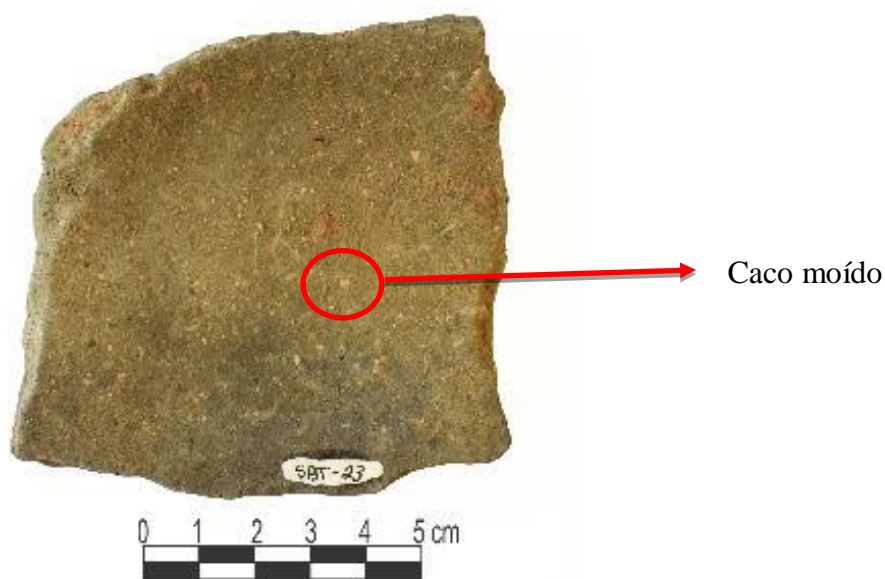
A argila escolhida pelo artesão para produção do vasilhame normalmente exige a mistura de outros elementos para que a pasta crie a consistência desejada para a modelagem. Este elemento adicionado é denominado antiplástico. Em relação ao antiplástico, a cerâmica do Sítio São Bento apresentou o predomínio de mineral e caco moído na pasta (84%, 51 peças), seguido pela associação de mineral, caco moído e carvão (11%, 7 peças), caco moído e carvão, 2 (3%) apenas mineral e 1 (2%) apresentou a associação de mineral, caco moído e cariapé.

Figura 42 - Antiplástico dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento

Antiplástico	Quantidade de peças	Frequência
Mineral	2	3%
mineral e caco moído	51	84%
mineral, caco moído e carvão	7	11%
mineral, caco moído e cariapé	1	2%
Total	61	100%

Fonte: A autora, 2018.

Figura 43 - Fragmento de cerâmica exemplificando parede com alisamento na face interna, apresentando caco moído na pasta



Fonte: Andrade, 2019.

Conforme Faccio, Baco, Luz e Alves (2011b, p. 279):

As diferenças na cor indicam diferentes condições de duração da queima, ventilação e temperatura. A presença de núcleo com cor variando do laranja ao amarelo indica uma queima boa, com ventilação suficiente para ocasionar a oxidação da argila. A presença de tons que variam do cinza ao preto indica uma queima incompleta, em baixa temperatura e tempo insuficiente para expelir toda a matéria carbonária da argila.

Assim, o processo produtivo das vasilhas poderia acarretar em diferentes tipos de queima. Faccio, Souza e Melo (1992b) classificaram seis graus de queima, sendo a queima 1 o tipo ideal porque garante a resistência da peça. Nas análises do Sítio São Bento, foi possível identificar que a maior parte dos fragmentos apresentou a queima 4, caracterizada pela presença de seção transversal nos fragmentos analisados, sem presença de núcleos, com cor

uniforme variando do cinza escuro ao preto, o que indica que não havia controle térmico e que, provavelmente, a queima da cerâmica era realizada a céu aberto.

Figura 44 - Variação da queima nos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento

Queima	Quantidade de Peças	Frequência
Queima 1	4	7%
Queima 2	4	7%
Queima 3	2	3%
Queima 4	40	66%
Queima 5	10	16%
Queima 6	1	2%
Total	61	100%

Fonte: A autora, 2018.

A espessura dos fragmentos cerâmicos variou de 0,3 a 3,0 cm.

Figura 45 - Variação da espessura dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico São Bento

Espessura (cm)	Quantidade de peças	Frequência
0,3-0,5	10	16%
0,6-1,0	20	33%
1,1-1,5	18	30%
1,6-2,0	11	18%
2,1-3,0	2	3%
Total	61	100%

Fonte: A autora, 2018.

Como pode ser analisado, a cerâmica do Sítio São Bento apresenta espessura de parede média, fator indicador de vasilhas que poderiam manter a temperatura por algum tempo. Como apontam La Sálvia e Brochado (1989, p. 6), em comparação a outros estudos arqueológicos, este fator indica que provavelmente, a maioria dos fragmentos encontrados sejam de vasos para conter líquidos.

Figura 46 - Fragmento de cerâmica exemplificando a espessura máxima encontrada no Sítio Arqueológico São Bento



Fonte: A autora, 2018.

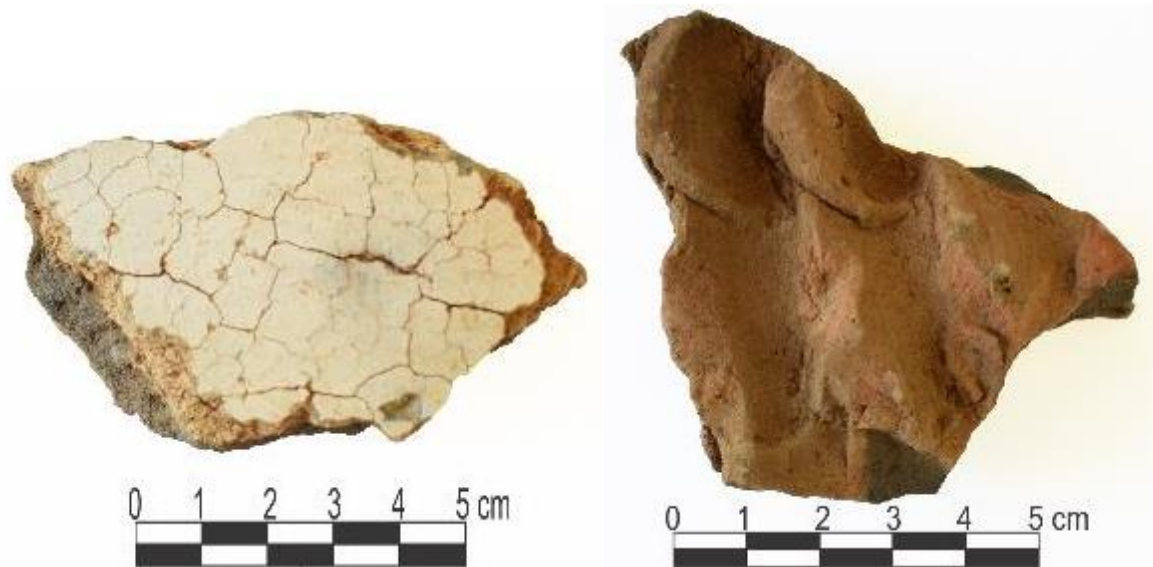
Uma das características marcantes na cerâmica Guarani é a decoração plástica, entendida por La Salvia e Brochado (1989, p. 35) como “aquela que resulta da modificação tridimensional da superfície da parede de uma vasilha com a argila ainda moldável e anterior à queima”. O acabamento do vasilhame pode ser bem diverso dependendo da cultura. Nos fragmentos de cerâmica do Sítio São Bento foram encontrados diferentes tratamentos de superfície, apresentados no quadro da **Figura 47** e nas fotos das **Figuras 48 e 49**.

Figura 47 - Tratamento de superfície interna e externa

Tratamento de superfície (interno/externo)	Quantidade de peças	Frequência
engobo branco/liso	4	7%
engobo vermelho e branco/corrugado	1	2%
liso/liso	29	48%
liso/engobo vermelho	2	3%
liso/engobo branco	4	7%
liso/engobo vermelho e branco	1	2%
liso/engobo branco com pintura vermelha	1	2%
liso/corrugado	18	30%
liso/corrugado com borda pintada	1	2%
Total	61	100%

Fonte: Autora, 2018.

Figuras 48 e 49 - Fragmentos de cerâmica exemplificando os diferentes tratamentos de superfície (engobo branco e corrugado)



Fonte: Andrade, 2019.

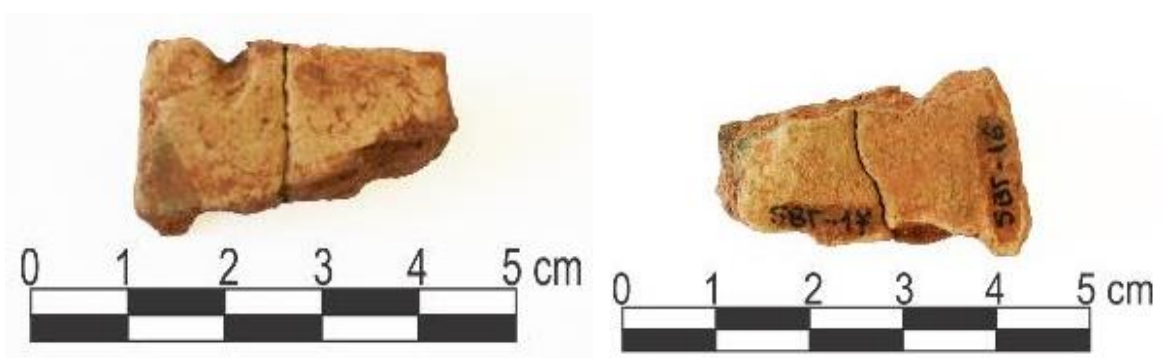
Como os fragmentos foram recolhidos pelos moradores em áreas de sucessivos plantios anteriores, o Sítio Arqueológico São Bento encontra-se em um contexto perturbado, no qual é praticamente impossível a reconstituição de vasilhas inteiras. No entanto, alguns fragmentos formam conjuntos de uma mesma vasilha, o que possibilita projetar por meio de suposições, a sua dimensão e uso. As **Figuras 50 a 57** apresentam os conjuntos formados por esses fragmentos.

Figuras 50 e 51 - Conjuntos formados a partir de fragmentos



Fonte: Andrade, 2019.

Figuras 52 e 53 - Conjuntos formados a partir de fragmentos



Fonte: Andrade, 2019.

Figuras 54 e 55 - Conjuntos formados a partir de fragmentos



Fonte: Andrade, 2019.

Figuras 56 e 57 - Conjuntos formados a partir de fragmentos



Fonte: Andrade, 2019.

As peças referentes ao Sítio Arqueológico Roque Paulino foram objeto de análise e curadoria em 2018, quando da doação dos achados pelo Sr. Roque Paulino ao MAR. Todos estes artefatos estão muito bem documentados por Cunha (2018). Assim, apresentam-se aqui apenas as selecionadas para a exposição no ecomuseu.

Semelhante às peças arqueológicas encontradas no Sítio São Bento, o Sítio Roque Paulino apresentou a presença de cerâmica Guarani e material lítico polido. Dentre as peças selecionadas para a exposição de longa duração, figuram-se as lâminas de machado polidas (que impressionam pelo tamanho e estado de conservação), um fragmento de lítico lascado (**Figura 58**) e diversos fragmentos de cerâmica.

Figura 58 – Fragmento de lasca pontiagudo



Fonte: Cunha, 2018, p. 66.

O fragmento de pedra lascada pontiagudo contém pequenos grãos de quartzo. De acordo com Cunha (2018, p. 66) “considera-se que o quartzo era retirado de drusas existentes no basalto e que a ponta natural não retocada se prestava para o uso”.

Foram selecionadas três lâminas de machado polidas em basalto. A primeira delas apresenta polimento em ambas as faces (**Figura 59**).

Figura 59 – Lâmina de machado em basalto com polimento em ambas as faces



Fonte: Cunha, 2018, p. 66.

A segunda lâmina apresenta desgaste no gume cortante (**Figura 60**). Conforme aponta Cunha (2018, p. 67) a peça resulta de “polimento intenso no gume, apresenta desgaste e fraturas na parte superior esquerda da lâmina, nesta categoria a lâmina de machado foi considerada como instrumento ativo como machado”.

Figura 60 – Lâmina de machado em basalto com polimento intenso no gume



Fonte: Cunha, 2018, p. 66.

A terceira lâmina de machado apresenta o processo de fabricação o “picoteamento de toda a superfície e o polimento generalizado circundante da peça; o gume apresenta um polimento mais intenso com fraturas resultantes da utilização do instrumento para cortar” (CUNHA, 2018, p. 67). A peça apresenta, ainda, desgaste proposital para amarração de cabo.

Figura 61 – Lâmina de machado polida em basalto com desgaste para amarração de cabo



Fonte: Cunha, 2018, p. 66.

Foram selecionados para exposição seis fragmentos de cerâmica. Em comparação com as peças do Sítio Arqueológico São Bento, a cerâmica do Sítio Roque Paulino apresenta-se de maior dimensão (variando entre 13 e 4 cm de comprimento), em sua maioria lisa e algumas amostras há presença de engobo vermelho de origem vegetal, extraído do urucu, que fornece a coloração avermelhada. As amostras estão representadas nas **Figuras 62 a 69**:

Figuras 62 e 63 – Fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino



Fonte: A autora, 2020.

Figuras 64 e 65 – Fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino



Fonte: A autora, 2020.

Figuras 66 e 67 – Maiores fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 68 e 69 – Fragmentos de cerâmica do Sítio Roque Paulino com engobo vermelho.



Fonte: Autora, 2020.

Detalhe para a **Figura 69** que apresenta o fragmento de borda com ângulo de parede, característico da cultura Guarani.

A última peça selecionada é uma réplica de projétil – ponta de flecha – confeccionada em plástico com uso de impressora 3D. As réplicas objetivam gerar um significado de pertencimento do patrimônio cultural nacional. Por meio da confecção e manuseio das réplicas dos artefatos se desenvolve o lado lúdico, fazendo com que estes objetos musealizados recebam novos significados não somente para a área da Arqueologia, mas também para o novo contexto na ótica da museologia social

Após as análises laboratoriais, as peças foram organizadas em vitrines que, juntamente com painéis sobre a História do assentamento e luta pela terra, compõem a exposição de longa duração do Ecomuseu em Mirante do Paranapanema, SP.

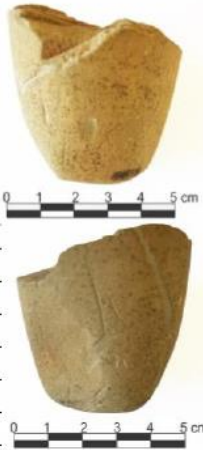
Para este fim, foi realizada a documentação museológica (**Apêndices 1 e 2**), que se inicia com seleção de amostras para exposição, que consiste na separação das peças mais representativas da cultura, da cadeia operatória da cerâmica (como processos de fabricação e queima), da decoração e da tipologia (usos da vasilha). Em todo este processo é realizado o registro fotográfico.

Toda a documentação museológica das peças é conservada pelo museu e fica disponível para consultas posteriores. A cada alteração na amostra, como limpeza e restauro, são realizados novos registros de informação na ficha museográfica. Em caso de empréstimo entre museus ou de uma determinada amostra ser designada a alguma exposição temática,

também deve ocorrer o tombamento³⁴ e o registro na ficha museográfica (Figura 70 e Apêndice 2).

Figura 70 – Documentação museológica das peças da exposição de longa duração

**Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica**

Número de registro: ECO.MA.01.PP.NI-0001	
Número do IPHAN: SBT-1	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: Fragmento de lâmina de machado polida em basalto	
Classificação: arqueológico	
Categoria: machadinho	
Material: basalto	
Técnica: polimento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 8 x 5 x 2 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: batidas	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405562/7513389	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: R\$ 5.000,00 – 06/02/2019 – Mercado Livre	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de lâmina de machado polida em basalto	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: SAMPEDRO, Sofia C. Marfil. Glosario de Tecnologia Prehistorica , 2014/2015. Disponível em: < https://pt.scribd.com/doc/265991528/GLOSARIO-TECNOLOGIA-LITICA >. Acesso em: 03 abr. 2019.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “HACHA: Instrumento de piedra maciza (pulimentada) o metal (cobre o bronze), con filo transversal en uno de los extremos y el otro susceptible de ser enmangado”. (SAMPEDRO, 2014/2015, p. 9).

Fonte: A autora, 2019.

³⁴ Para as peças do ecomuseu, foi elaborada uma orientação para tombamento, apresentada no Apêndice 1.

Em observação à NBR 9050 de 2015, os expositores horizontais e mesas da instalação devem possuir uma altura entre 0,70 cm a 0,85 cm; para uma adequada visualização ao expositor. Para a exposição do ecomuseu, foram confeccionadas duas vitrines no modelo mesa expositora de 1,07 cm de altura por 0,58 cm de comprimento e com 0,80 cm de altura do chão, com redoma de vidro de 0,26 cm de altura do vidro sob a mesa.

Figura 71 – Mesas expositoras



Fonte: A autora, 2020.

A montagem das vitrines foi realizada primeiramente e de forma experimental no LAG, de modo a verificar a melhor maneira de apresentação das peças. Foram realizadas várias combinações, optando-se, por fim, pela montagem de duas vitrines: uma contendo as peças originárias no Sítio Arqueológico São Bento e outra com as peças do Sítio Arqueológico Roque Paulino.

Figuras 72 e 73 – Seleção de peças para exposição de longa duração



Fonte: A autora, 2020.

Figuras 74 e 75 - Montagem experimental das vitrines



Fonte: A autora, 2020.

Tomando por base os ensinamentos de Cury (2005), optou-se por apresentar textos informativos das peças, de forma a instruir o visitante da exposição com algumas informações adicionais, além das legendas com a descrição do material exposto. Nas legendas, a descrição da peça apresenta-se de maneira simplificada, contendo apenas a descrição e localização do artefato.

Figura 76 – Testes de apresentação da comunicação textual (informações e legendas) das peças do Sítio Arqueológico São Bento



Fonte: A autora, 2020.

Figura 77 – Testes de apresentação da comunicação textual (informações e legendas) das peças do Sítio Arqueológico Roque Paulino



Fonte: A autora, 2020.

As Figuras 78 e 79 apresentam o resultado final das vitrines.

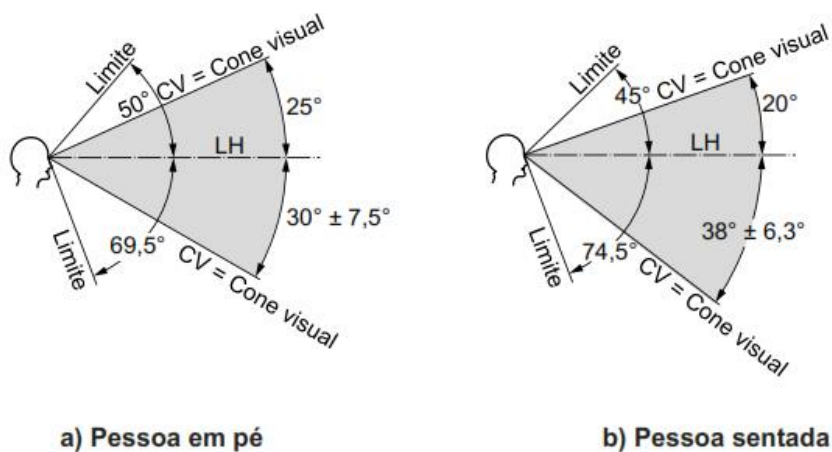
Figuras 78 e 79 - Vitrines montadas para exposição



Fonte: A autora, 2020.

As informações visuais expostas nas paredes do museu devem cumprir os parâmetros estabelecidos no ponto 4.8 da NBR 9050, que expõe os ângulos de alcance visual das pessoas em pé e sentadas, conforme apresenta as **Figuras 80 e 81**:

Figura 80 - Ângulos de alcance visual no plano vertical



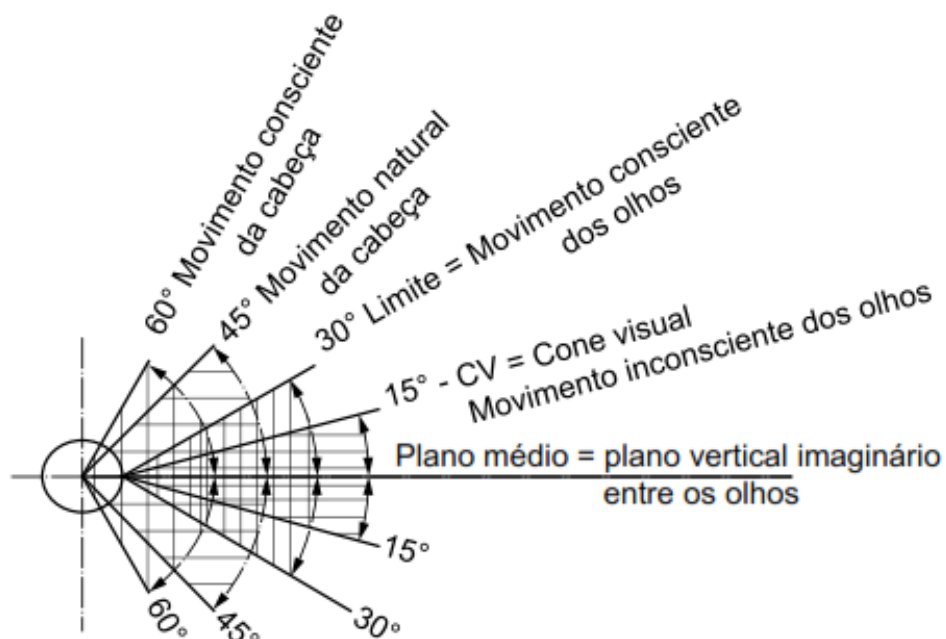
Legenda

LH linha do horizonte visual, relacionada com a altura dos olhos

CV cone visual correspondente à área de visão apenas com o movimento inconsciente dos olhos

Fonte: ABNT, 2015; p. 25.

Figura 81 - Ângulos de alcance visual no plano horizontal



Fonte: ABNT, 2015; p. 26.

Em observação à normativa, foram confeccionados dois painéis informativos: um contendo a História do povo Guarani e outro com informações sobre a História de implantação do Assentamento São Bento e sobre o sítio arqueológico.

Figura 82 - Painel sobre os Guarani

Fonte: Acervo do MAR, 2019.

Figura 83 – Painel sobre o Assentamento São Bento



Fonte: A autora, 2020.

Durante todo o processo, o envolvimento da comunidade foi bastante expressivo. O interesse da comunidade em saber identificar o patrimônio local, bem como em aperfeiçoar-se para o trabalho de monitoria na exposição de longa duração do ecomuseu favoreceram a realização de ações de Educação Patrimonial com moradores do assentamento.

Assim, em termos de extroversão do conhecimento, o interesse foi em trabalhar com a os assentados, por meio da Educação Patrimonial, para que as crianças, jovens e adultos pudessem conhecer os sítios e os achados arqueológicos e passarem a valorizar esta História, para que possam preservá-la. As oficinas planejadas foram de pintura em réplicas de cerâmica Guarani, confecção de potes de argila e de arte rupestre. As conversas formais e informais tiveram por objetivo divulgar a História dos índios e dos assentamentos do Oeste Paulista.

De acordo com o relato oral da moradora Regiane, professora da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental São Bento, havia o interesse de que as crianças e jovens se apropriassem desta História e passassem a sentirem-se parte da comunidade. Também mencionou que os adultos e os professores precisavam ser capacitados para que pudessem atuar como replicadores deste conhecimento. A preocupação da moradora e educadora com as

ações de incentivo a cooptação destes jovens para atuarem como trabalhadores nos grandes empreendimentos agrícolas instalados na região, ocasionando o esvaziamento do campo e a desvalorização da cultura camponesa.

Para a montagem do Ecomuseu não houve recursos financeiros. No entanto, foi encaminhada uma proposta ao Programa de Incentivo à Cultura do Estado de São Paulo (PROAC), que previa disponibilizar recurso no valor de 30 mil reais para difusão de acervos museológicos no interior do Estado de São Paulo. Apesar do ecomuseu não ter sido contemplado com o recurso do PROAC, a equipe de pesquisadores do LAG vivenciou a experiência do Museu de Arqueologia de Iepê (MAI), que foi montado com baixo custo e sustentabilidade financeira de funcionamento referência de museu, tendo sido elaborado conforme prerrogativas do *International Council of Museums* (ICOM).

Com a impossibilidade de instalação da exposição de longa duração no ecomuseu em razão da pandemia do COVID-19, os trabalhos voltaram-se a preparação do material para a Educação Ambiental e Patrimonial para, quando for possível a instalação e inauguração do ecomuseu, as oficinas, palestras e materiais didáticos já estejam prontos. Alguns destes materiais são apresentados na sequência.

5.3.1 O trabalho de Educação Ambiental e Patrimonial

A ideia para a Educação Ambiental e Patrimonial surgiu na primeira visita ao Assentamento São Bento. Após a discussão sobre o papel da escola na formação das crianças e jovens (parcialmente registrada neste texto), foram pensadas em estratégias que pudessem difundir o conhecimento levantado durante o processo de elaboração do ecomuseu, que envolvem duas questões centrais: a História do Assentamento São Bento e a História do Aldeamento Guarani.

O MAR e o LAG têm vasta experiência em Educação Patrimonial. Suas ações envolvem a sensibilização, informação, demonstração e experimentação. Neste sentido e tomando por base a teoria estudada (AURICCHIO, 2003; DIAS, 1999; HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999; GEUNBERG, 2007; OLIVEIRA, 2000; REIGOTA, 2009; RODRIGUES, 2013) foram pensadas as seguintes estratégias:

1- Palestras: com o intuito de informar e sensibilizar a comunidade e os estudantes da escola do assentamento a fim de identificar bens e artefatos arqueológicos a serem patrimonializados e definição do que será exposto no ecomuseu. Algumas experiências já

foram realizadas, com formação de professores no município de Iepê (**Figura 84**) e com acadêmicos calouros de curso da Universidade do Oeste Paulista (**Figura 85**). A intenção é replicar estas experiências com a comunidade assentada e escolar. Os slides preparados para esta finalidade estão no **Apêndice 3**.

Figura 84 – Palestra ministrada a professores da rede pública no município de Iepê



Fonte: A autora, 2019.

Figura 85 – Palestra ministrada a acadêmicos da Universidade do Oeste Paulista



Fonte: A autora, 2019.

Também foi produzido um vídeo com informações sobre as peças arqueológicas Guarani e a possibilidade de tornar a exposição acessível ao público cego e com baixa visão. Este material foi elaborado pelos pesquisadores do MAR com o intuito de promover reflexão sobre a inclusão na instituição museológica.

Figura 86 - Vídeo “Inclusão no Museu”



Fonte: A autora, 2020.

2- Sistematização da informação: disponibilização da documentação museológica produzida para salvaguarda e consultas posteriores, em arquivo impresso e digital (**Apêndice 2**).

3- Efetivação da Exposição: como exposto neste texto, está organizada uma exposição a ser aberta à visitação pública gratuita, composta por painéis e vitrines, contendo peças arqueológicas – líticos polidos e lascados, fragmentos de cerâmica Guarani, preparadas para esta finalidade.

6- Material didático digital: produção de material com conteúdo sobre Arqueologia e patrimônio, a ser disponibilizado para estudantes da escola do Assentamento São Bento e do município de Mirante do Paranapanema (**Apêndice 5**).

7- Oficinas de Educação Ambiental e Patrimonial: as oficinas têm o poder de imersão no contexto da Arqueologia. Elas oportunizam ao participante de qualquer idade e nível escolar experimentar a produção de artefatos, promovendo o conhecimento sobre: as questões ambientais de onde a matéria-prima foi retirada; as questões culturais que determinam os usos e a estética das peças; as questões patrimoniais que despertam a sensação de pertencimento; as questões científicas próprias do novo conhecimento adquirido. Em virtude destas apreensões, cabe aos ministrantes da oficina o direcionamento, a instrumentalização e a promoção de reflexão. GALHARDO, D. A.; ZAGO, J. A. R. L.; FACCIO, N. B.; BREDARIOL, M. A. (2019, p. 6-7) propuseram os seguintes questionamentos:

O que é Arqueologia? Quais etnias viviam no planalto paulista antes da chegada do colonizador? Como viviam esses primeiros habitantes? Qual a antiguidade dos vestígios arqueológicos no município/região? Quais os tipos de vestígios e técnicas encontrados pelos arqueólogos? O que muda com a chegada dos colonizadores? O que é patrimônio imaterial? Como a legislação ambiental / patrimonial assegura a preservação dos bens culturais? Vamos conhecer para proteger? Convite à participação nas oficinas líticas e cerâmicas, observando e/ou replicando paleotécnicas ameríndias. Vamos pensar o entorno socioambiental e as mudanças sofridas ao longo do tempo?

Com base nestes apontamentos, foram preparadas três oficinas: arte rupestre, pintura em cerâmica Guarani e lascamento.

A oficina de arte rupestre objetiva levar o participante a experimentar a pintura em pedra, simulando a pintura rupestre, que pode ser feita com tinturas naturais, confeccionadas em base natural ou mesmo com tintas sintéticas. Para tanto, se buscou parceria com uma marmoraria de Presidente Prudente para doação de pedaços de pedra São Tomé, que passaram por processo de limpeza e colagem de ganchinhos para que possam ser pendurados depois de prontos, conforme demonstram as **Figuras 87 a 8** a seguir:

Figuras 87 e 88 – Doação da pedra São Tomé para oficina de arte rupestre



Fonte: A autora, 2020.

Figuras 89 e 90 – Preparo da oficina de arte rupestre



Fonte: A autora, 2020.

A oficina de pintura em cerâmicas, são oferecidos aos participantes pequenos potes de cerâmica réplicas de yapepós e cambuchis Guarani. Com tintas, lápis, pincéis e folhas com os motivos geométricos característicos desta etnia e evidenciados pelas pesquisas arqueológicas, os participantes desenhavam tais motivos sobre a superfície da peça cerâmica, para em seguida pintá-los.

Figuras 91 e 92 – Preparo da oficina de pintura em cerâmica



Fonte: A autora, 2020.

Já a oficina de lascamento (**Figuras 93 e 94**) requer a participação de um pesquisador em Arqueologia Experimental que por ser “um lascador treinado e experiente realiza todas as operações, mostrando passo a passo sua posição, gestos e instrumentos utilizados, dado que essa atividade pode oferecer riscos” (GALHARDO, D. A.; ZAGO, J. A. R. L.; FACCIO, N. B.; BREDARIOL, M. A., 2019, p. 7). Durante a apresentação, o lascador convida os participantes da oficina a experimentarem as dificuldades de se obter um instrumento por meio desta técnica.

Figuras 93 e 94 – Preparo da oficina de lascamento



Fonte: A autora, 2020.

8- Formação de um banco de dados com títulos organizados em temas escolhidos pela comunidade, tais como meio ambiente, agroecologia e luta pela terra. Os materiais compõem-se de mídia digital de trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, vídeos, fotografias que foram encontrados na Internet durante o processo de elaboração do ecomuseu – e desta pesquisa.

Este material está catalogado e organizado para ser disponibilizado para consulta aos frequentadores do ecomuseu.

Além das ações relacionadas ao ecomuseu, a comunidade manifestou o interesse em organizar e gerir uma biblioteca com material para consulta sobre a História do Assentamento e temas geradores, como meio ambiente, agroecologia, patrimônio, entre outros. Para tanto, foi elaborado um projeto, a ser colocado em prática assim que possível. A intenção é organizar a biblioteca e a sala de exposição do ecomuseu assim que a pandemia do COVID-19 permitir.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a refletir sobre o papel do ecomuseu na preservação do patrimônio e na valorização da cultura camponesa. Dentre as hipóteses levantadas por esta pesquisa, a primeira delas não foi possível de ser confirmada, pois envolvia a aplicação da pesquisa de público proposta por Cury (2005), no intuito de saber se as ações de Educação Ambiental e Patrimonial que valorizem a História Ambiental regional podem, realmente, reforçar as medidas de proteção e gestão ambiental na tentativa de maior valorização dos aspectos da natureza. Uma vez que não houve oportunidade de efetivação da instalação da coleção de longa duração do ecomuseu (em razão da pandemia), esta etapa da pesquisa ficou prejudicada.

A segunda hipótese levantada no trabalho foi possível de comprovação uma vez que a organização do ecomuseu contribuiu para maior consciência de preservação da História, cultura e patrimônio locais. Mesmo que não tenha sido instalado, o Ecomuseu de Mirante do Paranapanema existe materializado: nas discussões para sua concepção museológica e expográfica; na preparação da documentação, nas vitrines já com as peças organizadas com suas legendas; nos painéis aguardando instalação; nas palestras e oficinas educativas preparadas para o público visitante; nas ações formativas pensadas para os professores do assentamento; no material didático preparado para os estudantes; no projeto da Biblioteca Comunitária. Portanto, a mobilização em prol da constituição do ecomuseu no assentamento despertou o debate em torno do patrimônio e da identidade cultural.

Uma vez que a identidade se ancora no patrimônio, a identidade dos assentados participantes desta pesquisa se ancora em dois grandes temas: a História do Aldeamento Guarani e a História da luta pela terra e do próprio Assentamento São Bento. Assim, tais temáticas afluíram no levantamento realizado na pesquisa. Diante disso - e tomando por base os estudos de Varine (2000) e os objetivos da Museologia da Libertação -, verificou-se a função social do museu e a sua transformação em um território de saber e resistência, no qual a comunidade possa elaborar as suas próprias reflexões e em torno do seu patrimônio histórico cultural e natural.

A realização deste trabalho permitiu refletir sobre aspectos da sociedade relacionados ao espaço e cultura, na busca por entender a categoria do “não-público” relacionado aos museus. A experiência de campo permitiu constatar que a participação de uma comunidade no processo de constituição de um ecomuseu, favorece o seu envolvimento e apropriação desse

espaço cultural. Esta parcela da sociedade, que se encontra à margem do que se conhece por “alta cultura” pode, por meio deste envolvimento, deixar de ser classificada como “não-público” e passar a ter significativa representação no interior da instituição museológica.

No caso específico da comunidade estudada, os assentados, considerados sob esta ótica como “não-público”, têm a consciência da necessidade de tornar pública e acessível a História do local. Acreditam, também, que o ecomuseu, por meio da promoção de ações que representem maior vínculo com este “não-público”, concretizadas em práticas socioeducativas valorizando do patrimônio cultural local, fará com que pessoas possam realmente se identificar e se sentir incluídas na prática museal.

Por outro lado, a pesquisa demonstrou que o conceito de sustentabilidade não deve apoiar-se apenas na dimensão ecológica. Aspectos institucionais, econômicos e sociais também são parâmetros que ajudam a avaliar a sustentabilidade, enquanto possibilidade de produção de bens e riquezas de modo a não comprometer esta produção e garantir condições de vida no planeta. É fato é que o conceito de sustentabilidade normalmente é compreendido pelo viés puramente econômico. Neste sentido, considerar as outras dimensões torna-se necessário para que se possa pensar em desenvolvimento mais sustentável para todas as espécies, inclusive a humana.

No caso analisado, o desenvolvimento sustentável está intimamente ligado à discussão sobre afeto, identidade e paisagem cultural. Varine (2014) propõe que a interpretação de todo patrimônio requer a contribuição das memórias e percebe o ecomuseu como uma instituição em processo, ligada ao território e à comunidade. Na experiência analisada e descrita nesta pesquisa, ao percorrer o território com os atores sociais entrevistados, foi possível perceber que os conceitos de patrimônio e paisagem cultural estão materializados na produção agroecológica e nos SAFs, que se constituem de elementos desta paisagem cultural, frutos da identidade, do pertencimento e da ressignificação do território. Conforme propôs Zanirato (2009) a valorização do patrimônio permite a ressignificação do território.

Portanto, comprovou-se a hipótese de que o ecomuseu constitui-se de território de resistência cultural da comunidade em que se insere uma vez que rompe com a inércia e propõe novas formas de vivenciar o território (SANTOS, 1988; 1978). Tomando por base que o conceito de território de Haesbaert (2010, p. 78) que refere-se às relações culturais no contexto histórico, verificou-se o território dos assentamentos enquanto espaço de resistência - e o próprio ecomuseu como território de resistência, reforçando a luta dos assentados. Dito de outra forma, além do assentamento da reforma agrária configurar-se, no cenário social e

político, como território de resistência, o ecomuseu também se configura um território de luta, porque ele também traz, em si, a manifestação da resistência.

O ecomuseu, em específico, ao promover o debate em âmbito regional e local, da voz à comunidade diretamente envolvida com o patrimônio histórico-cultural e natural, por meio da gestão participativa. Esta participou das escolhas do que o ecomuseu deve ou não expor e representar. Pensando nisso, o trabalho educativo proposto pela instituição museológica pode contribuir para o debate, ao tratar dos problemas da sociedade e democratizar conhecimentos e vivências atuais.

As ações para constituição do ecomuseu no município de Mirante do Paranapanema, SP permitiram constatar a importância deste espaço para os moradores do assentamento São Bento. Refletir sobre a história do lugar fez com que o sentimento de pertencimento aflorasse, assim como a necessidade de garantir que o conhecimento não se perdesse foi um dos motivos pelos quais a universidade se envolveu no processo.

A participação efetiva dos moradores do assentamento e as iniciativas agroecológicas por eles apresentadas favorecem as intenções do desenvolvimento sustentável, que se faz em harmonia com o patrimônio histórico-cultural e ambiental da região. Assim, a curadoria e documentação das peças arqueológicas, por eles coletadas durante o plantio, reforçam a responsabilidade da comunidade em relação ao patrimônio local.

Como uma das aspirações da comunidade é transformar o ecomuseu em um lugar educativo, espaço fértil para disseminação de saberes sobre a questão ambiental e patrimonial, além de poder concentrar materiais sobre a História do próprio assentamento, espera-se que, após o período de isolamento social, a maior divulgação do ecomuseu, de suas características e exposições possa favorecer o seu acesso – fazendo com que mais pessoas se engajem no seu processo de implementação e consolidação. Assim, o estímulo à criação de ecomuseus, de museus de território, espaços de memória e exposições temáticas e itinerantes, também podem contribuir com a melhoria do acesso e frequência ao museu.

A concepção e organização do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema foi objeto de estudo sobre essas temáticas. Todo o processo de autonomia e cooperação entre a comunidade assentada e os pesquisadores envolvidos provocou uma atitude libertadora responsável pelo empoderamento da comunidade local, não somente no que diz respeito às questões do patrimônio, mas também na busca por melhores qualidades na vivência do assentamento. Nesse processo, o patrimônio torna-se impulsionador do desenvolvimento.

Portanto, o museu permitiu reafirmar o empoderamento da comunidade, tornando-se espaço de resistência e servindo como vínculo para a comunidade assentada que, ao contribuir com sua criação, enaltece sua cultura, a cultura do campo, das coisas simples, da contemplação da paisagem e do respeito ao ambiente natural. O museu engloba aspectos culturais de diferentes épocas, reunindo, ao mesmo tempo, vertentes das relações que os assentados mantêm com o território, outrora disputado, e a cultura relacionada às coisas do campo. Por meio das exposições organizadas coletivamente, traz à tona elementos da história de ocupação do território ao longo do tempo e que provocaram grandes mudanças ocorridas no âmbito social. O ecomuseu torna-se, assim, parte deste território, atuando como agente articulador em uma atuação dialética entre comunidade e patrimônio. Torna-se ferramenta de luta camponesa, projetando-se além da resistência cultural em direção a uma resistência de classe.

Uma vez que o ecomuseu surge frente à destruição do território indígena pretérito, do meio ambiente e da tentativa de sublimação do território do assentado pela ação capitalista em um constante processo de desterritorialização e reterritorialização, vislumbra-se que a sua existência física no território será mais uma luta a ser travada pela comunidade. Assim, este é o primeiro passo para uma longa trajetória, uma vez que o ecomuseu “certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente” (VARINE, 2014, p. 28-9).

Em um contexto colaborativo, o patrimônio está a serviço da comunidade, que percebe nele a sua História contada. O museu, por sua vez, passa a ser o mediador desta relação, apoiando-se na organização da comunicação e no processo educativo em relação ao patrimônio preservado. É assim que, em uma região marcada pelos conflitos pela terra, surge a possibilidade de resistência e valorização da cultura camponesa e reafirmação de uma relação afetiva com o território.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:** Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. ABNT. Brasília, 2015.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/ANPOCS, 1992.
- AIDAR, G. Museus e inclusão social. **Ciências & Letras**. Porto Alegre, n.31, p. 53-52, jan./jun. 2002.
- ALMEIDA, D. R. de. Resenha O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 74-77, Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/455/419>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia, Região e Desenvolvimento: Introdução ao estudo do “Aménagement du Territoire”**. 3 ed. Recife (PE): Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1977.
- AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 125-236, 1995.
- ASAFU-ADJAYE, J. et al. **An ecomodernist manifesto**. Disponível em: <http://www.ecomodernism.org/manifesto/>. Acesso em: 19 maio 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS E MUSEUS DE CIÊNCIA. **Centros e museus de ciência do Brasil**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência; Casa da Ciência; Museu da Vida, 2009. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/60e5e9d2-c549-4ff8-8569-62ed0798f567>. Acesso em 30 nov. 2014.
- AURICCHIO, A. L. R. Os museus e a questão ambiental. **Publicações Avulsas do Instituto Pau Brasil**, n. 6, p. 49-100, mar. 2003.
- AZEVEDO, R. L. de. **Datação por termoluminescência de cerâmicas do sítio arqueológico Aldeia do Carlos (PI)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARRETO, V. de P.; WASEM, F. Entre duas escrituras: multiculturalismo e direitos humanos. **RIDB**, ano 1, n. 12, p. 181-7214, 2012.
- BAUD, P.; BOURGEAT, S. BRAS, C. **Dicionário de Geografia**. Santa Marta de Corroios, Portugal: Plátano Edições Técnicas, 1999.
- BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BOWEN, J. R. Afterword: Landscapes of Power. **Anthropological Forum**, v. 19, n. 3, p. 339-347, 2009.

BRAGA, E. O. Memória, patrimônio e cidadania. **Caderno Temático – orientações ao professor**. João Pessoa: Ophan/PB, 2011.

BRASIL. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. **Decreto nº 12.279**, de 29 de outubro de 1941. Declara reservado o imóvel situado no Distrito de Paz de Presidente Epitácio, Município e Comarca de Presidente Venceslau, necessário à conservação da flora e fauna do Estado.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. ESTADO DE ALAGOAS. **Lei nº 7.285**, de 30 de novembro de 2011. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural alagoano e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Caracas para a Educação Ambiental na região Ibero-americana**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/item/8072>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Fórum Global das Organizações Não Governamentais, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tratado_Educacao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.124**, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.803**, de 2 de julho de 1980. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.902**, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. [Brasília], [1981]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 09 jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.542**, de 26 de setembro de 1986. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.171**, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Brasília], [1996].

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. [Brasília], [1999].

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.483**, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRUNO, M. C. O. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: Avanços Retrocessos e Desafios. In: **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast. Rio de Janeiro, 2009. Livro Eletrônico. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BRUNO, C. O. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 25, pp. 5-20, 2006, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/419>>. Acesso em 18 jul. 2017.

BURNS, E. M.; LERNER, R. E.; MEACHAM, S. **História da Civilização Ocidental Vol. 1 - do homem das cavernas as naves espaciais**. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

COGHETTO, F. et al. Lei dos agrotóxicos: Para quê e para quem? **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, maio 2016. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18943>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

COLWELL, C. Why museums are returning cultural treasures. **Ted Talks**. 2018. 1 vídeo (13 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pszIQCAI6B0>>. Acesso em: 08 out. 2018.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro n. 48, v.5, p. 1093-1112, set./out. 2014.

COSTA, E. P. (org.). **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenação do Sistema Estadual de Museus, 2006.

CUNHA, B. **O patrimônio em áreas de Assentamento do Pontal do Paranapanema – SP** (Monografia). Faculdade de Ciências de Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2018.

CURY, M. X. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2005.

CRUTZEN, P. Geology of Mankind. **Nature**. v. 415, p.23, jan. 2002.

DECCA, E. S. de. As desavenças da história com a memória. In: SILVA, Z. L. da (org.). **Cultura história em debate**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. v.4. São Paulo: Editora 34, 1997. (Coleção TRANS).

DESVALLÉES, A. MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013.

DEVOS, R. V.; ROCHA, A. L. C. da. Patrimônio ambiental e águas urbanas – habitantes do Arroio. In: CASTELLS, A. N. G.; SANTOS, J. L. da C. (orgs.). **Patrimônio Cultural e seus campos**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2014.

DIAS, G. F. **Antropoceno: Iniciação à Temática Ambiental**. São Paulo: Editora Gaia, 2002a.

DIAS, G. F. **Elementos para capacitação em Educação Ambiental**. Ilhéus: Editurs, 1999.

DIAS, G. F. **Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana**. São Paulo: Editora Gaia. 2002b.

FACCIO, N. B. **Arqueologia dos cenários das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema – SP**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, USP, 1998.

FACCIO, N. B. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema**. Tese (Livre-Docência em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, v. 1, 319 f., 2011a.

FACCIO, N. B. **O estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1992a.

FACCIO, N. B. **Os Sítios Arqueológicos Guarani do Município de Iepê, estado de São Paulo**. R. Museu Arq. Etn., 25, p. 119-131, 2015.

FACCIO, N. B.; ANDRADE, G. de J. Estudo do contexto arqueológico do Sítio Arqueológico Alvim, Município de Pirapozinho, SP. **Colloquium Humanarum**, v. 14, n. Especial, p. 07-14, Jul–Dez, 2017.

FACCIO, N. B.; DI BACO, H. M., LUZ, J. A. R.; ALVES, A. F. Estudo da cerâmica do sítio arqueológico Alvorada, da região do Rio Aguapeí, estado de São Paulo. **Revista Museu Arq. Etn.**, São Paulo, n. 21, p. 275-292, 2011b.

FACCIO, N. B.; SOUZA, M. de L.; MELO, L. J. de. **Guia para Análise e Classificação do Material Cerâmico**. Laboratório de Arqueologia Guarani. UNESP, Presidente Prudente, 1992b.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: Terras (re) tomadas**, (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). Tese. (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. **Formação, espacialização e territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – Brasil**. Observatório Geográfico de América Latina, 1997. Disponível em:
<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/272.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2021.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2008. Disponível em
http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf. Acesso em 02/01/2013.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan./abr. 2011, p. 262-305.

FLEURY, L. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. **Pontal Verde: Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema**. n. 1, 2 ed. São Paulo: ITESP; Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2000a. (Coleção Cadernos ITESP, 2).

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. “JOSÉ GOMES DA SILVA”. **Terra e cidadãos: aspectos da ação e regularização no Estado de São Paulo**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: ITESP; Páginas & Letras, 2000b. (Cadernos do ITESP; 4).

FRANCO, J. L. de A.; SILVA, S. e S.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GALHARDO, D. A.; ZAGO, J. A. R. L.; FACCIO, N. B.; BREDARIOL, M. A. O ensino de geografia no contexto da educação patrimonial voltada à cidadania participativa. XIII ENANPEGE - A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. **Anais...** ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, setembro de 2019, p. 1-12.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC), 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5. reimpr. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A. C. Entrevista. In: GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G. Políticas Públicas e Processos de Emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, p. 537-549, set./dez. 2006.

GÓMEZ, J. R. M. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e o Projeto de Reforma Agrária do MST no Nordeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital X trabalho, da gestão territorial do Estado e do Controle Social do Capital**. 2002, 291 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia), apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá (PR).

GOUREVITCH, A. Y. O Tempo como Problema de História Cultural. In: **Estudos reunidos pela UNESCO**. Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1975.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).

GUEDES, V. L.; SOARES, N. C.; ANTONINI, Y. **Papel dos museus universitários no processo de tomada de consciência ambiental**. Disponível em: <http://www.proec.ufla.br/conex/ivconex/arquivos/trabalhos/a89.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

GRUNBERG, E. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Coleção Biblioteca Vórtice, Sociologia e Política, nº. 21. São Paulo (SP): Edições Vórtice - Editora Revista dos Tribunais. 1990.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HENNING, J. Resenha: Cartografia Sentimental de Suely Rolnik. **Instrumento de Ver**, 02 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.instrumentodever.com/poeticas/5br2n7cghchwzt5dzf99hcwr93c7x7>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HESPAHOL, R. A. de M. **Produção Familiar: perspectivas de Análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro, 2000.

HOFFMANN, R. Agricultura familiar e consumo de alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES** [online], v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 08 nov. 2012.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUTTA, J. S. Geographies of *Geborgenheit*: beyond feelings of safety and the fear of crime. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 27, p. 251-273, 2009.

HUTTA, J. S. **Territórios afetivos**. Cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 63-89, junho, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. **Relatório final da pesquisa O “não público” dos museus**: levantamento estatístico sobre o “não-ir” a museus no Distrito Federal. Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal (CPIM). Departamento de Processos Museais (DEPMUS). Brasília: IBRAM, 2012. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/naopublico.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN.
Portaria nº 127, de 30/04/2009. Norma Federal - Publicado no DO em 05 maio 2009.
Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN.
Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN.
Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural. Material do Iphan e dá outras providências.

KASEKER, D. P. **Museu, território, desenvolvimento**: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). São Paulo/SP: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2014. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-09022015-115653/pt-br.php>>
Acesso em: 20 ago. 2017.

KESSEL, Z. **Memória e Memória Coletiva**. São Paulo: Museu da Pessoa, [200-?].
Disponível em:
<http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

KIEFER, F. **Arquitetura de Museus**. Porto Alegre: Revista ARQTEXTO, 2002.

KODJA, G. **Bordadeiras do Morro São Bento**: memória, trabalho e identidade. 2004. 139f. Dissertação. (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

KÖPTCKE, L. S. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. IN: **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 1, n. 1, jan. / jul. 2012, p. 209-235. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/6854>>. Acesso em 30 jan. 2018.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1981. 256f. Tese (Livre-Docência em Geografia Regional). Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

LINDÓN, A. Corporalidades, emociones y espacialidades. Hacia un renovado betweenness. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, n. 11, v. 33, dez. 2012, pp. 698–723.

Disponível em: <<http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/AliciaLindonDos.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

LOPES, B.; AMARAL, J. N. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LUZ, L. M. da.; MARCAL, M. S. A Perspectiva Geográfica do Antropoceno. **Revista de Geografia**, Recife, v. 33, n. 2, p. 143-160, 2016.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAPAS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco de Dados da Luta pela Terra e Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Dossiê Desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, Dez. 2001.

MARQUES, et. al. Requalificação de Barracão para Laboratório Agroecológico: estudo preliminar para o Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema (CRAPP). VII Simpósio de Reforma Agraria e Questões Rurais, Uniara. **Anais...**, 2016.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MEADOWS, D.; MEADOWS, D.; RANDERS, J. **Limites do Crescimento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELO FILHO, D. C. de. **Geografia e patrimônio**: a geopolítica dos países africanos de língua oficial portuguesa. Pesquisa desenvolvida no âmbito da 1ª Chamada Pública de Pesquisas do Centro Lucio Costa/CLC IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO. Rio de Janeiro, 2017.

MENDRAS, H. **Sociétés paysannes**. Paris, A. Colin, 1976.

MENESES, U. T. B. de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, SP, n. 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MENESES, U. T. B. de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 20, p. 33-36, 1984.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF, 2012. Disponível

em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

MERCIER, P. **História da Antropologia**. Lisboa (Portugal): Editorial Teorema. 1986.

MINISTÉRIO DA CULTURA / INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (MC/IBRAM). **Portaria nº 422**, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal -PNEM e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Vale-Cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/valecultura>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar. Primeiros Resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MONTEIRO, L. M. Modelo “Top Down”: Uma Reflexão sobre a Implementação de Políticas Públicas e a Participação dos Gestores Governamentais. **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 3, p. 25-35, 2016.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORENO, M. C.; GUIMARÃES, RB . Proposta de vigilância em saúde participativa de base territorial em escolas de assentamento rural sob impacto da contaminação agroquímica no Pontal do Paranapanema - SP. In: RIBEIRO, E. A. W.; BECEYRO, C.; SANTOS, F. de O. (Org.). **Abordagens geográficas da vigilância, prevenção e promoção da saúde**. 1 ed. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2019, v. 1, p. 151-158.

MOUTINHO, M. C. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta para reflexão. Cadernos de Sociomuseologia. **Actas do XII Atelier Internacional do MINOM**. Lisboa, v. 28, n. 28, 2007.

MOUTINHO, M. C. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta para reflexão. **Revista Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, Santa Catarina, dez. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2617>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

OLIVEIRA, A. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, E. M. de. **Educação ambiental, uma abordagem possível**. 2 ed. Brasília, DF: Ed. IBAMA, 2000.

OOSTERBEECK, L. Cidadania ou criação de públicos? **Patrimônio.Pt – para todos nós**, Opinião, 16 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.patrimonio.pt/single-post/2019/06/17/Cidadania-ou-cria%C3%A7%C3%A3o-de-p%C3%BAblicos>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ORIGUÉLA, C. F. **Paradigma e metodologias da questão agrária**: uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o pontal do Paranapanema-SP. Monografia (Bacharelado em Geografia) apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011, 98 folhas.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, J. L. de A.; SILVA, S. e S.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (orgs.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PEÑALBA, J. L. Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. **Arte, Individuo y Sociedad**. Universidad Complutense Madrid, España, v. 17, 2005, p. 177 - 206. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/aris/article/view/6656>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

POSSAS, H. C. G. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

PRIMO, J. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 15, pp.189-191, ULHT, 1999, Lisboa, Portugal.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O Solo, a Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP/DG, n. 2, 1983.

REIS, M. J. Patrimônio cultural e compromisso social da Arqueologia: em questão, direitos territoriais dos índios Kaingang. In: CASTELLS, A. N. G; SANTOS, J. L. da C. (orgs.). **Patrimônio Cultural e seus campos**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2014.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção Primeiros Passos, 292).

RODRIGUES, D. P. S. **“Pontecendo...” Ecomuseologia e musealização**: análise sobre a vila Esperança. Trabalho de Conclusão de Curso (Museologia- Bacharelado). Universidade Federal de Goiás Faculdade de Ciências Sociais, 2016.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**. Transformações Contemporâneas do Desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SABOURIN, E. **Camponeses no Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016.

SAMAIN, E. As Imagens Não São Bolas de Sinuca. In: **Como Pensam as Imagens**. Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2012b.

SAMAIN, E. **Como Pensam as Imagens**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP. 2012a.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade (ensaios)**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC), 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Coedição Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) & Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico Informacional. Coleção Geografia e Realidade, n. 25. 4 ed. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998.

SANTOS, S. S. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa Interunidades em Museologia, 2017.

SANTOS, R. M. F. M. **Espaços de Memória em Mação, construção socialmente participativa de perspectivas da cultura material**. Instituto Politécnico de Tomar. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal. Dissertação de Mestrado, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.utad.pt/handle/10348/228>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.18, n.4, Rio de Janeiro, p. 927-935, abr. 2013.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2012.

SILVEIRA, F. R. **A recriação capitalista do campesinato**: os camponeses na região de Presidente Prudente. Tese (Doutora em Geografia). FFLCH – Universidade de São Paulo, 1990.

SOARES, B. C. B. Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. **Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio**, ano 01, n. 02, ago./2006. p. 2-24.

SOUZA, G. P. O. de. **Educação Ambiental e o Acervo Educacional de Ciências Naturais da UNOESTE**: atendimento à Rede Municipal de Tempo Integral de Presidente Prudente (SP) e sua inserção no Programa Mais Educação. Presidente Prudente/SP: Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Dissertação de Mestrado, 2015. Disponível em: <http://apeclx.unoeste.br/tede/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1&id=465> Acesso em: 21 abr.2016.

SOUZA, G. P. O. de; SILVA, F. L. da; FACCIO, N. B. Sociedade, espaço e cultura na reflexão sobre o “não-público” relacionado a museus. In: Formação e Inclusão. Educação de Adultos e Experiências Para a Empregabilidade. **Atas da Conferência Internacional**. Universidade Aberta 2018.

SOUZA, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **O Pontal do Paranapanema e a transformação do latifúndio em áreas de assentamento rural**: o caso do Assentamento São Bento. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento. Anais... Nupedor e Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara, p. 1-19, 2010. Disponível em: < https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-05.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SUANO, M. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TER-STERPANIAN, G. Beginning of the Technogene. **Bulletin I.A.E.G.**, n. 38, p. 133-142. 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese (livre-docência). Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo: [s.n],2009.

THOMAZ JÚNIOR., A.; GUIMARÃES, R. B.; LEAL, A. C.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova** (Barcelona), v. XVI, p. 30, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A.; LEÃO, LHC; PIGNATI, W. A. **Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos**. Avesso do Trabalho IV, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

TOLENTINO, A. Políticas públicas: preservação do patrimônio brasileiro. In: **Formação de Mediadores de Educação para o patrimônio**, v. 9. Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste, Universidade Federal do Ceará, 2019.

TORRES, N. P. Paisagem cultural urbana e patrimônio: dispositivos de configuração política da cidade contemporânea. In: CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles; SANTOS, Jeana Laura da cunha (orgs.). **Patrimônio Cultural e seus campos**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2014.

TOYNBEE, A. **A humanidade e a mãe-terra**: uma história narrativa do mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALENTE, M. E. A. A educação em Ciências e os museus de Ciências. **Caderno do Museu da Vida**. O formal e o não formal na dimensão educativa do museu. Rio de Janeiro: Museu da Vida, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2002.

VARINE, H. de. **As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, H. de. A nova museologia: ficção ou realidade. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Museologia social.** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

VARINE, H. de. **Ecomusees et Communautés - Le Patrimoine Immateriel du Territoire et de la Communauté: cadre, inspiration et ressource du développement local (2009).** Destinatário: Graziella Praça Orosco de Souza, 11 jul. 2019. 1 mensagem eletrônica.

VARINE, H. de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM, Museologia Social**, ano 27, n. 41, 2014.

VERNADSKY, V. The transition from the Biosphere to the Noösphere. **21st Century.** Spring-Summer 2012.

VERNADSKY, V. The Biosphere and the Noösphere. **American Scientist.** v. 33, n. 1, Jan./1945.

VILADARGA, J. C. **São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640).** Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WALDMAN, M. **Dúvidas e Incertezas da Sustentabilidade.** O Imparcial, Edição de Sábado, 06-06-2015a, Opinião, página 3a.

WALDMAN, M.; COIMBRA, J. de Á. A. (coord.). **Meio ambiente & antropologia.** São Paulo: Ed. SENAC, 2006. (Série Meio Ambiente; 6).

WALDMAN, M.; MARQUES, T. A. (trad.). **Manifesto Eco Modernista.** Presidente Prudente (SP): jun/2015b. Disponível em: http://www.mw.pro.br/mw/eco_PDMW_Manifesto.pdf. Acesso em: 18 jun. 2015.

WICHERS, C. M. Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 7, jun., 2016. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5491>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória.** Assis: UNESP. FCLAs. CEDAP, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Tombo

Tombo

Materials arqueológicos:

Exemplo: **ECO.MA.01.C.TG-0001**

ECO.	MA.	01.	C.	TG-	0001
local	materiais arqueológicos	nº da vitrine	cerâmica	Tradição Tupiguarani (classificação)	nº de ordem no acervo
			PL	TA-S	
			pedra lascada	Tradição Aratu-Sapucai	
			PP	TI	
			pedra polida	Tradição Itararé	
			FA	TUR	
			fauna	Tradição Uru	
			FL	TA	
			flora	Tradição Aratu	
				TT/I	
				Tradição Taquara/Itararé	
				TUN	
				Tradição Una	

Materiais Etnográficos:

Exemplo: **ECO.ME.01.C.TG-0001**

ECO.	ME.	01.	C.	TG-	0001
local	materiais etnográficos	nº da vitrine	cerâmica	Tupiguarani (etnia)	nº de ordem no acervo
			CE	KAI	
			cestaria	Kaingang	
			M	KR	
			máscaras	Krenak	
			B	T	
			bonecas	Terena	
			E	KI	
			esculturas em madeira	Kinikinau	
				KAD	
				Kadiwéu	
				B	
				Bororo	

Materials Históricos:

ECO.MH.01.C.TG-0001

ECO.	MA.	01.	C.	TG-	0001
local	materiais históricos	nº de identificação da vitrine	cerâmica	Tradição Tupiguarani (classificação)	nº de ordem no acervo
			ME	TA-S	
			metal	Tradição Aratu-Sapucaí	
			V	TI	
			vidro	Tradição Itararé	
			TI	TUR	
			tijolos	Tradição Uru	
			TE	TA	
			telhas	Tradição Aratu	
			MA	TT/I	
			madeira	Tradição Taquara/Itararé	
				TUN	
				Tradição Una	
				C	
				Chinês (estilo/tipo)	
				P	
				Português	
				F	
				Francês	
				I	
				Italiano	

J

Japonês

JE

Jesuítica





Materials Inclusivos:

ECO.MI.01.C.TG-0001

ECO.	MI.	01.	C.	TG-	0001
local	materiais inclusivos	nº de identificação da vitrine	cerâmica	Tradição tupi- guarani (classificação)	nº de ordem no acervo
			PL	TA-S	
			pedra lascada	Tradição Aratu- Sapucai	
			PP	TI	
			pedra polida	Tradição Itararé	
			IP	TUR	
			instrumento de percussão	Tradição Uru	
				TA	
				Tradição Aratu	
				TT/I	
				Tradição Taquara/Itararé	
				TUN	
				Tradição Una	

Apêndice 2 – Fichas museográficas

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.PP.NI-0001	 
Número do IPHAN: SBT-1	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: Fragmento de lâmina de machado polida em basalto	
Classificação: arqueológico	
Categoria: machadinho	
Material: basalto	
Técnica: polimento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 8 x 5 x 2 cm	
Inscrições: não constam	 
Marcas: batidas	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405562/7513389	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: R\$ 5.000,00 – 06/02/2019 – Mercado Livre	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de lâmina de machado polida em basalto	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: SAMPEDRO, Sofia C. Marfil. Glosario de Tecnologia Prehistorica , 2014/2015. Disponível em: < https://pt.scribd.com/doc/265991528/GLOSARIO-TECNOLOGIA-LITICA >. Acesso em: 03 abr. 2019.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “HACHA: Instrumento de piedra maciza (pulimentada) o metal (cobre o bronze), con filo transversal en uno de los extremos y el otro susceptible de ser enmangado”. (SAMPEDRO, 2014/2015, p. 9).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica



Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0002	
Número do IPHAN: SBT-54	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: parede angular de vaso corrugado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 2	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 8 x 6 x 1 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corrugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom acinzentado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405561/7513395	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Parede angular de vaso com decoração corrugada na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica



Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0003	 
Número do IPHAN: SBT-48	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso cerâmico com engobo branco	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 3	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 7 x 5 x 2 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: engobo branco na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: branco	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405580/7513394	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Parede de vaso liso com engobo branco na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “(...) as tradições culturais a respeito do tipo de alimentação e da forma de consumo de certos alimentos exigem determinados conjuntos de formas de vasilhas, os quais são efetivamente produzidos e utilizados da maneira prescrita”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0004	
Número do IPHAN: SBT-53	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: borda e parede de vaso corrugado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 7 x 5 x 1,3 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corrugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405580/7513394	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Borda e parede e parede de vaso com decoração corrugada na face externa e lábio vermelho	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.

4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica


Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0005	
Número do IPHAN: SBT-47	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso corrugado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 5	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 5 x 7 x 1,9 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corrugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405580/7513394	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Fragmento de vaso com decoração corrugada na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica


Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0006	
Número do IPHAN: SBT-55	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso corrugado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 8 x 8 x 1,8 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corrugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22k405561/7513395	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Fragmento de vaso com decoração corrugada na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0007	
Número do IPHAN: SBT-13, SBT-14	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: conjunto de fragmentos de vaso corrugado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 2	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 2 x 3 x 0,5 cm; 2 x 4 x 0,3 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corrugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405558/7513343	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Conjunto de fragmentos de vaso com decoração corrugada na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	


Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.

4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0008	
Número do IPHAN: SBT-39, SBT-52	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: conjunto de fragmentos de vaso com engobo branco	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 4 x 6 x 1,6 cm, 3 x 3 x 2 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corrugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: bege	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405580/7513394	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Conjunto de fragmentos de vaso com engobo branco e decoração corrugada na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.

4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0009	
Número do IPHAN: SBT-43, SBT-44	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: conjunto de fragmentos de vaso corugado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 2,5 x 2 x 1,7 cm, 3,5 x 3,5 x 1,7 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: corugado na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: branco acinzentado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405580/7513394	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Conjunto de fragmentos de vaso com engobo branco e decoração corrugada na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.

4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

- “Corrugado, tem como expressão decorativa a dobra - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da cerâmica arrastada”. (LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).





Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0010	
Número do IPHAN: SBT-23	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: parede de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 10 x 10 x 1 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: trincos na face interna	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: branco acinzentado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405585/7513397	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Fragmento de parede de vaso liso com engobo branco na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 11/05/2020	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica



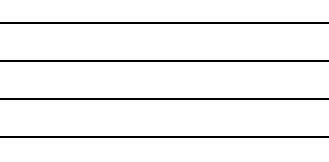
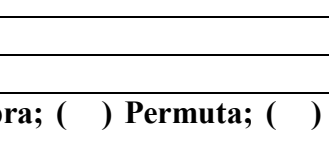
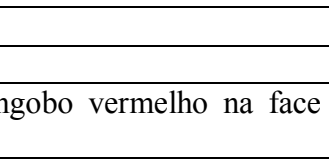
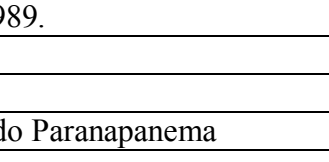
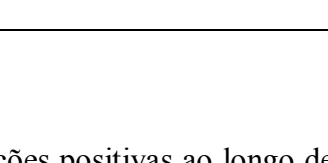
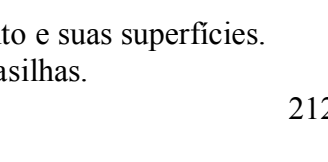

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0011		
Número do IPHAN: SBT-28		
Coleção: Materiais arqueológicos		
Nome da peça: parede de vaso liso		
Classificação: arqueológico		
Categoria: cerâmica		
Material: argila		
Técnica: acordelado – queima 4		
Data da fabricação: não determinada		
Dimensões: 7,5 x 6,5 x 1,5 cm		0 cm  4 cm 2 cm
Inscrições: não constam		
Marcas: engobo vermelho na face externa		
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani		
Usos: conter alimentos		
Cor: marrom avermelhado		
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento		
Origem: Mirante do Paranapanema, SP		
Coordenada geográfica: 22K405592/7513403		0 cm  4 cm 2 cm
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares		
Data da coleta: 18/12/2018		
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate		
Doador: Zelitro Luz da Silva		
Data da doação: 21/12/2018		
Valor/data/fonte: não mensurado		
Restauração: não consta		
Descrição do objeto: Fragmento de parede de vaso liso com engobo vermelho na face externa		
Dados biográficos: não constam		
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.		
Data da incorporação: 11/05/2020		
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza		
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema		
Histórico de realocação:		

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.

4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica


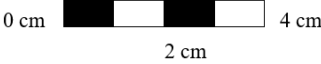

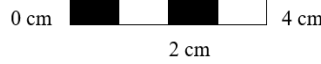
Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0012	
Número do IPHAN: SBT-24	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: parede de vaso liso com engobo vermelho na face externa	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 7,5 x 6,5 x 1,5 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: engobo vermelho na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405585/7513397	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: Fragmento de parede de vaso liso com engobo vermelho na face externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 11/05/2020	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.

4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).


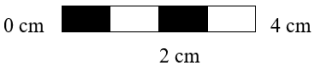

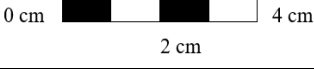
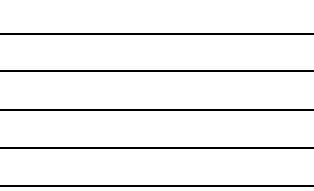
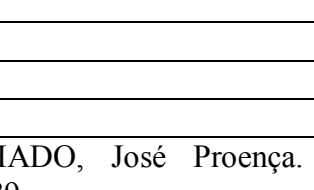
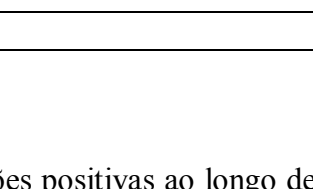
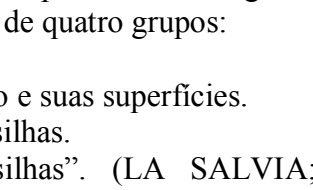

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0013	
Número do IPHAN: SBT-24	
Coleção: Materiais arqueológicos	  
Nome da peça: fragmento de vaso cerâmico liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 4	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 6 x 4 x 3 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: não constam	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22k405592/7513403	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de vaso cerâmico liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 11/05/2020	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).



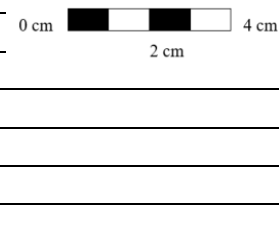
Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0014	
Número do IPHAN: SBT-18	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso cerâmico liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 5	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 5 x 3 x 1 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: não constam	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405584/7513399	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de vaso cerâmico liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. <i>Cerâmica Guarani</i> . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).


Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.01.CE.TTG-0015	
Número do IPHAN: SBT-30	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso cerâmico liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 1	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 4 x 3 x 1 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: não constam	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: marrom avermelhado	
Procedência: Sítio Arqueológico São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405592/7513403	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de vaso cerâmico liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani . 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.
 2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).


Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.PP.NI-0016	
Número do IPHAN: não consta	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de lasca pontiagudo contendo grãos de quartzo	
Classificação: arqueológico	
Categoria: lasca	
Material: quartzo associado a basalto	
Técnica: lascamento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 2 x 3 x 2 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: batidas	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: branco e marrom	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica:	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de lasca pontiagudo contendo grãos de quartzo	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “Material lítico sendo um fragmento de lasca pontiagudo, contendo pequenos grãos de quartzo, considerava-se que o quartzo era retirado de drusas existentes no basalto e que a ponta natural não retocada se prestava para o uso”. (CUNHA, 2018, p. 66)

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.PP.NI-0017	
Número do IPHAN: não consta	
Coleção: Reproduções	
Nome da peça: projétil confeccionado em impressora 3D	
Classificação: reprodução	
Categoria: projétil	
Material: plástico	
Técnica: impressão	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 3X4X0,5 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: desgaste	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: branca	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: não se aplica	
Coletor: não se aplica	
Data da coleta: não se aplica	
Forma de aquisição: (<input checked="" type="checkbox"/>) Doação; (<input type="checkbox"/>) Empréstimo; (<input type="checkbox"/>) Compra; (<input type="checkbox"/>) Permuta; (<input checked="" type="checkbox"/>) Fabricação própria; (<input type="checkbox"/>) Resgate	
Doador: não se aplica	
Data da doação: não se aplica	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: réplica de projétil destinada à Educação Patrimonial	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: MOON, Peter. Pontas de pedra lascada levantam questões sobre a pré-história brasileira. Agência Fapesp. 13 jan. 2016. PIVETTA, M. Pontas de um passado remoto. Projéteis de pedra do interior paulista de até 10 mil anos apresentam estilo diferente dos artefatos pré-históricos encontrados no sul. Rev. Pesquisa Fapesp. Ed. 194, abr., 2012.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto disponível para experiência tátil.
- Objeto substituível (reprodução).
- As réplicas objetivam gerar um significado de pertencimento do patrimônio cultural nacional. Por meio da confecção e manuseio das réplicas dos artefatos se desenvolve o lado lúdico, fazendo com que estes objetos musealizados recebam novos significados não somente para a área da Arqueologia, mas também para o novo contexto na ótica da museologia social (Souza, 2021).



Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.PP.NI-0018	
Número do IPHAN: não consta	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: lâmina de machado polida em basalto	
Classificação: arqueológico	
Categoria: machadinho	
Material: basalto	
Técnica: polimento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 4 x 7 x 2 cm.	
Inscrições: não constam	
Marcas: desgaste pelo uso	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica:	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: R\$ 5.000,00 – 06/02/2019 – Mercado Livre	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: lâmina de machado polida em basalto	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: SAMPEDRO	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “HACHA: Instrumento de piedra maciza (pulimentada) o metal (cobre o bronze), con filo transversal en uno de los extremos y el otro susceptible de ser enmangado”. (SAMPEDRO, 2014/2015, p. 9).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.PP.NI-0019	
Número do IPHAN: não consta	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: lâmina de machado polida em basalto	
Classificação: arqueológico	
Categoria: machadinho	
Material: basalto	
Técnica: polimento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 4 x 9 x 2,5 cm.	
Inscrições: não constam	
Marcas: desgaste pelo uso	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica:	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: R\$ 5.000,00 – 06/02/2019 – Mercado Livre	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: lâmina de machado polida em basalto	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: SAMPEDRO	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “HACHA: Instrumento de piedra maciza (pulimentada) o metal (cobre o bronze), con filo transversal en uno de los extremos y el otro susceptible de ser enmangado”. (SAMPEDRO, 2014/2015, p. 9).


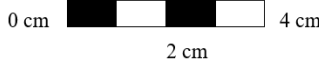
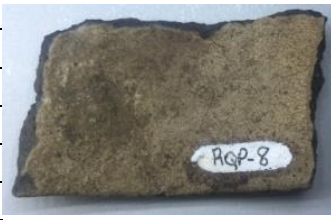
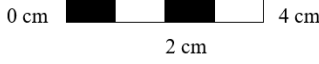
Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.PP.NI-0020	
Número do IPHAN: não consta	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: lâmina de machado polida em basalto	
Classificação: arqueológico	
Categoria: materiais arqueológicos	
Material: machadinha	
Técnica: polimento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 7,5 x 16 x 4,5 cm.	
Inscrições: não constam	
Marcas: degaste pelo uso; sulco para amarração na extremidade oposta à lâmina	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: marrom	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica:	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: R\$ 5.000,00 – 06/02/2019 – Mercado Livre	
Restauração: não constam	
Descrição do objeto: lâmina de machado polida em basalto	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: SAMPEDRO	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “HACHA: Instrumento de piedra maciza (pulimentada) o metal (cobre o bronze), con filo transversal en uno de los extremos y el otro susceptible de ser enmangado”. (SAMPEDRO, 2014/2015, p. 9).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0021	
Número do IPHAN: RqP-8	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: borda de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 3	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 2,5 x 4 x 0,5 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: não constam	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: borda de vaso liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

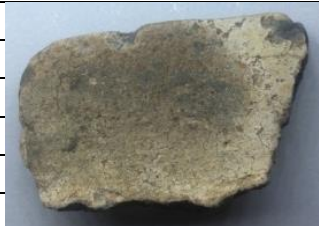
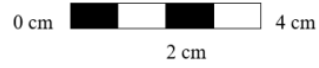

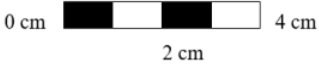
Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0022	
Número do IPHAN: RqP-5	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 3	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 4 x 3,5 x 0,5 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: não constam	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: parede de vaso liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0023	
Número do IPHAN: RqP 6	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: borda de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 3	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 4,5 x 3,5 x 0,7 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: desgaste	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: borda de vaso liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica




Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0024	
Número do IPHAN: RqP 10	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: borda angular de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	0 cm  4 cm
Técnica: acordelado – queima 2	2 cm
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 5,5 x 3 x 1 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: engobo vermelho na face externa	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	0 cm  4 cm
Usos: conter alimentos	2 cm
Cor: cinza na face interna, vermelho na face externa	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: borda angular de vaso liso com engobo vermelho	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)
 - “A pintura não é uma simples manifestação de vontades, mas algo que está ligado ao processo de origem do grupo” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 95).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica



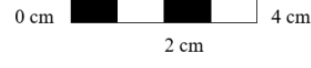
Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0025	
Número do IPHAN: RqP-9	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso liso	
Classificação: arqueológico	0 cm  4 cm 2 cm
Categoria: cerâmica	
Material: materiais arqueológicos	0 cm  4 cm 2 cm
Técnica: acordelado – queima 2	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 6,5 x 4,5 x 1,3 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: desgaste	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: cinza na face interna e vermelho na face externa	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: parede de vaso liso com engobo vermelho	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)
 - “A pintura não é uma simples manifestação de vontades, mas algo que está ligado ao processo de origem do grupo” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 95).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica



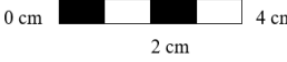
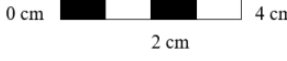
Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0026	
Número do IPHAN: RqP 23	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 3	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 9,5 x 5 x 1,5 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: não constam	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: parede de vaso liso	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica





Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0027	
Número do IPHAN: RqP 4	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	
Material: argila	
Técnica: acordelado – queima 1	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 8,5 x 6 x 1 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: desgaste; barbotina na face interna	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	
Usos: conter alimentos	
Cor: cinza na face externa, vermelho na face interna	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: <input checked="" type="checkbox"/> Doação; <input type="checkbox"/> Empréstimo; <input type="checkbox"/> Compra; <input type="checkbox"/> Permuta; <input type="checkbox"/> Fabricação própria; <input type="checkbox"/> Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: parede de vaso liso com barbotina na face interna	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)
 - “A pintura não é uma simples manifestação de vontades, mas algo que está ligado ao processo de origem do grupo” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 95).
 - “Barbotina: é um revestimento superficial de argila mais refinada, aplicado à cerâmica da queima”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 17).

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema
Ficha Museográfica

Número de registro: ECO.MA.02.CE.TTG-0028	
Número do IPHAN: RqP 24	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: fragmento de vaso liso	
Classificação: arqueológico	
Categoria: cerâmica	0 cm  4 cm
Material: argila	2 cm
Técnica: acordelado – queima 3	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 13 x 7,5 x 1,5 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: barbotina na face interna	
Ocorrência: sítios arqueológicos Guarani	0 cm  4 cm
Usos: conter alimentos	2 cm
Cor: vermelho na face interna e externa	
Procedência: Sítio Arqueológico Roque Paulino	
Origem: Presidente Venceslau, SP	
Coordenada geográfica: ?	
Coletor: Roque Paulino e familiares	
Data da coleta: 2016	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Roque Paulino	
Data da doação: 2016	
Valor/data/fonte: não mensurado	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: parede de vaso liso com barbotina nas faces interna e externa	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: CUNHA, B.C. O patrimônio em áreas de assentamento do Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2018. LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Graziella Praça Orosco de Souza	
Exposições: Exposição de longa duração do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema	
Histórico de realocação:	

Observações:

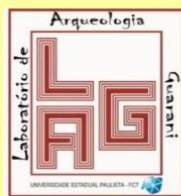
- Objeto não disponível para experiência tátil.
- Objeto insubstituível.
- “A descrição da cerâmica Guarani (...) é feita através de comparações positivas ao longo de muitas dimensões de variação. (...) As dimensões usadas estão dentro de quatro grupos:
 1. O material usado na fabricação das vasilhas.

2. As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento e suas superfícies.
 3. As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas.
 4. As categorias funcionais dos conjuntos de forma das vasilhas”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 6).
- “A produção da cerâmica Guarani é intrinsecamente vinculada a necessidades” (CUNHA, 2018, p. 56)
 - “A pintura não é uma simples manifestação de vontades, mas algo que está ligado ao processo de origem do grupo” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 95).
 - “Barbotina: é um revestimento superficial de argila mais refinada, aplicado à cerâmica da queima”. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 17).

MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL



Profa. Graziella Praça Orosco de Souza



Alguns dados...

- Sala de exposição, laboratórios de análises, reservas técnicas, sala de informática, sala de reuniões e setor técnico administrativo.
- Inaugurado em 2016; reinaugurado em 2019.
- Mais 100 sítios arqueológicos históricos e pré-históricos.
- Sítios arqueológicos: datados de 250 a 1.668 anos A. P.
- Materiais arqueológicos pré-históricos: cerâmicas, pedras lascadas e pedras polidas, (pontas de flecha, raspadores e furadores).

Sala de exposição "José Luiz de Moraes"





Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG)



CAÇADORES COLETORES

- Conhecimento e o aproveitamento de rochas para a confecção de utensílios e ferramentas para:
 - ✓ Trabalho em madeira (aplainamento; alisamento de galhos; confecção de abrigos temporários, arcos-flechas, canoas etc);
 - ✓ Preparo de alimentos animais e vegetais (corte de carnes e frutas);
 - ✓ Raspagem de peles e ossos de animais;
 - ✓ Abate de animais e corte de madeiras;
 - ✓ Perfuração de objetos.

- **Lítico lascado:** é todo o material rochoso com presença de negativos de lascamento intencional realizado pelo homem.

Núcleo



Lasca



Instrumento



A PEDRA POLIDA

- Vinculada a atividades agrícolas, advindas de novas necessidades.
- A aquisição de polimento da pedra foi gradativa. Essa técnica conviveu durante algum tempo com implementos líticos lascados.
- O uso do polido foi intensificado de forma concomitante à manipulação de argilas plásticas para a confecção da cerâmica.

USO DA PEDRA POLIDA

- Usados no trabalho da terra, moagem de grãos, corte de árvores.
- **Confecção:** abrasão e desgaste – uso de areia úmida.
- Quanto mais fina a areia mais fino o polimento.







Tembetás dos índios guaranis que ocuparam o Sítio Alvim, localizado no município de Pirapózinho/SP

GRUPOS CERAMISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- **Kaingang** – áreas de campo
- **Oti Xavante** – áreas de matas das serras
- **Guarani/Tupi** - densas matas do Paraná e Paranapanema, litoral
- **Kaiapó** – áreas de mata próximas aos Rios Pardo/Grande

Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo, São Paulo. Cerâmica
kaingang paulista (Krukrü) coletada por Baldus em
1947



Acervo do *Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo. Cerâmica kaingang paulista (pentky) coletada por *Baldus em 1947*



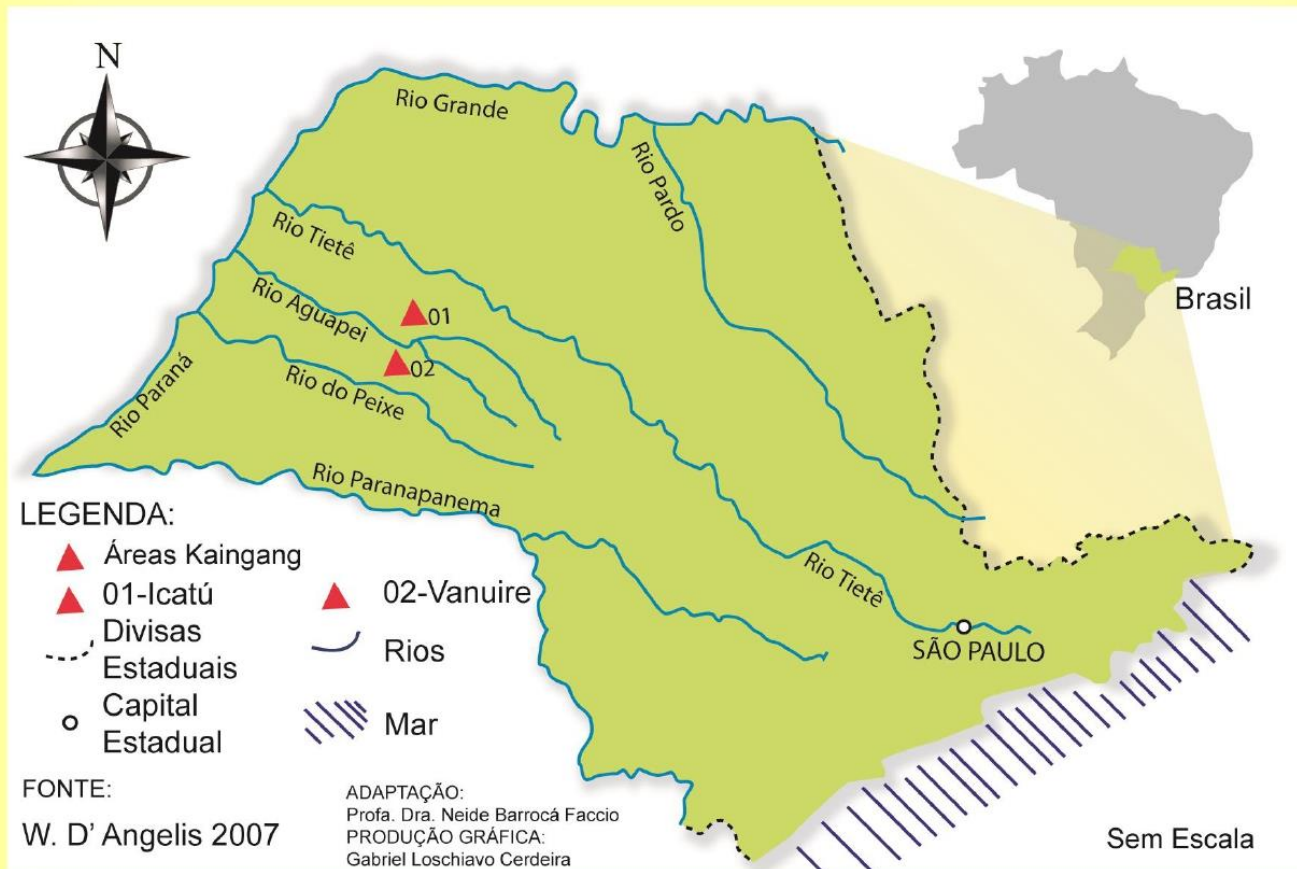
Forma da cerâmica (pentky) proveniente de sepultamentos em montículos de grupo kaingang, localizado em Guararapes, São Paulo



CERÂMICA KAINGANG



Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. Cerâmica kaingang paulista (Krukrü) coletada por Baldus em 1947.







TRADIÇÃO ARATU

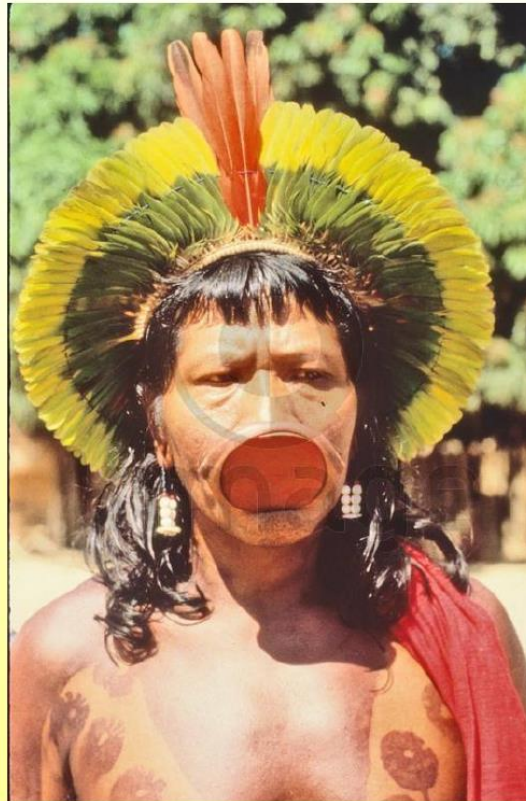
Povo Kaiapó

- Relacionados aos membros do tronco linguístico macro-Jê.
- Esta Tradição está presente na Região norte de São Paulo, sul de Minas, Goiás e Espírito Santo.
- As aldeias dessa tradição apresentam forma circular, oval ou em ferradura, sendo implantadas em meias encostas de áreas abertas na mata, raramente em área de cerrado.





Raoni Metuktire é um líder kayapó, e um dos índios mais conhecidos no mundo



Kaiapó



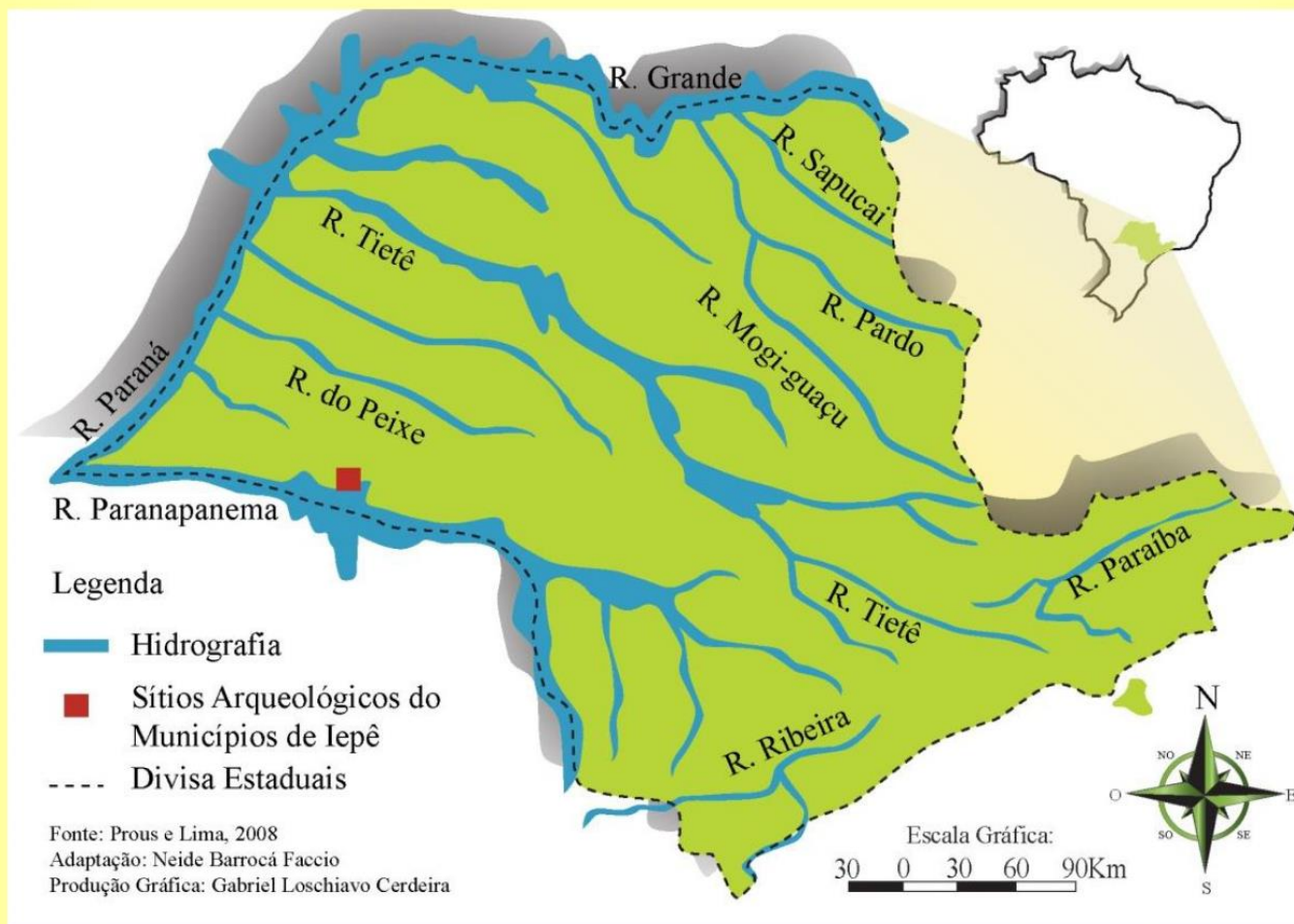
Kaiapó



TRADIÇÃO TUPIGUARANI

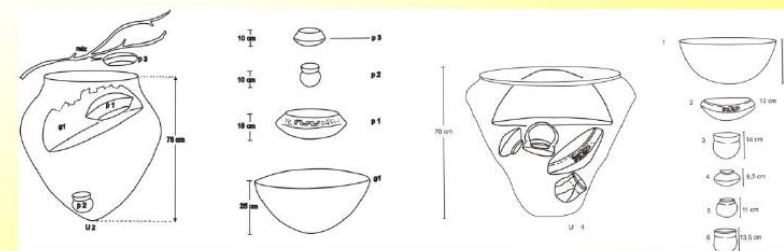
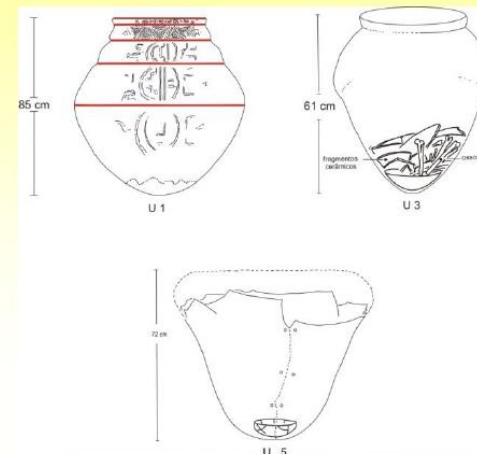
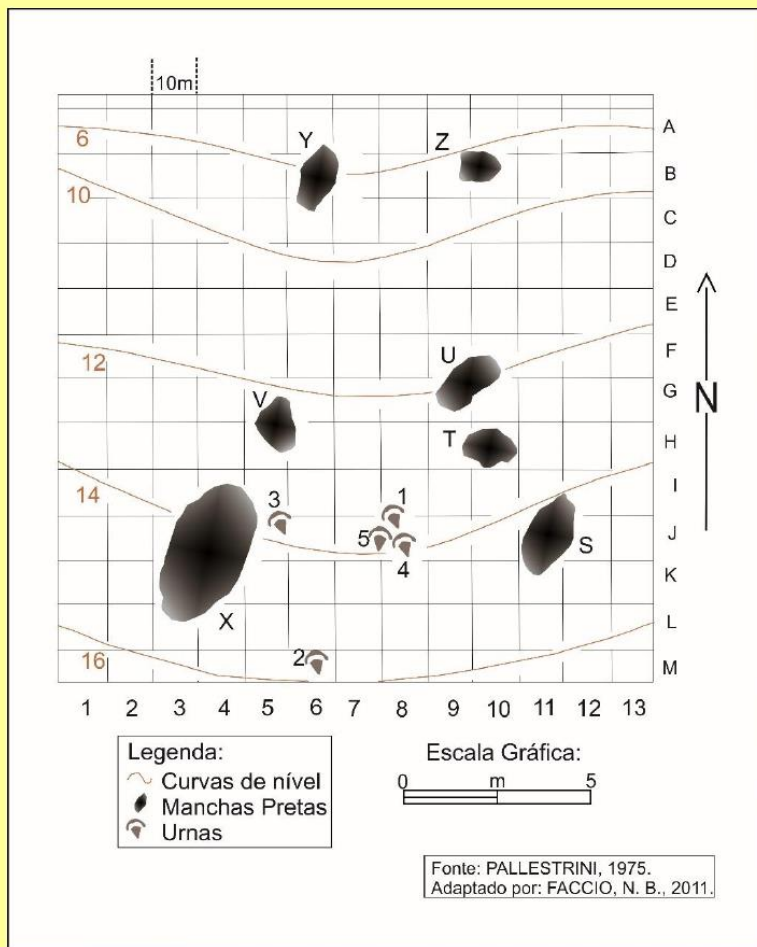
Povo Guarani

- Caracterizada pela presença de ocupações em áreas de mata próximas a cursos d'água.
- Apresenta cerâmica carenada e antiplástico caco moído.
- É característica desta tradição a pintura policrômica.



Sistema Regional de Ocupação Guarani

- Originários da Amazônia.
- Migraram por um longo período pelas calhas do Rio Paraná e de seus afluentes.
- Os sistemas regionais de agricultores foram desmantelados pelas várias frentes de invasão ibérica, a partir do século XVI.
- Cerâmicas finas e grossas.



Área do Sítio Arqueológico Alves. Piraju, SP.

Sítio Arqueológico Aguinha



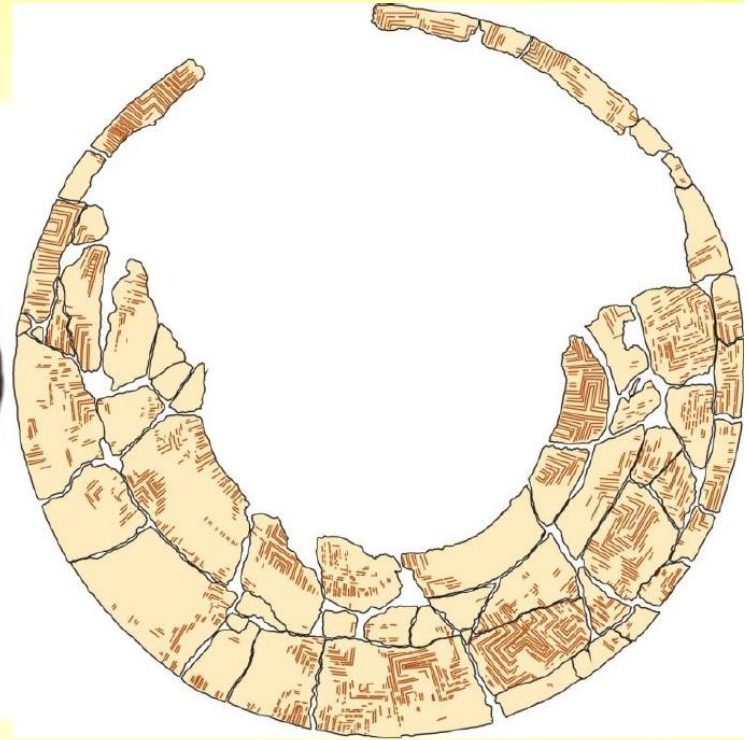


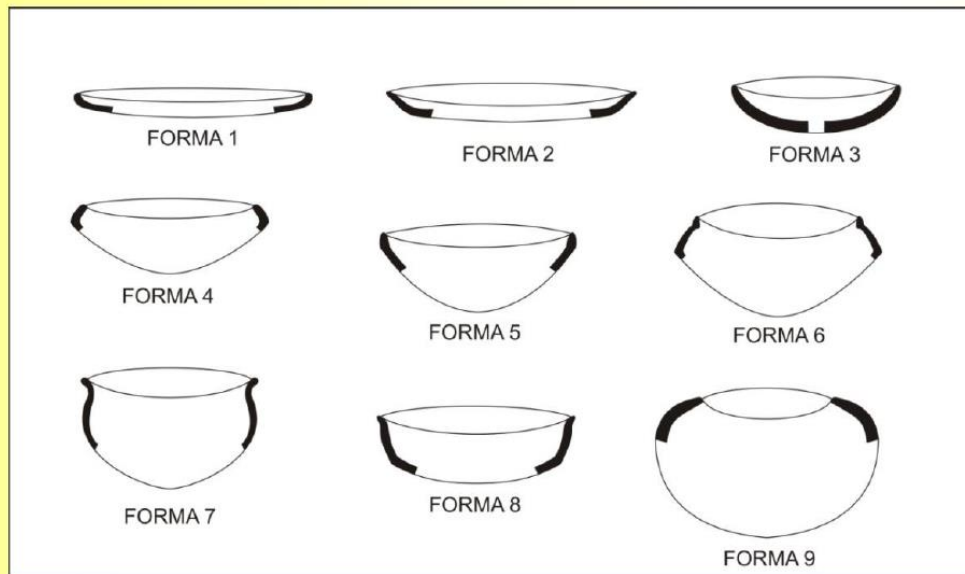


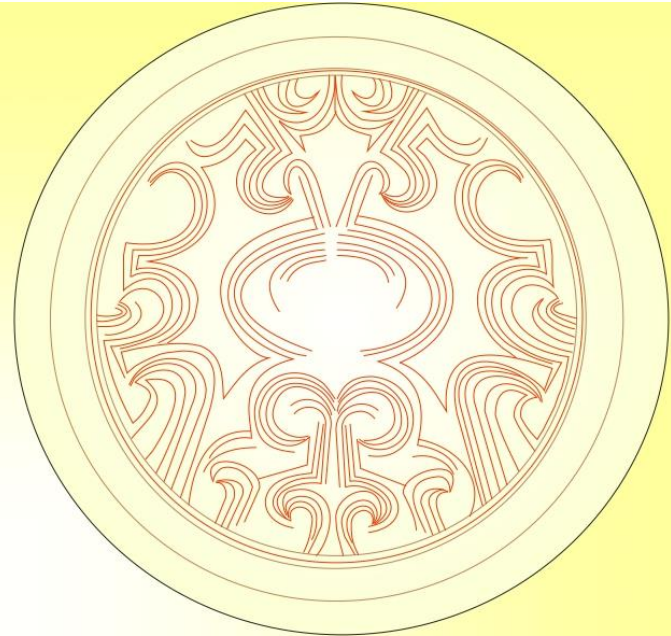
**Vista geral do Sítio Arqueológico Aguiha, com evidência de urna usada para enterramento primário e, ao lado, detalhe da urna em evidência.
Sítio Arqueológico Aguiha, Iepê/SP**

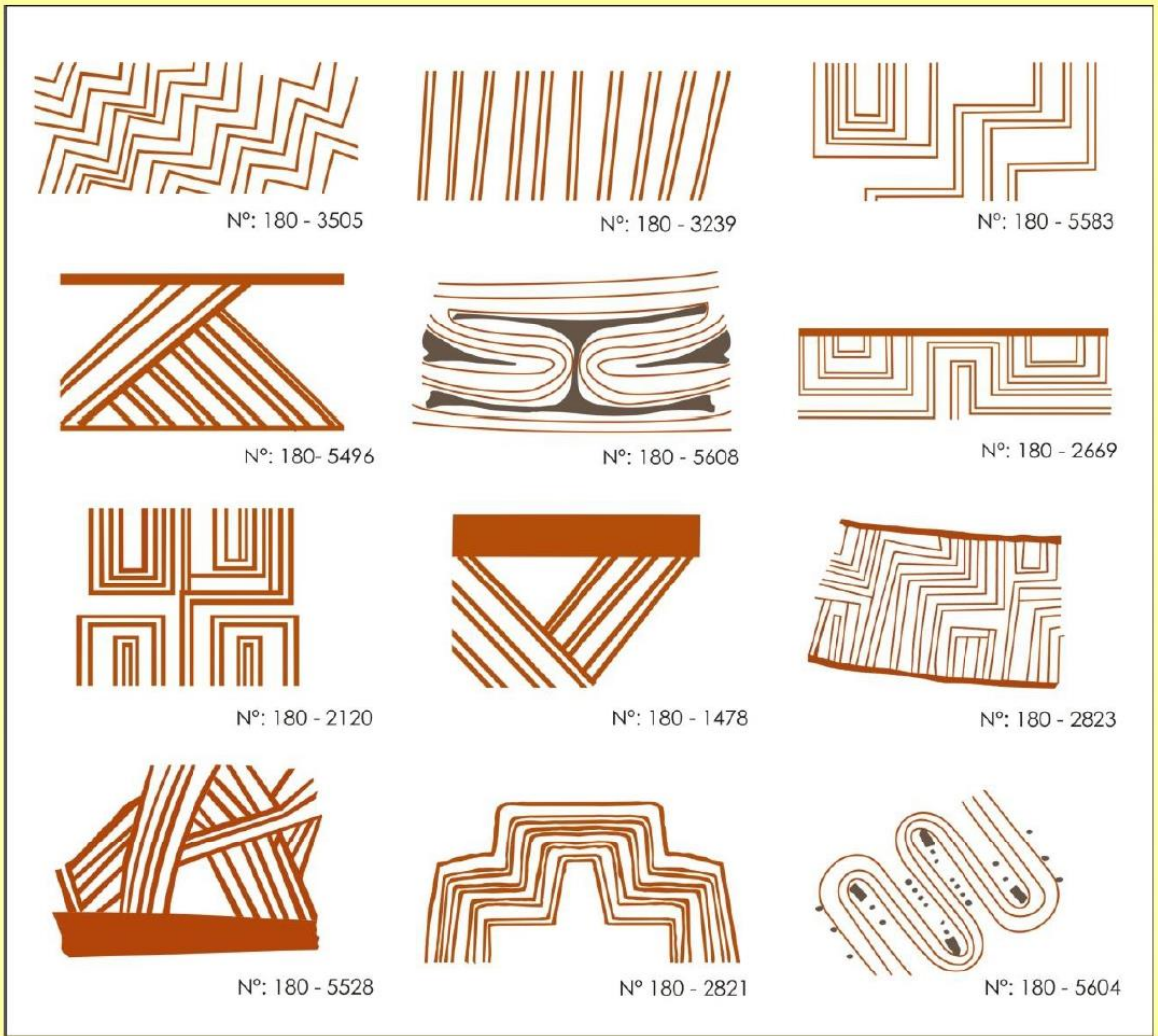












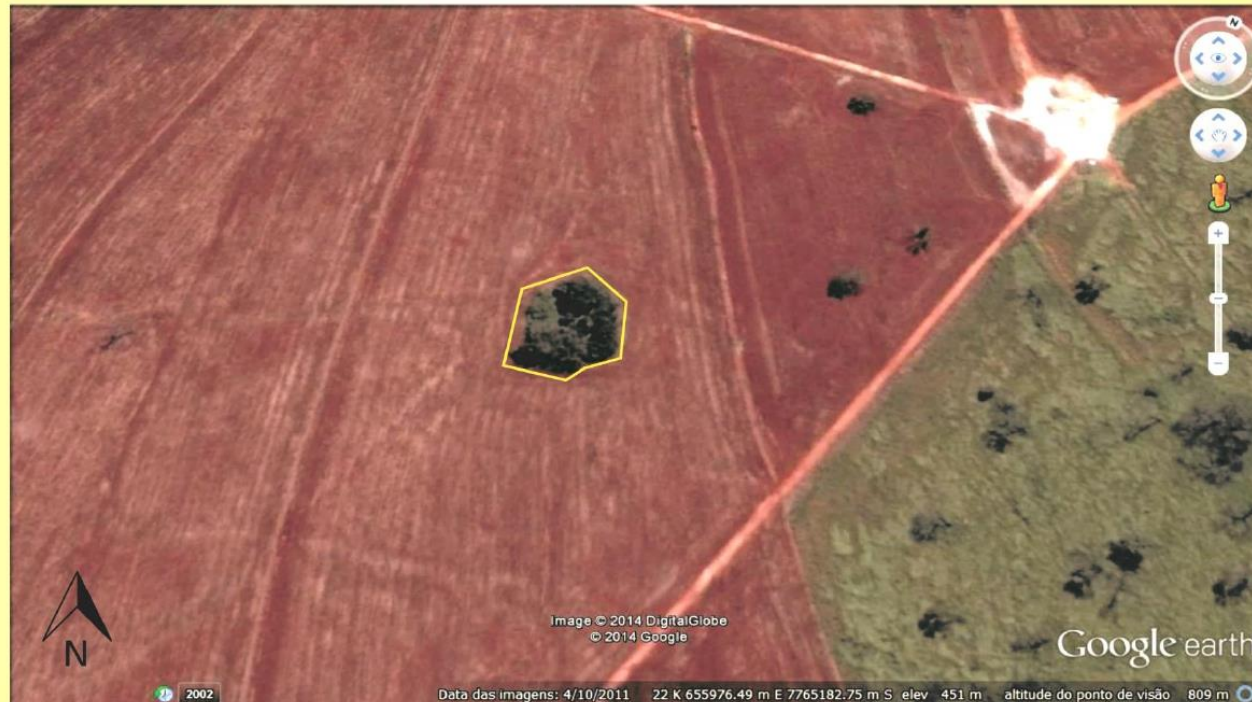


Guarani



Sítios Históricos

Sítio Santa Filomena (Jundiaí)



Legenda
Área do Sítio Santa Filomena

Escala gráfica aproximada
0 50 100 150 200m































Equipe LAG/MAR



Ações desenvolvidas

- evidenciação e registro de sítios arqueológicos no Estado de São Paulo;
- curadoria e estudo de materiais líticos e cerâmicos pré-históricos;
- estudos do patrimônio histórico (vestígios de edificações, louças, porcelanas, vidros e metais);
- restauro de vasilhas cerâmicas indígenas pré-históricas para apresentá-las à comunidade;
- trabalhos nas áreas de Licenciamento Ambiental, Gestão do Patrimônio Arqueológico;
- pesquisas e ações de diagnóstico interventivo, prospecção, resgate e monitoramento arqueológico para empreendimentos, principalmente em áreas de plantio de cana-de-açúcar, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, loteamentos, aterros sanitários e obras de saneamento básico.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE IEPÊ

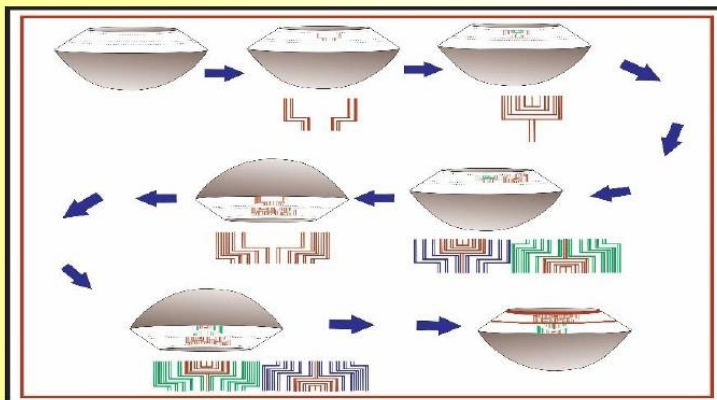




EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- Palestras;
- Produção de materiais didáticos;
- Oficinas de Educação Patrimonial;
- Capacitação de professores;
- Formação de profissionais de museu;
- Planos museológicos e apoio a educadores de museus;
- Exposições inclusivas.

OFICINA DE PINTURA GUARANI



OFICINA DE PINTURA GUARANI



OFICINA DE ARTE RUPESTRE



OFICINA DE MODELAGEM DE CERÂMICA

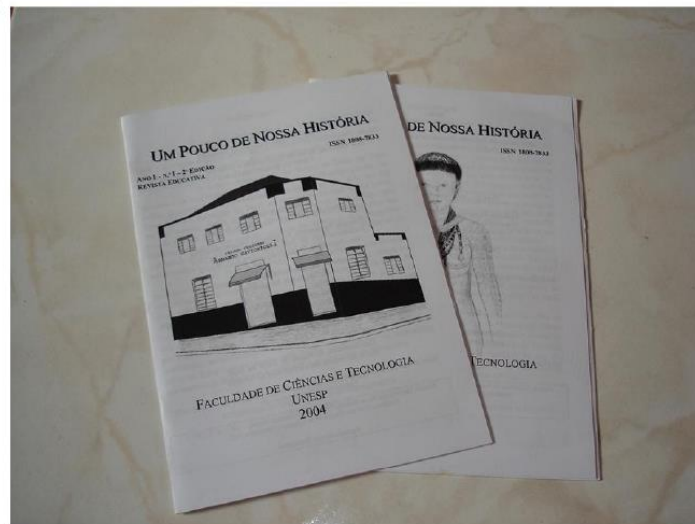


OFICINA DE LASCAMENTO



PUBLICAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

Editoração de Revistas em Quadrinhos



Exposições itinerantes



Visitas monitoradas a sítios arqueológicos



ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

- Tratada no âmbito da educação ambiental, pois trata de sítios arqueológicos históricos ou pré-históricos inseridos na paisagem de sistemas de ocupações regionais.
- Sistemas, esses, que guardam especificidades culturais e contatos culturais.

ARQUEOLOGIA DE CONTRATO

- 95% das pesquisas na área da arqueologia são de contrato.
- As **infrações** ou os **salvamentos** tem viabilizado a constituição de processos museológicos – contribuindo para o desenvolvimento sócio-cultural das regiões onde estão inseridos os empreendimentos.

Etapas do trabalho

O TRABALHO DE CAMPO

Objetivo: evidenciar de forma precisa os vestígios dentro de um contexto ambiental;

SEQUÊNCIAS OPERATÓRIAS DE UMA ESCAVAÇÃO

1. Análise do meio ambiente.
2. Delimitação da área do Sítio.
3. Delimitação da área a ser escavada.
 - 3.1 Delimitação de perfis e trincheiras.
 - 3.2. Áreas de decapagens.

(PALLESTRINI e MORAIS, 1982).

ETAPAS DO TRABALHO DE CAMPO

- Formulação da estratégia de investigação para resolver um problema ou constatar uma hipótese.
- Organização da equipe de especialistas.
- Diagnóstico (verificação de ocorrências em superfície, recolha de pouco material, verificação de perfis, informações orais etc).
- Prospecção (survey) – área com maior parte de material e entorno.
- O diário de campo (**PALLESTRINI e MORAIS, 1982**).

LEVANTAMENTO SUPERFICIAL

- O caminhamento precisa ser sistemático para não privilegiar – áreas mais densas:
 - rede de caminhamentos equidistantes;
 - preenchimento da ficha do IPHAN;
 - anotações do diário de campo;
- Caminhamentos assistemáticos resultam em resultados parciais e errôneos (**PALLESTRINI e MORAIS, 1982**).

PROSPECÇÃO EXTENSIVA E INTENSIVA

- preenchimento da ficha do IPHAN.
- escavações de sondagens.
- anotações do diário de campo.

LEVANTAMENTO POR FOTOGRAFIA AÉREA

- Conforme se manipula a fotografia aérea pode-se ter foto de maior ou menor interesse;
- A prospecção aérea identifica áreas de construções, porque são mais quentes;
- Fotos de satélite tem escalas grandes e em alguns casos não podem ser utilizadas em trabalhos prospectivos **(PALLESTRINI e MORAIS, 1982)**.

DISTRIBUIÇÃO DAS ESTRUTURAS

- O primeiro passo é a localização da distribuição das estruturas.
- A fotografia aérea é um ótimo instrumento para a identificação de sistemas regionais de sítios arqueológicos.
- Nas áreas de cultivo, os locais de fundos de cabanas - as plantas possuem altura maior.
- Quando o plantio está sobre muros em solos secos, a cultura apresenta desenvolvimento atrofiado (escassez de água e maior calor).

LABORATÓRIO

- Materiais de campo – análise e interpretação levando-se em conta a hipótese original.
- É uma atividade especializada que exige escolha de uma metodologia, planejamento e realização cuidadosa.
- A limpeza exige experiência (**PALLESTRINI e MORAIS, 1982**).

DATAÇÃO

★ Datação Relativa (por depósitos estratigráficos sem alterações naturais, ordenação tipológica)

- No Velho Mundo estabeleceu-se uma cronologia baseada na estratigráfica:
 1. Pedra
 2. Bronze
 3. Ferro

Obs.: A datação relativa permite apenas dizer se um objeto é mais antigo do que o outro.

★ Datação Absoluta

Diagnóstico Arqueológico

- Relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo;
- Análise das plantas do empreendimento;
- Análise do meio físico-biótico do entorno de ambientação, condições originais;
- Vistoria *in situ*: presença ou não de vestígios;
- Levantamento da história oral;
- Execução da documentação gráfica e fotográfica;
- Análise conclusiva e emissão de relatório ao IPHAN.

Prospecção e ou Monitoramento

- Intervenções de sub-superfície no solo da área a ser impactada pela realização de empreendimentos.
- Interpretação de fotos aéreas e de cartas geológicas com o propósito de cartografar geoindicadores arqueológicos.
- Prospecção de campo, cortes de verificação do perfil do solo.

Escavação/Resgate do patrimônio arqueológico

- Escavação e georreferenciamento preciso dos vestígios arqueológicos.
- Inventário, análise e guarda de materiais arqueológicos.
- Ações educativas – Educação Patrimonial – divulgação do conhecimento científico, publicação dos resultados da escavação.

Musealização e expografia

concepção museológica:

- universo temático e conceitual da exposição (preocupação com o visitante).
- concepção espacial (a arquitetura da exposição).
- concepção da forma (os recursos expográficos).

concepção expográfica:

- *design* da exposição.
- elaboração do plano museológico da exposição (documentação produzida pela exposição: planta arquitetônica, orçamentos, cronogramas, entre outros).
- montagem da exposição em quatro fases de execução: pré-montagem, plano técnico, fabricação e instalação.

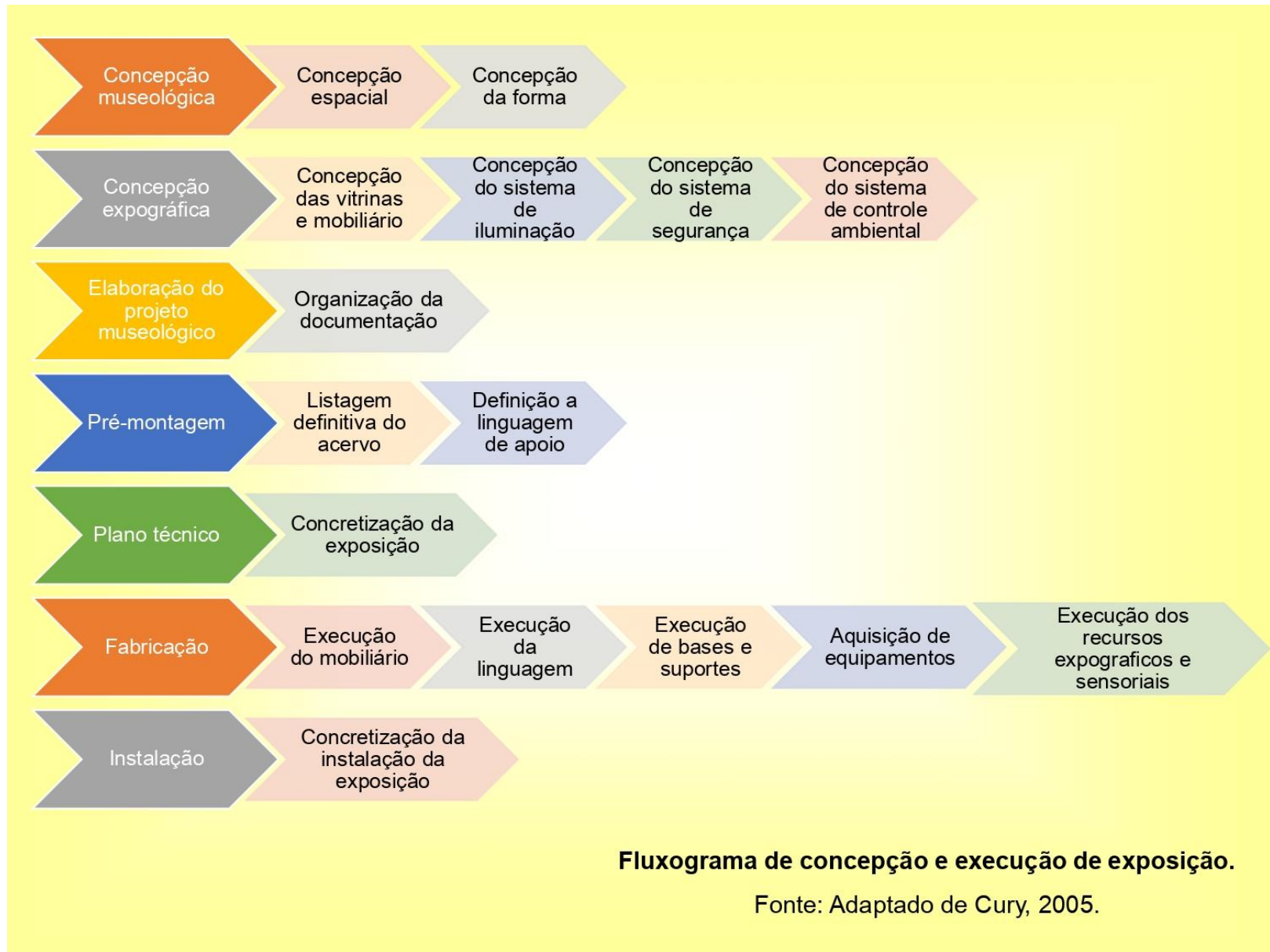
Musealização e expografia

concepção museológica:

- universo temático e conceitual da exposição (preocupação com o visitante).
- concepção espacial (a arquitetura da exposição).
- concepção da forma (os recursos expográficos).

concepção expográfica:

- *design* da exposição.
- elaboração do plano museológico da exposição (documentação produzida pela exposição: planta arquitetônica, orçamentos, cronogramas, entre outros).
- montagem da exposição em quatro fases de execução: pré-montagem, plano técnico, fabricação e instalação.



Obrigada

Profa. Graziella Praça Orosco de Souza

Doutoranda em Geografia

Pesquisadora do Grupo de Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial - GADIS

Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Regional e Estudos da Paisagem - LAG

Historiadora do Museu de Arqueologia Regional - MAR

Membro do corpo editorial da Revista Formação Online

Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, SP,
Brasil

Contatos:

E-mails: grazaorosco@gmail.com; grazaorosco@yahoo.com.br

WhatsApp: (+55018) 98811-0760

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema

Graziella Praça Orosco de Souza



1 Apresentação da pesquisa

- **A pesquisa de doutorado objetiva refletir sobre a contribuição da instituição museológica para a gestão ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial com vistas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, buscando avaliar a importância da propositura de ações que favoreçam o debate em relação à questão ambiental. Busca, ainda, refletir sobre a abordagem da instituição museológica como facilitadora da integrada em relação ao meio ambiente, e como as ações desenvolvidas pelo museu podem colaborar para o trabalho em Educação Ambiental e Patrimonial, favorecendo o entendimento dos visitantes em relação ao seu lugar e responsabilidade para com a natureza e com o patrimônio cultural nela inserido, como é o caso dos sítios arqueológicos, bem como o seu entendimento em relação à preservação ambiental e ao necessário desenvolvimento sustentável.**

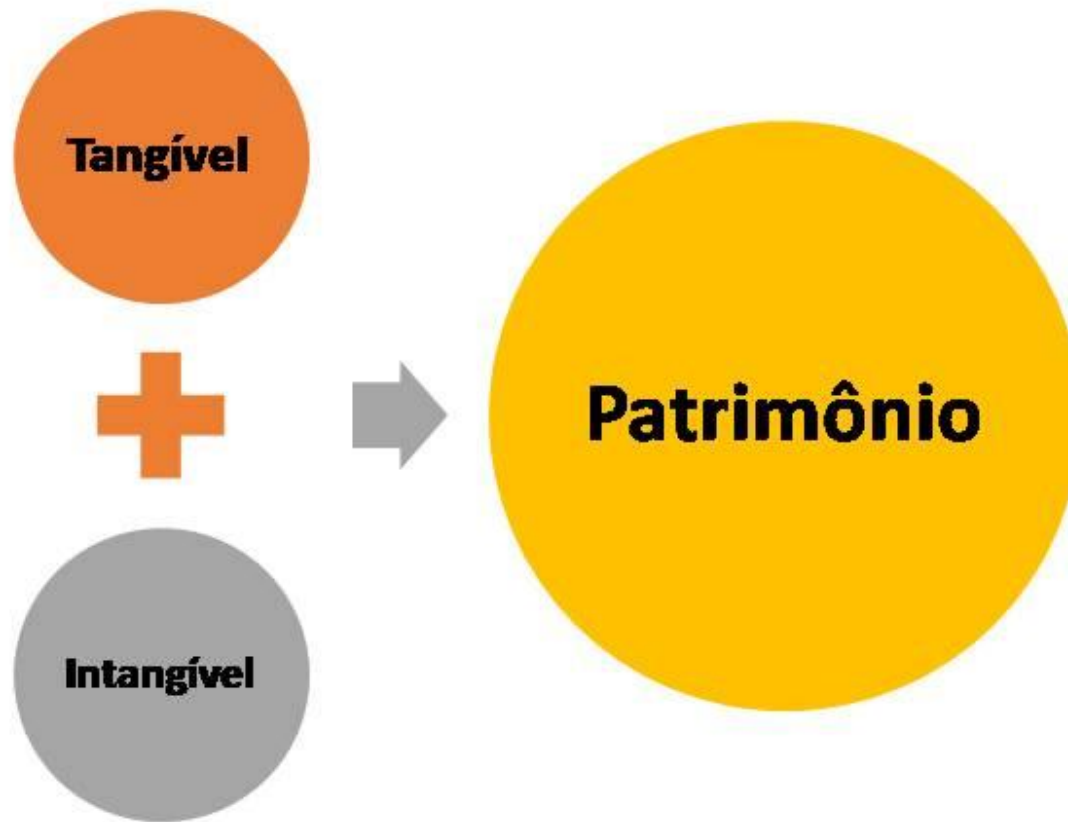
Conceitos abordados

- **Território:** “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (Haesbaert, 2010, p. 78).

O território é pensado tendo por base as relações de poder, onde cada grupo pode “territorializar-se” por meio de processos políticos, econômicos ou culturais.

Todo território compõe-se de dois recursos: os recursos humanos e os recursos patrimoniados (Varine, 2009).



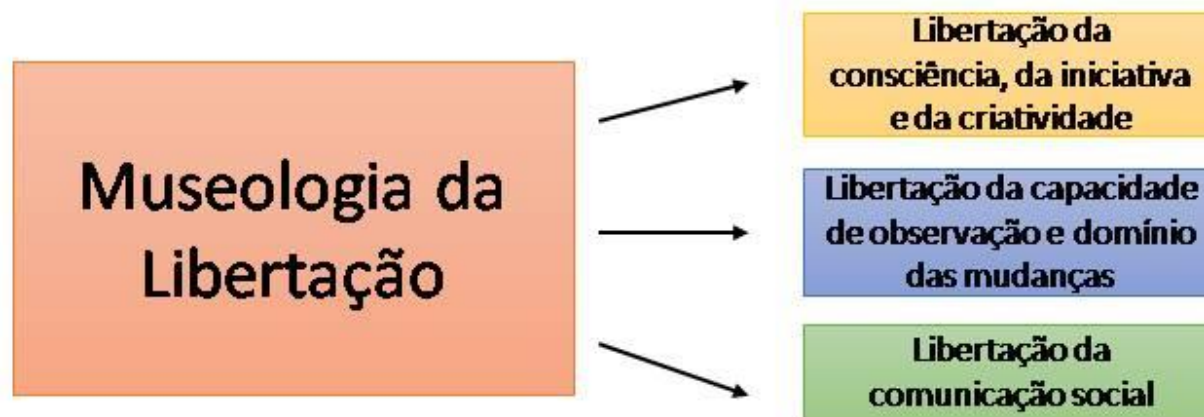


- **Patrimônio tangível:** bens, objetos, monumentos.
- **Patrimônio intangível:** crenças, longa memória, memória contemporânea, habilidades e conhecimento de uso, parentesco (relações com vizinhos), práticas da vida cotidiana herdada ou novas, idiomas(modos de falar), capital social (relações em associações).

O patrimônio natural ou cultural, em suas diferentes formas, são recursos disponíveis para o desenvolvimento de qualquer território (Varine, 2009).

Museologia da Libertação

Figura 1: Objetivos principais da Museologia da Libertação



Fonte: Organizado a partir de VARINE, 2000.

Hipóteses levantadas

As hipóteses levantadas por esta pesquisa são:

- **ações de Educação Ambiental e Patrimonial podem reforçar as medidas de proteção e gestão ambiental na tentativa de maior valorização dos aspectos da natureza.**
- **os espaços museográficos instalados próximos às comunidades colaboram para uma maior consciência de preservação da história, cultura e patrimônio locais.**
- **o ecomuseu constitui-se de território de resistência da cultura camponesa.**

2 A proposta de constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP.

- **Ecomuseu:** volta-se às questões territoriais. Caracteriza-se por ser um museu comunitário que contribui com o desenvolvimento sustentável das sociedades (KASEKER, 2014).
- **Museu de território:** museu comunitário que abrange um determinado território (KASEKER, 2014).

2 A proposta de constituição do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP.

- **Espaços de memória:** “lugares onde se revive o passado através de testemunhos orais acompanhados por objetos e instrumentos de trabalho, produção artística e cultural, ou de documentos, contribuindo assim para a consolidação da identidade da população desta região” (SANTOS, 2008, p. 3).
- **Ecomuseus, museus de território e espaços de memória** descentralizados nas cidades e na área rural contribuem para o acesso ao patrimônio histórico e cultural das pessoas e ao sentimento de pertencimento.

- A ideia do ecomuseu surgiu do interesse em preservar o patrimônio e a sua própria história de luta pela terra.



Fonte: Autores, 2019.



Fonte: Brasil de Fato, 2019.

- A região apresenta a presença de:
 - Dois sítios arqueológicos Guarani;
 - Marcas da luta pela terra anterior ao processo de reforma agrária;
 - Sistemas Agroflorestais (SAFs) que incentivam a preservação ambiental.



Fonte: Autores, 2019.

13

- **Local de instalação do Ecomuseu: Centro de Referência em Agroecologia (CRAPP), localizado na sede da Fazenda São Bento, no centro do assentamento.**
- **A sede da Fazenda São Bento possui 20 hectares de área comunitária. A sala destinada para exposição de longa duração do Ecomuseu tem 45m².**

Fotos de satélite do Assentamento São Bento e do Sítio Arqueológico



Fonte: <https://earth.google.com>, 2019.†



A – Local onde foram encontradas as peças arqueológicas. B – Rio Pirapozinho, provável local de captação de argila.†

Fonte: <https://earth.google.com>, 2019.†

3 A proposta de constituição da biblioteca comunitária

- **Biblioteca comunitária:** arquivos impressos para consulta sobre meio ambiente, reforma agrária, agroecologia, história do Pontal do Paranapanema, patrimônio, saberes locais.

- **Apoio dos pesquisadores da Unesp, campus de Presidente Prudente, SP:**
 - **ações de sensibilização;**
 - **curadoria, inventário e catalogação dos achados arqueológicos;**
 - **reconstituição da História do assentamento;**
 - **salvaguarda da documentação museológica;**
 - **ações formativas;**
 - **apoio à montagem do ecomuseu e da biblioteca comunitária.**

4 Metodologia

- ***Levantamento de aspectos históricos e culturais:*** com objetivo levantar a memória da ocupação do território e do assentamento São Bento por meio do relato dos moradores. Os relatos, juntamente com fotografias, recortes de jornal e demais documentos doados pela comunidade, irão compor os painéis da exposição de longa duração do ecomuseu.



- ***Curadoria das peças arqueológicas:*** no primeiro sítio arqueológico, foi realizado registro da paisagem e georreferenciamento das peças arqueológicas em mãos dos moradores. No segundo sítio, algumas peças foram coletadas pelos moradores e passam pelo trabalho de curadoria. Analisaram-se as seguintes categorias:

Classe: nessa categoria foi determinado o formato do fragmento, variando em borda e parede de vasilhas.

Antiplástico: esta categoria permitiu investigar a presença de misturas à pasta, tais como mineral, caco moído, e cariapé.

Espessura: foram tomadas as medidas de espessura de cada fragmento com o uso de paquímetro.

Tratamento de superfície (interno e externo): nessa categoria, foi analisada a presença de decoração plástica, pintada e/ou banhos (barbotina) nos fragmentos.

Formação de conjuntos: a partir da junção de fragmentos de um mesmo pote, tentou-se reconstituir graficamente a forma da vasilha.

- Curadoria das peças arqueológicas





Classe



Tratamento de superfície



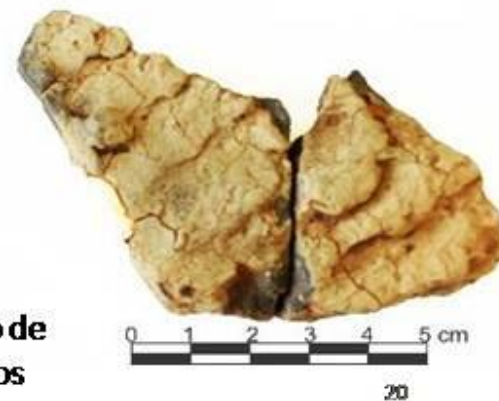
Antiplástico



Espessura



Formação de conjuntos



• **Musealização e expografia (Cury, 2005):**

concepção museológica:

- universo temático e conceitual da exposição – história do assentamento, luta pela terra.
- concepção espacial (a arquitetura da exposição).
- concepção da forma (os recursos expográficos).

concepção expográfica:

- *design* da exposição.
- elaboração do plano museológico da exposição (documentação produzida pela exposição: planta arquitetônica, orçamentos, cronogramas, entre outros).
- montagem da exposição em quatro fases de execução: pré-montagem, plano técnico, fabricação e instalação.

Musealização e Expografia: processo de concepção e montagem da exposição do ecomuseu com vistas a qualificar a socialização dos conteúdos e temas abordados.



- **Educação Ambiental e Patrimonial:** palestras e oficinas de pinturas em réplicas de cerâmica Guarani, confecção de potes de argila e de arte rupestre.



23


- **Capacitação de professores** da escola do assentamento São Bento e **formações** realizadas com membros da comunidade assentada, professores e estudantes, no intuito de instrumentalizar o assunto e introduzir o conhecimento ambiental e patrimonial;
- **Visitas monitoradas à exposição do ecomuseu** com vistas a promover a experiência e o contato direto com os bens patrimoniados, permitindo aos visitantes fazer as conexões das informações comunicadas pelo ecomuseu com seus cotidianos na vida no campo.

Obrigada!

Contatos:

Graziella Praça Orosco de Souza

E-mails: grazaorosco@gmail.com; grazaorosco@yahoo.com.br

Celular: (+55018) 98811-0760 

Apêndice 4 – Proposta para Biblioteca Comunitária do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema

Apresentação

A ideia de criação de uma biblioteca comunitária vinculada ao Ecomuseu de Mirante do Paranapanema surgiu de uma demanda dos moradores do assentamento São Bento em criar um espaço de debate sobre assuntos relacionados ao seu modo de vida. O objetivo central é permitir o acesso de maneira facilitada a conteúdos diversos, atrelados aos objetivos do Ecomuseu.

O hábito da leitura é algo que pode ser estimulado em diversos espaços. Geralmente, o primeiro contato das pessoas com o livro é na escola. Em regiões descentralizadas, onde há uma escassez de equipamentos culturais, como é o caso dos assentamentos rurais, a relação ainda é dificultada pelas distâncias. Por isso, a biblioteca comunitária do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema surge como forma de contribuir com a necessidade de promoção de espaços democráticos de conhecimento.

Neste sentido, conceber a biblioteca comunitária deve ser um ato coletivo. Só assim, surgirá o senso de pertencimento da comunidade. Uma vez que os livros e demais obras estejam ao alcance de todos, a biblioteca constitui-se em um espaço democrático, de promoção de ações integradoras de saberes, que se apresentam de maneira acolhedora e reflexiva.

A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias – RNBC conceitua bibliotecas comunitárias como:

espaços de incentivos à leitura que entrelaçam saberes da educação, cultura e sociedade que surgem por iniciativa das comunidades e são gerenciados por elas; ou, ainda, espaços que, embora não tenham sido iniciativas das próprias comunidades, se voltam para atendê-las e as incluem nos processos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação. O que caracteriza uma biblioteca comunitária é seu uso público e comunitário, tendo como princípio fundamental a participação de seu público nos processos de gestão compartilhada.

A biblioteca comunitária tem características muito peculiares, que a difere das bibliotecas mantidas pelo poder público. KIPPER e VERGUEIRO (2010) mencionam algumas delas: a maneira de constituição das bibliotecas, que são pensadas pela e não apenas para a comunidade, como resultado de uma ação cultural; a finalidade de minimizar a exclusão informacional em prol da igualdade e justiça social; a efetiva participação e forte

vínculo com a comunidade; a localização em regiões periféricas; o fato de não terem vinculação direta dos Municípios, Estados ou Federação.

A frequência à biblioteca comunitária pode ser garantida em detrimento de seus conteúdos e da forma como ela se relaciona com as pessoas da comunidade. Por isso, a mediação entre os agentes responsáveis pela biblioteca comunitária e as pessoas que a acessam precisa ser amigável, de forma a facilitar essa busca. É preciso pensar em um acervo que leve em conta a comunidade e onde ela se insere, verificando fenômenos culturais de particular expressão na região.

Constituição do acervo

Em uma das reuniões para fomento do Ecomuseu, Zelitro da Luz, morador e liderança política do assentamento São Bento, manifestou o interesse de que o Ecomuseu se tornasse um espaço de conhecimento e troca de experiências para os assentados. Sugeriu, então, a constituição de uma biblioteca comunitária vinculada ao ecomuseu, onde poderiam conter livros, trabalhos acadêmicos, revistas e demais documentos impressos disponíveis a quem quiser consultá-los. Neste momento, pensou-se que a biblioteca poderia ter um foco voltado às questões do campo, organizada por temáticas, e foram levantados assuntos relacionados à: meio ambiente, reforma agrária, agroecologia, História do Pontal do Paranapanema, História do Assentamento São Bento, patrimônio, saberes locais.

Assim, a composição do acervo da biblioteca comunitária do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema partiria de busca dos trabalhos realizados pela FCT-UNESP que tem como tema central o Assentamento São Bento, ou que dele tratam em algum momento da discussão. Para isso, o primeiro passo seria consulta ao banco de dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), que reúne pesquisas na área.

A ideia inicial seria manter um arquivo impresso destes trabalhos, e foi sugerido entrar em contato por e-mail com os autores para solicitar a doação de uma cópia impressa e encadernada de cada trabalho, compondo assim a sessão de trabalhos científicos da biblioteca. Também se pensou em pedir doações de livros para as bibliotecas de Presidente Prudente e de Mirante do Paranapanema, tanto as municipais quanto as de universidades e faculdades, o que poderia ser realizado com contato por e-mail. As Diretorias Regionais de Ensino também seriam contatadas para esta finalidade. Desta forma, com tais doações, seriam formados os acervos de livros mais voltados ao público adulto e infanto-juvenil.

A seleção das obras e organização do acervo contará com a participação de pesquisadores da Unesp. Para catalogação, registro e controle de empréstimos das obras, a biblioteca poderá utilizar de planilha simples do Microsoft Excel, de fácil manipulação e que pode ser alimentada diariamente, com o controle de empréstimos e devoluções, conforme modelo a seguir.

Figura 1 – Modelo de planilha para empréstimo de obras

ALUNO	EMAIL DE CONTATO	TELEFONE DE CONTATO	TÍTULO DA OBRA	DATA DO EMPRÉSTIMO	DATA DA DEVOLUÇÃO	DIAS
Manuela Torres	peessoa@exemplo.com	555-0100	Uma Casa na Pradaria	14/01/2019	21/01/2019	7
Carlos Lima	peessoa@exemplo.com	555-0101	A Menina e o Porquinho	15/02/2019	18/02/2019	3
Clara Barbosa	peessoa@exemplo.com	555-0102	A Cabine Mágica	17/02/2019	22/02/2019	5
Fabio Pena	peessoa@exemplo.com	555-0103	Mrs. Frisby e os Ratos de Nimh	17/02/2019	25/02/2019	8
Leila Gonçalves	peessoa@exemplo.com	555-0104	Matilda	18/02/2019	28/02/2019	10
Melissa Mello	peessoa@exemplo.com	555-0105	As Crônicas de Narnia	23/01/2019		173
Lara Cardoso	peessoa@exemplo.com	555-0106	A Bruxa do Lago	15/07/2019		0

Se a intenção for registrar entradas de novas obras ou baixas em caso de perdas, o Microsoft Access pode ser facilmente instalado em qualquer computador para a criação de um banco de dados, permitindo até a inclusão de uma imagem da capa. Há, também, diversos softwares gratuitos para download, como o BiblioteQ, GCBibliotecas, AutecBilbioteca, BiblioSys Remoto. A vantagem destes softwares é que eles permitem a inclusão de imagens, e organizam o acervo de diversas formas, como ano de publicação, data de incorporação, nome do autor, nome do doador, tipo de material, entre outros, permitindo a busca por vários temas.

Recomenda-se que as obras recebam número de registro (ou número tombo), de modo a facilitar sua busca no acervo, uma vez que a tendência é que ele aumente em quantidade com o tempo. O registro consiste de um código, que pode ser elaborado conforme tipo de material, assunto, ano de publicação. Não é comum que bibliotecas deste tipo apresentem números de registro muito elaborados, como os das bibliotecas municipais ou universitárias. Afinal, a finalidade é facilitar a busca para qualquer pessoa da comunidade, de modo a não gerar dependência com relação a especialistas.

A manutenção do acervo pode requerer, além de procedimentos habituais de limpeza e conservação, a restauração simples de algumas obras. Para isso, podem ser capacitadas pessoas da comunidade para esta finalidade.

Busca de recursos

A montagem da biblioteca comunitária exigirá mínima infraestrutura. A princípio, a mobília pode ser composta por:

- mesa com computador (para lançamentos do acervo);
- estante para armazenamento das primeiras obras;
- mesa com cadeiras para estudos em grupos;
- sofá, poltrona, puff...

Com o tempo, o espaço pode ir sendo modificado e melhorado, conforme as necessidades e vontades dos usuários.

Para a aquisição dos materiais necessários ao funcionamento e incremento do acervo, a busca por recursos torna-se necessária. Neste sentido, diversificar as fontes de recurso pode ser vantajoso. Uma vez que se trata de organizar uma biblioteca comunitária, vinculada a um ecomuseu em área de assentamento, algumas possibilidades foram pensadas e descritas a seguir.

Prêmios: algumas instituições premiam anualmente iniciativas como esta. O **Prêmio VIVA LEITURA**, por exemplo, tem por objetivo estimular e fomentar a leitura, seu papel na educação e reconhecer boas práticas de leitura. O **Prêmio IPL – Retratos da Leitura** objetiva valorizar, qualificar, mapear e difundir ações exitosas de fomento à leitura e de difusão e acesso ao livro, promovidas por organizações da sociedade civil (OSCs), mídias, empresas da cadeia produtiva do livro e bibliotecas públicas ou comunitárias.

Termo de colaboração e de fomento: convênios com as esferas do Governo, como Ministério do Meio Ambiente (projetos nas áreas de educação ambiental, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável), Ministério da Cultura (projetos culturais), Ministério do Turismo (fomento e promoção da produção associada ao turismo, qualificação e/ou certificação do segmento do turismo, promoção de eventos para divulgação do turismo, fomento ao desenvolvimento turístico local com inclusão social), Ministério do

Desenvolvimento Agrário (projetos de desenvolvimento territorial, organização produtiva da classe trabalhadora rural, apoio ao desenvolvimento sustentável).

Patrocínio: várias empresas têm interesse em patrocinar projetos comunitários em razão de associar a sua marca ou receber incentivos fiscais. Dentre os maiores patrocinadores no Brasil de projetos culturais e sociais estão: Petrobrás, Correios, Votorantim, Vale, Caixa, Banco do Brasil, BNDES, Boticário, Alcoa, Cielo, Volkswagen, Nestlé, Oi.

Financiamento coletivo (crowdfunding): ocorre por meio de doações de cidadãos diretamente ao projeto, por meio de plataforma na Internet. Basta escolher uma plataforma, criar um vídeo e uma página contando a história do projeto, criar retribuições (brindes) para os apoiadores de acordo com o valor doado e divulgar o projeto nas redes sociais. Algumas plataformas disponíveis são: benfeitoria.com, cartase.me, alteridade.com, kickante.com.br, juntos.com.vc.

Em todas as formas de busca por recursos, há algumas vantagens e dificuldades, como sintetizado no Quadro a seguir:

Quadro 1 – Comparativo das fontes de recursos

Fonte	Vantagens	Desafios
Prêmios	Menos burocráticos, com prestação de conta simplificada e oportunidades para informais.	Concorrência; preparação do portfólio; necessidade de mostrar inovação.
Termo de colaboração e fomento	Valores mais altos e aumenta a credibilidade da instituição	Altíssima burocracia; prestações de conta complexas; não cumprimento de prazos por parte dos financiadores.
Patrocínio	Valores mais altos, possibilidade de dividir o projeto em cotas de patrocínio e aumenta a credibilidade da instituição.	Sensibilizar os patrocinadores; apresentar projeto atraente para a empresa patrocinadora; conseguir chegar em quem decide.
Financiamento coletivo	Processo online que facilita a busca de apoiadores e o recebimento; redes sociais ampliam a divulgação; projeto em vídeo simplificado.	Criar um vídeo emocionante; criar uma retribuição atraente; mobilizar a rede social.

Fonte: Adaptado de APOSTOLICO, 2019.

Etapas de execução

Para a biblioteca comunitária do Ecomuseu de Mirante do Paranapanema sair do âmbito das ideias, é preciso:

1 Conhecer o espaço disponível para o acervo;

- 2 Elaborar o layout da biblioteca;
- 3 Conversar com a comunidade para adequações do layout e confirmação dos temas para constituição do acervo;
- 4 Adequação do projeto e busca de parceiros, tanto para levantamento de recursos financeiros quanto para constituição do acervo;
- 5 Capacitação de pessoas da comunidade;
- 6 Divulgação.

Considerações finais

A constituição de uma biblioteca comunitária não é tarefa fácil. Requer empenho da comunidade, contribuição de especialistas, tempo e recursos financeiros para composição e organização do acervo, manutenção periódica, controle quase que diário de retiradas e devoluções. No entanto, o ganho para a comunidade traduz-se em acesso à informação, espaço para discussões, lugar de lazer, troca de experiências, comprometimento e empoderamento dos membros envolvidos no projeto. Em projetos como este, destaca-se o protagonismo dos jovens (MACHADO, 2008) que com sua forte presença, mesclam suas trajetórias individuais às históricas coletivas e fazem enaltecer sua cultura e forma de ocupar o território. Portanto, espera-se que a viabilização deste projeto possa trazer a comunidade do Assentamento São Bento novas experiências em formação intelectual e cultural.

Referências

- APOSTOLICO, L. **Manual de elaboração de projetos culturais e sociais**. Roda de Projetos, [2019].
- KIPPER, L. M.; VERGUEIRO, W. C. S. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. **CRB8 Digital**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9501>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS. **Quem somos?**, 2019. Disponível em: <<https://www.rnbc.org.br/p/conheca-rnbc.html>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Apêndice 5 – Material didático

***De Indiana Jones à Lara Croft: o que a Arqueologia tem
a ver com você?***



Graziella Praça Orosco de Souza

Maio 2021

Apresentação

Este material didático é resultado de anos de estudos em Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidos durante os cursos de *Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional* e de *Doutorado em Geografia*. O conteúdo prevê a introdução ao estudo da Arqueologia e o seu papel na produção do conhecimento na e sobre as sociedades humanas. Trata-se de uma compilação de diversos trabalhos estudados em cursos de capacitação e atividades preparados pela autora que, ao longo de sua formação acadêmica e do trabalho docente como professora universitária e da rede estadual paulista de ensino, elaborou, experienciou e reformulou atividades e ações que podem contribuir ao entendimento das questões ambientais e patrimoniais. Este material faz parte das ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas pela equipe de pesquisadores do Museu de Arqueologia Regional (MAR) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente. Foi elaborado pensando em apoiar educadores, estudantes e demais pessoas que se interessem pela preservação do meio ambiente e patrimônio cultural nacional.

Profa. Graziella Praça Orosco de Souza.

Objetivos: Compreender a importância da Arqueologia para o entendimento da sociedade contemporânea, estimulando o debate sobre o patrimônio histórico cultural e sua preservação.

Justificativa: O diversificado patrimônio cultural de uma sociedade constitui-se de importante instrumento de valorização da identidade nacional. Conhecê-lo desperta o sentimento de pertencimento e valorização da História e cultura nacionais. O patrimônio arqueológico brasileiro é um misto de vestígios da cultura material dos povos originários e dos diferentes colonizadores europeus. Compreender esta relação favorece os processos de valorização da cultura e preservação do patrimônio material e imaterial, despertando o interesse e modificando o olhar do estudante sobre ele.

Áreas do conhecimento envolvidas: Geografia, História, Artes, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Eixo temático: Investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural.

Conteúdos

1. O que é Arqueologia?

1.1. *O trabalho dos arqueólogos.*

1.2. *Vestígios.*

1.3. *Sítio arqueológico.*

1.4. *Arqueologia e Paleontologia.*

2. Escavação arqueológica.

2.1. *Análise dos achados arqueológicos e o trabalho em laboratório.*

3. Patrimônio cultural.

4. Vestígios da cultura material dos povos originários.

4.1. *Arte rupestre e materiais líticos.*

4.2. *Arte dos grupos ceramistas.*

5. Preservação ambiental e patrimonial.

5.1 *Quais são os requisitos para o reconhecimento do patrimônio nacional.*

5.2 *Como podemos proteger o meio ambiente e o patrimônio nacional?*

1. O que é Arqueologia?

A palavra Arqueologia tem origem grega, na junção de duas palavras: *Archaios* que significa “antigo”, e *Logos*, que tem significado de “estudo”. Então, podemos dizer que a Arqueologia é o “estudo do que é antigo”. Mas em Arqueologia não estudamos tudo o que existiu no tempo passado, como os dinossauros. Em Arqueologia, estudamos os vestígios deixados pelos seres humanos de forma a reconstituir como nossos antepassados viveram e tentamos compreender as transformações que aconteceram ao longo do tempo. Algumas das questões a que buscamos responder com tais estudos são:

- Quais foram os grupos humanos que viveram em determinados lugares no passado?
- Onde moravam e como eram suas habitações?
- O que comiam e como produziam seus alimentos?
- Que tipos de objetos produziam e utilizavam?
- De que forma estes grupos se relacionavam com a natureza?
- Quais grupos eram parecidos entre si, fazendo coisas de forma parecida?

Só por estas questões, dá para perceber que o trabalho do arqueólogo é muito importante para conhecer o nosso passado!

1.1 O trabalho dos arqueólogos

Quando a gente pensa no trabalho dos arqueólogos logo vem à mente a figura daqueles aventureiros em busca de tesouros e civilizações perdidas, não é mesmo? Apesar de ter um pouco de aventura, o trabalho não Arqueologia não é sempre assim...



Escavação arqueológica. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

A pesquisa arqueológica envolve trabalhos de campo e de laboratório, e demanda uma série de estudos de diversas áreas. O trabalho ou pesquisa de campo é realizado nos **sítios arqueológicos** e consiste em escavar o solo para deixar à mostra os **vestígios** da presença humana que ali estão enterrados por muito tempo. O trabalho ou pesquisa de laboratório é realizado depois do trabalho de campo e envolve análises e exames dos achados arqueológicos.



Trabalho em laboratório. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

1.2 Vestígios

Vestígio é um sinal, um indício de algo que aconteceu relativo a uma pessoa ou a grupo. Na Arqueologia, os vestígios encontrados são classificados em:

- ❖ **artefatos:** objetos portáteis (que podem ser levados de um lugar a outro). Podem ser fabricados ou modificados pela ação humana. São exemplos de artefatos: vasilhas ou fragmentos de cerâmica, machado lítico (esculpido em pedra), colar feito de conchas.
- ❖ **estruturas:** conjuntos de objetos dispostos de forma que seja possível descobrir a sua função original. São exemplos de estruturas as fogueiras, os muros, as marcas de estacas que delimitam uma determinada área de habitação, estruturas funerárias ou no entorno de enterramentos.
- ❖ **ecofatos:** vestígios que foram transformados pela ação humana mas que não são considerados artefatos (não tem utilidade secundária). São exemplos de ecofatos as sobras de alimentação (como conchas e ossos de animais), e lascas muito pequenas da produção de um artefato.

Que tal exercitarmos nossa mente e tentarmos identificar a qual classificação de vestígios as imagens abaixo pertencem: artefatos, estruturas ou ecofatos.



1) Ponta de flecha: _____



2) Ruína de palácio egípcio: _____



3) Lascas de pedra usada para produção de ferramentas: _____



4) Mosquito preso no âmbar (resina de árvore): _____



5) Vaso cerâmico: _____



6) Conchas e restos de alimentação: _____



7) Máscara mortuária: _____



8) Ruína de templo Maia: _____

Fonte das imagens: Google Imagens, 2021.

1.3 Sítios arqueológicos

Mas onde o arqueólogo encontra os vestígios? Em lugares denominados sítios arqueológicos, que são lugares onde estão depositados os vestígios de ocupação humana antiga ou recente. Mas não é qualquer lugar com vestígios que são registrados como sítios arqueológicos. Recebem este nome apenas aqueles que têm muita importância científica para compreendermos da História da humanidade.



Sítio arqueológico em área de plantio. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

Normalmente, a pesquisa em um sítio arqueológico demanda o trabalho de vários pesquisadores de diferentes áreas e ajudantes para o trabalho de escavação, que deve ser feita em etapas e em pequenas porções do espaço delimitado para a pesquisa.

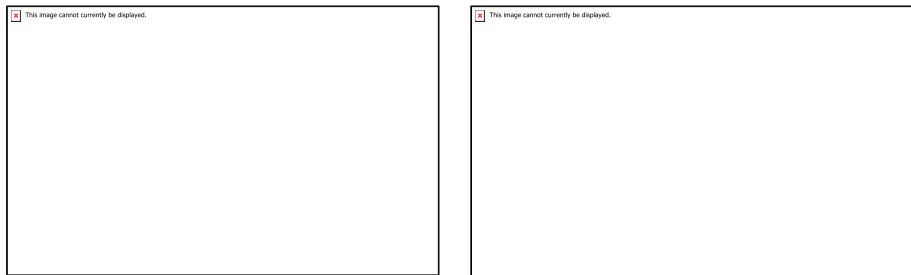


Equipe de pesquisadores em sítio arqueológico. Fonte: Acervo do MAR, 2021.



Furo feito em quadrícula em sítio arqueológico. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

Algumas peças são tão pequenas que é preciso peneirar o solo para que os pesquisadores possam encontrá-las. Isso acontece porque nem sempre os sítios arqueológicos são bem preservados. Na região do Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado de São Paulo, os sítios arqueológicos normalmente são encontrados na área rural, sendo alvo dos maquinários de preparo da terra para plantio, o que faz com que os artefatos enterrados se quebrem e se misturem.



Pesquisadores peneirando o solo para identificação de vestígios. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

Funari (2006, p. 30), pesquisador do assunto, explica que “*o arqueólogo deve registrar os artefatos encontrados, por meio de desenhos, de modo que se possa saber a sua exata localização*”. Por isso, o desenho das peças no local da escavação é muito importante para identificar as formas de uso e produção daquele artefato.



Equipe de pesquisadores em sítio arqueológico. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

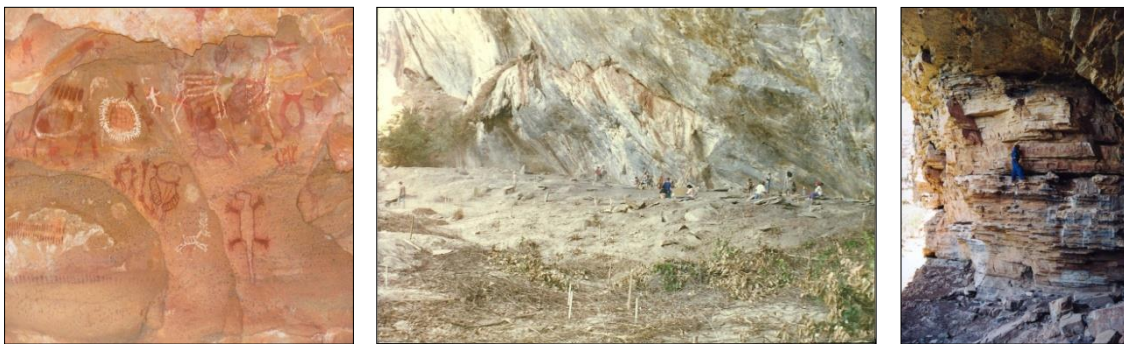
Existem algumas categorias de sítios arqueológicos. Dentre elas, as mais conhecidas são:

- ☼ *Sítios históricos*: são características dos sítios históricos a presença de vestígios de uma construção ou de artefatos de importância histórica e cultural. São representados por fazendas, quilombos, igrejas, praças, casarões, castelos, cemitérios, palácios e outras estruturas ou vestígios destes (como tijolos, telhas, cacos de vidros, moedas, etc.).



Sítio Histórico Santa Filomena, Jundiaí, SP. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

- ☼ *Sítios abrigados*: são sítios arqueológicos protegidos do sol e chuva por uma estrutura natural, como aqueles encontrados abaixo de paredões rochosos ou no interior de cavernas. Nestes sítios é comum encontrarmos pinturas rupestres e geralmente são os mais antigos.



Exemplos de sítios abrigados. Fonte: Google Imagens, 2021.

- ☼ *Sítio a céu aberto*: é o oposto do sítio abrigado, ou seja, não é protegido por estruturas naturais. Nestes sítios, os artefatos ficam expostos na superfície do solo, ou há a presença de alterações significativas no terreno, ou ainda são identificados através de algum tipo de intervenção no solo, como plantios e novas construções.







Exemplo de sítio arqueológico a céu aberto. Fonte: Google Imagens, 2021.

☼ *Sítio megalítico*: é um sítio arqueológico a céu aberto que pode ser facilmente identificável por conta das grandes estruturas feitas em pedra, como sítio arqueológico de Stonehenge, na Inglaterra (Reino Unido) e os sítios arqueológicos na Ilha de Páscoa.



Exemplos de sítios megalíticos. Fonte: Google Imagens, 2021.

Vamos verificar o que aprendemos sobre as categorias de sítios arqueológicos?
Faça a ligação entre os sítios brasileiros na coluna A e as categorias na coluna B:

Coluna A	Coluna B
<p>1.  Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí</p>	(...) Sítio histórico
<p>2.  Pedra do Ingá, Paraíba</p>	() Sítio abrigado
<p>3.  Parque Histórico Nacional das Missões, Rio Grande do Sul</p>	() Sítio à céu aberto
<p>4.  Cemitério Indígena Laranjal do Jari, Amapá</p>	() Sítio megalítico

Fonte das imagens: Google Imagens, 2021.

1.4 Arqueologia e Paleontologia

É comum confundirmos a Arqueologia com a Paleontologia. Isso porque as duas ciências estudam vestígios do passado. Mas a Arqueologia tem o objetivo de estudar os vestígios deixados pela humanidade, enquanto que a Paleontologia estuda as outras espécies (animais, vegetais, etc). É a Paleontologia que estuda os dinossauros e tem como objetivo compreender a História da vida no planeta Terra. Os vestígios estudados pela Paleontologia mais conhecidos são os fósseis, que podem ser de dinossauros ou de outros animais preservados por milhões de anos. Os fósseis também podem ser constituídos por ossos, pele, dentes, chifres, excrementos, restos de comida, pegadas, insetos, vegetais (folhas, frutos, madeira, sementes, pólen, resinas).

No quadro abaixo podemos verificar algumas das diferenças entre as duas ciências:

Arqueologia	Paleontologia
Tem como objetivo geral entender a humanidade, principalmente aspectos culturais e biológicos.	Tem como objetivo geral entender a história da vida na Terra, mas não os seres humanos.
Escava sítios arqueológicos e analisa qualquer tipo de vestígio material ligado a atividades humanas (pedras lascadas, registros rupestres, restos de plantas e animais, cerâmicas, metais, vidros, etc) em laboratórios especializados.	Escava sítios paleontológicos e analisa qualquer tipo de vestígio de organismos (fossilizados ou não) ou de suas atividades (icnofósseis) em laboratórios especializados.
É uma ciência. Segue teorias, métodos e técnicas científicas de análise. Propõe e testa hipóteses científicas. Em muitos casos, aplica experimentos.	É uma ciência. Segue teorias, métodos e técnicas científicas de análise. Propõe e testa hipóteses científicas. Em muitos casos, aplica experimentos.
Compreende todo o período de existência do gênero <i>Homo</i> e de hominínios ancestrais– Desde cerca de 7 milhões de anos atrás até o presente.	Compreende toda a história da vida na Terra, desde 3,8 Bilhões de anos atrás.

Fonte: Adaptado de Arqueologia e Pré-história. Disponível em: <<https://arqueologiaeprehistoria.com/paleontologia-o-que-e-onde-estudar/#:~:text=A%20Paleontologia%20%C3%A9%20uma%20ci%C3%Aancia,animais%2C%20vegetais%2C%20etc>>.

Apesar de serem ciências que estudam tipos diferentes de vestígios, os estudos de uma podem complementar os achados de outra. Em um sítio arqueológico pode ser encontrado o fóssil de um animal desconhecido, por exemplo. Assim como em um sítio paleontológico podem ser encontrados artefatos relacionados à caça e pesca, que para serem identificados, datados e colocados em um contexto histórico, precisam da

interpretação de um arqueólogo. Por isso, a Arqueologia e a Paleontologia, muitas vezes, se complementam.

2. Escavação arqueológica

Agora vamos nos aprofundar mais ainda no trabalho do arqueólogo!

Para ser arqueólogo ou arqueóloga é preciso fazer um curso superior em Arqueologia. No Brasil há poucas universidades e faculdades que tem este curso a oferecer. Este curso de graduação dura em média quatro anos e é oferecido presencialmente. Neste curso formado por disciplinas teóricas e práticas, é possível conhecer e vivenciar a realidade desta profissão. Para terminar o curso, é preciso desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso, que pode ser uma pesquisa científica ou um relatório técnico-científico.

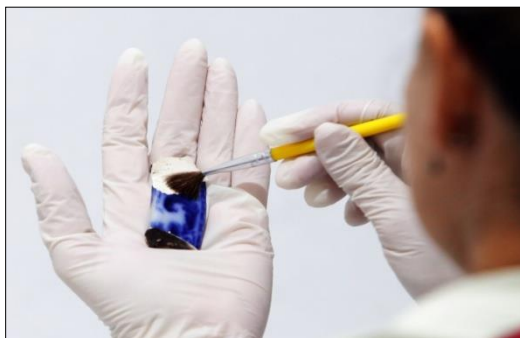
O arqueólogo pode atuar em:

- ✦ *Arqueologia subaquática*: estudo de peças, vestígios humanos e sítios submersos em oceanos, mares, lagoas, rios.
- ✦ *Consultoria arqueológica*: assessoria para empresas (públicas e privadas) para auxiliar e definir quesitos importantes de determinadas ocupações e elaboração de relatórios.
- ✦ *Educação*: promoção de atividades com foco na preservação cultural e patrimonial em feiras, museus, unidades de conservação.
- ✦ *Turismo*: atuar como promotor do turismo arqueológico, com foco na preservação e conscientização.
- ✦ *Exploração de campo*: Atuar diretamente no campo de pesquisas, com análise e definição de escavações, recolhimento de objetos e catálogo de descobertas.
- ✦ *Licenciamento de obras*: acompanhamento e a pesquisa de terrenos que podem ser ocupados por grandes obras (públicas ou privadas).
- ✦ *Pesquisa*: atuar em centros de pesquisas e laboratórios na análise de objetos e demais materiais coletados em campos, além da elaboração de relatórios e publicações científicas (SIQUEIRA, 2019).

2.1 Análise dos achados arqueológicos e o trabalho em laboratório

Como já aprendemos, o trabalho em Arqueologia envolve a pesquisa de campo e o trabalho em laboratório. Mas o que exatamente é feito no laboratório?

Em laboratório as peças encontradas no trabalho de escavação são primeiro higienizadas (lavadas ou limpas com pincéis) e selecionadas de acordo com sua categoria: cerâmica, pedra, lascada, pedra polida, e assim por diante.



Pesquisadora higienizando artefato encontrado em sítio histórico. Fonte: Google Imagens, 2021.

Depois é feito o processo de curadoria das peças, que consiste no preenchimento de uma ficha com informações como: medidas, tipo de material, cor, local onde foi encontrada. Neste momento, a peça recebe o número de identificação na coleção. Cada peça tem um número seqüencial e diferente, de acordo com cada sítio arqueológico onde foi encontrada.



Pesquisador realizando a curadoria das peças em laboratório. Fonte: Acervo MAR, 2021.

Como vimos muitas das peças encontradas no trabalho de campo não está inteira. Os pesquisadores se esforçam por tentar reconstituir através de desenhos o seu formato original. Outras peças são encontradas faltando as partes de madeira, couro e fibras vegetais, que eram utilizadas para amarração de cabos, como no caso dos machados.



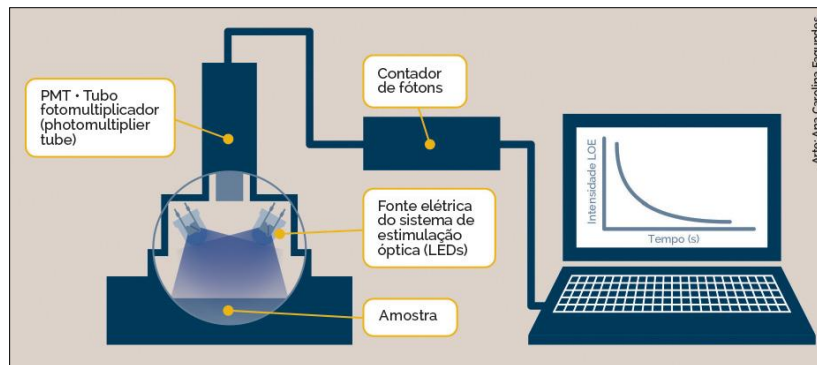
Reconstituição do formato original de machado polido em basalto. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

Em alguns casos, é possível descobrir o ano aproximado em que a peça foi fabricada. No caso da cerâmica, é muito utilizada a técnica de datação por termoluminescência que é a emissão termicamente estimulada de luz após a absorção prévia de energia da radiação. Acontece assim: o artesão ceramista se utiliza de argila da beira de rios para produzir os potes. Nesta argila há fragmentos muito pequenos de quartzo, que é um mineral. Quando o pote de argila está modelado, o artesão produz uma fogueira e coloca o pote na brasa para cozinhar. Este procedimento é o que vai dar resistência ao pote.



Fonte: Google Imagens, 2021.

Quando a argila aquece, aquele grão de quartzo aquece junto. No laboratório, um fragmento daquele pote de cerâmica arqueológica é aquecido novamente em um pequeno recipiente e aquele grãozinho de quartzo vai se aquecer junto. Quando isso acontece, ele emite um feixe de luz, que é medido por um aparelho e comparado a outros tamanhos já conhecidos através de muitas pesquisas em diferentes lugares do mundo. Dependendo do tamanho daquele feixe de luz, podemos calcular aproximadamente a data em que foi fabricado aquele pote. Então, *termoluminescência é a emissão termicamente estimulada de luz após a absorção prévia de energia da radiação*. A figura abaixo demonstra este procedimento:



Fonte: Google Imagens, 2021.

Em laboratório também é realizado o restauro das peças, que consiste na reconstituição de artefatos encontrados fragmentados (quebrados) no sítio arqueológico.



Restauração de urna funerária Guarani. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

Alguns achados arqueológicos são surpreendentes, como as urnas funerárias. Os povos indígenas Guarani, por exemplo, costumavam fazer enterramentos primários ou secundários em urnas cerâmicas, que quando são escavadas pelos arqueólogos, ainda podem conter os ossos da pessoa que foi ali enterrada. Quando isso acontece, o trabalho em laboratório deve ser extremamente cuidadoso para que sejam preservados tanto a urna quanto os ossos.




Urna funerária com esqueleto dentro. Fonte: Acervo MAR, 2021.

Todos os artefatos encontrados são identificados e armazenados em uma sala que tem o nome de reserva técnica. Esta reserva tem o objetivo de fornecer informações a pesquisadores e de preservar os vestígios da cultura material, que são patrimônios da humanidade.



Vista parcial da reserva técnica do Museu de Arqueologia de Iepê. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

Outras peças são selecionadas para exposição nos museus. Elas passam por outro processo de identificação, onde é preenchida uma ficha museográfica, recebe mais um número de identificação e passa a compor uma nova coleção, que pode ser de longa duração, itinerante, temática, entre outras.

Ecomuseu de Mirante do Paranapanema Ficha Museográfica	
Número de registro: ECO.MA.01.PP.NI-0001	
Número do IPHAN: SBT-1	
Coleção: Materiais arqueológicos	
Nome da peça: Fragmento de lâmina de machado	
Classificação: arqueológico	
Categoria: machadinho	
Materiais: basalto	
Técnica: polimento	
Data da fabricação: não determinada	
Dimensões: 8x5x2 cm	
Inscrições: não constam	
Marcas: batidas	
Ocorrência: mundial em sítios arqueológicos de grupos agricultores	
Usos: caça, corte de madeira	
Cor: cinza	
Procedência: Sítio São Bento	
Origem: Mirante do Paranapanema, SP	
Coordenada geográfica: 22K405562/7513389	
Coletor: Zelitro Luz da Silva e familiares	
Data da coleta: 18/12/2018	
Forma de aquisição: (X) Doação; () Empréstimo; () Compra; () Permuta; () Fabricação própria; () Resgate	
Doador: Zelitro Luz da Silva	
Data da doação: 21/12/2018	
Valor/data/fonte: R\$ 5.000,00 – 06/02/2019 – Mercado Livre	
Restauração: não consta	
Descrição do objeto: fragmento de lâmina de machado polida em basalto	
Dados biográficos: não constam	
Referências bibliográficas: SAMPEDRO, Sofia C. Marfil. <i>Glosario de Tecnologia Prehistorica</i> . 2014/2015. Disponível em: < https://pt.scribd.com/doc/265991528/GLOSARIO-TECNOLOGIA-LITICA >. Acesso em: 03 abr. 2019.	
Data da incorporação: 14/05/2019	
Técnico responsável: Msc. Graziella Praça Oroseco de Souza	
Exposições: Coleção de longa duração do Ecomuseu e Mirante do Paranapanema	
Observações: - Objeto não disponível para experiência tátil. - Objeto insubstituível. - "HACHA: Instrumento de piedra maciza (pulimentada) o metal (cobre o bronce), con filo transversal en uno de los extremos y el otro susceptible de ser enmangado". (SAMPEDRO, 2014/2015, p. 9).	

Ficha museográfica de uma peça de exposição. Fonte: Acervo do MAR, 2021.



Coleção de longa duração do Museu de Arqueologia Regional, Presidente Prudente, SP. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

As exposições de museu são importantes para conhecermos um pouco mais sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Que tal tentarmos reproduzir um pouquinho do trabalho dos arqueólogos? Como vimos, existem materiais que se decompõem com mais rapidez. Você poderia identificar quais são estes materiais nas imagens abaixo? Assinale-os.



Agora observe as imagens abaixo. São uma ponta de flecha, a lâmina de um machado e um anzol. As demais partes dos objetos se decompuseram sob o solo antes da escavação. Você consegue imaginar como seriam os artefatos representados nas imagens abaixo? Desenhe completando as partes que faltam.



Fonte: Adaptado de UFSC, 2021.

3. Patrimônio Cultural

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é um órgão federal ligado ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. É o Iphan que protege e promove a divulgação dos bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

No site do Iphan encontramos a definição de patrimônio cultural como sendo “*composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas*”.

O patrimônio cultural pode ser:

- ❖ *Patrimônio Material*: bens transmitidos aos nossos herdeiros (jóias, casas, obras tangíveis). Alguns materiais podem ter valor apenas emocional, como por exemplo, as fotografias, um vidro de perfume antigo e vazio, etc.
- ❖ *Patrimônio Imaterial*: composto pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural. São exemplos de patrimônio imaterial a educação formal, a maneira de fazer uma cocada, os ditados e provérbios, o modo de fazer uma casa, a maneira de fazer o feijão, os ditados da vovó, a maneira de fazer o plantio, entre muitos outros conhecimentos.
- ❖ *Patrimônio natural*: é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial.

Que tal exercitarmos nossa mente novamente? Reúna as imagens de acordo com as categorias de patrimônio:



1. Urna funerária Guarani



2. Técnica de pintura Guarani



3. Feijoada



4. Cataratas de Foz do Iguaçu



5. Modo de acender fogueira



6. Machadinha em pedra

Patrimônio material	➡	
Patrimônio imaterial	➡	
Patrimônio natural	➡	

Fonte das Imagens: Acervo pessoal, 2021.

3.1 Vestígios da cultura material dos povos originários

A divisão da História é um método utilizado para separar a história da humanidade em períodos cronológicos com características em comum. Esta divisão da História considera a História do ocidente, incluindo períodos da pré-história e da História propriamente dita. A divisão da Pré-História compreende os períodos Paleolítico, Neolítico e Mesolítico. Já a divisão da História, propriamente dita, abarca a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea.

3.2 Arte rupestre e materiais líticos

No período conhecido por pré-história, as características das sociedades humanas eram muito parecidas. Viviam em grupos pequenos e migravam de um lugar a outro em busca de alimentos. Este movimento denomina-se nomadismo. Assim, os grupos humanos viajavam longas distâncias em busca de manadas de animais que

poderiam ser caçados e alimentar o grupo todo por vários dias. Montavam acampamentos com madeira e pele ou habitavam grutas e cavernas. Ao longo do ano, o grupo percorria longas distâncias e voltada aos lugares de caça e pesca sazonalmente. Com o tempo, aprenderam a usar o fogo e a semear a terra, o que favoreceu o início da agricultura. Esta descoberta fez com que, aos poucos, fossem permanecendo em lugares onde a terra era mais produtiva, e passaram a depender menos das migrações dos rebanhos. Depois, aprenderam a domesticar animais, que usavam para alimentação e para força de tração na plantação. Este processo todo ficou conhecido como Revolução Agrícola.

Os principais vestígios encontrados desta época são as pinturas rupestres e as ferramentas confeccionadas de pedra lascada e polida.

3.3 Arte dos grupos ceramistas

No período conhecido por Estado de São Paulo, antes dos colonizadores portugueses e espanhóis chegarem por aqui, habitavam indígenas de quatro etnias:

- ☼ Kaingang: seus aldeamentos eram em áreas de campo.



Índigenas da etnia Kaingang. Fonte: Google Imagens, 2021.

- ☼ Oti Xavante – ocupavam áreas de matas das serras.



Índio Xavante. Fonte: Google Imagens, 2021.

- ✦ Guarani/Tupi – moravam em densas matas do Paraná e Paranapanema, litoral.



Índio Guarani. Fonte: Google Imagens, 2021.

- ✦ Kaiapó – habitavam áreas de mata próximas aos Rios Pardo/Grande.



Guerreiros Kaiapó. Fonte: Google Imagens, 2021.

O processo de colonização do Brasil foi muito duro para a população indígena. Por terem costumes e línguas diferentes dos europeus, os povos indígenas foram escravizados e mortos. Atualmente, apenas algumas populações sobreviveram morando em reservas protegidas, mas em condições precárias. Por isso, se esforçam por manter sua cultura e transmitir seus costumes às próximas gerações.

Os principais vestígios da cultura material destes povos são a cerâmica e a cestaria.



Cerâmica Kaiapó



Cesto Xavante



Cerâmica Guarani

Fonte: Google Imagens, 2021.

4. Preservação ambiental e patrimonial

A preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro é possível por meio de ações educativas. No Brasil há alguns órgãos preocupados em preservar o patrimônio cultural e ambiental para futuras gerações. Estes órgãos federais são responsáveis pela criação de legislações que regulam usos, ocupações, produção e acesso a estes bens.

Dentre as Políticas de Educação Ambiental e Patrimonial, podemos destacar a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que é o instrumento legal que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Portaria nº 137 de 28 de abril de 2016. Este documento prevê a Educação Patrimonial “enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do IPHAN”.

É por meio da Educação Ambiental e Patrimonial que teremos consciência preservacionista em relação ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Desta forma, por meio do respeito às diferentes culturas, reafirmamos a importância dos valores cognitivos, afetivos, e éticos em relação à natureza e a cultura material e imaterial, que faz parte da construção da nossa sociedade.

4.1 Quais são os requisitos para constituição do patrimônio

Em 1972, vários países membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), adotaram uma série de critérios para que um bem seja considerado patrimônio. Vamos conhecer quais são estes critérios?

Critérios para a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial

I - Bens Culturais

- ✦ Representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- ✦ Ser manifestação de um importante intercâmbio de valores humanos no que diz respeito a um período determinado ou uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, planejamento urbano ou paisagismo;
- ✦ Ser aporte de um único ou último testemunho excepcional para uma tradição cultural ou para uma civilização viva ou que tenha desaparecido;
- ✦ Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra um ou mais estágios significativos na história da humanidade;
- ✦ Ser um exemplo excepcional de assentamento tradicional humano, do uso da terra ou do mar, que representa uma cultura (ou várias), ou a interação humana com o meio ambiente, especialmente quando estas tenham se tornado vulneráveis sob impactos de mudanças irreversíveis;
- ✦ Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, ideias, crenças e trabalhos artísticos e literários de valor universal excepcional. (Fonte: UNESCO, 2008)

Critérios para a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial

II- Bens Naturais

- ✦ Conter excelente exemplo de fenômeno natural ou áreas de excepcional beleza e importância estética;
- ✦ Ser um exemplo excepcional representando estágios significativos da história da terra, incluindo vestígios da vida, processos geológicos significantes em andamento no desenvolvimento de formas terrestres, ou elementos geomorfológicos ou fisiográficos significantes;

- ❖ Ser um exemplo excepcional representando processos ecológicos e biológicos na evolução e desenvolvimento dos ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros ou marinhos e comunidades de plantas e animais;
- ❖ Biológica *in situ*, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuam universal valor excepcional do ponto de vista da ciência ou conservação. (Fonte: UNESCO, 2008).

4.2 Como podemos proteger o meio ambiente e o patrimônio nacional?

Por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, as esferas do governo (municipal, estadual e federal) têm atuado no sentido de proteger o meio ambiente e o patrimônio nacional.

Os museus, ecomuseus e casas de memória também vem atuando no sentido de identificar e proteger os patrimônios locais, que são importantes para determinadas comunidades e seus territórios. Nestes espaços, por meio de exposições, palestras, oficinas e outras ações educativas, são compartilhadas informações sobre o patrimônio cultural e ambiental que muitas vezes os próprios moradores do local não conhecem.



Oficinas ministradas a estudantes. Fonte: Acervo do MAR, 2021.



Palestras. Fonte: Acervo do MAR, 2021.



Visitas monitoradas a sítios arqueológicos e lugares de patrimônio. Fonte: Acervo do MAR, 2021.



Visitas monitoradas a museus e exposições temáticas. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

5. O Museu de Arqueologia Regional (MAR)

O Museu de Arqueologia Regional (MAR) situa-se no Núcleo Morumbi da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), em Presidente Prudente. É dirigido pela arqueóloga e curadora Profa. Livre Docente Neide Barroca Faccio.



Vista parcial do MAR e Profa. LD. Neide Barrocá Faccio. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

O complexo é formado por Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), sala de exposições, reservas técnicas, sala de informática, sala de reuniões e setor técnico administrativo. A sala de exposição “José Luiz de Moraes” oferece para a comunidade materiais arqueológicos de grupos indígenas agricultores Guarani (grupo Tupi-Guarani), Kaingang e Kaiapó (Grupo Jê) pré-históricos, representados por cerâmicas, pedras lascadas e pedras polidas, assim como de grupos caçadores-coletores, representados por pedras lascadas (notadamente pontas de flecha, raspadores e furadores). Esses materiais apresentam contextos de sítios datados de 250 a 1.668 anos A. P.¹. As visitas monitoradas têm como objetivos tornar conhecidas as etapas do trabalho do arqueólogo no campo e no laboratório, a origem e a história das peças em exposição e, ainda, informar sobre o modo de vida dos índios que confeccionaram os objetos. Com prévio agendamento, o museu abre espaço para os visitantes realizarem oficinas como as de argila (confeção de potes), arte rupestre, pintura em cerâmica Guarani e lascamento em pedra. O espaço também oferece oficinas e cursos de atualização para professores.

O LAG tem como foco o trabalho na evidenciação e no registro de sítios arqueológicos no Estado de São Paulo, porém, é possível fazer curadoria e estudo de materiais líticos e cerâmicos pré-históricos, e estudos do patrimônio histórico (vestígios de edificações, louças, porcelanas, vidros e metais). Além das curadorias e das pesquisas, o laboratório realiza restauro de vasilhas cerâmicas indígenas pré-históricas para apresentá-las à comunidade. O estudo de técnicas de restauro de vasilhas arqueológicas tem contribuído para a divulgação da cultura de grupos indígenas cuja importância para a formação da cultura brasileira é reconhecida.



Pesquisador em trabalho de curadoria. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

¹ Antes do Presente é uma forma de contagem de tempo amplamente utilizada na Arqueologia, Paleontologia e Geologia, que tem como base de referência o ano de 1950 D.C. em razão dos testes atômicos realizados durante a Segunda Guerra Mundial que foram responsáveis por desequilibrar a concentração química de isótopos, como o carbono-14, na atmosfera.

O MAR em conjunto com o LAG desenvolve trabalhos nas áreas de licenciamento ambiental, gestão do patrimônio arqueológico, Educação Patrimonial, criação de museus, curadoria de acervos e restauro. Promovem pesquisas e ações de diagnóstico interventivo, prospecção, resgate e monitoramento arqueológico para empreendimentos, principalmente em áreas de plantio de cana-de-açúcar, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, loteamentos, aterros sanitários e obras de saneamento básico, pesquisas e ações de diagnóstico interventivo, prospecção, resgate e monitoramento arqueológico.

O LAG, ao longo dos anos e com apoio da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), criou diversas oficinas para atividades de Educação Patrimonial, instalou e gerencia museus, realiza curadoria de bens patrimoniais, restaura cerâmica arqueológica e inventariou mais de 100 sítios arqueológicos históricos e pré-históricos. A extroversão do conhecimento proporcionada pelas ações do MAR favoreceu o desenvolvimento das ações relacionadas à constituição de outros museus na região, como o Museu de Arqueologia de Iepê, o Museu Histórico e Pedagógico Cacique Tibiriça de Pirapozinho, o Ecomuseu de Mirante do Paranapanema.



Equipe de pesquisadores do MAR. Fonte: Acervo do MAR, 2021.

E você, conhece o patrimônio cultural e ambiental da sua região? O que tem feito para protegê-lo?

Referências:

ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; B. L. Sociologia. Volume único. Ensino Médio. 2 ed. São Paulo? Scipione, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. [Brasília], [1999].

COSTA, E. P. (org). Princípios básicos da Museologia. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenação do Sistema Estadual de Museus, 2006.

CURY, M. X. Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2005.

FACCIO, N. B. Arqueologia Guarani na área do Projeto Paranapanema. Tese (Livre-Docência em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, v.1, 319f., 2011.

FUNARI, P. P. (org). Cultura material e arqueologia histórica. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. (Col. Ideias).

FUNARI, P. P. Arqueologia. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GRUNBERG, E. Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, M. De L.P.; GRUNBERG, E.; Monteiro, A.Q. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - Iphan. Portal. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. Cerâmica Guarani. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

Patrimônio Mundial no Brasil. Disponível em:

<<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>>. Acesso em: 03 maio 2021.

SCHERER, L. Z. **O que é Arqueologia**. Curso Arqueologia para professores da Educação Básica. Módulo 1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), 2021.

SIQUEIRA, S. Já pensou em ser arqueólogo? Conheça detalhes dessa profissão. Vai de Bolsa. 16/nov/19. Disponível em: <<https://vaidebolsa.com.br/arqueologo/>>. Acesso em: 02 maio 2021.

SOUZA, F. M. (ed). Jovem protagonista: projetos integrados. Ciências humanas e sociais aplicadas. Ensino Médio. Obra coletiva desenvolvida e produzida por SN Educação. 1 ed. São Paulo: Edições SN, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). O que é Arqueologia – Curso de Introdução à Arqueologia para Professores da Educação Básica, online, 2021.